

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO CARNEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR

**A TEORIA MARXISTA DAS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO:  
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO**

CURITIBA  
2016

ANTONIO CARNEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR

**A TEORIA MARXISTA DAS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO:  
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutor através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná - PPGDE/UFPR

Professor Orientador: Armando João Dalla Costa  
Professor Co-orientador: Nelson Rosas Ribeiro

CURITIBA  
2016




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Código CAPES: 40001016024P0

### TERMO DE APROVAÇÃO

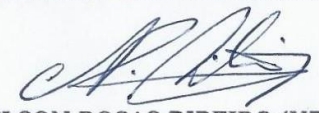
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ANTONIO CARNEIRO DE ALMEIDA JUNIOR**, intitulada: **"A Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução: desenvolvimento e aplicação ao caso brasileiro"**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação.

Curitiba, 18 de Março de 2016.

  
Prof ARMANDO JOÃO DALLA COSTA (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
Prof DAYANI AQUINO (UFPR)

  
Prof MARCELO DIAS CARCANHOLO (UFF)

  
Prof NELSON ROSAS RIBEIRO (UFPA)

  
Prof PEDRO LEÃO DA COSTA NETO (UTP)

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram durante toda a minha formação acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Para qualquer um que busque a obtenção do título de mestre e doutor, uma série de dificuldades naturais se apresenta. Primeiramente, o caminho a ser trilhado parece ter sido projetado para reduzir ao máximo o tempo que pode ser destinado a atividades pessoais e ao lazer. Diante disso, a ausência de disciplina para o cumprimento dos deveres de discente pode criar a aparência de que este tempo inexistente, causando um expressivo desgaste mental.

Contudo, por mais que a disciplina seja uma característica do aluno, essa quantidade reduzida de tempo para as atividades pessoais necessariamente gera problemas. As idas ao médico nunca são preventivas, têm sempre caráter de urgência, e a manutenção de relações sociais passa a ser um trabalho hercúleo, dada a sensação de abandono que o discente inflige aos demais. Desta forma, a saúde de corpo e mente é prejudicada.

Posto em tais circunstâncias, o aluno ainda deve lidar com frustrações recorrentes que decorrem do ambiente concorrencial no qual está inserido: na busca pela divulgação dos resultados de suas pesquisas quase sempre se depara com opiniões depreciativas acerca das mesmas, sendo estas algumas vezes injustas.

Quando do início do meu doutorado, mal sabia eu que esses seriam os menores dos meus problemas. Infelizmente, para que alguém seja prejudicado no mundo acadêmico, há apenas uma condição suficiente: basta que desagrade alguém sem escrúpulos e com mais poder. E, para a minha desventura, acabei satisfazendo essa condição, o que culminou na perda da bolsa de estudos CAPES que recebi ao iniciar o doutorado. Embora tenha recorrido em documento elaborado com a ajuda do meu irmão, o advogado Thiago Benjamin Carneiro de Almeida, pelo que sou grato, infelizmente a decisão permaneceu.

Tal situação me afetou de inúmeras maneiras, me fazendo, por exemplo, desviar esforços do meu processo de formação acadêmica para a busca de outras fontes de rendimento. Mas, mais do que tudo, causou um impacto emocional muito forte. O sentimento de fracasso, daí por diante, ocupou lugar permanente em meus pensamentos até pouco antes do final do meu doutorado. A maneira como me olhava boa parte dos membros do corpo docente do programa nos corredores, por sua vez, tinha papel importante na perpetuação desse sentimento. E por mais que

meu desempenho acadêmico estivesse acima da média, de alguma maneira, isso não exercia qualquer impacto sobre a situação.

Diante disso, tenho muito que agradecer aos meus pais, Antonio Carneiro de Almeida e Maria José Benjamin de Almeida, e à minha tia Augusta Carneiro de Nóbrega, que, por sinal, me apoiaram desde o início da minha formação acadêmica, pelo suporte financeiro que me ofereceram durante o período que fiquei sem bolsa. Mas, em minha mente, outro tipo de apoio aparece como essencial. Foi precisamente o apoio emocional de amigos que conseguiram compreender exatamente como eu me sentia no momento. Tenho, portanto, muito a agradecer aos amigos Lucas Milanez de Lima Almeida e Pedro Lucas de Paula Batista. Em relação a este último, acho que o suporte que oferecemos um ao outro durante determinado período no qual ambos nos encontrávamos abalados emocionalmente foi uma experiência impar que não esquecerei jamais.

Um bom tempo depois do ocorrido, finalmente tudo foi desfeito, e o reconhecimento do Prof. Dr. Alexandre Porsse de que a minha situação no programa não condizia com o meu desempenho acadêmico, fato que culminou na restituição da minha bolsa de estudos, foi de suma importância para mim. Pelo tempo de pesquisa financiada, portanto, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por fim, para dar o desfecho que necessito e deixar, de uma vez por todas, este evento para trás, imagino o quão providencial seria se aqueles que deveriam ter agido diante de tal situação e nada fizeram e os que contribuíram de qualquer maneira para que isto ocorresse comigo passassem, no futuro, por situação semelhante. Quem sabe não surgiria a empatia que outrora não veio...

A despeito das dificuldades acarretadas por esse incidente infeliz, para abandonar também o tom sombrio deste texto, consegui acumular bastante conhecimento durante o meu doutorado e boa parte desse conhecimento acumulado materializou-se no conteúdo que está disposto neste trabalho. A realização de qualquer trabalho, entretanto, não se dá sem a ajuda direta e indireta de outras pessoas.

Desta forma, gostaria de agradecer aos meus familiares pelo apoio durante toda a minha trajetória de formação acadêmica, especialmente e, para os três primeiros, novamente, aos meus pais, à minha tia Augusta e ao meu tio Osvaldo Faustino de Nóbrega.

A contribuição do Prof. Dr. Nelson Rosas Ribeiro, co-orientador do presente trabalho, no processo de elaboração do que aqui está apresentado foi, por sua vez, indispensável. Em primeiro lugar, pelo papel que teve na minha formação, sendo responsável por passar boa parte do conhecimento da teoria marxista que adquiri. Em segundo lugar, pelo excelente trabalho que desenvolveu na sua tese de doutorado, sem o qual não conseguiria ter desenvolvido o que aqui está apresentado. Em terceiro lugar, pelo auxílio que deu durante a elaboração da presente tese, mesmo após constatar as críticas feitas por mim ao seu trabalho. E, por fim, pelas participações na qualificação e defesa desse trabalho.

É de suma importância também agradecer ao Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo não só pela participação na banca de defesa dessa tese, como também pelos comentários críticos que me forneceu antes mesmo da qualificação do trabalho.

Agradeço também ao Prof. Dr. Claus Magno Germer, ao Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto e à Prof. Dra. Dayani Cris Aquino pelas participações na qualificação e/ou defesa deste trabalho, tendo fornecido contribuições de grande importância nesse processo. Uma menção especial ao Prof. Dr. Alexandre Porsse torna-se ainda necessária pela ajuda indispensável na parte empírica desta tese.

A todos os professores e colegas que contribuíram diretamente na edificação do conhecimento que acumulei durante todos esses anos de graduação, mestrado e doutorado, vai o meu muito obrigado. É importante mencionar aqui primeiramente aqueles que contribuíram com a formação do meu conhecimento em Economia Política Marxista, o já mencionado Prof. Dr. Nelson Rosas Ribeiro, a Prof. Dra. Elivan Rosas Ribeiro, o Prof. Dr. Elbio Troccoli Pakman, o Prof. Dr. Claus Magno Germer, o Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla, a Prof. Dra. Dayani Cris Aquino e o colega Msc. Nelson Ney Granato Neto. Além disso, gostaria de fazer menção àqueles professores de demais áreas cuja excelência com a qual desempenhavam seu papel de professor facilitou infinitamente a vida dos seus alunos; são eles: o Prof. Dr. Damião de Lima, o Prof. Dr. Luciano Sampaio, o Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho, o Prof. Dr. Maurício Vaz Lobo Bittencourt, o Prof. Dr. Luiz Esteves, o Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali e o Prof. Dr. Gabriel Porcile.

Finalmente, gostaria de agradecer ao trabalho dos funcionários da UFPR de criação do ambiente ideal para a formação acadêmica dos alunos e de organização desse processo. Em especial, gostaria de agradecer às secretárias Ivone Polo,

Aurea Koch e Andréa Gomes da Silva pelo auxílio na resolução das questões burocráticas.

Suprimindo agora o tom formal, nos restará a irreverência para finalizar este texto. Em Curitiba, acabei fazendo mais amigos do que esperava, e todos sabem que uma vida regada à diversão fora do mundo acadêmico (no pouco tempo que restava para isso) é ideal para dar à mente o descanso necessário para a retomada do processo de aprendizado e/ou produção de conhecimento. Dentre esses amigos, tenho certeza que há alguns com os quais sempre mantereí contato.

No caso do Antônio Albano de Freitas (Gaúcho Bah), isso já está mais do que provado. Mesmo depois que se mudou de Curitiba, continuamos muito amigos e já nos encontramos novamente diversas vezes, sempre tocando uma viola, tomando aquela bicadinha e pegando uma balada na madrugada. Como com ele não dava pra contar muita piada, já que se enfeza com facilidade, fui meio que obrigado a fazer amizade com o Leonardo Borges Cardoso (Baiano). Hoje, nosso repertório de piadas tem alguns acréscimos, graças a esse “intercâmbio” (a piada da promoção da Coca-Cola entrou, inclusive, na minha seleção especial). Infelizmente, acho que ele estava torcendo para que me mudasse logo de Curitiba, prevendo que em breve chegaria o dia em que seria escolhido depois de mim no futebol (não que ele jogue mal, mas é essa coisa de velhice, com dor nas costas, etc.). Sem falar que ficou muito enciumado porque toquei com o orientador dele, e ele, nunca.

Nos primeiros anos de doutorado, conheci também o já mencionado Pedro Lucas de Paula (Pedrão), que me ensinou que, quando eu estiver em maus lençóis, devo sempre pensar que, “se está ruim pra mim, imagine para o cara pegando a gordinha no sol, na parada de ônibus”. Domitila Bahia (Titila) estava com a gente nesse dia: ela não riu da piada. Mas, outro dia, fez a melhor costelinha de porco com feijão tropeiro que eu já comi na vida. Saudades de vocês dois.

Foi nessa época também que conheci a Larissa Maria Nocko (Larissinha), que nunca mais vi depois que “se aliou ao Império”...

Lembrar dos amigos dentro do PPGDE/UFPR não é possível sem mencionar o nobre Victor Nunes Leal Cruz e Silva (Vitinho). Ser amigo dele gerava duplo ganho. Primeiro, obviamente, pela afinidade: conversávamos muito, e ele era a melhor companhia que tinha para atividades *nerds* (não fiquem com ciúmes, Denilson Beal e Eduardo Ramos Honório, as conversas sobre animes e jogos com vocês também eram descoladas). Merece menção a jornada que foi zerar no modo



cooperativo as campanhas do Leon, Cris, Jake e Ada no nível Veterano do *Resident Evil* 6, por mais que ele tenha morrido tantas vezes... Além disso, estudar na mesma sala que esse jovem era extremamente proveitoso, já que sua alocação de tempo entre estudo e descanso era exatamente idêntica à minha. Valeu pela companhia, amiguinho.

Na mesma salinha que estudávamos Vitinho e eu, sempre estava também a Amanda Massaneira de Souza Schuntzemberger (que apesar de chamar de Amandinha, sempre a chamei de Amanda Schwarzenegger mentalmente). Ela não vai deixar tanta saudade quanto os demais, porque eu continuo ouvindo sua voz mesmo depois que mudei para João Pessoa. Mas, isso é normal, já que ela nasceu ao lado de uma cachoeira.

Ao final do meu doutorado, conheci também uma figura emblemática, o Ronald Wagner Neto (Ronaldinho). É uma pessoa indescritível, cuja linha de raciocínio pitoresca deixará saudades.

Não dá pra terminar de falar dos colegas sem mencionar o Clauber Scherer (Gaúcho), o Guilherme Z. P. Custódio (Guilherme), o Ricardo Bock (Gaúcho... sim tinha muitos), o Flávio Dias (Mineiro), o Cleiton Silva de Jesus (Mestre Cleiton), o Karlo Marques Júnior, o Leonardo Pires (Leo) e o Levy Moraes (Bem Affleck do Ceará). Obrigado a todos pela companhia.

Em Curitiba, entretanto, não tive apenas amigos da faculdade. Acabei conhecendo outras pessoas por lá e não poderia deixar de lembrar-me da Yvana Pinheiro e da Gabriela Pelissari Machado (Gabs). Mas, vou ter saudades só da Yvana, porque a Gabs é meio chata. Fica claro aqui que estou brincando (ou será que não?!). Foram muitas aventuras com essas duas.

Dos meus amigos de João Pessoa, há que lembrar também do Alfredo Nobrega Heim (Johnny Bugue), Clarissa Cecília, Arthur Esteves (Ontoin), Matheus Moreira S. de Aracoeli, Camilla Carneiro e Alan Melo (Fera). Desde que os conheci, eles têm sido excelente companhia. Ainda bem que o grupo no Whatsapp não deixa que a gente se distancie.

Há ainda quatro amigos dos quais preciso falar: Lucas Milanez de Lima Almeida (Galego), Paula Rachel Louro Leite (Gata), Emilia Suitberta e Verônica Ribeiro (Galega). Desde os tempos de graduação, esses quatro estiveram presentes na minha vida. São amigos com os quais sei que posso sempre contar, e cujas

companhias sempre me agradarão. Tenho absoluta certeza que essa nossa amizade preservar-se-á pelo resto da vida.

Para finalizar, agradeço de uma forma mais geral a todos cujo contato comigo, de alguma maneira, me ajudou a chegar a esse ponto que une minha formação acadêmica à minha carreira acadêmica, que é o término do doutorado. Julgo ser uma pessoa de sorte por ser apaixonado pelo que faço. Essa paixão pela ciência econômica faz com que a pesquisa em economia seja parte muito importante da minha vida. Diante disso, tenho um apreço especial por todos aqueles que contribuíram de alguma maneira para o meu crescimento profissional. Obrigado a todos.

*“Nas crises do mercado mundial as contradições e antagonismos da produção burguesa se revelam contundentes. Em vez de investigar em que consistem os elementos conflitantes que se patenteiam na catástrofe, os apologistas se contentam em negar a própria catástrofe e, em face a sua periodicidade regular, em insistir em que a produção, se aceitasse as lições dos compêndios, nunca chegaria à crise. A apologética então consiste em falsificar as mais simples relações econômicas e especialmente em se aferrar à unidade em face da contradição”.*

*Karl Marx*

## RESUMO

O presente trabalho constitui um estudo teórico e empírico acerca das Crises Econômicas do Capitalismo. Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução, temos como objetivo realizar uma análise crítica da interpretação Mendonça-Ribeiro da referida teoria e aplicar o produto desta análise ao estudo do movimento cíclico da economia brasileira no período que vai de 1997 a 2010. O trabalho foi realizado através da leitura crítica de bibliografia selecionada e da coleta e tratamento de dados secundários. No que tange à parte teórica, acreditamos que fomos capazes de apresentar um instrumental de análise rigoroso do fenômeno estudado, o qual constitui uma versão modificada da interpretação acima referida. Quanto à parte empírica, atestamos primeiramente a aderência da teoria utilizada através da análise do componente cíclico do Produto Interno Bruto da economia brasileira, extraído com a utilização do filtro Baxter-King. Além disso, estudamos o movimento cíclico desta economia durante o período supracitado, chegando à seguinte periodização: 1997.T3-1999.T4: crise; 2000.T1-2002.T2: depressão; 2002.T3-2005.T4: animação média; 2006.T1-2008.T3: auge; 2008.T4: crise.

Palavras-chave: Crise Econômica; Superprodução, Economia Brasileira, Teoria Marxista.

## **ABSTRACT**

This thesis is a theoretical and empirical study on the economic crises of capitalism. With the intention to contribute to the development of the Marxist Theory of Cyclical Crises of Overproduction, our aim is to conduct a critical analysis of the Mendonça-Ribeiro interpretation of the referred theory and apply the outcome of it to the study of the Brazilian economy cyclical movement in the period that goes from 1997 to 2010. Our aim was accomplished through a critical reading of selected bibliography and through collection and processing of secondary data. Regarding the theoretical work, we believe we were able to present a rigorous framework, which is a modified version of Mendonça-Ribeiro framework. Regarding the empirical work, firstly we attest theory validity through the analysis of the cyclical component of Brazilian economy's Gross Domestic Product, obtained by the use of the Baxter-King Filter. Furthermore, we analyzed the Brazilian economy cyclical movement during the period mentioned above and found the following periodization: 1997.T3-1999.T4: crisis; 2000.T1-2002.T2: trough; 2002.T3-2005.T4: expansion; 2006.T1-2008.T3: peak; 2008.T4: crisis.

Keywords: Economic Crisis, Overproduction, Brazilian Economy, Marxist Theory.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	16
1.1 Exposição do Problema .....	19
1.2 Justificativa .....	21
1.3 Objetivos .....	23
1.3.1 Objetivo Geral .....	27
1.3.2 Objetivos Específicos.....	28
2 Fundamentação Teórica: a interpretação Mendonça-Ribeiro.....	29
2,1 A Gênese da Interpretação Mendonça-Ribeiro .....	29
2.1.1 O Embrião das Crises .....	30
2.1.2 A Possibilidade de Crise e o seu Desenvolvimento .....	31
2.1.3 Da Possibilidade à Necessidade de Crise .....	32
2.1.4 A Crise como Necessidade Inevitável.....	35
2.1.5 A Dinâmica das Crises.....	36
2.1.6 As Particularidades do Capitalismo Pós-Guerra e as Modificações do Ciclo .....	38
2.2 O Trabalho Individual de Mendonça .....	39
2.2.1 O Surgimento da Possibilidade de Crise e o seu Desenvolvimento .....	40
2.2.2 Da Possibilidade à Necessidade de Crise .....	42
2.2.3 A Causa das Crises .....	47
2.2.4 O Caráter Cíclico das Crises .....	48
2.2.5 As Modificações nas Manifestações do Ciclo Econômico .....	50
2.2.5.1 A Oligopolização da Economia e seus Efeitos sobre a Contradição Fundamental do Capitalismo .....	50
2.2.5.2 A Intervenção do Estado e as Crises.....	51
2.2.5.3 Os Elementos para uma Interpretação Marxista da Inflação e do Fenômeno Estagflação.....	53
2.3 O Trabalho Individual de Ribeiro.....	58
2.3.1 As Formas de Manifestação das Crises .....	59
2.3.1.1 A Sociedade de Produtores de Mercadorias .....	60
2.3.1.2 A Sociedade de Produtores Capitalistas de Mercadorias .....	62
2.3.1.3 O Capital Comercial e as Formas da Crise.....	66
2.3.1.4 O Capital Bancário e a Crise .....	68
2.3.1.5 O Capital Produtivo e a Crise .....	70
2.3.2 O Conteúdo das Crises.....	71
2.3.2.1 A Produção Ilimitada de Mercadorias .....	72
2.3.2.2 A Produção de uma Quantidade Crescente de Consumidores .....	74

2.3.2.3 As Barreiras que Impedem o Consumo .....	75
2.3.3 A Causa das Crises .....	77
2.3.4 O Caráter Cíclico das Crises .....	81
3 A Lógica Dialética e o Desenvolvimento da Interpretação Mendonça-Ribeiro da Teoria Marxista das Crises.....	84
3.1 A Sugestão de um Novo Método de Análise da Maturação do Fenômeno Crise .....	84
3.2 O Surgimento da Possibilidade Formal de Crise.....	87
3.3 A Transformação da Possibilidade Formal em Possibilidade Real e o Surgimento da Causa das Crises.....	90
3.4 De Possibilidade Real à Fenômeno Realizado: o amadurecimento da contradição fundamental do capitalismo e o desenvolvimento do conteúdo das crises e de suas formas .....	108
4 O Caráter Financeiro das Crises no Capitalismo Contemporâneo .....	119
4.1 O Capital Portador de Juros e o Fetiche da Mercadoria Capital .....	119
4.2 O capital Fictício.....	123
4.3 A Mercadoria Capital e as Crises Cíclicas de Superprodução .....	127
5 Metodologia Empírica.....	135
5.1 As Contas Nacionais e os conceitos da Economia Política Marxista: analisando trabalhos empíricos para Economia Brasileira.....	135
5.2 O Teste Preliminar de Aderência da Teoria: filtro Hodrick-Prescott vs. filtro Baxter-King .....	150
5.3 As Taxas de Crescimento Anual Acumulado .....	157
6 As Crises Cíclicas de Superprodução e a Economia Brasileira: um teste preliminar da aderência da teoria.....	159
7 O Movimento Cíclico da Economia Brasileira: 1997-2010 .....	169
7.1 A Causa Não-Essencial ou Agente Deflagrador da Crise de 1997.T3 .....	170
7.2 O Período de Crise do Quinto Ciclo: 1997.T3-1999.T4.....	183
7.3 A Depressão do Quinto Ciclo: 2000.T1-2002.T2.....	185
7.4 A Animação Média do Quinto Ciclo: 2002.T3-2005.T4 .....	187
7.5 O Período de Auge do Quinto Ciclo: 2006.T1-2008.T3.....	193
7.6 A Causa Não-Essencial da Crise de 2008.T4 .....	195
7.7 O Período de Crise do Sexto Ciclo e a Estranha recuperação da economia brasileira: 2008.T4-2010.T4 .....	198
8 Considerações Finais.....	208
Referências Bibliográficas .....	215
Anexos .....	220
Anexo A: Resultados da Extração do Componente Cíclico do PIB da Economia Brasileira utilizando o Filtro Baxter-King .....	221
Anexo B: Dados da Produção da Economia Brasileira .....	226

Anexo C: Dados do Comércio Internacional da Economia Brasileira .....	234
Anexo D: Dados Financeiros da Economia Brasileira .....	235
Anexo E: Dados do Mercado de Força de Trabalho da Economia Brasileira .....	241
Anexo F: Dados do Consumo da Economia Brasileira .....	247
Anexo G: Dados alternativos da Produção da Economia Brasileira .....	249



## 1 INTRODUÇÃO:

São poucos os temas da teoria marxista que não são controversos. Em nossa opinião, isso se deriva da complexidade do seu método, que engloba análises lógicas e históricas e, além disso, tem o materialismo dialético como ferramenta de análise. A existência de diferentes interpretações é, portanto, algo que já deve ser esperado por qualquer um que se dedique ao estudo desta teoria. Contudo, aquele que se proponha a estudar a Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução irá se deparar com uma série de dificuldades adicionais.

Em primeiro lugar, ao contrário de muitas outras contribuições dadas por Marx, a explicação teórica do fenômeno crise de superprodução não está sistematizada. Ou seja, o tratamento do assunto por parte do autor está disperso pelas suas obras, e em alguns pontos não está claro o nível de abstração em que se encontra a análise. Nós, além disso, ousamos dizer que a suposta teoria marxista das crises está incompleta.

Como a existência da possibilidade de superprodução era um dos principais debates teóricos do século XIX, Marx dedicou uma parte expressiva do seu tempo para demonstrar a crise de superprodução como um fenômeno possível no Modo de Produção Capitalista, de forma a utilizar tal argumento teórico no combate às análises que buscavam mascarar o verdadeiro caráter das manifestações reais desse fenômeno.

Contudo, conforme se progride na leitura do trabalho do autor sobre o tema, passando ao tratamento da transformação da possibilidade real de crise em fenômeno realizado, decai o nível de detalhamento e rigor da análise. Assim, dado que as várias lacunas presentes no argumento teórico podem ser preenchidas de diversas maneiras pelos pesquisadores marxistas, a existência dessas lacunas tem como resultado a multiplicação do número de interpretações distintas.

Em um cenário como esse, uma série de direções podem ser seguidas por alguém que se dedique ao estudo das crises com base na obra de Marx. É possível elaborar, com base no trabalho deste, uma interpretação da teoria marxista das crises. É possível confrontar as diversas interpretações existentes, seja analisando o grau de fidelidade de cada uma delas à contribuição original de Marx ou a consistência dos seus argumentos. Existe ainda a possibilidade de confrontar as interpretações com a realidade, para assim testar o grau de aderência de cada uma

delas a esta última. Em suma e novamente: são várias as direções a serem seguidas.

Decididos a pesquisar nessa linha, optamos por trabalhar teórica e empiricamente com uma interpretação particular da teoria marxista das crises, aprimorando não só o arcabouço teórico, mas também o método de análise empírica utilizado. A interpretação que escolhemos para desenvolver foi a elaborada por António Augusto de Ascenção Mendonça e Nelson Rosas Ribeiro, que chamaremos de interpretação Mendonça-Ribeiro. Para a aplicação empírica, decidimos ter a economia brasileira como objeto de estudo, precisamente o período que vai de 1997 a 2010.

Dada a atual situação do debate sobre o tema crise no campo marxista, achamos que essa é a melhor maneira de contribuir para o desenvolvimento do argumento deste campo. Ocorre que uma rápida pesquisa bibliográfica não só evidencia a já mencionada infinidade de interpretações existentes, como também que o debate entre esses diferentes intérpretes no campo teórico é bastante extenso. Mesmo após um longo tempo decorrido, os pesquisadores parecem continuar muito distantes de um consenso. A extensão desse debate, por sua vez, fez com que ele alcançasse um nível tão elevado que tornou quase impossível atestar a superioridade de uma interpretação em relação à outra com base na consistência de cada um dos argumentos. Desta forma, os defensores de cada uma dessas interpretações acreditam ter feito exatamente o contrário do que os demais acreditam ter realizado, visto que cada um acredita ter atestado uma maior justeza do seu argumento se comparado com os outros.

Já no campo empírico, impera uma exiguidade de trabalhos em relação à produção no campo teórico. Assim, partindo do pressuposto de que os conceitos que formam uma teoria, para que sirvam como meio de conhecimento e explicação da atividade prática, devem ter necessariamente um conteúdo objetivo, ou seja, devem, de fato, expressar idealmente a realidade material (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 5 e 9) e dada a situação descrita, acreditamos que a evolução do debate entre as diversas interpretações demanda que ele se dê em outro nível, o empírico. Ou seja, para nós, é o teste de aderência à realidade de cada interpretação que vai dar seguimento ao processo de evolução deste debate. Assim, a pesquisa realizada por nós, além de contribuir para o aprimoramento de uma das interpretações do

argumento de Marx, contribuindo indiretamente para o desenvolvimento deste argumento, contribui para o desenvolvimento do debate sobre o tema.

Não é necessário dizer que o que está aqui apresentado é o resultado de um longo período de árduos estudos. Contudo, dado que as dificuldades enfrentadas por nós dificilmente poderiam ser deduzidas pela leitura deste texto, antes de passarmos ao trabalho em si, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre elas.

A nossa ideia inicial era a de produzir apenas uma aplicação empírica da interpretação Mendonça-Ribeiro, de forma que a maior parte do trabalho estaria composta desta análise empírica. Contudo, durante a revisão bibliográfica para a elaboração da fundamentação teórica da tese, quando buscamos os trabalhos originais de Marx e trabalhos sobre a utilização do materialismo dialético como ferramenta de análise, ambos apenas para reforçar o argumento dos autores, tanto as contribuições de Marx, quanto os trabalhos sobre o materialismo dialético não apresentavam “encaixe perfeito” no trabalho de Mendonça e Ribeiro. O processo de reflexão para conseguirmos entender o motivo destas divergências foi extremamente penoso, principalmente em razão do apreço que tínhamos pelo trabalho destes dois pesquisadores. Após tal processo de reflexão, produzimos o que aqui é apresentado nos capítulos 2, 3 e 4, que, em conjunto, formam uma versão modificada da interpretação Mendonça-Ribeiro da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução.

É válido pontuar aqui que, substituídas as frações da interpretação Mendonça-Ribeiro que entram em choque com o que foi produzido por nós, nossa contribuição se encaixa perfeitamente dentro da análise dos autores. Nesta tese, contudo, não foi realizado este “encaixe” de forma explícita, de forma que é necessário algum esforço reflexivo para fazê-lo. É uma ambição nossa produzir, futuramente, a análise do desenvolvimento lógico do fenômeno crise tendo a nossa contribuição mesclada à interpretação Mendonça-Ribeiro.

Passada esta etapa, avançamos para a aplicação empírica da teoria produzida, e, mais uma vez, nos deparamos com dificuldades. A principal entre elas, já esperada, era a dificuldade de se trabalhar com os dados das contas nacionais oficiais da economia brasileira. Nosso esforço para nos desvencilharmos dos problemas causados pela metodologia de cálculo dos indicadores oficiais foi significativo. Entretanto, é uma frustração nossa que tal esforço não tenha gerado muitos frutos.

Como se verá adiante, buscamos trabalhos que se propusessem a reorganizar as contas nacionais brasileiras de forma que expressassem os conceitos da Economia Política Marxista. O nível de complexidade de algumas partes destes trabalhos novamente demandou muita reflexão. Quando finalmente conseguimos compreender tudo o que havia sido feito pelos pesquisadores, percebemos que, e essa é apenas nossa opinião, somente uma parte muito pequena destes trabalhos poderia ser utilizada, necessitando, esta, de algumas modificações.

Tivemos ainda alguns problemas pontuais, como séries descontinuadas e dificuldades causadas pelas mudanças de metodologia de cálculo de várias séries do IBGE, dos quais não vale a pena tratar de forma pormenorizada. O fato é que estes problemas pontuais somados aos outros que foram mencionados nos obrigaram a encurtar nossa análise e nos impediram de aproveitar por completo os estudos realizados por nós. De qualquer maneira, como se verá adiante, julgamos ter conseguido produzir uma importante contribuição, e será muito gratificante para nós se nosso trabalho de fato gerar discussões produtivas, que venham a aumentar o impacto que este terá no campo de pesquisa marxista.

## 1.1 EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA:

Nas sociedades pré-capitalistas, as crises severas que assolavam a economia eram sempre de escassez. O surgimento do Modo de Produção Capitalista, no entanto, dá início à gestação de um fenômeno novo: a crise de excesso. Foi no final da década de 1810/meados da década de 1820<sup>1</sup> que os cientistas sociais foram surpreendidos com a forma já desenvolvida desse fenômeno. Todos estavam perplexos, pois, pela primeira vez, as forças produtivas da sociedade estavam em plenas condições de produzir, mas não existia razão para isto, já que as mercadorias se amontoavam nos mercados sem que houvesse consumidores que as pudessem comprar.

Tendo ocorrido primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, após algum tempo, as crises de excesso não só passaram a se repetir periodicamente,

---

<sup>1</sup> Há alguma divergência entre os autores quanto à data precisa. Segundo Ribeiro (1988), a primeira ocorrência do fenômeno em sua forma desenvolvida data de 1819. Já Mendonça (1990) e Dragúilev (1961), por exemplo, apontam 1825;

como também se espalharam por todas as economias capitalistas conforme estas amadureciam, o que sugeria que o seu aparecimento tinha uma relação estreita com esse modo de produção particular (MENDONÇA, 1990, pp. 73-81).

A postura do *mainstream* econômico perante o fenômeno, no entanto, parecia não levar tal fato em consideração. Primeiro se tentou negar sua existência deliberadamente. Economistas como Marx e Sismondi, que reconheciam tal existência, eram minoria perante muito outros como Ricardo, Say, James Mill, John S. Mill, etc. (MARX, 2011 e MARX, 1980, V II e III). Após a crise de 1929, o keynesianismo assume a frente dos ministérios e a postura muda: o fenômeno é reconhecido, mas se pretendia acabar com ele. Diante da impossibilidade de fazê-lo, voltam os liberais com uma nova roupagem. O neoclassicismo agora nega o fenômeno de uma maneira diferente: trata cada manifestação sua como um ato isolado, de forma que cada uma delas nada mais é que do que um acontecimento infeliz (RIBEIRO, 2000).

As características gerais do fenômeno, no entanto, parecem dar sustentação à caracterização feita por Mendonça (1990) e Ribeiro (2008). De acordo com os autores, tais crises que acometem as economias capitalistas maduras têm nome: Crises Cíclicas de Superprodução. São crises periódicas cuja característica principal é a superprodução. Elas estão submetidas a uma lei que opera de forma regular no Modo de Produção Capitalista e existirão enquanto este existir (MENDONÇA, 1990, pp. 140-141 e RIBEIRO, 2008, p. 45-47).

Diante disso, a postura adotada pelo *mainstream* perante o fenômeno de forma alguma poderia impedir que ele continuasse a operar conforme os fatores objetivos determinam. Ou seja, mais cedo ou mais tarde, toda economia capitalista se transforma em mais um palco para as manifestações das crises de superprodução.

De acordo com Ribeiro (1988, V. III, p. 456), no Brasil, isso ocorreu no início da década de 1960, com a primeira crise cíclica tendo ocorrido em 1963. A partir daí, a mesma regularidade assumida pelo fenômeno em outras economias capitalistas se repetiu neste país. Recentemente, em 2008, por exemplo, presenciamos mais uma vez a redução temporária do nível de atividade econômica em virtude do fato de que as condições de realização da produção não permitiam que a mesma continuasse a crescer a mesma taxa.

Como não poderia deixar de ser, a postura adotada pelos teóricos nacionais foi mais ou menos a mesma que a adotada nos demais países. A situação que se configura no Brasil, portanto, é a seguinte:

Há mais ou menos meio século, a economia brasileira é periodicamente acometida por crises de superprodução. Em geral, os efeitos provocados por estas crises são basicamente os mesmos: redução da atividade econômica, desemprego, destruição de capitais sob todas as formas, etc. A cada crise, possivelmente por não enxergarem a essência destas, os Ministros da Fazenda parecem ser pegos de surpresa e, algumas vezes, ficam confusos quanto à postura que devem ter em relação ao ocorrido ou, pelo menos, quanto às consequências das políticas econômicas que adotam.

## 1.2 JUSTIFICATIVA:

Da circunstância de que o Modo de Produção Capitalista é acometido por crises de superprodução periodicamente se deriva uma série de consequências que afetam as condições de vida da população. Ao passo que, durante os períodos de ascensão, a situação parece melhorar até para os trabalhadores, durante as fases de crise e depressão, as falências, centralização de capitais, redução da produção, etc. fazem capitalistas arruinados e trabalhadores engrossarem as fileiras do exército industrial de reserva e provocam queda nos rendimentos e na arrecadação tributária. Estes problemas dos períodos de crise, por sua vez, provocam queda da qualidade de vida, visto que reduzem o consumo privado e a quantidade e/ou qualidade dos serviços públicos que são prestados.

Os impactos nas condições de vida, entretanto, não se restringem aos efeitos produzidos diretamente pelo ciclo, mas também são constituídos por fatores que se derivam da combinação entre esse desenvolvimento cíclico e as políticas econômicas adotadas pelos governos. Em outras palavras: dado o movimento cíclico, a adoção de diferentes políticas econômicas produz diferentes resultados, podendo alterar a intensidade dos efeitos produzidos por ele e/ou criar novos.

Diante disto, a busca pelo melhor resultado está primeiramente condicionada ao conhecimento de quais os resultados possíveis, que, por sua vez, está condicionado ao conhecimento do movimento cíclico, em particular das crises periódicas que acometem as economias capitalistas.

Ora, se “la tarea del conocimiento científico consiste precisamente en conocer los fenómenos de la naturaleza y de la sociedad como fenómenos necesarios y sujetos a leyes (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 2), pois “sin ello no sería posible actuar prácticamente con éxito sobre las fuerzas de la naturaleza” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 2), não se pode perpetuar os erros cometidos pelo *mainstream* encarando as crises econômicas como produto de eventos aleatórios (teoria do *real business cycle* (ROMER, 2012, pp. 189-233)) ou até mesmo assumindo ser possível suprimi-las, mantendo um “crescimento sustentável” através de políticas econômicas. É preciso ter por base uma teoria que internalize a lei de operação regular a qual o movimento cíclico está sujeito. Assim,

Uma teoria, para que consiga explicar esse movimento cíclico, necessita explicar o momento de ruptura que leva à crise e a retomada do crescimento econômico, que constituem os dois momentos de inflexão do processo. Além disso, essa teoria precisa mostrar que um momento de inflexão é consequência necessária dos efeitos provocados pela inflexão anterior, isto é, que a crise é consequência do próprio processo de acumulação do capital, e que a retomada deste processo só é possível por causa das consequências da crise (CARCANHOLO, 1996, p. 4).

Mas, não é só isso. Dada a regularidade do movimento, uma teoria que se proponha a explicá-lo deve também explicar por que suas inflexões têm esta periodicidade regular.

No entanto, o estudo apropriado do fenômeno não demanda apenas que se escolha uma teoria que preencha tais requisitos. Também é necessário ter consciência de que toda teoria está sujeita a apresentar falhas e limitações e, portanto, também está sujeita a um processo de desenvolvimento ulterior que a leve a um grau mais elevado de aderência ou de capacidade de explicação da realidade.

Se, em nossas pesquisas, nos colocarmos sempre neste ponto de vista [...] a cada momento, teremos a consciência de que todos os resultados que obtemos estarão necessariamente limitados e estarão condicionados às circunstâncias em que os obtemos [...], pois o que hoje reputamos verdadeiro contém também um lado falso, oculto agora, mas que virá à luz mais tarde (MARX e ENGELS, 2004, p. 124).

Mas, essa não constitui a única razão para não encarar uma teoria das crises como algo acabado.

[...] es absolutamente claro que si todos os fenómenos de la naturaleza y de la sociedad están sujetos a las leyes objetivas del desarrollo y del cambio, tampoco nuestros conceptos y categorías pueden por menos de hallarse en desarrollo y movimiento, pues de otro modo no podrían reflejar la realidad en su proceso de desarrollo (ROSENTAL e STRAKS, 1958, pp. 31 e 32).

Portanto, da circunstância de que a dinâmica cíclica das economias capitalistas produz impactos diretos na qualidade de vida da população e tais impactos podem ser, em certa medida, alterados por políticas econômicas deriva-se a importância de estudar o ciclo econômico, em particular as crises de superprodução. Contudo, em primeiro lugar, as características do fenômeno demandam que a teoria que sirva de base para estudá-lo possa explicar 1) os dois pontos de inflexão do movimento cíclico (crise e retomada do crescimento) como consequência um do outro e 2) a regularidade temporal do movimento. Além disso, das circunstâncias de que as teorias estão sempre limitadas pelo estágio de desenvolvimento científico do período no qual foram produzidas e pelas condições nas quais foram produzidas e de que a realidade se encontra em um processo de transformação contínuo se deriva a necessidade de que a teoria base seja sempre revista e modificada, quando necessário, para aumentar sua capacidade de explicação da realidade.

### 1.3 OBJETIVOS:

Diante da importância que tal estudo tem para a manutenção dos padrões de vida da população no melhor nível possível dado o movimento cíclico, o presente trabalho constitui um estudo teórico e empírico das Crises Cíclicas de Superprodução.

Sobre a escolha da teoria base, é preciso dizer primeiramente que ela está condicionada à escolha de um método ou ferramenta de análise, que, por sua vez, deve levar em consideração as características do fenômeno a ser estudado: o ciclo econômico, em particular as crises cíclicas de superprodução.

Em primeiro lugar, o estudo de um fenômeno em determinado momento histórico demanda que seja conhecido o processo de surgimento e desenvolvimento do mesmo. Isso porque é através dessa análise que 1) se consegue determinar suas causas; 2) se atesta se o seu processo de transformação/desenvolvimento está



submetido a uma lei; 3) se identifica a atual etapa do seu desenvolvimento, o seu funcionamento e a sua relação com outros fenômenos.

Esse estudo do processo de surgimento e desenvolvimento, por sua vez, demanda a utilização de um método no qual está pressuposta essa mutabilidade e que, ao mesmo tempo, possua critérios para diferenciar cada uma das etapas do referido processo.

Em segundo lugar, partindo para questões específicas relacionadas ao fenômeno estudado, como já dissemos, as crises parecem estar submetidas a uma lei que opera regularmente no Modo de Produção Capitalista. Além disso, a sua manifestação constitui apenas uma das fases do ciclo econômico. A apreciação empírica de cada uma dessas fases, por sua vez, se dá através de dados econômicos que apresentam apenas variações quantitativas. Disto tudo se deriva que as características particulares do ciclo econômico e das crises cíclicas de superprodução demandam que o método utilizado na sua análise possua critérios rigorosos para a identificação de leis e para a determinação dos momentos onde as variações quantitativas se transformam em saltos qualitativos.

Por fim, como as crises cíclicas de superprodução constituem um fenômeno social, a possibilidade de realização de experimentos controlados está descartada. Desta forma, em primeiro lugar, está dado que a relação existente entre as crises e outros fenômenos estará nebulosa. Além disso, outros fenômenos paralelos estarão exercendo influência sobre os indicadores analisados. Assim, esta circunstância demanda que o método de análise tenha critérios claros para classificação da relação entre os fenômenos e para determinar aquilo que é essencial à análise e aquilo do que se deve abstrair.

Adotaremos, portanto, no presente trabalho, o Materialismo Dialético como método analítico precisamente por conseguir suprir todas as necessidades impostas a esta análise em particular. A utilização de um método de tamanha complexidade, entretanto, demanda que o pesquisador o conheça com alguma profundidade. Diante disto, realizamos uma pesquisa bibliográfica no intuito de encontrar obras que tratassem da definição das categorias do materialismo dialético e de sua aplicação ao estudo dos fenômenos da natureza e da sociedade. Boa parte do processo de busca preliminar para a escolha das obras a serem consultadas foi realizada através da seção Philosophy, subseção Marxist Philosophy, do site marxists.org.

Após esta busca preliminar, consultamos os trabalhos seguintes: Lenin (1977), Ilyenkov (1977), Lukács (1975), Marcuse (1954), Plekhanov (1940), Sartre (2002), Althusser (1967), Althusser (1976) e Rosental e Straks (1958).

Entretanto, em sua grande maioria, os trabalhos consultados tratavam de questões mais gerais da filosofia, como a contraposição entre Idealismo e Materialismo, de questões e discussões do método dialético mais específicas e também distintas das que interessavam ao nosso estudo ou abordavam o método materialista dialético de uma maneira muito geral, seguindo o exemplo das obras filosóficas de Marx e Engels, ou seja, sem uma esquematização de conteúdo tratado.

A obra “Categorias del Materialismo Dialectico”, elaborada pela equipe de professores do Instituto Pedagógico de Estado “K. D. Ushinski” da URSS e cuja redação geral ficou a cargo de M. M. Rosental e G. M. Straks (ROSENTAL e STRAKS, 1958), contudo, fugiu a esta regra. Nela, os autores se propõem, com base no estudo das obras filosóficas de Marx, Engels, Lenin e de outros autores marxistas que se dedicaram ao estudo do tema, a esquematizar todo o conhecimento disponível até a época sobre as categorias do materialismo dialético, no intuito de capacitar os cientistas sociais a aplicarem tais categorias a estudos de fenômenos de qualquer ordem, ou seja, naturais ou sociais.

É certo que Althusser (1976) se propõe a realizar a mesma tarefa em sua obra “Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas”. Contudo, o conteúdo de Rosental e Straks (1958) o supera em muito no que tange a amplitude e a profundidade com a qual discute o tema.

Diante do exposto, concluímos que a nossa melhor escolha seria utilizar Rosental e Straks (1958) como base principal no que tange a utilização das categorias da lógica dialética no nosso trabalho.

Uma vez estabelecido o método, várias são as teorias que poderiam servir de base para o estudo do fenômeno crise. Entretanto, como se sabe, o campo marxista se destaca precisamente devido ao uso do materialismo dialético como método de análise. Em função disso, restringimos nossa escolha a esse campo teórico.

Mesmo com tal restrição, resta ainda um número considerável de interpretações existentes. Por outro lado, se partirmos do pressuposto de que o avanço da ciência, seja ela natural, exata ou social, se dá através aproveitamento de

estudos anteriormente realizados, não podemos ignorar o trabalho “Causas e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista” (CARCANHOLO, 1996).

No referido trabalho, o autor analisa de forma crítica o que julga serem as principais teorias das crises de inspiração marxista: as teorias que apontam a queda da taxa de lucro como causa da crise, as Teorias do Subconsumo, as Teorias das Desproporções e a Teoria da Superacumulação. Em sua crítica a essas teorias, argumenta que todas elas confundem formas de manifestação das crises com suas causas.

No que tange às teorias que colocam a queda da taxa de lucro como causa da crise, Carcanholo (1996, p. 31-37; 63-65 e 169-170) aponta que, ao contrário do que pensam autores como Cogoy, Strachey, Castells, Lebowitz e Shaikh, a queda conjuntural da taxa de lucro como parte do movimento cíclico que ela descreve, que se diferencia do seu movimento secular, já é na verdade um reflexo de um problema de realização que a precede. Ou seja, “a taxa de lucro, na fase descendente do ciclo, cai justamente porque a economia já está em crise, e não o contrário” (CARCANHOLO, 1996, p. 169).

A crítica à Teoria Subconsumista, como dito, também segue a mesma linha da anterior. Autores como Rosa Luxemburgo e Sweezy, em primeiro lugar, invertem a relação de dependência entre acumulação e consumo ao apontar o último como determinante do primeiro (CARCANHOLO, 1996, p. 107). Para Carcanholo, no entanto, circunstâncias inerentes à acumulação especificamente capitalista determinam as condições de consumo e produzem a insuficiência de demanda apontada como causa da crise pelos teóricos subconsumistas. Assim, da mesma forma que a queda da taxa de lucro, tal insuficiência não passa de uma forma de manifestação do fenômeno (CARCANHOLO, 1996, p. 107-108 e 170).

No que tange à crítica a teóricos das desproporções como Tugán-Baranovsky e Hilferding, que apontam a quebra das condições de equilíbrio (proporcionalidade entre os setores) como causa da crise, “percebe-se que essas condições de equilíbrio foram quebradas, definindo a desproporcionalidade, depois que o processo de realização já encontrou obstáculos, depois que já se configurou a crise” (CARCANHOLO, 1996, 170).

Por fim, a Teoria da Superacumulação de Moszkowska, ao invés de resolver o problema da explicação da crise, apenas a define, ao apontar a crise como uma

superprodução de mercadorias e de capitais que provoca os problemas de realização e lucratividade. Segundo Carcanholo, embora isso esteja correto,

A situação de superacumulação de capital – impossibilidade de um capital se valorizar a mesma taxa que antes – se define quando as circunstâncias que provocam a crise já atuaram, de forma que a superacumulação é um estado, uma característica, uma forma que a crise encontra pra se manifestar (CARCANHOLO, 1996, p. 171).

Diante da análise feita, o autor argumenta que explicar verdadeiramente o fenômeno é “*entender o conteúdo do fenômeno, explicar a sua causa, e explicar as formas pelas quais ele se apresenta na economia*” (CARCANHOLO, 1996, p. 173) e, com base nisso, apresenta uma explicação das crises que basicamente constitui a interpretação Mendonça-Ribeiro (MENDONÇA, 1990; RIBEIRO, 2008)

O trabalho de Carcanholo (1996) deu, portanto, um grande passo no sentido de contribuir para o estudo teórico das Crises Cíclicas de Superprodução. Através de uma análise rigorosa de diversas teorias possíveis, apresenta o que seria para ele o argumento mais sólido de explicação deste fenômeno.

Assim, do ponto de vista teórico, iremos aceitar a análise realizada por Carcanholo (1996) como justificativa da escolha da teoria base. Obviamente que isso necessariamente implica que advogamos em favor da superioridade da interpretação-base escolhida. Contudo, como já vimos, dado o atual estágio do debate teórico, isso é apenas uma defesa de argumento e de maneira alguma invalida análises contrárias.

Do ponto de vista empírico, iremos dar continuidade aos trabalhos já realizados por pesquisadores que adotaram a mesma teoria-base (RIBEIRO, 1988; SILVA, 1999; SILVA, 2002; MEDEIROS JÚNIOR, 2001), analisando um período ainda não estudado.

Desta forma, o que foi apontado na seção anterior e o que foi apontado na introdução da presente seção justificam a escolha dos seguintes objetivos geral e específicos.

### 1.3.1 Objetivo Geral:

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução, o nosso objetivo geral é realizar uma análise

crítica da interpretação Mendonça-Ribeiro da referida teoria e aplicar o produto desta análise ao estudo do movimento cíclico da economia brasileira no período que vai de 1997 a 2010. Para tanto, levaremos a cabo os objetivos específicos elencados na subseção seguinte.

### 1.3.2 Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos do presente trabalho são:

- Empreender uma análise crítica da interpretação Mendonça-Ribeiro da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução;
- Modificar a interpretação Mendonça-Ribeiro de acordo com as necessidades impostas de forma a manter em movimento o processo de desenvolvimento da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução;
- Testar de forma preliminar a aderência da teoria à realidade da economia brasileira através da análise do componente cíclico do Produto Interno Bruto, PIB, desta economia;
- Realizar a periodização das fases do ciclo econômico brasileiro no período que vai de 1997 a 2010;
- Identificar pontos de divergência entre teoria e realidade e apontar causas de tais divergências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A INTERPRETAÇÃO MENDONÇA-RIBEIRO:

Em colaboração durante as décadas de 1970 e 1980, António Augusto de Ascensão Mendonça e Nelson Rosas Ribeiro dão início ao processo de desenvolvimento de sua interpretação da teoria marxista das crises. É em 1985, em Lisboa, que os dois pesquisadores, então doutorandos no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), publicam um artigo conjunto com a primeira versão desta interpretação (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985) e, ao longo dos anos que se seguiram, desta vez individualmente, debruçaram-se sobre ela até publicarem suas respectivas versões finais: Mendonça (1990) e Ribeiro (2008).

Na versão embrionária desta interpretação, os autores não só apresentam uma resposta teórica para o fenômeno das Crises Cíclicas de Superprodução. Analisam, ainda, embora de forma superficial, algumas modificações que se processam nos ciclos econômicos após a Segunda Guerra Mundial e identificam suas causas.

Quando passam a trabalhar individualmente, enquanto Ribeiro (2008) opta por empreender um esforço para aumentar o nível de rigor da análise acerca do fenômeno em sua forma pura, Mendonça (1990) dá prioridade à análise das novas características do ciclo econômico.

Apresentaremos nesse capítulo tanto a versão preliminar da interpretação dos autores, quanto os referidos trabalhos individuais.

### 2,1 A GÊNESE DA INTERPRETAÇÃO MENDONÇA-RIBEIRO:

A publicação conjunta de Mendonça e Ribeiro (1985) nasce como uma resposta dos autores à crise que acometeu a economia mundial na primeira metade da década de 1980. Em função disto, não poderiam deixar de apontar características particulares da referida crise que a tornava diferente das que anteriormente acometeram o Modo de Produção Capitalista. São elas:

- **Ineficácia da Política Econômica:** a despeito de terem conseguido amaciar o movimento cíclico da economia mundial durante cerca de 30 anos, a partir de 1980, as políticas anticíclicas não mais obtinham tal efeito (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, pp. 35 e 36);

- **Inflação:** a despeito da superprodução, a inflação persistia durante a fase de crise (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 36);
- **Desemprego Elevado:** o desemprego atinge níveis tão altos quanto os alcançados na crise de 1929 e tende a agravar-se (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 36);
- **Longa Duração da Fase de Crise:** a fase de crise do ciclo econômico apresenta um aumento significativo do seu tempo de duração (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 37).

Após apresentarem tais características, partem para uma breve análise da história das crises e das teorias que tinham por objetivo explica-las, onde apontam a característica fundamental das crises do capitalismo: o fato de serem crises, não de escassez, mas sim de abundância, de superprodução.

É após isto que os eles expõem uma interpretação marxista deste fenômeno, que é precisamente o que nos interessa neste trabalho. A seguir, portanto, analisaremos a primeira versão da interpretação Mendonça-Ribeiro acerca da teoria marxista das crises. Nesta, os autores, além de construírem, utilizando-se das obras de Marx, um arcabouço teórico base que explica a origem, o desenvolvimento da possibilidade do fenômeno crise e a razão pela qual ele se tornou um fenômeno inerente ao Modo de Produção Capitalista, produzem também uma argumentação teórica que explica novas características adquiridas pelos ciclos econômicos após a Segunda Guerra Mundial, identificando suas causas.

### 2.1.1 O Embrião das Crises:

Os autores começam a construção do arcabouço teórico pela busca da origem do fenômeno estudado. Segundo eles,

O embrião do fenômeno das crises encontra-se na mercadoria, forma que o produto do trabalho humano assume, e, dizer que este embrião se encontra na mercadoria significa dizer na contradição entre Valor e Valor de Uso, que existe no interior daquela forma (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 73).

Isso ocorre, porque o produto do trabalho do homem assumir a forma de mercadoria implica o surgimento de uma contradição entre seu valor e seu valor de uso, que antes formavam uma unidade. Em uma sociedade de produtores de

mercadorias<sup>2</sup>, ele se torna, portanto, valor (ideal) para o seu produtor e não-valor de uso para ele. Assim, esse produtor precisa encontrar outro produto de trabalho humano que reconheça como valor de uso e no qual o valor (ideal) do produto do seu trabalho possa se manifestar. Ao mesmo tempo, o produtor deste outro valor de uso também deve reconhecer o produto do trabalho do primeiro produtor como um valor de uso. Caso não sejam satisfeitas tais condições, tais produtos constituem apenas desperdício de trabalho. O aparecimento da contradição entre trabalho privado e trabalho social faz surgir a contradição entre valor e valor de uso, inerente à mercadoria, que, por sua vez, dá origem à possibilidade de existência de produtos do trabalho humano para os quais não existam consumidores. Esta contradição constitui, por isso, o germe ou embrião das crises (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, pp. 71-73).

Essa identificação do “embrião” das crises é um dos componentes desta primeira versão da teoria que, apesar de receber tratamento mais rigoroso posteriormente, permanece na versão final de ambos os autores.

## 2.1.2 A Possibilidade de Crise e o seu Desenvolvimento:

A possibilidade das crises, segundo os autores, surge com o aparecimento do dinheiro na sociedade.

O dinheiro criou o milagre da cristalização do Valor e portanto pode ser conservado nesta forma durante muito tempo. *Graças a isto os actos de compra e venda podem separar-se no tempo e no espaço.* Se esta separação, porém, excede certos limites, a unidade impor-se-á por um acto de violência económica punindo aqueles que se atreveram a desrespeitá-la. [...]  
Surge assim a possibilidade das crises (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 75).

---

<sup>2</sup> Aqui cabe uma consideração sobre o pressuposto de uma sociedade de produtores de mercadorias. A utilização dessa suposição para iniciar a análise pela mercadoria é um reflexo da interpretação de Mendonça e Ribeiro, que é compartilhada por nós, de que Marx pressupõe uma sociedade de produtores de mercadorias nos capítulos iniciais de “O Capital”, para depois passar à análise de uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias. Arthur (2005), contudo, argumenta que a consagração dessa ideia se deve à um erro de leitura de Engels, que, por sua vez, constituiu a sua resposta à tese de Conrad Schmidt de que o “valor” discutido no volume I de “O Capital” seria uma “ficção necessária”. Ou seja, Engels interpreta o início da obra dessa maneira para assegurar o valor como algo empiricamente visível (ARTHUR, 2005). Não nos interessa discutir aqui a questão, mas apenas apontar a existência de interpretações distintas da nossa;



A separação de compra e venda no tempo e no espaço e o consequente surgimento desta possibilidade de crise derivam-se, desta forma, da função de meio de circulação do dinheiro. No entanto, outras funções do dinheiro, de acordo com os autores, contribuem para o desenvolvimento das possibilidades de crise: as funções de entesouramento e de meio de pagamento do dinheiro.

A primeira, “ao permitir a retirada de D do processo de circulação, contribui para a criação de obstáculos a essa circulação” (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 75). Já a segunda permite a quebra da simultaneidade entre os fluxos de dinheiro e mercadoria no processo de circulação. A existência da função de meio de pagamento do dinheiro torna possível que circulem mercadorias sem que circule dinheiro e que circule dinheiro sem que circulem mercadorias. Primeiro o dinheiro faz com que circulem mercadorias servindo apenas de medida de valor e padrão de preços (dinheiro ideal), depois realmente circula (caso não ocorram compensações) para a quitação de dívidas. Isto cria uma complexa relação entre fluxos de D e M entre credores e devedores tal que, em certos casos, basta que um produtor não consiga saldar sua dívida para que o processo se desarticule. Assim, com a criação da *“contradição entre D como medida de valores e meio de circulação ideal, por um lado, e D como Valor de Troca real, por outro”* (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, pp. 76 e 77) esta função desenvolve a possibilidade de crises.

O surgimento dos fatores que dão início ao desenvolvimento das crises pode perfeitamente se dar apenas em uma sociedade de produtores simples de mercadorias. De forma que tanto o embrião das crises, como sua possibilidade surgem antes do aparecimento do modo de produção capitalista. Contudo, o desenvolvimento dos primeiros, de acordo com a interpretação dos autores, requer o surgimento deste último. A razão para isto é apresentada implicitamente pelos autores ao discutirem a passagem da possibilidade à necessidade de crise.

### 2.1.3 Da Possibilidade à Necessidade de Crise:

Como dito, o surgimento da produção com base no capital é condição necessária para a transformação da possibilidade de crise em necessidade. Isso decorre das modificações provocadas pela produção com base no capital no processo de reprodução das condições de produção. A primeira delas, que, a nosso ver, merece destaque, os autores apresentam através de Marx:

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valor de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do capital só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável (MARX, 1985a, V. I, p. 129).

Esta parece ser a razão pela qual os autores entendem ser necessário passar, de uma sociedade de produtores de mercadorias, para uma sociedade de produtores capitalistas de mercadoria para que se dê continuidade ao processo de evolução das possibilidades de crise. Sendo o objetivo da produção com base no capital a obtenção de um montante de valor cada vez maior (lançar D e obter D'), ela possui mecanismos intrínsecos que lhe impõem sua repetição continuada. No capitalismo, portanto, o crescimento da produção está sempre sendo pressionado (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 78 e 79).

O produto do trabalho no capitalismo, por sua vez, sempre assume a forma de mercadoria. A produção de mercadorias é, pois, generalizada e em larga escala neste Modo de Produção, com o agravante do acréscimo da mercadoria especial força de trabalho (FT). Essa mercadoria, segundo os autores, gera contradições cujo desenvolvimento de cada uma delas contribuirá para a criação de obstáculos a este crescimento insaciável do capital.

Por um lado, o aparecimento da mercadoria FT pressiona o aumento da produção, pois:

- O consumo dessa mercadoria tem como consequência o lançamento de mais mercadorias na circulação (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 80);
- É condição *sine qua non* para o consumo de FT o consumo de outras mercadorias (meios de produção) que, por um mecanismo de transferência, lançaram seus valores de volta no mercado (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 80);
- A manutenção de FT se dá através do consumo de mercadorias mesmo que ela não seja consumida (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 80);
- Seu surgimento implica o surgimento de um consumidor insaciável na sociedade: o capital (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 80).

Ao passo que surgem mecanismos que impulsionam a produção, produzem-se outros que limitam esse crescimento. Isso porque, no Modo de Produção

Capitalista, não se produz valor puro, mas a produção de valor se dá por meio da produção de valores de uso. Prolifera-se a contradição valor x valor de uso pelo tecido social e impõe-se, portanto, o primeiro limite ao crescimento da produção: a realização destes valores de uso (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 81).

Além disso, o maior grupo de consumidores da sociedade, os detentores da mercadoria força de trabalho, tem sua capacidade de consumo limitada pelo preço desta mercadoria. Ao mesmo tempo, a fonte da obtenção de um valor cada vez maior é a extração de mais-valor, que, por sua vez, pressiona constantemente o preço da mercadoria força de trabalho para baixo. E mesmo que o aumento da extração de mais-valor não implique a redução desse preço, ele diminui relativamente a quantidade de mercadorias que deve ser consumida pela maior classe de consumidores da sociedade (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 81).

Os autores também apontam que o advento da produção com base na circulação  $D - M - D'$  gera mais barreiras ao movimento do capital. Isto porque amplia as contradições anteriormente surgidas na sociedade de produtores de mercadorias pela autonomização das formas assumidas pelo capital na circulação:  $D$  e  $M$ .

Em primeiro lugar, a autonomização da circulação como um todo com o surgimento do capital comercial, segundo os autores, cria uma contradição entre a realização de  $M'$  para o capital industrial e a realização de  $M'$  para a sociedade. Pois, embora, após ser pago pelo capitalista comercial, o capitalista industrial retome o processo produtivo, suas mercadorias ainda não saíram da circulação. Caso algum problema de realização ocorra, isso só será percebido quando o capitalista industrial precisar vender outro lote de produção, ampliando a magnitude da produção com dificuldades de realização (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 82).

Os autores apontam ainda que o desenvolvimento das funções de meio de pagamento e meio de entesouramento do dinheiro, que produzem as relações de crédito capitalista, tornam cada vez mais independentes os fluxos de  $D$  e  $M$  na sociedade. Pois, com a existência de instituições de crédito, não só a reprodução das condições de produção, como também a sua ampliação, se tornam independentes da realização das mercadorias anteriormente produzidas (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, pp. 81 e 82).

Por fim, a circulação  $D - M - D'$  cria também a contradição entre produção e consumo. Na sociedade de produtores de mercadorias, o surgimento do dinheiro faz

com que a contradição entre valor e valor de uso assuma a forma de manifestação externa de contradição entre dinheiro e mercadoria. Na sociedade capitalista, visto que o objetivo dos produtores capitalista é a obtenção de D, enquanto o do restante da sociedade é a obtenção de M, “Do ponto de vista das necessidades sociais, D e M encontram-se em polos opostos [...]. A relação *produção X consumo* assume um carácter contraditório” (MENDONÇA e RIBEIRO, p. 83).

É, portanto, segundo os autores, o desenvolvimento destas contradições que tornará a crise uma necessidade do Modo de Produção Capitalista (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 84). Mas, antes de expormos como encaram tal processo, queremos chamar a atenção aqui para algo que será importante posteriormente. Perceba que, no atual estágio de amadurecimento da interpretação dos autores, estes entendem a crise como consequência da existência de um estímulo constante à produção de mercadorias ao passo que barreiras à realização destas são constantemente criadas na sociedade. A expansão dos mercados que é consequência do aparecimento da mercadoria força de trabalho, por exemplo, é entendido pelos autores apenas como estímulo à produção. A importância de se chamar atenção para este fato está relacionada com elaborações posteriores acerca do conteúdo das crises.

#### 2.1.4 A Crise como Necessidade Inevitável:

Os autores apontam que a busca pelo aumento da produção de mais-valor, que culmina na busca por mais-valor extraordinário, no capitalismo, é o motor do aumento da produtividade do trabalho. Este aumento tem dupla consequência:

- Aumento dos valores de uso produzidos;
- Redução do valor unitário destes valores de uso (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 85).

Tais consequências, em primeiro lugar, fazem com que, para realizar a mesma quantidade de valor, o capitalista precise vender uma maior quantidade de valores de uso. Em segundo lugar, elas, visto que acabam por provocar a redução do valor da força de trabalho, reduzem a capacidade de consumo, em termos de valor, desta classe. Assim, a busca por mais-valor, ainda que absoluto, traduz-se sempre na redução, mesmo que relativa, da capacidade de consumo da classe

trabalhadora. Em outras palavras, “*A procura da mais-valia está assim intimamente ligada ao desenvolvimento da contradição entre a produção e a capacidade de consumo da sociedade*” (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 85).

Além disso, a decisão do que produzir é tomada individualmente por cada capitalista, o que não necessariamente precisa, a priori, coincidir com as necessidades sociais. Isto é nada mais que outro aspecto da contradição produção x consumo (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 86).

Por outro lado, a dependência entre os diversos setores da economia choca-se com o fato de que as decisões de produção e investimento são tomadas individualmente, ou seja, com a anarquia da produção (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 86).

Entretanto, os autores explicam que:

Em última análise, as crises estão ligadas a contradição fundamental que caracteriza o funcionamento do sistema econômico capitalista: a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada capitalista. A contradição produção/consumo e a anarquia da produção mais não são do que formas de manifestação desta contradição fundamental (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 86).

Note que esta constitui a primeira vez que os autores tratam acerca de formas de manifestação neste trabalho. No entanto, apontam apenas as formas de manifestação da contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada capitalista. Já acerca das formas de manifestação das crises em si, nada é dito. Além disso, nada se comenta sobre o conteúdo, a aparência e a essência do fenômeno estudado.

#### 2.1.5 A Dinâmica das Crises:

Como último ponto do arcabouço teórico que explica o fenômeno das crises de superprodução de acordo com a visão de Marx, os autores desenvolvem o que parece ser uma descrição do desenrolar das crises. Ao fazê-lo, contudo, a argumentação dos autores relacionada ao fenômeno conhecido na literatura marxista como Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro nos pareceu um pouco confusa.

Segundo eles (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 88), o aumento da força produtiva, ao traduzir-se na redução da capacidade de consumo da sociedade, leva a dificuldades de realização, que, por provocarem realização parcial do mais-valor produzido, causam a queda da taxa de lucro. Em palavras suas:

*A descida da taxa de lucro será assim a consequência necessária do desequilíbrio crescente entre a produção e as possibilidades de sua realização, que caracteriza o desenvolvimento do processo de acumulação* (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 88).

Portanto, a argumentação dos autores na seção “5.4.2 A lei da queda tendencial da taxa de lucro e a dinâmica do capitalismo”, pelo menos na nossa leitura, apresenta a lei da queda tendencial não como uma consequência do aumento do investimento necessário para se produzir determinada quantidade de mais-valor, mas sim como consequência de dificuldades de realização. Se, de fato, interpretamos da maneira devida o que foi dito por Mendonça e Ribeiro (1985, p. 86-88), eles estão, na verdade, confundindo a queda tendencial da taxa de lucro com o comportamento cíclico da taxa efetiva de lucro, o qual está relacionado em algum nível com o aumento da força produtiva, visto que é provocado pelos desajustes entre oferta e demanda, mas não constitui o mecanismo através do qual a queda tendencial da taxa de lucro se processa (CARCANHOLO, 1996, pp. 34-36).

Mas, continuando a sua argumentação, explicam que, desta forma, a crise se traduz, portanto, numa superação momentânea, dentro dos limites do sistema, da contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a valorização limitada dos capitais existentes. É um mecanismo de saneamento da economia que elimina a superprodução e os capitais mais fracos, abrindo espaços econômicos para a utilização de novas tecnologias (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 90).

Assim, temos aqui uma nova contradição apontada. Para os autores, a crise é causada pela contradição fundamental do capitalismo, no entanto, ela mesma, a crise, é uma superação momentânea de outra contradição deste sistema: a contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a valorização limitada dos capitais existentes, que caracteriza o desenvolvimento deste modo de produção.

Ao provocar a retomada da acumulação, a fase de crise produz, no entanto, as condições necessárias para o retorno da economia a ela, uma vez que a

acumulação, por se dar da forma contraditória exposta anteriormente, progride, inevitavelmente, para a crise. Nestes termos, os autores identificam tanto os mecanismos que produzem o primeiro ponto de inflexão (crise) como os que produzem o segundo (expansão).

Neste estágio de desenvolvimento desta interpretação, entretanto, não se explica, ainda, a razão pela qual tais inflexões ocorrem com periodicidade regular.

#### 2.1.6 As Particularidades do Capitalismo Pós-Guerra e as Modificações do Ciclo:

Duas são as novas características do capitalismo do pós-guerra que os autores acreditam ter modificado as manifestações das crises cíclicas de superprodução: a oligopolização da economia e o aumento da intervenção estatal. Ambos os fatores contribuíram no sentido de atenuar as formas de manifestação da contradição fundamental do capitalismo: a contradição produção x consumo e a anarquia da produção.

No que tange a primeira, além do fato de a concorrência ter sido substituída por associações entre os grandes monopólios, diminuindo, assim, o papel do mais-valor extraordinário, isto ocorre, pois:

A fixação do preço e das cotas de produção, o domínio sobre as fontes de matérias-primas, o desenvolvimento das técnicas de prospecção dos mercados e de gestão em geral, permitiram um ajustamento mais rápido e mais eficaz da produção à procura, tendo como consequência a atenuação da *contradição produção/consumo*. Estes mesmo factores, na medida em que ampliaram a planificação da empresa, agora gigante, a um grupo maior de empresas, contribuíram, por outro lado, para minorar os efeitos da *anarquia da produção* (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 92).

A intervenção estatal, por sua vez, através de políticas fiscais (encomendas públicas, gastos militares, generalização das formas de salário indireto, investimentos públicos, etc.) e monetárias (gerenciamento do sistema financeiro), agiu no sentido de manter a procura global e estabilizar os movimentos da produção, atenuando também as formas de manifestação da contradição fundamental (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 93).

Ao passo que atenuaram as formas de manifestação da contradição fundamental do capitalismo, estes fatores, no entanto, aguçaram esta última. No caso dos monopólios, por exemplo, pelos fatos anteriormente citados, a socialização

da produção eleva-se a um nível nunca antes visto, enquanto que a apropriação da riqueza se efetua por um número cada vez mais reduzido de “grandes magnatas” (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 93). É nesse sentido que os autores afirmam:

A acção conjugada do Estado e dos monopólios, atenuando a contradição produção/consumo e a anarquia da produção, mas aguçando a contradição fundamental do capitalismo, teve um efeito semelhante ao da aspirina sobre a febre do doente. Baixou a febre através de doses cada vez maiores, enquanto a enfermidade se desenvolvia. Mais cedo ou mais tarde, o medicamento teria de deixar de fazer efeito e a doença teria de se manifestar com toda a sua violência (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 94).

Como consequência disso, aos anos dourados do capitalismo, seguiu-se um período de crises mais violentas, com fases de crise e depressão mais longas e com expansões mais moderadas (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, pp. 94 e 95).

## 2.2 O TRABALHO INDIVIDUAL DE MENDONÇA:

Como o leitor pôde perceber, o carácter crítico da análise desenvolvida na seção anterior é bastante incipiente. Isso porque pensamos não fazer muito sentido criticar aspectos teóricos ou metodológicos da interpretação Mendonça-Ribeiro que viessem a ser modificados posteriormente.

Esta característica do nosso trabalho, contudo, se altera agora, pois, daqui por diante, estremos tratando das versões finais dadas por cada um dos autores acerca da interpretação marxista do fenômeno das crises no capitalismo.

Mendonça (1990) é tanto o primeiro a escrever, quanto o primeiro a publicar sua versão final desta interpretação. No que tange à explicação teórica do fenômeno crise em sua pureza, embora aumente o nível de rigor da exposição, metodologicamente, como poderá ser constatado a seguir, seu trabalho se mantém bastante fiel ao trabalho conjunto que publica com Ribeiro.

Já em relação às modificações sofridas pelos ciclos econômicos, a diferença em relação à versão embrionária da teoria é bem mais nítida. Embora chegue a conclusões parecidas, o nível de aprofundamento é maior. Além disso, ao identificar o fenômeno da estagflação como consequência direta de políticas econômicas aplicadas pelos governos, dá um tratamento marxista ao fenômeno inflação utilizando a mesma metodologia da análise da crise em sua pureza.



### 2.2.1 O Surgimento da Possibilidade de Crise e o seu Desenvolvimento:

Assim como Mendonça e Ribeiro (1985, p. 73), Mendonça (1990, p. 142) inicia a análise do fenômeno crise pela identificação do seu embrião, que é a contradição valor x valor de uso existente na mercadoria. A argumentação é basicamente a mesma apresentada anteriormente. Contudo, o autor percebe que o desenvolvimento desta contradição leva ao aparecimento da possibilidade de crise, tendo a cautela de destacar o motor deste desenvolvimento. Segundo ele,

O alargamento da divisão social do trabalho traz consigo o alargamento da contradição V/VU. Cada vez a mercadoria interessa mais ao seu produtor como V e menos como VU. As formas do valor modificam-se refletindo este desenvolvimento (MENDONÇA, 1990, p. 142).

A nosso ver, no entanto, seria prudente dar o último passo. De acordo com o nosso entendimento, a divisão social do trabalho, sendo parte das relações de produção de um modo de produção, nada mais é do que forma de manifestação das forças produtivas sociais. Assim, a transformação destas últimas, seu desenvolvimento, implica em transformação, em desenvolvimento da forma. Em última instância, portanto, o desenvolvimento da contradição valor x valor de uso é consequência do aumento da força produtiva da sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

Nos mantendo, no entanto, dentro do nível de profundidade estabelecido pelo autor, conforme se amplia a divisão do trabalho, as relações de troca se modificam de forma que surja o equivalente geral por excelência: o dinheiro. Para Mendonça (1990, p. 143), a possibilidade formal de crise<sup>3</sup> também surge juntamente com o dinheiro. O autor aponta que a transformação da circulação  $M - M$  em  $M - D - M$ , ao separar compra e venda no tempo e no espaço, faz surgir a possibilidade da sua interrupção, visto que um produtor qualquer pode reter D após a venda da sua mercadoria. Este fenômeno se dá ainda nos limites de uma sociedade de produtores de mercadorias.

A referida retenção, por sua vez, só se torna possível em razão da função do dinheiro como meio de entesouramento. A existência desta função do dinheiro

---

<sup>3</sup> Chama atenção o fato de que, diferentemente de Mendonça e Ribeiro (1985, p. 75), o autor utilize a expressão “possibilidade formal de crise” (MENDONÇA, 1990, p. 143). Contudo, como veremos adiante, o autor parece não usar tal conceito com um nível tão elevado de rigor;

inclusive pode fazer com que este se torne o desejo absoluto de um produtor qualquer, o que faz com que dinheiro seja atraído para fora da circulação, reforçando a possibilidade de interrupção da circulação. Para que esta interrupção não ocorra, é necessário que o movimento de saída seja compensado por outro de entrada.

Lembremos que, em Mendonça e Ribeiro (1985, p. 75), aponta-se que a função de meio de entesouramento do dinheiro contribui para o desenvolvimento da possibilidade de crise na medida em que gera obstáculos à interrupção da circulação  $M - D - M$ . Mendonça (1990) resgata esse argumento, melhorando sua fundamentação.

A partir da nova fundamentação, Mendonça (1990, p. 146) consegue relacionar a função do dinheiro como meio de pagamento e a saída de dinheiro da circulação provocada pela função do dinheiro como meio de entesouramento, relação esta que consiste na possibilidade da função de meio de pagamento ser utilizada para compensar a referida saída. Assim, o surgimento da função de meio de pagamento do dinheiro tem um caráter positivo, pois contribui para a mitigação de barreiras à realização das mercadorias produzidas. É claro que o surgimento desta função também provoca o desenvolvimento das possibilidades de crise em Mendonça (1990, pp.146-148) através da criação da contradição entre dinheiro como medida de valor e forma-preço ideal de um lado e dinheiro como valor de troca real do outro, constituindo esta a última contribuição do surgimento do dinheiro para o aumento da possibilidade de crise que se dá nos limites de uma sociedade de produtores de mercadorias.

Já nas primeiras etapas do trabalho de Mendonça (1990), podemos perceber certa cautela metodológica do autor que, claramente também estava presente no trabalho embrionário. Em seu trabalho sobre as categorias do materialismo dialético, Rosental e Straks (1958) apontam que

Antes de que los fenómenos se conviertan en una realidad, deben existir primeramente, y existen, como mera posibilidad de aparición, posibilidad creada por determinados fenómenos anteriores, que encierran dicha posibilidad en forma de condiciones (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 230).

Mendonça (1990), portanto, assim como no trabalho anterior, não se contenta em identificar o fenômeno gerador da possibilidade de crise. Ele

acompanha o desenvolvimento do processo que faz surgir tal fenômeno. Daí vem a justificativa para a busca pelo embrião das crises econômicas.

Após analisar as contribuições ao desenvolvimento da possibilidade de crises feitas pelo dinheiro, o autor prossegue em sua análise na busca dos fenômenos que contribuem para que esta possibilidade se desenvolva até o ponto em que se torna realidade.

### 2.2.2 Da Possibilidade à Necessidade de Crise:

Pressupondo inicialmente a existência apenas de capital industrial, Mendonça (1990) passa a analisar o fenômeno no âmbito de uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias. É provavelmente o fato de considerar a importância da relação entre a função de meio de entesouramento do dinheiro e o desenvolvimento da possibilidade de crise que faz Mendonça (1990) perceber uma importante diferença entre a circulação simples,  $M - D - M$ , e a circulação do capital,  $D - M - D'$ .

Na circulação  $M - D - M$ , a obtenção de  $D$  nunca pode se transformar no objetivo central de todos os produtores, uma vez que a retenção por uns significa a impossibilidade de obter por outros (MENDONÇA, 1990, p. 148).

Diante deste fato, portanto, embora não o faça, o autor certamente poderia identificar a existência desta barreira à generalização do desejo por  $D$  na sociedade de produtores de mercadorias como uma das razões pelas quais a continuidade do desenvolvimento da possibilidade das crises só pode se dar após a passagem para a sociedade de produtores capitalistas de mercadorias. Na circulação  $D - M - D'$ , a lógica não é a obtenção de algo qualitativamente diferente, e sim a obtenção de algo qualitativamente igual em quantidade diferente, ou seja, lançar  $D$  para obter um  $D$  maior, um  $D' = D + \Delta D$ . O desejo absoluto de  $D$ , portanto, traduz-se no seu contínuo lançamento no mercado para obtê-lo novamente acrescido de  $\Delta D$ .

A obtenção de valor deixa agora de estar em contradição com a circulação de mercadorias. A procura de um valor sempre acrescido leva os produtores a impulsionarem continuamente esta circulação. [...] Ao contrário do que se passava na circulação  $M - D - M$ , a procura de valor pode agora generalizar-se a toda sociedade. O valor de uso torna-se agora um mero suporte material do valor. Produção (valor) e consumo (valor de

uso) passam a opor-se de modo irreversível e antagônico (MENDONÇA, 1990, p. 150).

Ou seja, a superação da barreira à generalização do desejo por D se dá através do surgimento de uma diferença entre o objetivo dos produtores e o objetivo da sociedade, o que faz com que o aumento da produção não esteja intimamente ligado ao aumento do consumo. Uma vez que as crises são de excesso, fica claro que a existência de impedimentos à divergência dos objetivos dos produtores e da sociedade constitui um impedimento ao seu desenvolvimento.

Superada a dita barreira, prossegue o desenvolvimento do fenômeno crise. O autor (MENDONÇA, 1990, p. 150) mostra que  $D - M - D'$  é, na verdade,  $D - M \dots P \dots M' - D'$ , com o  $\Delta D$  sendo criado no processo produtivo, em P. Isso ocorre como consequência do valor de uso especial de uma das mercadorias compradas pelo capitalista no primeiro ato: a mercadoria força de trabalho. Este valor de uso especial é criar um valor superior ao seu próprio e é a fonte do  $\Delta D$ .

O ato  $D - Ft$  do capitalista constitui, do ponto de vista do trabalhador, o primeiro ato da circulação da mercadoria força de trabalho, ou seja,  $Ft - D$ . A circulação da mercadoria força de trabalho, no entanto, não é circulação capitalista de mercadoria, mas circulação simples. Seu objetivo é qualitativo, ou seja, transformar  $Ft$  em D, D em mercadoria de outra espécie e retirar-se, com esta última, para a esfera do consumo. Em virtude da generalização da produção capitalista de mercadorias, o ato  $D - M$  da circulação de  $Ft$  corresponde ao ato  $M' - D'$  da circulação do capital. Assim,

Vemos que as condições em que se realizam o primeiro acto [ $D - Ft$ ] influenciam decisivamente nas condições em que se realizam o segundo: o montante do salário é um factor que influencia as condições de valorização do próprio capital, pela via do consumo final dos trabalhadores. Toda a perturbação do processo de circulação da  $Ft$  reflecte-se assim necessariamente no processo global da circulação do capital (MENDONÇA, 1990, p. 152).

É precisamente por causa da existência dessa relação que se apresenta uma circunstância que faz surgir um novo plano de manifestação da contradição valor x valor de uso. Ocorre que, no consumo da mercadoria força de trabalho, o capitalista quer maximizar o valor que excede o valor desta mercadoria, o mais-

valor. Segundo Mendonça (1990, p. 154), dado o tempo da jornada de trabalho, temos que<sup>4</sup>:

$$t = v + m \quad (1)$$

Nesse caso, o aumento de  $m$  só pode se dar 1) pelo aumento da jornada; 2) pela redução de  $v$ .<sup>5</sup>

No primeiro caso, pode ocorrer que aumente a jornada, mantendo-se constante a taxa de mais-valor. Assim,  $m$  aumentaria em termos absolutos, mas a relação  $m/v$  permaneceria constante. Contudo, o que é característico da produção capitalista é o aumento da jornada com o aumento da relação  $m/v$ , ou seja, mantendo  $v$  constante e obtendo, o capitalista, assim, mais-valor absoluto (MENDONÇA, 1990, p. 155).

O segundo caso já é um processo mais lento e depende também do que ocorre com outros capitais. Tem duas vias para ocorrer: aumento da produtividade no setor que produz bens de consumo, reduzindo o valor da força de trabalho e, conseqüentemente,  $v$  (mais-valor relativo), ou aumento da produtividade da empresa em relação às demais do ramo, baixando em termos relativos a parcela da jornada que corresponde ao  $v$  (mais-valor extraordinário, caso particular do mais-valor relativo).

Assim, enquanto a ânsia pelo aumento do lucro impulsiona a produção e a produtividade, se afirma uma tendência de redução, mesmo que seja relativa, da parcela de valor a ser apropriada pelo principal grupo de consumidores da sociedade: a classe trabalhadora (MENDONÇA, 1990, p. 155). Desta forma, “o aumento de produção do ponto de vista do valor de uso (aumento da produção e produtividade) acaba por limitar as condições da própria valorização (aumento da mais-valia)” (MENDONÇA, 1990, p. 156).

No plano da contradição circulação x produção, temos, ao nível da produção, aumento de valores de uso por unidade de força de trabalho e redução, ainda que relativa, da parcela de  $v$  do valor novo criado. Já ao nível da circulação,

---

<sup>4</sup> Onde  $t$  = tempo da jornada de trabalho;  $v$  = tempo de trabalho necessário e  $m$  = tempo de trabalho excedente;

<sup>5</sup> É bom lembrar aqui que o que o autor diz só está 100% correto se estamos considerando constante o nível de intensidade do trabalho;

temos que isso se expressa num aumento do número de mercadorias em busca de realização, enquanto se pressiona de modo negativo a demanda.

Neste ponto, além disso, Mendonça (1990) acrescenta um argumento de grande importância:

A outra componente do valor novo produzido,  $m$ , pode atenuar no imediato esta contradição mas não a resolve e, a longo prazo, só pode ampliá-la. Em primeiro lugar, porque o grupo social a que pertence o  $m$  – os capitalistas –, pelas suas características numéricas, e padrões já elevados de consumo, não pode constituir um elemento substituto do consumo dos assalariados. Em segundo lugar, porque a concorrência capitalista impõe a afecção crescente de  $m$  para a acumulação, o que, se numa primeira análise pode constituir uma alternativa para a saída de mercadorias (isto sem entrarmos aqui em consideração com o problema da adequação das mercadorias, enquanto valores de uso, a procura, e que, por sua vez, sofre os efeitos da anarquia da produção), vem, numa segunda análise, como vimos, reproduzir em escala ampliada o problema (MENDONÇA, 1990, pp. 156-157).

O autor prossegue o acompanhamento da evolução da possibilidade de crise eliminando a hipótese simplificadora de existência apenas de capital industrial. A contribuição do capital comercial para o aumento das possibilidades aparece agora, no entanto, com uma formulação diferente. Mendonça (1990, pp. 158-159) explica que,

Na medida em que torna o processo de realização do valor independente do processo de realização do valor de uso, o KC [, o capital comercial,] provoca um defasamento temporal entre a manifestação das dificuldades à realização das mercadorias e o reconhecimento destas dificuldades por parte dos produtores (KI). Este defasamento será tanto maior quanto maior for a rede de intermediários entre o acto de produção e o acto de consumo. Neste contexto, a continuação da produção por parte de KI sobrecarrega ainda mais a esfera da circulação, tornando cada vez mais necessária a crise como solução das dificuldades (MENDONÇA, 1990, pp. 158-159).

Ao introduzir o capital bancário à análise, Mendonça (1990, pp. 159-163) retoma dois elementos muito relevantes que já haviam sido apontados em Mendonça e Ribeiro (1985, pp. 81 e 82).

Como sabemos, para repor as condições iniciais de produção, é necessário que o capitalista, antes disto, realize o ato  $M' - D'$ . Ou seja, realizará o valor que produziu para, com ele, comprar novamente os fatores objetivos e subjetivos do processo produtivo. Na presença de crédito, no entanto, surge a possibilidade de

tornar o ato  $D - M$  independente do ato  $M' - D'$ . O que pressiona ainda mais o mercado em uma situação de saturação.

Além disso, Mendonça (1990, p. 160) aponta que a existência de crédito na economia torna possível a aceleração da reprodução ampliada, pois o capitalista industrial passa a ter acesso ao montante de dinheiro necessário ao aumento da escala de produção, sem que tenha que passar por sucessivas repetições do processo produtivo até que o mais-valor acumulado atinja o limite necessário a esta ampliação.

Em qualquer um dos casos, reprodução simples ou reprodução ampliada, a relação de crédito que se estabelece entre o banqueiro e o industrial permite a este último dispor no momento  $t$  de um valor superior àquele que realizou no momento  $t - 1$  (MENDONÇA, 1990, p. 160).

O autor, no entanto, poderia também apontar que, além disso, o crédito faz com que os produtores possam, mais cedo, implementar novas tecnologias que aumentem a produtividade, o que amplia a contribuição produzida por ele para o aumento das possibilidades de crise.

Em resumo, portanto, Mendonça (1990, pp. 148-163) demonstra que, enquanto o desenvolvimento do fenômeno crise encontrava-se limitado na sociedade de produtores de mercadorias, na sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, ele recebe grande impulso. Nesta sociedade, está presente uma série de forças que, ao passo que impulsionam continuamente a produção, limitam continuamente a sua realização através da imposição de barreiras a ela. A persistência desse movimento, portanto, inevitavelmente tem de culminar em crise, em excesso de produção e/ou de condições de produção. Numa sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, portanto, a crise é um fenômeno inevitável. E quanto a isto, não temos nenhuma objeção.

Gostaríamos apenas de colocar aqui que existe ainda espaço para um aprimoramento da argumentação do autor. Ao passo que a crise é apresentada como um fenômeno necessário e inevitável dentro do Modo de Produção Capitalista, o ponto onde o fenômeno evolui de mera possibilidade e se torna um fenômeno real é, dentro da argumentação de Mendonça (1990), teoricamente indeterminado. Chegamos à tal conclusão em razão de não termos conseguido atestar a presença de algum critério metodológico nesta argumentação que pudesse ser utilizado pelo

autor para levar a cabo tal determinação. O que se sabe é que, em determinado estágio de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, as diversas forças deste sistema elevam a produção e estreitam suas condições de realização de tal maneira que a situação de crise se concretiza.

Mas, não é só isso. Na referida argumentação, também não está clara para nós qual a relação entre os fenômenos que contribuem para o desenvolvimento da possibilidade de crise e a própria crise. São eles suas formas de manifestação, seu conteúdo...? O desconhecimento do papel que cada um desses fatores tem nesse processo que transforma a crise em fenômeno real torna, desta forma, o entendimento de tal processo ainda mais nebuloso.

### 2.2.3 A Causa das Crises:

No que tange à causa das crises, Mendonça (1990, p. 167), assim como no artigo embrionário, as entende como sendo causadas pela contradição fundamental do capitalismo, a contradição entre o caráter privado da acumulação e o caráter social da produção.

Demonstra primeiramente que os vários produtores capitalistas individuais têm suas produções intimamente ligadas umas às outras em função da necessidade de realização das mercadorias. Ou seja, a produção tem um caráter social.

No entanto, o autor também aponta que, ao mesmo tempo, o que determina as decisões de produção, modernização tecnológica e etc., não são as necessidades sociais, ou seja, estas ligações pré-estabelecidas, mas sim o lucro.

Esta contradição, por sua vez, rompe repetidas vezes as condições de equilíbrio manifestando-se através de duas formas: a contradição produção x consumo e a anarquia da produção.

No que tange à contradição entre produção e consumo, por um lado,

[...] a obtenção do máximo lucro possível leva o capital a aumentar continuamente a produção. Por outro lado, esta maximização do lucro pressiona constantemente a base de consumo da sociedade no sentido da baixa, tornando cada vez mais difícil assegurar a realização do produto social (MENDONÇA, 1990, p. 168).

Já no que tange à anarquia da produção, ao passo que as diversas produções capitalistas individuais estão interligadas através de relações precisas, “A



existência da apropriação privada faz com que a produção se desenvolva na ausência de toda a coordenação *a priori* das decisões de investimento” (MENDONÇA, 1990, pp. 168-169). O fato é que a correção dos desajustes que se processam em função disto ocorre apenas à posteriori, no mercado.

Os efeitos gerados por essa função corretora do mercado podem passar despercebidos em momentos de prosperidade, no entanto, em momentos de dificuldade econômica eles são acentuados. É por isso que o autor chama a atenção para o fato de que a anarquia da produção por si só não leva à crise, mas associada à contradição produção x consumo, sim.

Na análise das causas da crise, portanto, encontramos também algum espaço para o aprimoramento da argumentação de Mendonça (1990). Ocorre que:

Uno de los rasgos esenciales del nexo causal entre los procesos es la *sucesión* de la causa y el efecto en el tiempo.

La causa antecede necesariamente en el tiempo al efecto; el efecto, en cambio, sólo aparece después de que la causa ha comenzado a actuar.

[...] El efecto, como nuevo fenómeno solamente puede surgir en determinada fase del desarrollo de las causas que lo engendran... (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 86).

Obviamente que entendemos que a argumentação de Mendonça (1990) constitui um raciocínio lógico e que, em função disto, não é construído levando em conta a sucessão temporal de aparição dos fenômenos. Contudo, da característica da relação causa e efeito acima apresentada, deriva-se que não só a crise precisa ser mostrada como um efeito de sua causa, mas o processo de desenvolvimento da possibilidade de crise, ou pelo menos parte dele, deve ser mostrado como consequência do processo de amadurecimento da sua causa. Isto implicaria, por uma vez, que cada um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento da possibilidade de crise tem de ser mostrado também como uma consequência do amadurecimento desta causa.

#### 2.2.4 O Caráter Cíclico das Crises:

Segundo Mendonça (1990, p. 169), “A compreensão da natureza cíclica do fenómeno da crise exige que nos debrucemos sobre a acção da ‘lei da queda tendencial da taxa de lucro’”. Com esse intuito, o autor inicia um estudo acerca do debate sobre o fenómeno da queda da taxa de lucro. Apresenta as visões clássicas,

acompanhadas da visão de Marx. Após isso, apresenta também as críticas à formulação de Marx, para, por fim, apresentar a interpretação que tem do que foi formulado por este último e a relação disto com o fenômeno das crises.

Por julgar que tratar do debate apresentado pelo autor excede os objetivos do nosso trabalho, discutiremos apenas a influência da lei da queda tendencial da taxa de lucro no fenômeno crise.

Para Mendonça (1990, p. 227), a contradição fundamental do modo de produção capitalista, ao manifestar-se através da contradição entre produção e consumo e da anarquia da produção, produz as condições objetivas da crise. A partir daí, basta que surja um elemento deflagrador do fenômeno para que a crise ocorra. É neste ambiente que intervém a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Entretanto, a mesma dificuldade que tivemos em compreender a formulação da lei da queda tendencial apresentada em Mendonça e Ribeiro (1985, p. 88) se repete aqui (MENDONÇA, 1990, pp. 221 e 222). Segundo o autor, o aumento da produção, no Modo de Produção Capitalista, esbarra em

[...] limites objectivos que se encontram no nível da procura respectiva. Para um dado nível desta procura, o aumento contínuo da produção acabará por traduzir-se numa diminuição da taxa de lucro, a partir do momento em que a oferta exceder esse nível da procura (MENDONÇA, 1990, p. 221).

Para não discutirmos novamente esta questão, apenas remetemos o leitor ao ponto 2.1.5 deste capítulo.

Dando prosseguimento à exposição, o autor aponta que, em resposta ao efeito de queda da taxa de lucro produzido pela acumulação capitalista, os capitais individuais têm incentivo cada vez maior ao aumento da produtividade, na busca de elevar a taxa de lucro, inicialmente pela obtenção de mais-valor extraordinário e posteriormente pela ação produzida pelas contra tendências (MENDONÇA, 1990, pp. 222-224). Contudo, as contra tendências têm também um duplo caráter: diminuem também a base de consumo, que, frente à nova magnitude de produção que precisa ser realizada, gera dificuldades de realização.

Quanto mais se afirma a tendência para a subida da composição orgânica, mais se faz sentir a necessidade de aumentar a taxa de mais-valia; mas quanto maior for a taxa de mais-valia menor será relativamente a procura de consumo da sociedade, com todas as consequências que isso acarreta em termos de realização global das mercadorias. É um facto que o aumento da produtividade poderá, para além de favorecer o aumento da taxa de lucro,

actuar como contratendência ao aumento da composição orgânica mas, por outro lado, ao aumentar o número de unidades produzidas por unidade de tempo, contribui igualmente para acentuar as dificuldades gerais de realização limitando-se, deste modo e contraditoriamente a si própria, pelo bloqueamento do processo de acumulação. É então o momento em que a tendência para a baixa da taxa de lucro se afirma de modo claro, é o momento, também, em que se produz a crise (MENDONÇA, 1990, p. 228).

Para Mendonça (1990) é, portanto, a repetição desse processo que produz as situações de crise na economia e, desta forma, explica as inflexões do nível de atividade econômica das economias capitalistas. Contudo, em relação ao que foi apresentado em Mendonça e Ribeiro (1985, pp. 86-91), não conseguimos identificar novos argumentos que tivessem por objetivo explicar a regularidade temporal das manifestações do fenômeno estudado.

#### 2.2.5 As Modificações nas Manifestações do Ciclo Econômico:

Em seu trabalho individual, além de analisar a crise econômica em sua pureza, Mendonça (1990) esforça-se para explicar a atenuação da intensidade do movimento cíclico e a estagflação, novas características dos ciclos econômicos após a Segunda Guerra Mundial. Na busca pelas razões do surgimento destas novas características, Mendonça (1990) produz importante contribuição no campo das crises cíclicas de superprodução, desenvolvendo uma argumentação teórica acerca dos efeitos produzidos pelo aumento do nível de centralização dos capitais, pela intervenção do Estado na economia e pelo processo de transformação do sistema monetário do capitalismo recente.

##### 2.2.5.1 A Oligopolização da Economia e seus Efeitos sobre a Contradição Fundamental do Capitalismo:

Neste ponto, a exposição de Mendonça (1990) assemelha-se bastante ao que é exposto em Mendonça e Ribeiro (1985). Isso porque, embora tenha dado importante contribuição no que tange ao estudo do conceito de monopólio na teoria econômica, particularmente na marxista (MENDONÇA, 1990, pp. 234-251), o autor acrescenta poucos argumentos diretamente relacionados aos efeitos causados pelos monopólios nos ciclos econômicos. É claro que sua fundamentação é um pouco mais rigorosa no trabalho agora analisado.

Do estudo do conceito de monopólio em Marx, sem deixar de considerar a interpretação de alguns pesquisadores marxistas sobre a formação dos preços monopolistas, Mendonça (1990, pp. 251-252) produz sua interpretação de como, numa economia regulada em última instância pela lei do valor, a presença de monopólios interfere na formação da taxa de lucro médio e nas taxas individuais de lucro das empresas nos diversos ramos.

Para ele, as empresas monopolistas não ficam de fora da equalização das taxas de lucro e, além disso, essa equalização não exclui a possibilidade de acordos de preços e quantidades a serem produzidas entre empresas. No entanto, quanto maior a centralização do capital em determinado ramo, mais a taxa de lucro médio é determinada pelas taxas particulares de lucro das grandes empresas, diminuindo, portanto, os desvios das taxas de lucro particulares em relação à taxa média (MENDONÇA, 1990, p. 251).

Diante disto, visto que os acordos de preços e quantidades entre as grandes empresas tendem a estabilizar as flutuações da taxa de lucro dessas empresas, também estabilizam a taxa média de lucro.

Essa capacidade de um grupo cada vez menor de empresas de controlar as taxas de lucro funciona, portanto, como um fator mitigador dos efeitos da contradição produção-consumo e da anarquia da produção, que são formas de manifestação da contradição fundamental do capitalismo (MENDONÇA, 1990, p. 251).

A junção entre capital industrial e capital bancário a qual Hilferding (1985) dá o nome de capital financeiro, por sua vez, impulsiona para além de limites concebidos anteriormente, a independência entre a reposição/ampliação das condições originais de produção e a realização do mais-valor anteriormente produzida, ou seja, entre o ato  $D - M$  e o ato  $M' - D'$ .

O resultado, portanto, é uma atenuação ainda maior dos efeitos da contradição produção x consumo e da anarquia da produção.

#### 2.2.5.2 A Intervenção do Estado e as Crises:

As políticas de orientação keynesiana são uma representação consagrada de defesa da intervenção do Estado na economia até os dias atuais. Seu reconhecimento como teoria econômica dominante pelas autoridades político-

econômicas está, para Mendonça (1990), intimamente ligado à violência da crise de 1929, constituindo esta última “um momento de afirmação clara de um nível superior de desenvolvimento da contradição fundamental do capitalismo” (MENDONÇA, 1990, p. 265)<sup>6</sup>.

O aumento da intervenção estatal que segue a crise de 1929 aparece, portanto, como uma necessidade gerada pelo novo nível de desenvolvimento da contradição fundamental do capitalismo.

Já não basta uma intervenção localizada em um ou outro vector da economia capitalista, mas torna-se necessário uma intervenção articulada de modo a assegurar a reprodução do sistema no seu conjunto (MENDONÇA, 1990, p. 266).

A intervenção estatal é, em síntese, uma tentativa de contenção da contradição produção-consumo e da anarquia da produção, no intuito de impedir que elas assumam um nível explosivo.

Com keynesianismo, isto foi feito, basicamente, através da sustentação do que estes teóricos denominam de “demanda efetiva”. Mendonça (1990) descreve em termos gerais esta política fiscal:

A extensão das formas indirectas de salário, a generalização das pensões, dos subsídios de desemprego, a institucionalização da contratação colectiva, etc., garantiram a estabilidade dos rendimentos e, deste modo, actuaram positivamente sobre a procura de bens de consumo. Por outro lado, o aumento dos investimentos públicos, as facilidades de crédito, a garantia do sistema bancários, asseguraram níveis elevados de investimento. O próprio Estado se tornou um grande consumidor... (MENDONÇA, 1990, p. 268).

Tais ações, no entanto, não puderam ser postas em prática sem que se processassem profundas modificações no sistema financeiro e monetário, como a substituição da conversibilidade da moeda pelo seu curso forçado.

Estas ações, por sua vez, do ponto de vista teórico, representam, em primeiro lugar, a criação de condições para o aumento da independência entre os atos  $M - D$  e  $M' - D'$ . Em segundo lugar, representam, do ponto de vista da circulação da mercadoria  $F_t$ , um aumento da independência entre os atos  $D - M$  e  $F_t$

---

<sup>6</sup> Note que, ao passo que aqui Mendonça (1990, p. 265) reconhece que o desenvolvimento da causa modifica seu efeito, na análise do fenômeno crise em sua pureza, o autor, como dito antes, não demonstra o desenvolvimento das possibilidades de crise como uma consequência do desenvolvimento desta causa;

– D. Por fim, criam as condições para um afastamento crescente entre os conteúdos real e nominal do representante do valor em circulação (assunto tratada na próxima subseção) (MENDONÇA, 1990, p. 268).

Embora a intervenção estatal, na medida em que põe em xeque, em certas ocasiões, o caráter privado da acumulação, não se opere sem englobar um componente de oposição publico-privado, pelos fatores acima apontados, ela pode, de fato, de acordo com Mendonça (1990, p. 269), atenuar os efeitos das formas de manifestação da contradição fundamental do capitalismo. Contudo, na medida em que esta última continua a se desenvolver, “criam-se as condições para uma acumulação de tensões que acaba necessariamente por explodir” (MENDONÇA, 1990, p. 269). Mantem-se, portanto, assim como antes, os traços gerais apresentados em Mendonça e Ribeiro (1990, pp. 93 e 94).

#### 2.2.5.3 Os Elementos para uma Interpretação Marxista da Inflação e do Fenômeno Estagflação:

Talvez esta constitua a maior contribuição dada por Mendonça (1990) para a teoria das crises: a explicação do fenômeno que teve suas primeiras manifestações na segunda metade do século XX e ficou conhecido como estagflação. Para tanto, o autor produz o que seria uma interpretação marxista do fenômeno da inflação. Este campo é, portanto, tanto em relação ao que foi produzido primeiramente em Mendonça e Ribeiro (1985) quanto pelo que foi produzido por Ribeiro (2008), totalmente novo.

Observando o processo lógico-histórico de desenvolvimento da contradição valor x valor de uso e, posteriormente, da mercadoria dinheiro, Mendonça (1990, p. 392) encontra o fenômeno que cria a possibilidade formal de inflação.

Sabemos que o desenvolvimento das trocas leva ao aparecimento de um equivalente geral insubstituível: o dinheiro. Ao por esta barreira intransponível entre a Forma Relativa e a Forma Equivalente do Valor, que impede as demais mercadorias de atuarem como equivalente geral, a mercadoria dinheiro figura, portanto, como representante único e universal do valor, enquanto as outras mercadorias figuram como meros valores de uso.

Todas as mercadorias, portanto, reconhecerão seus valores na mercadoria dinheiro, e a velocidade de circulação desta e a quantidade de valor daquelas que

se precisa fazer circular determinarão a quantidade de moeda, em termos de valor, que a circulação necessita.

Segundo Mendonça (1990, p. 384), a aceitação universal do dinheiro, na medida em que permite uma primeira expressão ideal do valor (forma preço do valor), permitirá também a substituição desta mercadoria dinheiro por símbolos que a representam, funcionando, estes, como moeda apenas na medida em que representam determinada quantidade de mercadoria dinheiro.

Contudo, visto que a produção de símbolos é decisão situada fora do processo de produção de valor, surge a possibilidade de que se produzam mais símbolos que a quantidade de ouro de igual nome que deveria circular. Assim,

Se hoje todos os canais de circulação são preenchidos com moeda papel em grau pleno de sua capacidade de absorção de dinheiro, amanhã, em virtude das oscilações na circulação de mercadorias eles podem estar supercheios. [...] Ultrapassa o papel, porém, sua medida, isto é, a quantidade de moeda ouro com a mesma denominação que poderia circular abstraindo-se o perigo do descrédito geral, e ele representa no mundo das mercadorias apenas a quantidade de ouro determinada pelas suas leis imanentes, portanto, somente a que é suscetível de ser representada. Se, por exemplo, a massa de bilhetes de papel representa 2 onças de ouro, por cada onça, então 1 libra esterlina torna-se, de fato, a denominação monetária de, digamos, 1/8 de onça em vez de 1/4... (MARX, 1985a, V. I, p. 109).

O processo de substituição da mercadoria dinheiro por símbolos cria, portanto, as condições para o distanciamento entre a quantidade de valor requerida pela circulação e a sua representação simbólica. Esta condições, por sua vez,

[...] encontram o seu pleno desenvolvimento com o aparecimento do papel moeda de curso forçado. A partir desse momento, torna-se possível produzir equivalente geral sem valor intrínseco, simples valor de uso social, sem qualquer valor de uso específico fora da sua função, não estando esta produção sujeita aos limites naturais existentes no caso dos metais preciosos, mas apenas dependente da vontade das autoridades monetárias centrais a quem incumbe a emissão de papel moeda. A objetividade das leis da circulação do dinheiro pode passar a opor-se a subjectividade das decisões das autoridades monetárias, e é desta oposição que nasce a *possibilidade formal e abstracta da inflação* (MENDONÇA, 1990, p. 392).

Segundo Mendonça (1990), uma vez surgida a possibilidade formal e abstrata de inflação, três fatores serão responsáveis pelo seu desenvolvimento. O primeiro deles é a passagem da circulação  $M - D - M$  para a circulação  $D - M - D'$ . Enquanto a lógica da circulação simples é a apropriação de valores de uso para

retirá-los para a esfera do consumo, tendo, portanto, uma lógica para além dela mesma, a circulação  $D - M - D'$ , circulação do capital, tem “um fim em si mesma”. Nesta, a lógica é quantitativa: obter um valor maior que o anterior. Assim, para a sustentação da referida lógica, é necessário lançar repetidas vezes dinheiro na circulação, pois, “[...] nas mãos do produtor capitalista,  $D'$  sente tanta necessidade de crescer quanto o  $D$  inicial” (MENDONÇA, 1990, p. 394).

Em todo caso, no quadro de uma produção capitalista generalizada, o *factor impulsionador fundamental da circulação do dinheiro é a circulação do capital* e esta, pela lógica de repetição que encerra, impulsiona aquela para além de todos os limites, desenvolvendo todas as contradições a ela ligadas, exigindo, por isso, novas formas de existência do próprio dinheiro (MENDONÇA, 1990, p. 395).

O segundo fator de desenvolvimento da possibilidade formal e abstrata de inflação é a reprodução ampliada do capital. Isso porque, para a realização da reprodução do capital, necessita-se de um estoque de dinheiro que estará funcionando como meio de circulação e meio de entesouramento de forma alternada. Diante disto, visto que a reprodução ampliada faz crescer a necessidade de reservas (fundo de salários, fundo de amortização, etc.) e de meios de circulação (para realizar um  $M'$  cada vez maior), mantida constante a velocidade de circulação da moeda, a quantidade desse estoque de dinheiro aumenta em proporção direta da acumulação de capital (MENDONÇA, 1990, pp. 405-406).

A existência deste estoque, por sua vez, cria as condições para o surgimento do comércio de dinheiro, que está associado ao desenvolvimento das relações de crédito. Este negócio especial pode, portanto, constituir-se em uma nova forma de movimento da contradição fundamental do capitalismo, participando também na ruptura das condições de equilíbrio, ainda mais quando impulsionada pela lógica da reprodução ampliada (MENDONÇA, 1990, p. 406).

O terceiro e último fator de desenvolvimento da possibilidade formal e abstrata de inflação é desdobramento direto do segundo, visto que este fator é precisamente o comércio de dinheiro. Conforme este se desenvolve, provoca também o desenvolvimento desta possibilidade.

O processo de desenvolvimento da atividade de comércio de dinheiro deriva-se, em primeira instância, da função de meio de pagamento do dinheiro. Ao passo que a função de meio de circulação do dinheiro produz a dissociação de compra e



venda no tempo e no espaço, a função do dinheiro de meio de pagamento produz nova dissociação, desta vez, no processo de transformação da mercadoria em dinheiro. Primeiro transforma-se a mercadoria em quase-dinheiro (uma promessa de pagamento, dinheiro de crédito) para depois transforma-se, este último, em dinheiro (MENDONÇA, 1990, p. 409).

A despeito de este fato facilitar a circulação e aumentar a rotação do capital social, amplifica as consequências negativas da não realização das mercadorias produzidas (MENDONÇA, 1990, p. 410).

Derivado desta função do dinheiro, o comércio de dinheiro desenvolve-se até o ponto onde surge o capital bancário associado aos créditos de realização e de produção.

Os créditos de realização são basicamente relações de crédito entre os diversos capitalista e entre eles e os consumidores finais (capitalistas ou não) para a realização do ato D – M sem realização prévia do ato M – D. Este tipo de crédito,

[...] favorece, no imediato, a circulação das mercadorias, mas, na medida em que ele tem sempre por base a antecipação de um acto D – M, criando, portanto, um poder de compra ainda não realizado, transforma-se num factor de ampliação de todos os problemas que resultam da contradição entre o carácter necessário de transformação da mercadoria em dinheiro e a contingência da sua realização (MENDONÇA, 1990, p. 412).

Os créditos de produção, por sua vez, tornam possível não só repor as condições iniciais de produção sem realização prévia do valor contido nas mercadorias anteriormente produzidas, como pode antecipar a ampliação do processo produtivo que só seria possível após a realização de vários ciclos para a acumulação suficiente de mais-valor. Assim,

É um fator impulsionador de produção futura e, neste sentido, constitui uma alavanca poderosa do processo de acumulação. Ao mesmo tempo, porém, ao acentuar, ao nível do capital individual, a independência das decisões de produção face às condições particulares de realização constitui, do mesmo modo que o crédito de realização, um fator igualmente poderoso de desenvolvimento da contradição fundamental do capitalismo (MENDONÇA, 1990, p. 414).

Nenhum problema se coloca do ponto de vista do aumento dos preços caso a antecipação dos referidos atos em ambas as modalidades de crédito sejam processadas através de dinheiro de crédito emitido individualmente pelos bancos,

mesmo que a realização posterior dos atos  $M - D$  ou  $M' - D'$  não se processe. Isso porque caso os fluxos de saída e retorno de moeda bancária não se processem, o descrédito geral apenas destruirá o dinheiro de crédito que não possui correspondência em valor produzido (MENDONÇA, 1990, pp. 417-418).

Contudo, quando o papel moeda de curso forçado entra em cena, com um Banco Central que garante o resgate das dívidas dos bancos privados, garantindo consequentemente que o dinheiro bancário seja imediatamente moeda nacional, o dinheiro de crédito emitido pelo banco não poderá ser distinguido da moeda nacional e, consequentemente, para sanar o problema, uma desvalorização geral da moeda processar-se-á (MENDONÇA, 1990, p. 418).

O crédito cria, portanto, uma nova contradição no Modo de Produção Capitalista que é forma de manifestação da contradição fundamental: a contradição criação privada x validação social da moeda de crédito. O que produz o salto qualitativo para a transformação da inflação de mera possibilidade para uma necessidade é precisamente o desenvolvimento desta contradição, o qual basicamente atinge seu grau máximo com o desenvolvimento das novas formas de dinheiro e do sistema de crédito.

A criação de moeda de crédito, ao passo que obedece a duas determinações privadas (como forma de negócio visando obtenção de lucro para os banqueiros e como antecipação de valor para os mutuários) possui caráter social por poder circular como equivalente geral. Assim como a produção capitalista, o caráter privado desta contradição a impulsiona para além de todos os limites, enquanto seu caráter social realiza o ajuste através da elevação dos preços.

Diante do exposto, do mesmo modo que o caráter privado da acumulação do capitalismo torna a superprodução inevitável, o caráter privado da criação de dinheiro de crédito torna também inevitável a inflação na economia capitalista (MENDONÇA, 1990, pp. 420-428).

A contradição apresentada por Mendonça (1990) aparece, portanto, como a causa da inflação. O processo metodológico que leva o autor a esta conclusão, por ser idêntico ao desenvolvido para analisar o fenômeno das crises em sua pureza, também está sujeita às mesmas possibilidades de aprimoramento anteriormente apresentadas.

## 2.3 O TRABALHO INDIVIDUAL DE RIBEIRO:

Ao contrário de Mendonça, Ribeiro certamente julgou que o arcabouço teórico base que produziram carecia, em alguma medida, de rigor metodológico e negligenciava parte do que já havia sido produzido por Marx acerca das Crises Cíclicas de Superprodução. Por esta razão, o autor não só trabalhou no aperfeiçoamento deste arcabouço teórico base, como também se preocupou em investigar mais criteriosamente as obras de Marx tanto para levar esse aperfeiçoamento a cabo, como também para demonstrar que sua interpretação deriva diretamente do que foi produzido por este autor. “A Crise Econômica: uma visão marxista” é o resultado deste trabalho.

Ribeiro (2008) apresenta claras diferenças metodológicas em relação aos trabalhos anteriormente analisados. Algumas delas, a nosso ver, constituem bons avanços no que tange à aplicação do método materialista dialético à análise do fenômeno crise.

A primeira delas consiste no esforço feito pelo autor para a utilização das categorias do materialismo dialético na análise. Identificando cada fenômeno ou aspecto de fenômeno como forma, conteúdo, causa, efeito, aparência, essência, etc., o autor deixa claro o papel que cada um deles tem no processo de desenvolvimento do fenômeno crise até que este atinja o ponto onde se torna real e necessário.

Além disso, o método de análise desse processo de desenvolvimento também foi modificado. Pela nossa interpretação da sua obra, o novo método se baseia nas relações básicas existentes entre as categorias forma e conteúdo. Se “En el mundo objetivo, el contenido [...] representa un conjunto de elementos y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas” (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 197), “El contenido desempeña el papel determinante en los cambios que se operan en la forma” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 200). Assim, sendo o acompanhamento das formas de manifestação mais fácil de ser realizado do que o do conteúdo, em virtude do fato de este último constituir o aspecto interno dos fenômenos, Ribeiro (2008) analisa o desenvolvimento das formas de manifestação da crise, para, a partir dele, inferir o desenvolvimento do seu conteúdo, identificando o ponto mais alto deste último de forma indireta.

Argumentaremos posteriormente, contudo, que, mesmo nessa nova abordagem, há espaço para um aprimoramento metodológico que torne mais clara a determinação teórica dos pontos de transformação da possibilidade de ocorrência do fenômeno.

### 2.3.1 As Formas de Manifestação das Crises:

O aspecto da teoria das crises que foi mais desenvolvido por Marx refere-se às formas de manifestação do fenômeno. Um dos maiores trechos dos escritos deste autor sobre o tema consiste de uma polêmica com autores de sua época que negavam a possibilidade da ocorrência de crises de superprodução baseados em princípios como a famosa lei de Say, que, segundo Marx (2011, p. 335 e 1980, V II, p. 929), não passa de um plágio de escritos de James Mill.

Ora, para demonstrar a inconsistência da argumentação da impossibilidade das crises, Marx precisava apenas demonstrar que as crises eram, de fato, possíveis no capitalismo. Para tanto, precisava apenas identificar suas formas de manifestação.

Esse material acompanhado de outros trechos de suas obras serviu, portanto, de base para que Ribeiro (2008) analisasse a evolução dessas formas. Antes disso, no entanto, ele busca pela forma embrionária da crise, pois “um fenômeno, antes de encontrar uma forma visível de manifestação, deve preexistir em uma forma embrionária” (RIBEIRO, 2008, p. 10), fazendo o mesmo que é feito nos dois trabalhos anteriores. O autor identifica, como antes, na contradição entre Valor e Valor de Uso presente na mercadoria, o germe da crise. A argumentação é essencialmente a mesma de Mendonça e Ribeiro (1985).

O surgimento da mercadoria, portanto, “[...] dá origem a possibilidade de surgirem produtos do trabalho humano para os quais não existem consumidores” (RIBEIRO, 2008, p. 16). Identifica-se, aqui, o germe da crise.

Para o autor, “Seguir a evolução da contradição V x VU é acompanhar o desenvolvimento do fenômeno Mercadoria e observar simultaneamente a gestação das crises” (RIBEIRO, 2008, p. 16). Como, nesta etapa, a análise da mercadoria é seu foco, Ribeiro (2008, p. 14) pressupõe uma sociedade onde existem apenas produtores de mercadorias, característica essencial para a existência desta forma do

trabalho humano. Ademais, para facilitar a análise, pressupõe idênticas oferta e demanda (RIBEIRO, 2008, p. 14).

#### 2.3.1.1 A Sociedade de Produtores de Mercadorias:

Dentro dos limites de uma sociedade de produtores de mercadorias, Ribeiro (2008) acompanha o processo de evolução da contradição valor x valor de uso através da utilização das equações do valor. Por meio deste estudo, o autor chega ao processo que produz a primeira forma de manifestação da crise de superprodução: o surgimento do dinheiro.

Ao tornar-se equivalente universal, o dinheiro faz com que a contradição interna, existente na mercadoria, entre valor e valor de uso assuma uma forma de manifestação externa de contradição entre mercadoria e dinheiro, de forma que a mercadoria-dinheiro aparece como o único representante de valor, enquanto as demais mercadorias aparecem como representações do valor de uso.

Este processo, por sua vez, faz com que, para que se expresse no valor de uso de outra mercadoria, o valor de uma dada mercadoria tenha que se expressar, primeiramente, no corpo do dinheiro, cujo valor de uso é apenas ideal (o de transformar-se em mercadoria). Desta forma, a circulação da mercadoria, que antes era uma unidade, torna-se uma unidade de fases opostas: compra e venda são separadas no tempo e no espaço (RIBEIRO, 2008, p. 34). “Ninguém pode vender, sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido” (MARX, 1985a, V. I, p. 100). Assim, “[...] esta forma abrange a possibilidade de crise, ou seja, a possibilidade de elementos em conexão recíproca, inseparáveis, se desvincularem e serem por isso forçados a se juntar pela força que se opõe à sua independência mútua” (MARX, 1980, V II, p. 945).

Derivada da função do dinheiro como meio de circulação, surge, portanto, a primeira forma de manifestação da crise de superprodução: “[...] em sua primeira forma, a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e da venda” (MARX, 1980, V II, p. 945).

Uma vez que Ribeiro (2008) identifica a gestação do fenômeno que cria a possibilidade de crises, as mesmas considerações metodológicas que fizemos anteriormente são válidas aqui: o autor aprecia o surgimento da possibilidade de crises de forma bastante cautelosa, analisando o processo de desenvolvimento do

fenômeno que o origina. Contudo, um avanço bastante importante é alcançado por ele.

Na primeira versão desta interpretação, os autores (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 75) ainda não haviam absorvido toda a relação existente entre as crises e o surgimento do dinheiro. Isso porque apenas compreendiam que o surgimento do dinheiro tornava as crises possíveis pela primeira vez. Mendonça (1990, p. 143), por sua vez, mantém tal nível de rigor. Ribeiro (2008, pp. 33-40), no entanto, com o auxílio do que foi produzido por Marx, vai além. Percebe que o surgimento do dinheiro torna as crises possíveis precisamente porque gera sua primeira forma de manifestação: a dissociação de compra e venda.

Mas, como vimos, além da função de meio de circulação do dinheiro, sua função de meio de pagamento também contribui para aumentar as possibilidades de crise. A argumentação feita por Ribeiro (2008) é bastante semelhante à levada à cabo no trabalho anterior e relaciona-se com o aguçamento da forma externa de manifestação da contradição valor x valor de uso: a contradição dinheiro x mercadoria. No entanto, Ribeiro (2008) observa os aspectos quantitativos e qualitativos deste processo:

A contradição M x D terá atingido um nível mais elevado de desenvolvimento, aumentando por isso a oposição entre D e M quantitativa e qualitativamente.

Quantitativamente porque a liquidação dos débitos por compensação permite a circulação de maior quantidade de mercadorias com um montante inferior de dinheiro real.

Qualitativamente porque a oposição D x M se apresenta agora como autonomia de D em relação a M. Circulam mercadorias sem que haja circulação de dinheiro e posteriormente circula dinheiro sem correspondência com a circulação e mercadorias. D e M afastam-se e parecem autônomos.

Se essa autonomia, porém, estende-se além de certos limites, a unidade prevalecerá contra ela, violentamente, por meio de uma crise (RIBEIRO, 2008, pp. 42 e 43).

Aqui, Ribeiro (2008) novamente vai além e percebe que o surgimento da contradição entre Dinheiro Real e Dinheiro Ideal origina também a segunda forma de manifestação da crise: “Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e então, o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos” (MARX, 1980, V II, p. 945).

A aparição das duas primeiras formas de manifestação das crises de abundância torna este fenômeno possível. No entanto, a limitação da capacidade de

expansão da produção na sociedade de produtores de mercadorias impede a ocorrência de uma superprodução geral. Assim, tais formas são apenas formas abstratas de crise e a suas aparições constituem o nível máximo de maturação do fenômeno nesta sociedade. Como o interesse é chegar ao ponto onde o fenômeno passa da esfera das possibilidades para a esfera real, conclui-se, como antes, que é necessária a inserção de uma modificação: transformar a sociedade em uma sociedade de produtores capitalistas de mercadoria (RIBEIRO, 2008, p. 44).

É importante assinalar que, embora aponte que a limitação ao crescimento da produção que se apresenta na sociedade de produtores de mercadorias constitui o motivo pelo qual as crises não podem desenvolver-se a menos que se passe para uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, o autor não aponta algum fator que produza essa limitação, como feito por Mendonça (1990, p. 148).

#### 2.3.1.2 A Sociedade de Produtores Capitalistas de Mercadorias:

Passa-se aqui a acompanhar o desenvolvimento lógico do fenômeno crise agora inserido na sociedade de produtores capitalistas de mercadorias. Nesta sociedade, no entanto, existe apenas capital industrial. Excluem-se, por enquanto, os capitais comercial e bancário (RIBEIRO, 2008, p. 58). Ribeiro (2008) observa, inicialmente, que mudanças são provocadas nas duas formas de manifestação das crises já descobertas, quando da sua inserção nesta nova sociedade.

Conclui-se, primeiramente, que a metamorfose da mercadoria possui caráter diverso do da sociedade de produtores de mercadorias, pois 1) implica um elevado número de relações entre produtores, 2) pressupõe infinitas relações à montante e à jusante em cada ato de troca (compra-venda), 3) cada metamorfose significa o reinício de novos processos produtivos, o que implica um lançamento de um número crescente de mercadorias no mercado, 4) é um ato que se realiza em três mercados diferentes e independentes (os mercados de meios de produção, força de trabalho e bens de consumo), 5) é, no seu conteúdo, um ato de circulação do capital e, por fim, 6) envolve operações de compra-venda de uma mercadoria que é produto de um ato de consumo pessoal: a mercadoria força de trabalho (RIBEIRO, 2008, p. 52).

No que tange a segunda forma da crise, embora tente demonstrar alterações provocadas pela sua inserção na sociedade de produtores capitalistas de

mercadorias, Ribeiro (2008) apenas repete o mesmo raciocínio desenvolvido para analisar tal forma na sociedade de produtores de mercadorias.

Excluindo-se aqueles pagamentos que possam ser compensados, por transferência de dívidas, mais cedo ou mais tarde, o dinheiro real deverá substituir o dinheiro ideal. O encadeamento das dívidas pressupõe um encadeamento dos pagamentos. No nosso exemplo, se  $PK_1$  não consegue, nos prazos estabelecidos, saudar os seus compromissos, provocará uma reação em cadeia [...], o que afetará todo o setor produtivo... (RIBEIRO, 2008, p. 56).

Após a análise das modificações sofridas pelas duas formas já descobertas, o autor passa a procurar as novas formas de manifestação da crise criadas pela nova sociedade na qual seu fenômeno (ainda uma simples possibilidade) está inserido. Aponta, portanto, que, nesta sociedade, a circulação modifica-se de forma que passa de  $M - D - M$ , para  $D - M - D'$ . Isso, por sua vez, traz implicações nas formas das crises, pois o conteúdo da circulação é, agora, diverso: ela transforma-se em circulação do capital (RIBEIRO, 2008, p. 58).

Como vimos, na circulação  $M - D - M$ , os extremos são qualitativamente diferentes, pois constituem mercadorias diferentes e este é o objetivo da circulação: a obtenção de um produto do trabalho humano que expresse o valor da mercadoria produzida pelo produtor e, ao mesmo tempo, seja, para ele, um valor de uso.

Na circulação  $D - M - D'$ , os extremos são qualitativamente idênticos. Mas, isso não é um problema, pois, na verdade, seu objetivo é outro: fazer crescer o valor que se encontra nas mãos do produtor. Seus extremos, portanto, embora qualitativamente iguais, são quantitativamente diferentes.

O ato  $D - M$  representa, na verdade, compra de meios de produção e força de trabalho, e o ato  $M - D'$ , na verdade, esconde a transformação de  $M$  em  $M'$ , mercadoria de valor superior ao valor retirado do mercado sob a forma de mercadorias. O ato  $D - M$ , portanto, do ponto de vista do capital, representa não só interrupção da circulação para produção de novas mercadorias, mas produção de novas mercadorias com valor superior ao retirado do mercado (RIBEIRO, 2008, p. 61).

Nestas circunstâncias, o processo de reprodução do capital é a unidade formada pelo par de contrários produção x circulação, onde reside nova forma de crise.



O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata de crise (MARX, 1980, V II, p. 948).

Para Ribeiro (2008, p. 64), além disso, a unidade existente entre produção e circulação é implicação da existência de uma unidade contraditória formada por produção e consumo, tanto do ponto de vista do capital produtivo, como do ponto de vista da mercadoria força de trabalho. A unidade se apresenta no fato de que o consumo do capital produtivo é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, ao passo que o consumo de bens de consumo pela classe trabalhadora é, ao mesmo tempo, produção da mercadoria força de trabalho. A contradição, no entanto, se manifesta na impossibilidade do capital produtivo consumir produtivamente o que produz e produzir o que consome produtivamente, além de manifestar-se no fato de o trabalhador não poder consumir o que produz, pois sua força de trabalho é um não-valor de uso para ele.

Deste modo, a contradição produção x consumo está indissoluvelmente ligada ao processo capitalista de produção. E todos os produtos desta sociedade, portanto, devem, no mercado, provar ser um valor de uso reconhecido socialmente. Caso contrário, constituirão desperdício de trabalho abstrato, produção em excesso, e terão, como fim, a destruição. A contradição entre produção e consumo constitui, portanto, a quarta forma de manifestação das crises (RIBEIRO, 2008, p. 64).

Vemos aqui que Ribeiro (2008, p. 64) formula a contradição produção x consumo de forma completamente diversa de Mendonça (1990, p. 150). Se considerarmos esta formulação, no entanto, chegaríamos à conclusão de que tal unidade contraditória já existia em uma sociedade de produtores de mercadorias. Isso, porque, quando do surgimento do dinheiro nesta sociedade, pressupõe-se uma produção completamente direcionada para o mercado. Segundo Marx,

Na troca direta, o produtor dá ao grosso da produção o destino de satisfazer as próprias necessidades ou – ao se desenvolver mais a divisão do trabalho – de satisfazer necessidades dos co-produtores, dele conhecidas. O que se tem de trocar como mercadoria é sobra, e não é fundamental a circunstância de se trocar ou não essa sobra. Na *produção de mercadorias*, a conversão do produto em dinheiro, a venda, é *conditio sine qua non*. Cessa a produção imediata para as próprias necessidades. Então, se não se vende, surge a crise (MARX, 1980, p. 944).

Obviamente que, em relação à força de trabalho, produção e consumo constituiriam apenas uma unidade. Mas, o produtor direto continuaria não consumindo o que produz e nem produzindo o que consome. Além disso, da mesma forma que a separação pode ser suprimida marginalmente numa sociedade de produtores de mercadorias quando o produtor direto consome pequena parte do seu produto, o mesmo poderia ocorrer na sociedade de produtores capitalista de mercadorias.

A nosso ver, a relação produção-consumo, portanto, deveria ser formulada da seguinte forma:

Na sociedade de produtores de mercadorias, produção e consumo constituíam apenas uma unidade. Não há sentido na produção sem que haja consumo e não se pode consumir sem que se produza. Mas, além disso, o objetivo dos produtores era M, então todas as vezes em que se aumentava a produção, se fazia no intuito de aumento do consumo. O fato de que o dinheiro não poderia se tornar o desejo geral dos produtores, por sua vez, constituía outro fator desta sociedade que garantia a unidade entre produção e consumo.

Ao se passar para uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, como vimos em Mendonça (1990, p. 150), embora a unidade continue existindo, enquanto o produtor se move pelo objetivo de obter uma quantidade de valor cada vez maior, a sociedade continua a ter o valor de uso como objetivo. Produção e consumo se movem agora por razões diferentes. O aumento da produção, que tem um fim em si mesma, pode agora se dar separado do aumento do consumo.

Ribeiro (2008), no entanto, com base na sua formulação da contradição produção x consumo, dá continuidade à análise argumentando que mesmo considerando a hipótese mais favorável, a de que sejam encontrados consumidores para as mercadorias produzidas,

O problema foi apenas transferido no tempo, pois a mesma situação repetir-se-á, porém, em escala ampliada, com um volume de mercadorias sempre crescente. **A forma M, como meio de circulação do capital, está, desse modo, contribuindo para aumentar a possibilidade de crise** (RIBEIRO, 2008, p. 66).

Ou seja, independente da sua formulação, Ribeiro (2008, p. 66) chega à conclusão que esta contradição constitui nova forma de manifestação das crises de superprodução.

Ao formular a contradição produção x consumo, Ribeiro (2008) chega ao ponto máximo de desenvolvimento do fenômeno crise em uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias onde existe apenas capital industrial. Neste ponto, para acompanhar a continuação do processo que torna as crises um fenômeno real, é necessário eliminar as hipóteses simplificadoras de inexistência dos capitais comercial e bancário.

### 2.3.1.3 O Capital Comercial e as Formas da Crise:

Sendo um não-valor de uso para os produtores capitalistas, as mercadorias só podem realizar seus valores em outros valores de uso que não os seus, através, portanto, da venda. É na esfera da circulação que esse processo ocorre. Assim, sem circulação, não há realização de valor. Se a função da circulação, por sua vez, é realizar os valores das mercadorias, sem valores a serem realizados, também não existe circulação. Circulação e realização do valor, portanto, formam uma unidade (RIBEIRO, 2008, p. 68).

No entanto, o processo de realização do valor implica a saída da mercadoria da circulação, uma vez que representa a resolução da contradição valor x valor de uso, tornando-os apenas uma unidade. Assim, se a mercadoria está na circulação, é porque não realizou seu valor, se realizou seu valor, é porque não está mais na circulação. Circulação e realização do valor estão, portanto, em contradição. Sendo uma unidade e estando, ao mesmo tempo, em contradição, circulação e realização do valor formam uma unidade de contrários (RIBEIRO, 2008, p. 68).

A inserção do capital comercial na análise provoca, por sua vez, mudanças na contradição acima explicitada, e é com base nelas que Ribeiro (2008) identifica a contribuição dada por esta inserção na transformação da crise de mera possibilidade em necessidade do Modo de Produção Capitalista.

A inclusão do capital comercial à análise representa o processo de autonomização da circulação e é por isso que produz modificações na contradição acima mencionada. Ao vender suas mercadorias para o comerciante, do ponto de vista do capitalista industrial, ocorreu a realização dos valores de suas mercadorias.

Este ato de realização, no entanto, não representa a resolução da contradição valor x valor de uso da mercadoria, pois, o interesse do comerciante está no valor de uso especial da mercadoria de produzir lucro, sendo ela, no conteúdo, capital-mercadoria. Supondo a existência de uma rede de comerciantes, observamos, pois, a sucessiva realização dos valores das mercadorias, sem que elas sejam retiradas para a esfera do consumo para a realização dos seus valores de uso.

Tudo funciona como se tivesse desaparecido a contradição entre circulação e realização do valor. E do exclusivo ponto de vista do capital comercial, esse movimento poderia prolongar-se eternamente. Tal é a situação paradoxal criada.

No entanto, do ponto de vista da circulação das mercadorias e da circulação do capital, isso não é possível. **A contradição entre circulação e realização do valor desaparece apenas na aparência pela exacerbação da unidade entre eles.** Mais cedo ou mais tarde, deverá prevalecer, contra esta unidade, a oposição, e as mercadorias, uma vez realizados seus valores, obrigatoriamente abandonarão a esfera da circulação afim de serem consumidas ou destruídas em consequência de uma crise (RIBEIRO, 2008, p. 71).

Assim, de acordo com Ribeiro (2008, p. 71) o capital comercial aumenta a separação, no tempo e no espaço, entre realização do valor e realização do valor de uso das mercadorias, contribuindo para aumentar as possibilidades de crise.

O problema será mais grave quanto maior for o volume de mercadorias produzidas e a complexidade da rede de distribuição que separa produção e consumo. Qualquer circunstância que implique o não reconhecimento, pela sociedade, do VU, de certa quantidade de mercadorias, provocará a impossibilidade da realização do valor delas [...] Ocorrendo esta paralisação do movimento do capital com o comerciante, por exemplo, último elo da cadeia de distribuição, ela propagar-se-á em sentido contrário até atingir o capital industrial. E, nessas circunstâncias, o volume de mercadorias produzidas, ou em processo de produção, será considerável. Se somarmos a isso a complexidade das ligações entre o comércio, a indústria e os bancos existentes numa sociedade capitalista, podemos já agora prever as proporções catastróficas que o fenômeno poderá atingir (RIBEIRO, 2008, p. 73).

É claro que falar em realização do valor das mercadorias é o mesmo que falar em “realização de M’ para o capital industrial” (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 82) e falar em realização do seu valor de uso é também o mesmo que falar em “realização de M’ para a sociedade” (MENDONÇA e RIBEIRO, 1985, p. 82), no entanto uma diferença se apresenta entre Ribeiro (2008) e Mendonça e Ribeiro (1985).

Enquanto Ribeiro (2008, p. 71) fala em aumento de separação, Mendonça e Ribeiro (1985, p. 83) falam no surgimento de uma contradição. Para Ribeiro (2008) a contradição antecede o surgimento do capital comercial, o qual aguça o elemento contraditório desta contradição.

Excetuada esta diferença, as duas formulações são bastante semelhantes. Não podemos deixar de apontar, no entanto, que a elaborada por Ribeiro (2008) é uma versão bem mais rigorosa daquela exposta em Mendonça e Ribeiro (1985).

#### 2.3.1.4 O Capital Bancário e a Crise:

Na sociedade capitalista, dinheiro é possibilidade de controle sobre trabalho alheio e, portanto, representa a possibilidade de produção de mais-valor, de obtenção de lucro. Assim, além de possuir valor de uso como dinheiro, possui também o valor de uso de funcionar como capital. Se este valor de uso especial é um não-valor de uso para o possuidor do dinheiro, este torna-se também mercadoria. “[...] o capital enquanto capital se torna mercadoria” (MARX, 1985a, V. IV, p. 255). E, para Ribeiro (2008, p. 77), ao acumular, além das funções de dinheiro, as funções de mercadoria, a mercadoria capital contribui para aumentar as possibilidades de crise.

Este tipo especial de mercadoria torna mais complexa a produção capitalista, acrescentando, aos mercados já existentes, o mercado de capitais. Mas, não é só isso. Como para qualquer outra mercadoria, o problema da superprodução também se põe para ela. No entanto, se põe com agravantes.

Quando se dá a venda das demais mercadorias ao consumidor final, estas se afastam da circulação e seu consumo representava a realização do seu valor de uso e, conseqüentemente, a destruição deste junto com o seu valor. Já “[...] a venda da mercadoria-capital MK representa apenas o afastamento temporário do mercado, pois MK, ao ser consumida, não desaparece do reino das mercadorias. E não só se conserva como mercadoria, mas cresce, aumenta de volume” (RIBEIRO, 2008, p. 78).

O preço pago pela mercadoria capital é o juro que o mutuário paga ao prestamista, mas para que continue a produzir o juro, o capital tem que permanecer emprestado. Assim, esse movimento da mercadoria capital não pode parar, criando uma pressão permanente sobre a oferta no seu mercado específico.

Neste caso, a única forma de não ocorrer superprodução é com a criação de uma demanda que cresça nas mesmas proporções. Isto só ocorrerá se sempre existirem capitalistas dispostos a tomar dinheiro emprestado. Caso, por qualquer razão isto não ocorra, gera-se superprodução de capitais.

Além disso, o movimento do capital bancário é representado pela fórmula D – D'. Isso representa a autonomização da forma D em relação às demais formas de manifestação do capital. Assim,

O capital bancário ao mover-se, operando com a mercadoria-capital, contraria e opõe-se ao movimento real do próprio capital como unidade de produção e da circulação.

Contra a autonomização da forma D, porém, prevalecerá a unidade das três formas do mesmo conteúdo capital, através de uma crise (RIBEIRO, 2008, p. 83).

Como vemos, Ribeiro (2008) apresenta aqui uma série de argumentos novos no que tange ao aumento das possibilidades de crise provocado pela mercadoria capital, que, por esses fatores, é a mercadoria superprodutiva por excelência. No entanto, deixa de lado o argumento apontado em Mendonça e Ribeiro (1985, pp. 81 e 82) de que o crédito aumenta a independência entre a reposição e ampliação das condições iniciais de produção e a realização de produção prévia.

Diferenças à parte, é neste ponto da análise, segundo Ribeiro (2008, p. 80), que podemos falar da crise de superprodução como um fenômeno real. Aqui existem e estão desenvolvidas todas as formas de manifestação do fenômeno. Mas, em um raciocínio lógico, como Ribeiro (2008, p. 80) pode chegar a tal conclusão? O que pode garantir que o conteúdo chegou a um estágio de desenvolvimento tal que produziu e desenvolveu todas as suas formas de manifestação e, portanto, manifestar-se-á como fenômeno real?

Embora se elabore um método de análise do desenvolvimento da possibilidade de crise com base no materialismo dialético, assim como em Mendonça (1990), não fomos capazes de identificar um critério para determinar o ponto onde o fenômeno crise se converte em realidade dentro do raciocínio lógico. O método de Ribeiro (2008) constitui um avanço em relação ao de Mendonça (1990), pois este ponto pode ser determinado com o auxílio de uma análise histórica. Ou seja, identificam-se as formas de manifestação que assume o fenômeno real desenvolvido e conclui-se que, ao se desenvolverem todas estas formas, está

desenvolvido o conteúdo do fenômeno. Contudo, a nosso ver, o fato de que uma análise histórica seja uma condição necessária para se determinar o ponto onde o fenômeno deixa de ser mera possibilidade e se converte em realidade implica que tal método só serve à análise do passado.

#### 2.3.1.5 O Capital Produtivo e a Crise:

Após analisar a realidade capitalista com de todos os aspectos necessários para a criação e desenvolvimento de todas as formas de manifestação das crises de superprodução, Ribeiro (2008, p. 83-88) acrescenta uma sessão para tratar novamente da forma produtiva do capital. Não conseguimos identificar a razão pela qual isto é apresentado após a análise do capital bancário, visto que a existência dos capitais comercial e bancário não é necessária ao tratamento dos pontos levantados na seção. No então, apresentaremos também o que foi acrescido por ele.

Para a produção de determinada mercadoria, em dado estágio de desenvolvimento tecnológico, existem proporções rigorosas, determinadas tecnicamente, entre a quantidade de meios de produção, matérias-primas e força de trabalho.

Existe também, no entanto, a possibilidade de que, enquanto determinado capital encontra-se na esfera da produção, variem os preços dos elementos constituintes do capital produtivo. Desta maneira, como os preços de mercado são regulados pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria em questão, é possível que a quantidade de dinheiro obtida na venda de  $M'$  não seja suficiente para repor as condições de produção anteriores. Paralisa-se, assim, o processo produtivo, podendo causar um efeito em cadeia para outros setores e, configura-se, portanto, superprodução de capital, existência de capital em excesso. Assim, “Esta dependência entre os vários componentes dos meios de produção e da força de trabalho, que formam o capital produtivo, choca-se com a independência dos mercados” (RIBEIRO, 2008, p. 85).

Aqui, no entanto, Ribeiro (2008, p. 85) chama este choque de “meio de propagação do fenômeno” que é contribuição dada pela forma produtiva do capital.

### 2.3.2 O Conteúdo das Crises:

Este ponto do trabalho de Ribeiro (2008) se destaca pela a inovação de abordagem em relação ao que havia sido desenvolvido anteriormente. É claro que alguns dos argumentos que são apresentados aqui, já haviam sido produzidos em Mendonça e Ribeiro (1985). No entanto, com a utilização mais adequada das categorias da lógica dialética como suportes de análise, o autor aumenta o rigor da argumentação e enriquece a análise do fenômeno. Do que sabemos sobre a relação entre conteúdo e forma, deriva-se a importância da identificação deste último. Sendo ele o fundamento da existência e do desenvolvimento do fenômeno, sem que se identifique que forças e processos que constituem seu conteúdo, não é possível compreender a sua dinâmica e seu desenvolvimento, o que possivelmente leva as análises a incorrerem em erros.

Por esta razão, após acompanhar o surgimento e desenvolvimento das formas de manifestação das crises econômicas do capitalismo, Ribeiro (2008) descoloca sua análise para o conteúdo desse fenômeno, o que constitui passo necessário para a identificação de suas causas (RIBEIRO, 2008, p. 88).

Nas seções anteriores, no entanto, Ribeiro (2008) já faz algumas considerações acerca deste conteúdo. Aponta que a crise de superprodução:

Não é, portanto, um fenômeno de falta de capacidade de consumo ou falta de procura, mas sim um fenômeno que se manifesta simultaneamente através da impossibilidade de consumir e na abundância de mercadorias. **As leis econômicas objetivas criaram forças que impedem que as mercadorias abundantes sejam vendidas e, simultaneamente, que os consumidores, também abundantes, possam ter suas necessidades satisfeitas. É este o conteúdo do fenômeno até agora chamado de “crise de abundância”...** (RIBEIRO, 2008, pp. 45-46).

Uma identificação mais clara deste conteúdo, também elaborada por Ribeiro (2002, p. 16) é a seguinte: “a produção de um volume crescente de mercadorias, e de uma quantidade crescente de consumidores e ao mesmo tempo a criação de barreiras que impedem o consumo”.

Neste ponto de sua análise, portanto, Ribeiro (2008) fundamenta a identificação do conteúdo previamente apresentada. Contudo, embora o título do capítulo do seu livro que trata deste assunto seja “O conteúdo da crise e seu desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008, p. 89), pouco é dito acerca de tal processo de



desenvolvimento. Produz-se aí principalmente uma identificação criteriosa deste conteúdo em três etapas. Primeiramente, identificam-se as forças que geram uma expansão ilimitada da produção de mercadorias. Em segundo lugar, identificam-se as forças que criam um número crescente de consumidores. Por fim, conclui-se que as mesmas leis que produzem os referidos efeitos, criam barreiras que impedem o consumo das mercadorias abundantes pelos consumidores também abundantes (RIBEIRO, 2008, p. 90).

Vimos que boa parte desse raciocínio foi construído em Mendonça e Ribeiro (1985). O mérito de Ribeiro (2008) encontra-se, portanto, não em outros poucos argumentos que possa ter acrescentado, mas na capacidade que teve de identificar a produção destes efeitos contraditórios por parte destas forças dúplices como conteúdo das crises. Além disso, acrescenta um argumento importante: o de que a criação de um número cada vez maior de consumidores faz parte do processo de realização da possibilidade de crise.

#### 2.3.2.1 A Produção Ilimitada de Mercadorias:

O surgimento do capital na sociedade tem por pressuposto a transformação da força de trabalho da grande maioria da população em mercadoria. A obtenção de uma quantidade crescente de valor, que orienta a produção capitalista, por sua vez, torna necessário que todo e qualquer produto do trabalho do homem assuma, no seio de tais relações de produção, a forma de mercadoria. Além disso, o desenvolvimento destas relações de produção cria também, como vimos, a mercadoria-capital. O modo de produção capitalista, portanto, é modo de produção mercantil por excelência, onde tudo toma a forma de mercadoria, a portadora do germe da crise (RIBEIRO, 2008, p. 90 e 91).

As necessidades sociais se satisfazem pelos valores de uso. Sendo estes mercadorias, qualquer que seja a necessidade de consumo, seja consumo pessoal ou produtivo, só poderá ser satisfeita através da compra de mercadorias. O capitalismo, portanto, só é possível através da produção generalizada de mercadorias (RIBEIRO, 2008, pp. 91-93).

Além disso, ao entrar em contato com demais modos de produção, inicialmente direcionando a produção destas sociedades para o mercado, o Modo de Produção Capitalista, além de subsumir algumas formas de produção, acaba por

destruir as demais, gerando maior oferta da mercadoria força de trabalho, ao integrar à sua realidade os agentes econômicos do velho modo de produção. Em consequência disso, se requer uma maior produção de mercadorias pelo setor produtor de bens de consumo (RIBEIRO, 2008, p. 95).

Mas, não é só isso. Ribeiro (2008) mostra que, além de existirem, no Modo de Produção Capitalista, forças que fazem com que tudo tome a forma de mercadoria e generalizam, ao mesmo tempo, a produção nesta forma, existem também leis que impulsionam o volume desta produção.

Tomemos o que aponta Marx (1985a):

Todo caráter da produção capitalista é determinado pela valorização do valor capital adiantado, portanto, em primeira instância, pela produção do máximo possível de mais-valia; em segundo lugar, no entanto (Ver Livro Primeiro Cap. XXIII), pela produção de capital, portanto pela transformação de mais-valia em capital. A acumulação ou a produção em escala ampliada, que aparece como produção sempre mais extensa de mais-valia, portando de enriquecimento do capitalista, como finalidade pessoal deste, [...] torna-se, porém, depois, como foi mostrado no volume I, mediante seu desenvolvimento, uma necessidade para todo capitalista individual. O aumento constante de seu capital torna-se condição para a conservação do mesmo (MARX, 1985a, V. III, p. 59).

Ora, primeiramente, considerando que a mercadoria força de trabalho, ao ser consumida no processo produtivo, gera valor maior que o seu, o consumo produtivo, ao invés de implicar destruição de valores de uso, ao contrário, implica um retorno de mercadorias ao mercado em valor superior ao das que foram dele retiradas. Em termos de valor, portanto, uma maior quantidade de mercadorias é lançada de volta no mercado.

Como o objetivo do capitalista é ampliar esse valor ao máximo, em primeiro lugar, tentará, com o capital dado, explorar ao máximo a força de trabalho. Isso, por sua vez, implica um lançamento de um maior número de mercadorias. Em segundo lugar, converterá mais-valor em capital para, assim, aumentar a produção desse mais-valor, ou seja, para obter um lucro cada vez maior. Isso, por sua vez, implica lançamento de quantidade ainda maior de mercadorias.

Contudo, o caráter da concorrência capitalista faz com que não só se invista maior quantidade de capital, mas que se invista essa maior quantidade em tecnologias mais produtivas. O que implica dizer que, para realizar a mesma quantidade de valor, será necessária a realização de uma quantidade superior de valores de uso. Portanto, o impulso ao aumento da produção de mercadorias dá-se,

não só pelo aumento do valor, mas pelo aumento do número de mercadorias que dada quantidade de valor representa. “[...] por dupla razão, produzirá uma quantidade crescente de mercadorias” (RIBEIRO, 2008, p. 96).

Ao observar o caso da mercadoria-capital, pela análise anteriormente feita acerca do caráter desta mercadoria, Ribeiro (2008, p. 97) conclui também que sua lógica agrega-se à produção de um volume crescente de mercadorias no Modo de Produção Capitalista.

Assim, por qualquer ângulo que se observe, de acordo com Ribeiro (2008, p. 97), existem, no modo de produção supracitado, forças que fazem da produção de um volume cada vez maior de mercadorias uma característica própria deste sistema.

#### 2.3.2.2 A Produção de uma Quantidade Crescente de Consumidores:

Como já apontado anteriormente, uma das características do capitalismo é precisamente a destruição de qualquer produção para autoconsumo, transformando em consumidores os antigos produtores diretos. Ribeiro (2008) não detalha esse processo. É suficiente apontar que de início, como dito, o contato dos produtores diretos com as relações de produção capitalistas faz com que o interesse principal destes se torne a produção para o mercado. Tendo isto sido alcançado, a concorrência trata de aniquilar todos aqueles produtores que se recusem a produzir nos moldes capitalistas. Com isso, tais produtores que abandonam o autoconsumo são transformados em consumidores e os produtores arruinados, de uma forma ou de outra, também o são (seja vendendo sua força de trabalho, seja vivendo de transferência de renda).

Além disso, o advento do capitalismo cria também um novo tipo de consumidor: o consumidor produtivo. Isso porque todos os elementos necessários à produção devem, no capitalismo, ser obrigatoriamente comprados no mercado.

Esses consumidores produtivos, diferentemente dos consumidores pessoais, que tem por limite de seu consumo a satisfação de suas necessidades físicas e psicológicas, são insaciáveis, pois suas necessidades são as necessidades do capital: produzir lucro (RIBEIRO, 2008, pp. 98 e 99).

Por fim, considerando a existência do aparelho estatal, com todos os técnicos militares, etc. e demais camadas sociais que se surgem nas formações

capitalistas concretas, torna-se mais reforçada a conclusão de que “o capitalismo, generalizando a produção de mercadorias juntamente com a relação de trabalho assalariado, **cria um número crescente de consumidores**, integrando-os no mercado” (RIBEIRO, 2008, p. 99).

### 2.3.2.3 As Barreiras que Impedem o Consumo:

As mesmas leis que regem o Modo de Produção Capitalista e produzem mercadorias em abundância, enquanto produzem consumidores também em abundância, produzem, ao mesmo tempo, barreiras econômicas que impedem o consumo das referidas mercadorias.

Ribeiro (2008, p. 96 e 97) primeiramente aponta que é preciso entender que o capitalista lança na circulação, sob a forma mercadoria, mais valor do que dela retira. Retira  $c + v$  e lança  $c + v + m^7$ . A diferença entre elas, ou seja,  $m$ , é o excedente do qual se apropria.

Como a razão de ser da produção capitalista é o lucro, o excedente, o objetivo do capitalista é aumentar ao máximo a distância entre estes dois termos. Assim, a “capacidade ilimitada de consumo” do capital recebe forte restrição, pois, “Se o capital é um consumidor insaciável, pode se tornar um comprador extremamente comedido sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados” (RIBEIRO, 2008, p. 101).

Ao usar capitalista e capital (com personificação deste último) como sinônimos na construção deste argumento, Ribeiro (2008, p. 101) demonstra uma tendência que tem a recusar a utilização do argumento de que o aumento da distância entre a oferta e a demanda do capital, na verdade, apenas pressiona o consumo pelo aumento da exigência do consumo da classe capitalista. Marx, no entanto, é bem claro que

O capitalista [...] **A medida que ele funciona meramente como personificação do capital**, como capitalista industrial, sua oferta de valor mercantil é sempre maior que sua demanda de valor mercantil<sup>8</sup> (MARX, 1893, p. 119 apud RIBEIRO, 2008, p. 100).

<sup>7</sup> Onde  $c$  = capital constante,  $v$  = capital variável e  $m$  = mais-valia;

<sup>8</sup> Destaque nosso;

Contudo, se supuséssemos que o capitalista não poupa, a soma do seu consumo como personificação do capital e como consumidor seria igual a sua oferta. Todavia, devemos chamar a atenção para o fato de que sempre existe um hiato de valor.

Criemos um exemplo: suponha que o capitalista possui um capital de 100 e a taxa de lucro médio da sociedade é de 10%. No primeiro ciclo do seu capital, retirará 100 da circulação e lançará 110. Apenas após realizar esses 110, poderá realizar a diferença (10) como consumo produtivo (ampliação das condições iniciais de produção) ou consumo pessoal. Conforme os ciclos se repetem, o hiato a ser suplantado no próximo ciclo também cresce. Além disso, o momento de lançamento de valor-mercadoria dos demais capitais da sociedade também influencia o processo. Poderá, portanto, chegar um determinado momento onde a confiança na capacidade de realmente realizar a produção se abale, perturbando o processo produtivo. E isso ainda pressupondo que toda a renda é gasta, por mais desnecessário que venha a se tornar o consumo do capitalista conforme aumenta o montante de valor do seu lucro. Caso retirássemos tal suposição, fica patente a exigência crescente que se faz sobre o consumo desta classe.

Voltemos, no entanto, ao raciocínio do autor. Assim como apontado em Mendonça e Ribeiro (1985, p. 81), visto que o valor novo criado produzido pelo trabalhador é, em parte, apropriado por este sob a rubrica de  $v$ , enquanto a outra parte é apropriada pelo capitalista sob a rubrica de  $m$ , dado o valor novo criado, o aumento de  $m$  significa a redução de  $v$ .  $v$ , no entanto, é precisamente a única fonte de renda da mais importante classe de consumidores (RIBEIRO, 2008, p. 103).

Outro argumento que Ribeiro (2008) empresta de Mendonça e Ribeiro (1985, p. 85) diz respeito aos efeitos da concorrência que se traduzem em aumentos de produtividade, resultado da busca de mais-valor extraordinário, ou, o que é sua forma de manifestação transmutada, o superlucro. O que isto representa para o fenômeno da superprodução aqui, no entanto, difere levemente do que se concluiu anteriormente. Já vimos que, a medida que a tecnologia se generaliza, reduzem-se os preços de produção das mercadorias produzidas pelo ramo. Se este ramo for produtor de bens que fazem parte do consumo da classe trabalhadora, reduzir-se-á seu salário em função disto. Para Ribeiro (2008) visto que esta é a única fonte de renda do trabalho, reduzir-se-á o seu consumo, tornando-se, estes, “consumidores insatisfeitos” (RIBEIRO, 2008, p. 103).

Novamente, Ribeiro (2008, p. 103) se recusa a utilizar o argumento da pressão sobre o consumo da classe capitalista. Uma vez que foi reduzido o preço dos bens que fazem parte do consumo pessoal do trabalhador, com a redução de  $v$ , sua satisfação não se altera. O que se altera é o tamanho da parcela dos produtos finais que deverá ser realizada pela classe capitalista.

Por fim, como agravante da situação, Ribeiro (2008, pp. 104-106) aponta que nem todos os consumidores são, ao mesmo tempo, compradores. Os trabalhadores, os que consomem os meios de produção, não os compram. Esse consumo, do qual depende sua renda, só se processa com o comando do capitalista. Este comando, por sua vez, só se dá na medida em que o trabalhador possa produzir em excesso, ou seja, produza excedente. A demanda do trabalhador por mercadorias, portanto, só existe na medida em que sua produção é maior do que esta demanda.

Por estas razões,

**[...] a tendência para a superprodução generalizada de mercadorias está na própria essência do modo capitalista de produção, é inerente a ele. [...] superprodução de mercadorias e de capitais. Não em relação às necessidades sociais. Superprodução, sim, porque os consumidores estão impedidos de consumir pelos mecanismos criados pelo próprio sistema... (RIBEIRO, 2008, P. 106).**

Uma vez identificado o conteúdo do fenômeno, Ribeiro (2008) parte para a identificação de suas causas.

### 2.3.3 A Causa das Crises:

No que tange a causa das crises, Ribeiro (2008) se mantém fiel ao artigo publicado em colaboração com Mendonça. O que difere aqui é que o autor afirma categoricamente estar tratando a investigação da causa das crises. Em nenhum momento esta palavra é utilizada em Mendonça e Ribeiro (1985). Sigamos, pois, com a exposição da nova versão da argumentação de Ribeiro (2008).

No Modo de Produção Capitalista, as crises se apresentam como excesso de oferta em relação à procura. Em função disto, como aponta Ribeiro (2008, p. 112), “O excesso de oferta sobre a procura passou a ser o centro das especulações e explicações teóricas sobre as crises”.

No entanto, o autor aponta que, se as crises fossem apenas um desequilíbrio entre oferta e procura, seria possível evitá-las através de política econômicas que mantivessem o equilíbrio entre elas. Ribeiro (2008, p. 113) explica, contudo, que, em função das leis e contradições que regem o Modo de Produção Capitalista, isto se torna impossível. E esta impossibilidade

[...] tem por base o fato de serem oferta e procura regidas por forças que lhe são exteriores. Elas são determinadas por fatores que se situam em polos opostos. Enquanto a procura tem por base as necessidades sociais, a oferta está subordinada às necessidades do capital, à necessidade de produzir lucro, que é apropriado privadamente por cada capitalista individual (RIBEIRO, 2008, p. 113).

Para demonstrar a veracidade da sua afirmação, Ribeiro (2008, pp. 113-131) conjectura sobre os possíveis resultados de políticas econômicas deste tipo em uma realidade capitalista chegando, novamente, à mesma conclusão.

Sendo assim, a análise da causa da superprodução deve ultrapassar a simples observação da forma que ela apresenta quando se dá a eclosão da crise. Deve ser buscada logicamente na essência do sistema, em suas leis gerais (RIBEIRO, 2008, p. 131).

Deslocando sua análise para tal essência, Ribeiro (2008, p. 132) lembra que, do que foi previamente exposto por ele, se deriva que o Modo de Produção Capitalista tem uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas. “Esse movimento [,no entanto,] tem como consequência tornar cada vez mais social a organização do trabalho e o próprio processo produtivo” (RIBEIRO, 2008, p. 132). Além disso, “Todas essas potencialidades não estão a serviço das necessidades sociais. O objetivo da produção capitalista não é aumentar a riqueza social mas sim produzir lucro” (RIBEIRO, 2008, p. 132).

Contudo, enquanto o objetivo de produzir lucro “decorre diretamente da propriedade privada capitalista sobre os meios de produção” (RIBEIRO, 2008, p. 133), do exposto anteriormente pelo autor, deriva-se que o ato da realização deste lucro é um ato de caráter social, que depende da demanda solvente, a qual, por sua vez, é determinada pelas “ligações invisíveis” da divisão do trabalho e das relações antagônicas de distribuição da riqueza.

Sendo assim, o que se observa na eclosão da crise outra coisa não será senão a manifestação violenta, sob várias formas, da contradição que se

encontra na própria essência do sistema capitalista: a contradição entre o carácter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. É esta contradição que se manifesta como contradição entre produção e consumo, como desproporcionalidade entre os diferentes ramos, como anarquia da produção, como contradição entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a base estreita das relações de consumo e etc. É esta a causa fundamental das crises de superprodução e é por isso que tais crises são inerentes ao capitalismo, são uma lei econômica deste sistema (RIBEIRO, 2008, p. 133).

Novamente, portanto, Ribeiro (2008) identifica a contradição entre o carácter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista como causa das crises.

Dados os elementos que já foram expostos aqui, gostaríamos de discutir metodologicamente duas questões. A primeira delas diz respeito a uma aparente confusão na argumentação de Ribeiro (2008, p. 133) acerca das formas de manifestação da contradição fundamental do capitalismo e da crise. Note que, ao mesmo tempo em que diz, por exemplo, que a contradição produção x consumo é a quarta forma de manifestação das crises de superprodução, o autor a aponta como forma de manifestação da contradição fundamental do capitalismo.

É óbvio que sabemos que uma mesma forma pode manifestar conteúdos diferentes. No entanto, com base no que é escrito por Marx (1980), acreditamos ser possível acrescentar um pouco mais de rigor à argumentação do autor. Note, por exemplo, que ao se referir à primeira forma de manifestação das crises, Marx aponta que “A possibilidade da crise reside apenas **na dissociação** entre compra e venda [...] em sua primeira forma, a crise é [...] a dissociação da compra e venda” (MARX, 1980, pp. 944 e 945). No que tange a unidade contraditória produção x circulação,

A dissociação entre o processo de produção (imediato) e o processo de circulação também evidencia e desenvolve mais a possibilidade de crise, a qual aparecia na mera metamorfose da mercadoria. Quando os dois processos não se convertem um no outro com fluidez, mas se afirmam independentes um do outro, sobrevém crise (MARX, 1980, p. 943).

Poderíamos buscar mais exemplos, mas acreditamos que isto é suficiente para demonstrar o que pretendemos. Sabendo que “La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido” (Rosental e Straks, 1958, p. 197), não podemos entender a contradição entre produção e circulação como forma de manifestação da crise. A criação de barreiras ao consumo é parte integrante do



conteúdo das crises e, portanto, o que deve ser entendido por suas formas de manifestação são os processos de separação das unidades contraditórias do Modo de Produção Capitalista, ou seja, a afirmação da separação perante a unidade. Cada uma dessas contradições, contudo, uma vez aceito o argumento de Ribeiro (2008), deve sim ser entendida como forma de manifestação da contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada capitalista.

A segunda questão também diz respeito às formas de manifestação da crise. Ribeiro (2008) identifica através de Marx (1980), e com razão, que a crise possui várias formas de manifestação. Supondo que do argumento de Mendonça (1990, pp. 167-169) se possa derivar a conclusão de que as formas de manifestação da crise constituem apenas a separação da contradição produção x consumo e a desproporção derivada da anarquia da produção, sua argumentação se contrapõe à de Ribeiro (2008). Quais são, portanto, as formas de manifestação das crises de superprodução?

Pelo que vimos em Marx, na verdade, as argumentações não são mutuamente excludentes. É certo que Marx identifica várias formas de manifestação das crises, como aponta Ribeiro (2008). Contudo, o primeiro afirma que:

As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundamos, têm de ser detectadas novas características deste conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas (MARX, 1980, p. 945)..

Ao analisarmos as crises (e isto ficará mais claro adiante), a superprodução se constata na esfera de consumo final (superprodução de mercadorias que constituem produtos finais) e/ou na esfera de consumo produtivo (superprodução de meios de produção). Isto, no entanto, não pode ocorrer sem que se dissociem compra e venda, circulação e produção, etc. Assim, consideraremos a anarquia da produção e a contradição produção x consumo como as formas de manifestação das crises, mas estaremos completamente conscientes de que, nelas, estão inclusas as formas mais simples.

### 2.3.4 O Caráter Cíclico das Crises:

Como dissemos, os ciclos no modo de produção capitalista tem uma duração mais ou menos regular. Portanto, explicar a ciclicidade do fenômeno vai além de apenas explicar a ligação entre os pontos de inflexão. Também é necessário explicar porque os efeitos de cada um desses pontos tendem a gerar o próximo após determinado tempo.

É por esta razão que esta seção constitui uma das grandes contribuições individuais de Ribeiro (2008). Em Mendonça e Ribeiro (1985) nenhuma explicação é dada para a regularidade das crises de superprodução. Ribeiro (2008), contudo, finalmente a fornece. Primeiramente, como é óbvio, explica por que o fenômeno se repete, e, após isto, por que ele se repete com uma periodicidade regular.

De início, é necessário entender, conforme Ribeiro (2008) aponta por diversas vezes em seu livro, o papel desempenhado pelas crises. Para ele, em essência, as crises são consequência da exacerbação da contradição entre o caráter social da produção e a acumulação privada capitalista. Neste cenário, a crise surge como uma restauração violenta da unidade.

Para o reestabelecimento dessa unidade, a dinâmica capitalista desenvolveu, espontaneamente, uma série de mecanismos. É através deles que esse processo se dá. Uma vez estabelecido previamente o papel das crises em sua essência, Ribeiro (2008, pp. 137-142) demonstra como isto se processa no nível das aparências. Tomando a crise como ponto de partida, Ribeiro (2008, pp. 137) aponta que, nesta etapa, a exacerbação da contradição fundamental se traduz numa superprodução de capital sob todas as formas: dinheiro (D), mercadoria (M), produtivo (P) e mercadoria capital (MK). A crise aparece, portanto, para destruir o capital em excesso, pois assim reestabelecerá as condições para a retomada do processo de acumulação capitalista.

Em primeiro lugar, a própria superprodução de capital mercadoria já pressiona o preço de mercado destas mercadorias para baixo, o que funciona como um mecanismo de estímulo à procura. Além disso, a não realização do mais-valor produzido põe uma série de empresas em dificuldades financeiras, levando-as à falência. Mesmo os capitais que não vão à falência, são destruídos parcialmente em função da sua inatividade. Esse processo de destruição de capital, por sua vez, torna livres espaços econômicos que eram antes ocupados pelo capital que foi

destruído, criando novas condições para a expansão da oferta, que, pela própria destruição de capitais, foi também reduzida (RIBEIRO, 2008, pp. 138-139).

Mais ainda: como as falências ocorridas são dos capitais mais “fracos”, que, em geral, são tecnologicamente atrasados, novamente se pressiona para baixo o preço de mercado, mas, dessa vez, pela queda do preço de produção de mercado, que dá novo estímulo à demanda (RIBEIRO, 2008, pp. 139-140). Acrescenta-se a isso a geração de estímulos ao desenvolvimento tecnológico, já que os ganhos/perdas provocados pela posição tecnológica de cada uma das empresas foram reduzidos/aumentaram, dado que os capitais eliminados pela crise não mais participam na formação do preço de produção de mercado.

Pouco a pouco, esse processo vai fazendo com que sejam retomadas às encomendas ao setor produtor de meios de produção, cujo aquecimento gera mais demanda e, conseqüentemente, impele os demais capitais à acumulação (RIBEIRO, 2008, pp. 140-142). Para que sejam retomadas as encomendas ao Departamento I, contudo, é necessário também que o capital fixo tenha se depreciado física e moralmente (tecnologicamente).

Entretanto, retomada a acumulação capitalista, como Ribeiro (2008) já apontara anteriormente, seu caráter privado obrigatoriamente entrará em choque com o caráter social da produção, gerando novamente crise.

Assim, em primeiro lugar, os mecanismos criados pela situação de crise reestabelecem as condições para a acumulação, que leva novamente à crise, o que explica a relação entre os pontos de inflexão do movimento cíclico. Em segundo lugar, dada a conexão entre o investimento em capital fixo de cada capital individual, o fato de que a acumulação de capital fixo esteja subordinada à depreciação moral e física deste capital, que por sua vez, em cada ponto do tempo, possui uma duração mais ou menos determinada, explica a regularidade do fenômeno. Isso é também expresso por Marx:

Na medida, portanto, em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, se desenvolve o volume de valor e a duração de vida do capital fixo aplicado, se desenvolve a vida da indústria e do capital industrial em cada investimento particular, tornando-se plurianual, digamos em média decenal. Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, por outro, ela é encurtada pela revolução contínua dos meios de produção, que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumenta constantemente. E com ela, portanto, a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição, em virtude da depreciação moral, bem antes de se esgotar a sua vida física. Pode-se

admitir que, para os ramos decisivos da grande indústria, esse ciclo de vida é atualmente de 10 anos em média. Mas não importa aqui o número exato. Chegamos ao resultado seguinte: em virtude desse ciclo de rotações conexas, que compreende uma série de anos, no qual o capital está retido por seu componente fixo, resulta uma base material das crises periódicas, nas quais um negócio passa por períodos sucessivos de depressão, atividade média, precipitação, crise. Sem dúvida, os períodos em que se investe capital são bem diferentes e não coincidentes. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de um grande investimento novo. Assim – do ponto de vista de toda a sociedade – forma também com maior ou menor amplitude nova base material para o próximo ciclo de rotações (MARX, 1985a, V. III, pp. 136-137).

Ribeiro (2008), desta forma, demonstra não só que os efeitos da crise produzem uma nova expansão que, por sua vez, produzirá nova crise, como também que existe explicação para o fato de este processo ter uma duração mais ou menos regular.

### **3 A LÓGICA DIALÉTICA E O DESENVOLVIMENTO DA INTERPRETAÇÃO MENDONÇA-RIBEIRO DA TEORIA MARXISTA DAS CRISES:**

Em meio à exposição da argumentação dos autores aqui analisados, feita nos capítulos anteriores, apontamos alguns aspectos desta argumentação que poderiam ser modificados para aumentar a capacidade explicativa da teoria. Neste capítulo, procuramos levar a cabo parte desta tarefa.

É necessário frisar aqui, entretanto, que o que irá ser realizado neste capítulo trata-se de um complemento da interpretação Mendonça-Ribeiro e não uma refutação desta. Obviamente que, como se verá adiante, temos alguns pontos de discordância com os autores, que, em um caso específico, constitui uma questão de grande importância. Entretanto, a maior parte do que entendemos pela interpretação Mendonça-Ribeiro está, a nosso ver, correta e constitui uma análise rigorosa do desenvolvimento do fenômeno crise. Desta forma, aquilo que não for contestado por nós no presente capítulo e que também não foi contestado anteriormente deve ser automaticamente tido pelo leitor como integrante do fundamento teórico da análise empírica a ser realizadas nos capítulos 6 e 7. São exemplos disso o embrião da crise e o processo de desenvolvimento deste até o surgimento da possibilidade de crise, as diversas formas de manifestação das crises identificadas por Ribeiro (2008), a definição do conteúdo das crises dada também por Ribeiro (2008), entre outros argumentos.

Por fim, nos resta dizer que, assim como os referidos autores, também utilizamos as categorias do materialismo dialético para a análise lógica do fenômeno estudado. Entretanto, tentamos utilizar o método dialético de tal maneira que resolvesse o problema da imprecisão na determinação dos saltos qualitativos da possibilidade de crise presente em Mendonça e Ribeiro (1985) e em Mendonça (1990) e que dispensasse o apoio da análise histórica para a determinação destes saltos, como em Ribeiro (2008).

#### **3.1 A SUGESTÃO DE UM NOVO MÉTODO DE ANÁLISE DA MATURAÇÃO DO FENÔMENO CRISE:**

Com leitura tanto do trabalho de Mendonça (1990) quanto do trabalho de Ribeiro (2008) não conseguimos perceber como, com a utilização de ambas as metodologias, seria possível estabelecer, numa análise lógica, o ponto onde a crise

transforma-se de mera possibilidade em fenômeno real. Além disso, nota-se que, em alguns pontos da análise, os autores apontam a necessidade de realizá-la em meio a outros pressupostos para dar continuidade ao acompanhamento do desenvolvimento das possibilidades de crise sem que apontem justificativas mais claras para tanto.

Diante disto, a busca de um critério de análise que conseguisse preencher essas lacunas nos levou ao trabalho de Rosental e Straks (1958) sobre as categorias do materialismo dialético, com especial atenção aos capítulos III, V e VII: “La Causa y el Efecto”, “La Ley” e “Posibilidad y Realidad” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, pp. 83-123; 156-193 e 230-256). Do referido trabalho, derivamos uma perspectiva de análise que, em nossa opinião, deveria ser acrescentada à interpretação Mendonça-Ribeiro da Teoria Marxista das Crises.

Antes que um fenômeno se converta em realidade, é necessário primeiramente que exista em forma de mera possibilidade criada por fenômenos anteriores, que contem estas possibilidades em forma de condições (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 230).

A princípio, esses fenômenos criam apenas a possibilidade formal ou possibilidade abstrata. A possibilidade puramente formal, no entanto, não pode se converter diretamente em realidade. Isto porque sua criação está relacionada com as condições mais gerais do aparecimento do fenômeno, as quais, por si só, não podem gerá-lo (ROSENTAL e STRAKS, 1958, pp. 235-236).

Para que a possibilidade formal possa transformar-se em realidade, ela precisa, primeiramente, transformar-se em possibilidade real. Para que isto ocorra, por sua vez, torna-se necessário que surjam as condições concretas sem as quais o fenômeno não pode ocorrer.

Por fim, para que esta possibilidade real se concretize é imprescindível que estas condições concretas atinjam certo grau de maturação. Esse processo de maturação é, portanto, o desenvolvimento sucessivo da possibilidade real para que esta se torne realidade (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 237).

Por outro lado, dadas as características do fenômeno, o processo de transformação da possibilidade de crise em realidade é, ao mesmo tempo, o processo de submissão deste fenômeno a uma lei que opera de forma regular no Modo de Produção Capitalista. Assim, para entendermos tal processo por completo,

devemos definir também o conceito lei e sua relação com os conceitos possibilidade e realidade.

“La ley implica un nexo de causa a efecto, en su más profundo sentido. [...] es una relación necesaria, esencial, interna y estable de los objetos e fenómenos, expresada en los movimientos de éstos” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 157 e 160), ou seja, é uma relação necessária entre a essência de dois fenômenos. A necessidade inerente a ela se deriva do fato de que sempre opera em determinadas condições necessárias (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 157).

A relação entre este conceito e a transformação da possibilidade em realidade, por sua vez, é apresentada por Rosental e Straks (1958) da seguinte maneira:

La posibilidad abstracta se manifiesta en las condiciones más generales de aparición de un fenómeno; se expresa, asimismo, en las condiciones más generales de la acción de las leyes en que se funda dicha posibilidad. Sin embargo, para que la acción de estas leyes, adoptando una forma concreta, sea una posibilidad real – no meramente abstracta – se requiere que haya, además de las condiciones generales, unas condiciones necesarias concretas. Por esta razón, la posibilidad real, por oposición a la abstracta, es la posibilidad de que surja un fenómeno en un tiempo dado y en determinada situación concreta (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 236).

A nossa interpretação disto tudo é a seguinte.

No processo de desenvolvimento de determinado fenômeno submetido à lei, quando do surgimento de sua possibilidade formal ou abstrata, o único componente que obrigatoriamente existe em uma forma concreta são as condições mais gerais de ocorrência do fenômeno. Embora Rosental e Straks (1958) não afirmem isto explicitamente, acreditamos que tais condições gerais são o aparecimento das formas de formas de manifestação do fenômeno. Ademais, mesmo que a causa do fenômeno exista, as condições que fazem com que ela possa gerar um conteúdo que se manifeste nessas formas inexistem. Por essa razão, ou a causa inexistente e o fenômeno não pode transformar-se em realidade, ou a causa existe, mas não pode, dada a etapa do processo, produzir o conteúdo do fenômeno que se manifestará nas formas já existentes.

Tais condições que fazem com que a causa produza o fenômeno são as chamadas condições concretas, cujo surgimento transforma a possibilidade formal ou abstrata em possibilidade real. Se a causa do fenômeno e tais condições existem, o amadurecimento dessas últimas implicará necessariamente a geração do

conteúdo do fenômeno e sua manifestação nas formas de manifestação existentes no momento. Contudo, para que o movimento de transformação da possibilidade desse fenômeno em realidade esteja submetido a uma lei, é necessário que estas condições concretas sejam também necessárias, ou seja, produzam uma relação necessária, interna e estável entre as essências de causa e efeito.

Além disso, dessa caracterização, podemos ainda concluir que a regularidade de ocorrência de determinado fenômeno não está relacionada ao fato deste estar ou não submetido a uma lei, mas é determinada pelas características da ação de sua causa.

Diante do exposto, para a análise do processo de maturação das Crises Cíclicas de Superprodução teremos as seguintes premissas em mente: 1) antes que se converta em realidade, a crise deve primeiramente constituir possibilidade abstrata pela mera existência de suas formas de manifestação. 2) as condições concretas de ocorrência do fenômeno que marcam a transformação da possibilidade formal de crise em possibilidade real devem, ao mesmo tempo, constituir as condições necessárias de submissão do fenômeno à uma lei, ou seja, tais condições devem fazer com que a causa das crises gere o conteúdo desse fenômeno e, ao mesmo tempo, devem criar uma ligação necessária entre a essência de ambos; 3) somete após o amadurecimento das condições referidas na premissa anterior, a crise transformar-se-á em fenômeno realizado e 4) se a crise aparece como um fenômeno necessário e regular do modo de produção capitalista é porque sua causa opera de forma regular e está essencialmente ligada a este modo de produção.

### 3.2 O SURGIMENTO DA POSSIBILIDADE FORMAL DE CRISE:

São precisamente as categorias possibilidade e realidade que tornaram possível entender porque o aparecimento do dinheiro cria a possibilidade apenas formal de ocorrência do fenômeno crise. Primeiramente é preciso ter em mente que “para descubrir la esencia de las categorías que estamos examinando, hay que responder a la siguiente cuestión: ¿por qué un fenómeno lleva en su seno precisamente tales o cuales posibilidades?” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 231). Além disso, “para descubrir la esencia de la posibilidad, hay que esclarecer los nexos que mantiene con la ley, con la sujeción a leyes” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 231).



Tanto Mendonça (1990, p. 143) como Ribeiro (2008, p. 40) respondem de forma rigorosa à pergunta apresentada por Rosental e Straks (1958, p. 231). No entanto, pensamos que é possível dar um passo adiante.

Numa sociedade de produtores de mercadorias, tomando tudo em termos de valores, o fato de que as mercadorias se vendam pelo valor de mercado e não pelo valor individual pune os produtores ineficientes e recompensa os eficientes. O baixo nível da produtividade do trabalho e a quantidade reduzida de meios de trabalho requerida em cada atividade em uma sociedade como essas, todavia, faz com que pertencer à faixa de produtores menos eficientes não se torne um terror dos produtores individuais, devido à alta mobilidade existente entre as diversas atividades. Há, portanto, nesta sociedade, uma tendência ao aumento da produção pela especialização dos produtores nas atividades nas quais são mais eficientes e pela descoberta de novas técnicas, que é ainda casual, não intencional. O impulso à produção é, desta forma, limitado.

Além disso, na circulação simples de mercadorias, o objetivo final é a obtenção de valores de uso. Ou seja, qualquer aumento da produção é resultado direto do desejo de expansão do consumo. Soma-se a isso que, quanto mais se desenvolve a produção, mais a mercadoria torna-se a forma principal assumida pelo produto do trabalho, e, conseqüentemente, mais se vende para comprar. Este dois fatores agem, portanto, no sentido de aumentar o número de consumidores. Esse aumento, pelo que vemos, parece estar em perfeita consonância com o volume da produção.

Em suma, não existe qualquer força em constante operação na circulação simples que aja no sentido de produzir barreiras à realização das mercadorias, pois as mesmas circunstâncias que resultam no aumento da produção resultam também no aumento do número de consumidores. Não é a toa que Marx atenta para o fato de que:

A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam muito antes da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e realizam-se sem crises (MARX, 1980, p. 947).

Além do mais, a lógica da circulação simples limita a criação das barreiras à realização. Nesta circulação, há apenas duas circunstâncias que podem impedir a

realização das mercadorias: a primeira delas é pura e simplesmente o não reconhecimento do valor de uso do produto do trabalho, o que, de um ponto de vista externo, é puramente randômico, fato que limita sua ocorrência; e a segunda é o entesouramento do dinheiro obtido com a venda, o que é por sua vez limitado pelo fato de o dinheiro jamais poder se tornar o objetivo dos produtores em geral (MENDOÇA, 1990, p. 148). Ou seja, as barreiras passíveis de serem criadas são circunstanciais e limitadas nesta circulação, o que faz com que jamais se possa falar em crise, no sentido de crise geral de superprodução.

Diante disto, ao resgatarmos a definição do conteúdo das crises dada por Ribeiro (2008, pp. 89-106), perceberemos que, por mais que sejam formas das crises, a separação entre compra e venda e a separação dos contrários dinheiro como medida de valores e forma-preço ideal x dinheiro como valor de troca real são formas sem qualquer conteúdo, ou as meras formas são o conteúdo da crise neste estágio de desenvolvimento social. Isso se dá precisamente pelo fato de que tais formas não guardam qualquer relação com uma lei que opera regularmente na geração do fenômeno.

Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a forma mais abstrata da crise, **sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo**. [...] temos aí meras formas – possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real. Nelas aparece a existência das crises em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mais ainda não é conteúdo com *fundamento* concretizado (MARX, 1980, pp. 945 e 947)<sup>9</sup>.

O surgimento do dinheiro, com a conseqüente separação de compra e venda no tempo e no espaço e com o surgimento da contradição presente na função do dinheiro como meio de pagamento, marca, portanto, o momento de surgimento da possibilidade das crises. Pelos motivos acima apresentados, a lógica da circulação simples impede que esta possibilidade se converta em realidade, constituindo ela apenas possibilidade formal ou abstrata de crise. Aqui, existem apenas as condições mais gerais de ocorrência do fenômeno: a possibilidade de que o produto do trabalho humano não seja reconhecido como trabalho socialmente útil.

Assim, enquanto constituir o meio pelo qual flui o processo produtivo, a circulação simples permanecerá impedindo que esta possibilidade formal converta-

---

<sup>9</sup> Destaque nosso;

se em realidade. Esta constitui a razão pela qual Mendonça (1990) e Ribeiro (2008) precisaram passar à análise de uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias para continuarem a acompanhar o processo de desenvolvimento do fenômeno que o transforma em realidade. Um dos saltos deste processo de transformação, no entanto, passa despercebido pelos autores: a transformação da possibilidade formal ou abstrata em possibilidade real.

O momento deste salto se dá quando do aparecimento das condições concretas e necessárias de ocorrência do fenômeno. É preciso identificar, portanto, que condições são necessárias para que seja possível a ocorrência da crise em um tempo dado e em determinada situação concreta (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 236). Se isto não pode ocorrer na sociedade de produtores de mercadoria, onde predomina a circulação simples, requer-se a passagem para uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, onde possamos estudar detalhadamente a circulação do capital.

### 3.3 A TRANSFORMAÇÃO DA POSSIBILIDADE FORMAL EM POSSIBILIDADE REAL E O SURGIMENTO DA CAUSA DAS CRISES:

Enquanto a lógica da circulação simples constitui uma barreira à produção e desenvolvimento do conteúdo das crises, de modo que inexistente um “impulso pertinente” a esse conteúdo, a lógica da circulação do capital se converte nesse impulso. Isso porque é inerente à essência do capital a tendência à superprodução. Para demonstrar tal fato, Marx abstrair-se da aparência que este fenômeno assume na realidade. Em uma palavra: considera apenas o capital em geral.

O capital, tal como o consideramos aqui [...] é o capital em geral. [...] não estaremos tratando nem de uma forma *particular* de capital nem do capital *singular* como capital diferente dos outros capitais singulares etc. Nós assistimos ao seu processo de formação. Este processo de formação dialético é apenas a expressão ideal do movimento efetivo em que o capital vem-a-ser. As relações ulteriores devem ser consideradas como desenvolvimentos a partir deste embrião (MARX, 2011, p. 243).

Consideraremos, pois, apenas o capital em geral e sua relação com a força de trabalho e, de acordo com o que nos aponta Marx, disto derivar-se-á a tendência à superprodução.

Sabemos que a circulação do capital apresenta-se como  $D - M \dots P \dots M' - D'$ . Compra-se para vender. O objetivo aqui é a obtenção de valor cada vez maior. Os extremos do ciclo do capital são qualitativamente iguais e quantitativamente diferentes. Esse excedente, o mais-valor, por sua vez, é gerado durante o processo produtivo, através exploração da força de trabalho.

Assim,

A criação de mais-valia encontra, suposta a existência dos meios de produção necessários, [...] apenas uma barreira, a população trabalhadora, se está dada a taxa de mais-valia, portanto o grau de exploração do trabalho; apenas uma barreira, o grau de exploração do trabalho, se está dada a população operária (MARX, 1985a, V. IV, p. 185).

Ou seja, dado o seu capital, o capitalista impulsionará a produção até que se atinjam os referidos limites, para assim extrair a maior quantidade possível de mais-trabalho.

Mas, o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. [...] O capital enquanto tal cria um mais-valor determinado por que não pode por 'de uma vez' um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais-valor. O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor (MARX, 2011, p. 264).

O capital transpõe esses limites através aumento da sua força produtiva. Através dele, reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho e, conseqüentemente, a parte do valor novo criado que constitui trabalho necessário, aumentando, por conseqüência, o tempo de trabalho excedente.

Contudo, visto que o valor novo criado está dado, quanto menor a parte deste que constitui trabalho necessário, menor será o aumento do tempo de trabalho excedente provocado por dado aumento na força produtiva. Vejamos o porquê.

Se  $N$  = valor novo criado,  $v$  = trabalho necessário e  $m$  = trabalho excedente, temos:

$$N = v + m \quad (2)$$

Sendo  $\alpha$  = porcentagem do valor novo criado que constitui trabalho necessário ( $0 < \alpha < 1$ ), a equação 2 pode ser reescrita da seguinte forma:

$$m = N - \alpha N \quad (3)$$

Sabemos que o que determina essa proporção ( $\alpha$ ) é o nível de produtividade do trabalho (lembre-se, o leitor, que estamos considerando o conceito mais geral de capital). Portanto, o novo  $\alpha$  resultante de uma elevação da força produtiva pode ser dado por:

$$\alpha_n = \frac{\alpha}{n} \quad (4)$$

Obtendo as derivadas primeira e segunda da equação 4, temos:

$$\frac{\partial \alpha_n}{\partial n} = \frac{-\alpha}{n^2} \quad (5)$$

$$\frac{\partial^2 \alpha_n}{\partial n} = \frac{2n\alpha}{n^4} \quad (6)$$

Ou seja, a redução marginal de  $\alpha$  é decrescente.

Fica patente, portanto, que [...] o valor excedente (do ponto de vista do capital) não cresce na mesma proporção numérica em que aumenta a força produtiva. [...] o valor excedente sempre é igual a uma divisão da proporção inicial pelo multiplicador da força produtiva (MARX, 2011, pp. 265-266).

Em função disso,

[...] quanto maior o valor excedente do capital *antes do aumento da força produtiva*, [...] ou quanto menor for a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador, fração que expressa o trabalho necessário, tanto menor é o crescimento do valor excedente que o capital obtém do aumento da força produtiva. [...] Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima... (MARX, 2011, p. 268).

A nova lógica da circulação, a circulação do capital, portanto, impulsiona permanentemente a produção através 1) da acumulação, mantendo constante a produtividade do trabalho, 2) do aumento da exploração da força de trabalho e, uma vez atingidos os limites implícitos nos dois meios anteriores, 3) do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas (MARX, 2011, p. 323). Esta última via, contudo, é o principal motor da produção, pois, além de não apresentar limites, quanto maior for a força produtiva, maior será o aumento desta necessário para se obter determinada quantidade adicional de trabalho excedente. Portanto, do conceito mais geral do capital, deriva-se uma tendência deste à superprodução, pela ampliação ilimitada da produção de valores de uso.

Mas, isso, por enquanto, é apenas uma tendência, pois estamos apenas na primeira parte do processo de circulação do capital.

A obtenção dessa mais-valia constitui o processo direto de produção que, como foi dito, tem apenas as barreiras indicadas acima. Assim que o quantum de mais-trabalho extraível está objetivado em mercadorias, a mais-valia está produzida. Mas com essa produção de mais-valia está concluído apenas o primeiro ato do processo de produção capitalista, o processo direto de produção. O capital absorveu tanto e tanto de trabalho não-pago. Com o desenvolvimento do processo, que se expressa na queda da taxa de lucro, a massa de mais-valia produzida se infla enormemente. Agora vem o segundo ato do processo. O conjunto da massa de mercadorias, o produto global, tanto a parte que substitui o capital constante e o variável, como a que representa a mais-valia, precisa ser vendido (MARX, 1985a, V. IV, p. 185).

No interior do processo de produção, a valorização se apresentava totalmente idêntica à produção de trabalho excedente [...] e, por isso, sem outros *limites* além daqueles que, dentro desse próprio processo, em parte são pressupostos, em parte, postos; limites que, no entanto, nele sempre são postos como *obstáculos* a serem superados. Agora, aparecem obstáculos ao processo que estão situados *fora* dele (MARX, 2011, p. 329).

Não é possível tratar destes obstáculos, no entanto, considerando apenas o conceito mais geral do capital e negligenciando a oposição do capital singular frente a esse capital geral. A proporção em que se distribui o capital nos diferentes ramos, por exemplo, constitui um dos obstáculos que se apresentam fora do processo produtivo e tratar da desproporção na repartição do trabalho social pelos diferentes ramos de produção não é possível sem que se considere o capital singular. Ou seja, “Só cabe tratar dessa matéria ao se tratar da concorrência entre os capitais” (MARX, 1980, p. 956).

Ao abolirmos, portanto, a hipótese simplificadora de que não se está tratando do capital singular, teríamos, no entanto, que incorporar à nossa análise a maneira como essa essência do capital aparece na realidade. Pois, o capital

persegue de maneira desmedida o trabalho excedente, a produtividade excedente, o consumo excedente etc. [Mas] (Na concorrência, esse tendência interna do capital aparece como uma coerção que lhe é imposta por capital *alheio* e que o impele para além da proporção correta com um contínuo “Marche, marche!” (MARX, 2011, pp. 337-338).

Contudo, desenvolver isso aqui não alteraria de forma significativa o resultado final. O próprio Marx percebe isso quando da produção das anotações que foram publicadas com o nome de Grundrisse. É por esta razão que, uma vez derivada a tendência à superprodução a partir do conceito geral do capital, passa a desconsiderar a hipótese simplificadora de não divisão do capital geral em diversos capitais singulares e analisa os obstáculos que se criam à realização do mais-valor extraído, mas sem introduzir as consequências analíticas da eliminação destas hipóteses simplificadoras, contentando-se apenas em fazer a colocação anteriormente transcrita. Poderíamos muito bem ignorar o que foi feito pelo autor e desenvolvermos isso aqui. Contudo, entendemos que tal desenvolvimento deve ser realizado em conjunto com a análise do processo de amadurecimento das condições necessárias e concretas que transforma o fenômeno de possibilidade real em fenômeno realizado. Desta forma, vamos nos manter fieis ao que foi realizado em Marx (2011, pp. 327-381) e aboliremos a hipótese em questão, expondo as consequências de fazê-lo apenas na próxima subseção do presente capítulo.

Retornando o nosso raciocínio, como afirmado por Marx (1985a, V. IV, p. 185), passado o processo de extração do mais-valor, torna-se necessária a sua realização. Neste momento, impõem-se limites ao processo produtivo que se situam fora dele (MARX, 2011, p. 329). Esses limites aos quais Marx se refere são determinados por circunstâncias completamente diversas das que determinam os limites, que tendem a ser superados, da produção. Em primeiro lugar, limita-se a realização das mercadorias pela necessidade que se tem delas, visto que, assim que deixe de ser coisa útil, o trabalho individual objetivado nela torna-se trabalho desperdiçado e, por isso, esta mercadoria perde seu valor. Em segundo lugar, o capital possui uma barreira na magnitude dos equivalentes existentes. Isso porque, não basta que se tenha necessidade da mercadoria, é preciso ser possuidor de

equivalente geral para poder satisfazer tal necessidade e, conseqüentemente, realizar a mercadoria do capitalista. Mais ainda: o capital não constitui pura reprodução de valor, mas sim produção de valor excedente. Ou seja, valor excedente tem de ser trocado por valor excedente e, desta forma, o capital, como valor, tem sua barreira na produção alheia (MARX, 2011, pp. 329-331). Estes limites, além disso, estão postos tanto para o consumo produtivo como para o consumo final. Não havendo necessidade de matérias-primas para a produção de determinada mercadoria, não se comprará mais apenas porque se produziu mais, assim como, havendo necessidade de mais matérias-primas, só se comprará mais se houver equivalente geral para tanto.

Disto se deriva que:

A criação de *mais-valor absoluto* pelo capital – mais trabalho objetivado – tem por condição a ampliação do círculo da circulação, e ampliação constante. O *mais-valor* criado em um ponto requer a criação de mais-valor em *outro*. [...] Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a *produção de um círculo sempre ampliado da circulação*, seja o círculo diretamente ampliado *ou sejam* criados nele mais pontos *como pontos de produção*. [...] O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência a criar mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; *i.e.* [...] de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo. A tendência a criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital.

[...]

Por outro lado, [...] a produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento das forças produtivas, requer a produção de novo consumo. [...] Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das existentes em um círculo mais amplo; *terceiro*, produção de novas necessidades e descoberta de novos valores de uso. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. [...] O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação das necessidades correntes, complacentemente circunscritas a certos limites, e da reprodução de vida anterior. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais (MARX, 2011, pp. 332-334).

Como descrito por Marx, juntamente com sua tendência à expansão da produção, o capital tem a tendência a expandir os mercados como meio de superar os obstáculos que estão situados fora dele.

Todavia,



[...] basta admitir-se que o mercado tem de crescer com a produção para, em contrapartida, admitir-se mais um vez a possibilidade de superprodução, pois o mercado tem um espaço geograficamente definido, o mercado interno evidencia seus limites em confronto com o mercado que, além de interno, é externo, e este, por sua vez, patenteia-se limitado em confronto com o mercado mundial, por si mesmo capaz de expandir-se, mas, por sua vez, limitado a cada momento (MARX, 1980, p.959).

Portanto, tanto a expansão extensiva do mercado como a intensiva são limitadas. A limitação da primeira é obviamente física: o espaço geográfico apresenta um limite bem definido. Contudo, não são especificados por Marx quais seriam os limites impostos ao crescimento intensivo, ou seja, o crescimento do mercado em dado espaço geográfico. Tais limites são impostos pela própria lógica da circulação do capital.

Como o objetivo da circulação do capital é a obtenção de valor excedente, só se produz aquilo que se possa produzir com lucro. Para que isto seja alcançado, o requisito geral é que a quantidade de valor envolvida no ato  $D - M$  deve obrigatoriamente ser maior do que a quantidade de valor envolvida no ato  $M' - D'$ . Este processo, no entanto, se desenrola por etapas.

Primeiramente, o capitalista precisa garantir que, no ato  $D - M$ , constituirá seu capital produtivo de dada escala pelo menor valor necessário. Para tanto, 1) comprará não mais que o necessário de meios de produção e pagará não mais do que o preço de mercado (que corresponde, aqui, ao seu valor) por eles; 2) comprará não mais que o necessário de força de trabalho e pagará não mais que o valor dela. Isso porque:

[...] o próprio capital considera a *demanda dos trabalhadores* – i.e., o pagamento do salário, no qual se baseia essa demanda [a demanda da classe trabalhadora] – não como ganho, mas como perda. [...] Sucede exatamente o mesmo com a demanda que a própria produção gera por matéria-prima, semimanufaturados, maquinaria, meios de comunicação e materiais auxiliares utilizados na produção [...]. Tal demanda, como demanda solvente e ponente de valor de troca, é adequada e suficiente quando os produtores trocam entre si. A sua inadequabilidade fica patente tão logo o produto final encontra seu limite no consumo imediato e final (MARX, 2011, p. 344).

Com isso, os capitalistas garantem 1) que a demanda que alimenta o consumo produtivo nunca ultrapasse os limites impostos pelas relações técnicas existentes entre os diferentes ramos e 2) que a demanda dos trabalhadores esteja restrita ao mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, limitando o

consumo final da grande massa de produtores da sociedade à este mínimo e, conseqüentemente, deixando a cargo da demanda pessoal dos capitalistas a realização de todo o trabalho excedente contido no produto final.

Caso esta não seja a primeira vez que realiza a circulação, e o capitalista deseje ampliar o capital para assim ampliar a produção de mais-valor, este ato estará, ao mesmo tempo, limitando sua demanda de produto final em termos de demanda solvente por reduzir a parte do lucro que será destinada ao consumo pessoal. Caso resolva não só ampliar seu capital, como também aumentar a força produtiva, este aumento, além de limitar a demanda solvente do capitalista, imporá barreiras à realização das mercadorias que se apresentarão na segunda etapa do processo.

Esta segunda parte do processo consiste em garantir que o capital produtivo adquirido produza mais valor do que o que foi gasto para adquiri-lo. Para tanto, o capital, visto que já está constituído, poderá apenas impulsionar a produção através do aumento da exploração da força de trabalho.

Ao aumentar o nível de exploração, obtendo assim mais-valor absoluto, o capitalista consegue que os trabalhadores produzam uma maior quantidade de valores de uso na sua jornada de trabalho (em função do aumento desta ou do aumento da intensidade do trabalho). Entretanto, tanto o valor da força de trabalho quanto o valor das mercadorias permanece inalterado. Com isso, uma maior parte do produto deverá ser realizada pela classe capitalista, visto que se manteve constante o valor da força de trabalho enquanto a quantidade de valor a ser realizado aumentou. No entanto, “A procura da quantidade de valor de uso que ofereço não se regula pelo valor que quero realizar, mas pela quantidade que o comprador precisa a dado preço” (MARX, 1980, p. 1156). Assim, ao aumentar a exigência sobre o consumo da classe capitalista, limita-se mais ainda a realização destas mercadorias em função da necessidade que se tem delas.

Mas, como já afirmamos anteriormente, o aumento da produção de mais-valor pela obtenção de mais-valor absoluto tem limites bem definidos. O mesmo não se processa no que tange à obtenção de mais-valor relativo. O aumento da força produtiva pode se dar infinitamente. Caso o capitalista tenha buscado o aumento da produção de excedente através do desenvolvimento das forças produtivas, com a mesma quantidade de trabalho, o capital produz uma maior quantidade de mercadorias. Uma vez reduzido o tempo de trabalho socialmente necessário para a

produção destas mercadorias, reduz-se também seu valor. Como esse processo é generalizado para todos os produtores, em decorrência da queda do valor das mercadorias, cai também o valor da força de trabalho. Em essência, conforme se repete este processo, como também já demonstramos, mais extraordinariamente se tem que desenvolver a força produtiva da sociedade para aumentar de forma ínfima a extração de trabalho não-pago. A quantidade de valores de uso produzida, no entanto, continua a aumentar na mesma proporção do aumento da força produtiva. Com este movimento, portanto, o capital mantém a capacidade de consumo da grande massa de consumidores restrita à mesma quantidade de valores de uso, ao passo que o total dos valores de uso a serem realizados aumenta infinitamente. Em outras palavras, ao reduzir continuamente, em termos de valor, o consumo da classe trabalhadora, o capital tanto limita a demanda dos capitalistas em termos de demanda solvente por causa da ampliação do capital produtivo, como potencializa ao extremo a limitação da realização das mercadorias em função da necessidade que se tem delas por aumentar duplamente a exigência sob o consumo da referida classe capitalista, requerendo que esta classe realize uma quantidade de valores de uso que cresce tanto pelo aumento da quantidade de valor a ser realizado, quanto pelo aumento da força produtiva.

Por sua vez, o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas acarrete a queda dos valores das mercadorias (aumentando a demanda solvente da classe capitalista) não pode, por si só, resolver o problema, pois “Não será absolutamente motivo para eu comprar 6 facas, a circunstância de poder obtê-las ao preço anterior de 1 faca” (MARX, 1980, p. 1174).

O problema é que todos estes limites impostos à realização das mercadorias criados até aqui só se tornam evidentes na terceira e última etapa do processo: a conversão do trabalho excedente em valor excedente. No mercado, portanto, todos os limites à realização das mercadorias impostos pela lógica da circulação do capital se manifestam e, quando se manifestam, impedem que o trabalho excedente se converta em valor excedente. Ao impedir esse movimento, impede-se o cumprimento da lógica da circulação do capital: o capital interrompe a produção de valores de uso, pois só produz se com essa produção obtiver lucro, e tem lugar o colapso!

Assim, se o capital, por um lado, faz do trabalho excedente e de sua *troca* por *trabalho excedente* condição do trabalho necessário, [...] – sob este aspecto, portanto, já restringe e condiciona a esfera da troca –, por outro, é igualmente essencial para o capital limitar o consumo do trabalhador ao necessário para a reprodução de sua capacidade de trabalho [...]. Trata-se de um novo obstáculo da esfera da circulação, que, entretanto, assim como o primeiro, é idêntico à tendência do capital de reagir a cada limite à sua autovalorização como obstáculo. [...]

O mesmo se dá com a *força produtiva*. Por um lado, a tendência necessária do capital de elevá-la ao máximo para aumentar o tempo excedente relativo. Por outro, diminui o *tempo de trabalho necessário*, logo, a capacidade de troca dos trabalhadores. Ademais, como vimos, o *valor excedente relativo* cresce proporcionalmente muito menos que a força produtiva, proporção essa que, na verdade, decresce tanto mais quanto mais tenha aumentado a força produtiva. *Todavia, cresce em proporção análoga [a] massa dos produtos* – se não o faz, novo capital seria liberado, assim como trabalho – que não ingressaram na circulação. No entanto, [na] mesma proporção que aumenta a massa dos produtos, aumenta também a dificuldade de valorizar o tempo de trabalho nela contida – porque cresce a exigência sobre o consumo<sup>10</sup> (MARX, 2011, p. 346).

Veja que, ao passo que a busca por trabalho excedente por vias que não o aumento da força produtiva tem claras limitações e, portanto, as barreiras ao consumo que podem impor também são limitadas, o mesmo não ocorre quando se busca o aumento da força produtiva, que tem uma tendência a criar barreiras cada vez fortes à realização das mercadorias. Fica patente, portanto, que:

O que constitui a base da superprodução moderna é, de um lado, o desenvolvimento incondicional das forças produtivas, e, portanto, a produção em massa apoiada na massa de produtores confinados no domínio dos meros meios de subsistência, e, do outro, os limites impostos pelo lucro do capitalista (MARX, 1980, p. 963).

<sup>10</sup> O que está em colchetes foi corrigido por nós. Na tradução brasileira do Grundrisse, do Mário Duayer e do Nélio Schneider, com supervisão editorial do primeiro, esta passagem encontrava-se particularmente problemática. Da forma como se encontrava, dava a entender que, com aumentos da força produtiva, o valor excedente crescia em proporção análoga à massa de produtos, ao mesmo tempo em que crescia proporcionalmente menos em relação ao aumento da força produtiva, o que é um contrassenso. Outro erro que encontramos logo mais adiante, sendo este de concordância verbal, aumentou nossa suspeita de que isso não havia sido um erro cometido pelo Marx em seus cadernos de estudos. Assim, ao consultarmos a edição inglesa, o trecho encontrava-se exatamente como pensávamos que deveria estar. Segue sua transcrição:

The same with the productive force. On the one hand, the necessary tendency of capital to raise it to the utmost, in order to increase relative *surplus time*. On the other hand, thereby decreases *necessary labor time*, hence the worker's exchange capacity. Further, as we have seen, relative *surplus value* rises much more slowly than the force of production, and moreover this proportion grows ever smaller as the magnitude reached by the productive force is greater. But *the mass of products grows in a similar proportion* – if not, then new capital would be set free – as well as labour – which did not enter into circulation. But to the same degree as the mass of products grows, so grows the difficulty of realizing the labor time contained in them – because the demands made on consumption rise (MARX, 1993, p. 422).

A compreensão do que foi dito requer muita cautela na análise, caso contrário, seríamos induzidos ao erro. Pode-se pensar que a base da superprodução seria apenas consequência dos efeitos provocados pelo desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Contudo, note que o único efeito diretamente derivado desse aumento é a elevação da produtividade do trabalho e a consequente redução do valor das mercadorias produzidas. Ocorre que o fato de ele se dar nas bases das relações de produção antagônicas do capitalismo faz com que, ao mesmo tempo em que provoca um aumento ilimitado da quantidade de valores de uso produzidos, ele crie barreiras que impedem a realização desses valores de uso, limitando, portanto, a realização do trabalho excedente contido nestes valores de uso. Em outras palavras, ocorre em função do fato de o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas manifestar-se nas relações de produção antagônicas do capitalismo. Assim,

As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Umas estão limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista [...]. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado [...]. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. (MARX, 1985a, V. IV, p. 185).

Aqui se torna gritante a diferença existente entre a circulação simples de mercadorias e a circulação do capital. Na primeira, a produção e a realização desta produção obviamente divergiam no tempo e no espaço. Contudo, as condições determinantes da produção eram as mesmas que determinavam a realização: em geral, aumentava-se a produção desde que o objetivo fosse aumentar o consumo. Era possível que tal aumento estivesse ligado a obtenção de valor (para o entesouramento), contudo este não poderia ser o objetivo de todos os produtores. As condições de produção e da realização desta produção constituíam uma unidade contraditória, mas a preservação desta unidade era garantida pelas relações de produção da sociedade.

A passagem para a circulação capitalista modifica completamente este cenário. As condições de produção são agora as condições de exploração direta de mais-valor e as condições de realização são as condições da realização deste mais-valor extraído, o que constitui um patamar mais elevado de desenvolvimento da contradição. Desaparecem as forças que garantem a manutenção da unidade, e, ao mesmo tempo, surgem forças que pressionam constantemente cada um dos componentes desta unidade a se moverem em sentido contrário e, por isso, atuam no sentido de forçar sua separação. Se, por um lado, o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas amplia as condições de exploração direta, por outro, a manifestação dos seus efeitos na base estreita onde repousam as relações de consumo restringe cada vez mais as condições de realização do mais-valor. Essa contradição constitui, portanto, o “impulso pertinente” ao conteúdo das crises e, uma vez que o produz, constitui sua causa.

O raciocínio que desenvolvemos nos levou a um ponto de discordância com a interpretação Mendonça-Ribeiro da Teoria Marxista das Crises Cíclicas de Superprodução: a causa do fenômeno identificada por nós é distinta da que é identificada pelos autores. Dado que, ao contrário de Mendonça (1990), Ribeiro (2008) se propôs a aumentar o rigor da análise teórica do fenômeno crise, tomemos como base o trabalho deste último para avaliar melhor a questão.

Mostramos anteriormente que Ribeiro (2008) identifica como causa das crises o que chama de contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre a acumulação privada capitalista e o caráter social da produção. Este autor (RIBEIRO, 2008, p. 133), inclusive, aponta a contradição entre o impulso ilimitado ao desenvolvimento das forças produtivas e a base estreita onde repousam as relações de consumo como uma das formas de manifestação do que chama de contradição fundamental. Tudo que aqui desenvolvemos, no entanto, como o leitor pôde perceber, foi estritamente baseado na leitura daquilo que foi produzido por Marx.

A análise de Ribeiro (2008) do processo de surgimento e desenvolvimento do fenômeno crise, por sua vez, também se baseia exclusivamente nas obras de Marx. Contudo, ao iniciar a investigação acerca das causas da crise, precisamente na parte que trata de apontar a contradição entre o caráter social da produção e o modo privado de acumulação capitalista, este autor passar a utilizar-se também de um texto escrito por Lenin (1972, VII, pp.129-265), no qual este último analisa criticamente as obras de Sismondi e dos populistas (*Narodniks*) russos. Para ser

mais preciso, a única citação de Marx apresentada por Ribeiro (2008) que trata dessa contradição consiste na seguinte: “A contradição entre a força social geral que o capital encarna e o poder privado dos diferentes capitalistas sobre estas condições sociais torna-se cada vez mais aguda...” (MARX, 1894, p. 303 apud RIBEIRO, 2008, p. 123).

Quando apresenta este trecho do capítulo XV do livro III de O Capital, Ribeiro (2008, p. 123) tratava do caráter contraditório que assumem os efeitos do desenvolvimento das forças produtivas, o qual é induzido pela concorrência entre os capitalistas. Em resumo ele interpreta o poder social geral do capital como as necessidades sociais de reprodução do capital que se impõem independente das decisões de produção tomadas pelos capitalistas. Em outras palavras, a proporcionalidade dos ramos e a demanda solvente de produto final que se cria nas bases antagônicas capitalistas impõe um limite para a produção que terá seu mais-valor realizado. A concorrência entre os capitalistas os leva a ultrapassar esses limites, fazendo com que exista uma contradição entre o poder social da produção e o poder privado do capitalista sobre esse poder social.

No entanto, vejamos o parágrafo completo do trecho citado de O Capital:

Viu-se que a acumulação crescente de capital implica concentração crescente do mesmo. Assim cresce o poder do capital, a autonomização, personificada no capitalista, das condições sociais de produção em face dos produtores reais. O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista, e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar – mas como poder social alienado, autonomizado, que como coisa, e como poder do capitalista mediante essa coisa, confronta a sociedade. A contradição entre o poder social geral, que o capital está se tornando, e o poder privado dos capitalistas individuais sobre essas condições sociais de produção torna-se cada vez mais gritante e implica a dissolução dessa relação, ao indicar ao mesmo tempo a reelaboração das condições de produção para torná-las condições de produção gerais, coletivas, sociais. Essa reelaboração é dada pelo desenvolvimento das forças produtivas sob a produção capitalista e pela maneira como esse desenvolvimento se efetua (MARX, 1985a, V. IV, p. 198).

Como vemos, portanto, Marx não trata aí da mesma questão que está a tratar Ribeiro (2008). Há dois tópicos que Marx discute no referido capítulo. Ambos constituem efeitos da acumulação baseada no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas dentro das relações de produção antagônicas do capitalismo. Um deles é a eclosão de crises e o outro é a tendência à superação destas relações de produção, as quais passam a frear cada vez mais o referido desenvolvimento. É

precisamente deste último tópico que Marx está a tratar no trecho apresentado há pouco. Ele afirma apenas que, conforme prossegue o processo de acumulação capitalista, as unidades produtivas representam cada vez mais o trabalho da sociedade como um todo, ao passo que a decisão de como utilizar todo esse poder social é tomada unilateralmente pelo capitalista com base nos seus interesses privados. Conforme o processo progride, esta situação torna-se cada vez mais absurda e insustentável. É precisamente por isso que Marx aponta que está implícita a dissolução desta relação, a qual será dada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que nada mais é que a força que agudiza cada vez mais esta contradição e acabará por demandar nova forma de manifestação destas forças produtivas, novas relações de produção.

Além disso, para Marx, a contradição entre o caráter social da produção e a acumulação privada capitalista não constitui a contradição fundamental do capitalismo. Este autor afirma categoricamente no “Teorias da Mais-valia”:

*Sismondi* sente em profundidade que a produção capitalista se contradiz; que suas formas – suas relações de produção – de um lado incentivam o desenvolvimento sem peias da produtividade e da riqueza, e suas contradições – entre valor de uso e valor de troca, mercadoria e dinheiro, compra e venda, produção e consumo, capital e trabalho assalariado etc. – assumem dimensões tanto maiores quanto mais se desenvolve a produtividade. Percebe sobretudo a contradição fundamental: de um lado, desenvolvimento irrestrito da produtividade e aumento da riqueza que ao mesmo tempo consiste em mercadorias e tem de se converter em dinheiro; do outro, a base restringe a massa dos produtores aos meios de subsistência. Por isso, as crises para ele, em vez de acidentes como pensa Ricardo, são erupções essenciais, em grande escala e em períodos determinados, das contradições iminentes. Fica numa hesitação permanente: deve o Estado conter as forças produtivas para adequá-las às relações de produção, ou conter as relações de produção para adequá-las às forças produtivas? (MARX, 1980, pp. 1110 e 1111).

Em síntese: a contradição entre o caráter social da produção e a acumulação privada capitalista, para Marx, não constitui causa das crises cíclicas de superprodução e, muito menos, a contradição fundamental do capitalismo.

A formulação de Ribeiro (2008), portanto, se dá com base na obra de Lenin (1972, V. II, pp. 129-265). Em *A characterisation of Economic Romanticism*, um dos aspectos do pensamento de Sismondi analisados por Lenin (1972, V. II, pp. 129-265) é precisamente seu entendimento acerca da superprodução. Assim como aponta Marx, Lenin (1972, V. II, p.232) reconhece o mérito de Sismondi de ter sido um dos primeiros (e também um dos poucos) economistas a apontarem as



contradições do capitalismo. Entretanto, discorda, entre outras coisas, da causa das crises apontadas por este autor. O argumento de Sismondi é o de que o desenvolvimento da força produtiva, por reduzir a quantidade de trabalho necessária para se produzir determinada quantia de valores de uso, reduz a renda nacional, leva ao encolhimento do mercado doméstico e à crise. Desta forma, para que possa obter ganhos com o desenvolvimento tecnológico, a nação depende diretamente do mercado internacional (LENIN, 1972, V. II, pp. 135-136). Lenin (1972, V. II, p. 139), contudo, aponta que a economia política estabelece que o desenvolvimento capitalismo não restringe o mercado doméstico, pelo contrário, o cria. Além disso,

The scientific analysis of accumulation in capitalist society\* and of the realisation of the product undermined the whole basis of this theory, and also indicated that it is precisely in the periods which precede crises that the workers' consumption rises, that underconsumption (to which crises are allegedly due) existed under the most diverse economic systems, whereas crises are the distinguishing feature of only one system—the capitalist system (LENIN, 1972, V. II, p. 167).

Até aqui, não discordamos de Lenin (1972, V. II), pelo contrário, assim como Ribeiro (2008), defendemos que, de fato, o processo acumulação de capital expande os mercados, cria continuamente novos consumidores. Contudo, para nós, o desenvolvimento das forças produtivas gera efeitos que, ao se manifestarem em relações de produção capitalistas, criam barreiras a este consumo, restringindo a realização do mais-valor extraído mais amplamente, graças a esse mesmo desenvolvimento. Ou seja, nosso argumento, grosso modo, implica que a necessidade de realização cresce mais rapidamente do que a capacidade de realização dentro de relações de produção capitalistas. Portanto, por mais que se distinga do argumento de Sismondi, guarda com ele alguma semelhança.

Acreditamos que, por essa razão, Lenin (1972, V. II) vai por outro caminho e abandona a formulação de causa da crise elaborada por Marx. Para ele, a Economia Política Marxista “explains crises by another contradiction, namely, the contradiction between the social character of production (socialised by capitalism) and the private, individual mode of appropriation” (LENIN, 1972, V. II, p. 167). Essa é precisamente a passagem que Ribeiro (2008, p. 145) cita no final da sua obra. Contudo, continuemos para ver o que Lenin (1972, V. II) diz adiante:

The two theories of which we are speaking give totally different explanations of crises. The first theory explains crises by the contradiction between production and consumption by the working class; the second explains them by the contradiction between the social character of production and the private character of appropriation. Consequently, the former sees the root of the phenomenon outside of production (hence, for example, Sismondi's general attacks on the classical economists for ignoring consumption and occupying themselves only with production); the latter sees it precisely in the conditions of production. To put it more briefly, the former explains crises by underconsumption (Unterkonsumption), the latter by the **anarchy of production**<sup>11</sup> (LENIN, 1972, V. II, p. 167).

Para nós, a leitura deste texto de Lenin (1972, VII, pp.129-265) deixa muito claro que, para ele, as crises são uma consequência de que, se, por um lado, a socialização da produção (a interdependência dos produtores) impõe determinada proporcionalidade entre os diversos ramos da economia, o caráter privado da apropriação capitalista faz com que cada capitalista tome individualmente as decisões relacionadas à produção e, mais cedo ou mais tarde, ultrapasse a proporcionalidade imposta pelo outro polo da contradição. Novamente citando Lenin (1972):

"Anarchy of production," "unplanned production"—what do these expressions tell us? They tell us about the contradiction between the social character of production and the individual character of appropriation (LENIN, 1972, V. II, 171).

Note, contudo, que isto não implica que o autor (LENIN, 1972, V. II) julgue ser possível suprimir as crises de superprodução. Segundo ele:

Engels says: crises are possible, because the manufacturer does not know the demand; they are inevitable, but certainly not because the product cannot be realised at all. For it is not true: the product can be realised. Crises are inevitable because the collective character of production comes into conflict with the individual character of appropriation (LENIN, 1972, V. II, p. 170).

Mas, se a produção pode ser realizada, por que não o é? O que entendemos é que, de acordo com Lenin, a produção poderia ser realizada caso as decisões de cada um dos capitalistas fossem tomadas de acordo com um plano. Entretanto, em função da concorrência entre os capitais, uma das características do modo privado de acumulação capitalista, isso é basicamente impossível.

---

<sup>11</sup> O negrito é nosso;

Pela análise apresentada por nós no presente capítulo – que por sinal, ao contrário da análise de Sismondi, não identifica uma causa para a crise localizada fora da produção, mas dentro dela, dado que ambos os polos da contradição fundamental que foi identificada por nós são o subproduto de uma produção especificamente capitalista – já se sabe que pensamos de maneira diferente. Em nossa opinião, Lenin (1972, V. II) menospreza o fato de que a única característica do modo privado de apropriação capitalista que, caso fosse suprimida, conseguiria abolir as crises cíclicas de superprodução é precisamente o impulso ilimitado ao desenvolvimento das forças produtivas.

Imagine, o leitor, que esse fato ocorra, ou seja, é abolido do Modo de Produção Capitalista a possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas<sup>12</sup>. A única maneira de se obter mais valor excedente é através da acumulação mantendo-se constante a composição orgânica, e do aumento do nível de exploração da força de trabalho. Pela existência dos limites apontados por Marx para o aumento da extração de mais-trabalho, uma vez empregada toda a população, atingir-se-ia um determinado estado estacionário onde a taxa de acumulação igualar-se-ia ao crescimento populacional. A demanda em termos de valor tornar-se-ia totalmente previsível, o crescimento constante e os problemas de realização estariam estritamente relacionados à questão da necessidade dos capitalistas. Vê-se o quão limitado seria a possibilidade de geração do conteúdo das crises, visto que o capital passa, neste modelo, a sentir-se confortável dentro de determinado limite. Contudo,

Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, mas se sentisse à vontade nele como limite, o capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal da riqueza a uma existência substancial determinada dela (MARX, 2011, p. 264).

Isso nos mostra não só o quão absurdo é nosso exercício teórico, mas também a dependência existente entre a crise e o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, o que só reforça que a contradição fundamental do capitalismo, conforme identificada por nós, deve ser entendida como a causa das crises.

---

<sup>12</sup> Lembre-se que ainda estamos considerando o capital em geral. Além disso, é pertinente frisar que, embora esta suposição seja completamente absurda e constitua um contrassenso, isso se trata apenas de um exercício teórico;

O argumento de Ribeiro (2008) é, portanto, baseado em Lenin (1972, V. II), mas difere dele em alguns aspectos. Ambos os autores entendem a contradição entre o caráter social da produção e o modo privado, individual de apropriação capitalista como contradição fundamental do capitalismo (LENIN, 1972, V. II, p. 168 e RIBEIRO, 2008, p. 145). Contudo, na formulação de Lenin (1972, V. II), provavelmente para evitar semelhanças com a abordagem de Sismondi e dos *Narodniks*, o problema da realização na esfera de consumo final parece derivar-se do problema gerado pela quebra da proporção entre os ramos e, por isso, este autor trata a anarquia da produção e o que chama de contradição fundamental como sinônimos. Ribeiro (2008), no entanto, entende tanto a proporcionalidade dos ramos como a quantidade de equivalente destinada à realização de produto final como os limites que são rompidos pelo aumento da produção que se deriva da acumulação privada capitalista e, por esta razão, rejeita a anarquia da produção como causa da crise (RIBEIRO, 2008, p. 111).

Desta forma, em oposição ao que foi desenvolvido por Mendonça (1990) e Ribeiro (2008), nosso argumento é o seguinte:

Mendonça (1990) e Ribeiro (2008) chegaram de forma indireta a conclusão de que, para a transformação da possibilidade de crise em fenômeno real, é necessário o surgimento da circulação do capital. Derivam esta conclusão do esgotamento do processo de desenvolvimento lógico do fenômeno crise na sociedade de produtores individuais de mercadorias, mas apontam razões pelas quais a passagem para o modo de produção capitalista constitui uma etapa necessária.

Nós, por outro lado, argumentamos que esta passagem constitui etapa necessária, pois o surgimento do capital faz desaparecer os limites à produção do conteúdo das crises e, além disso, cria o “impulso pertinente a este conteúdo”, ou seja, sua causa: a contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e as relações de produção antagônicas capitalistas. Como vimos, a exacerbação dessa contradição inevitavelmente gerará crise. Assim, se há uma ligação necessária entre as essências da causa e do seu efeito, a crise está submetida a uma lei do Modo de Produção Capitalista. Dado que o movimento de desenvolvimento da força produtiva é um processo contínuo, a ligação entre o seu choque com as relações de produção e a crise, ou seja, a lei a qual a crise está submetida, opera de forma contínua. Assim, por ser condição para o aparecimento

da causa das crises e da criação de uma ligação necessária entre ela e a própria crise, o surgimento do capital constitui a condição necessária e concreta que transforma a possibilidade formal ou abstrata de crise em possibilidade real.

Assim, ao observarmos o processo de reprodução do capital (o qual coincide com a circulação dele) cabe, antes de mais nada, demonstrar que aquelas formas [...] só aí adquirem um conteúdo, um fundamento que lhes permite se manifestarem (MARX, 1980, pp. 945-946).

Como vimos anteriormente, para identificarmos o ponto onde a crise, de possibilidade real, se torna fenômeno realizado, precisamos acompanhar o processo de amadurecimento da condição necessária e concreta, que, por sua vez, traduz-se em nada mais do que o processo de exacerbação da contradição fundamental do capitalismo, causadora das crises.

### 3.4 DE POSSIBILIDADE REAL À FENÔMENO REALIZADO: O AMADURECIMENTO DA CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DO CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO DAS CRISES E DE SUAS FORMAS:

É necessário primeiramente entender a passagem de uma sociedade de produtores de mercadorias para uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias como uma consequência da evolução de um conteúdo que exige nova forma de manifestar-se. Em outras palavras, as forças produtivas alcançam um novo estágio de desenvolvimento, com um nível mais alto de produtividade do trabalho, e necessitam ser organizadas de maneira diferente.

No entanto, ao mesmo tempo em que cria uma nova forma de manifestação que abre as portas para o seu desenvolvimento, as novas forças produtivas também criam novas contradições que, ao se desenvolverem, constituirão freios a este desenvolvimento. A sociedade de produtores de mercadorias nos dá um bom exemplo disto.

O surgimento do dinheiro nesta sociedade representa um impulso formidável ao aumento da produção, visto que torna possível uma ampliação considerável dos mercados. Contudo, ao mesmo tempo, o fetiche do dinheiro, fenômeno que surge junto com ele, constitui um freio a esta produção, visto que limita a realização das mercadorias.

Quando do estabelecimento de uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, Mendonça (1990) e Ribeiro (2008) já nos apresentaram as contradições que surgem junto com ela, e vimos que a acentuação do elemento contraditório destas unidades de contrários são formas de manifestação das crises. Na nossa leitura, no entanto, apresentaram tais contradições como estáticas e não analisam o desenvolvimento delas como derivado da evolução do conteúdo das crises, o qual, por sua vez, é um subproduto do amadurecimento da contradição fundamental do capitalismo.

Propomo-nos, portanto, a realizar aqui uma análise do desenvolvimento da contradição fundamental do capitalismo em conjunto com os impactos causados no conteúdo das crises e, em consequência disto, nas suas formas, pois acreditamos que, desta maneira, poderemos identificar o ponto onde a possibilidade real de crise se converte em fenômeno realizado.

Suponha uma sociedade de produtores capitalistas de mercadorias<sup>13</sup>. Nos estágios iniciais do seu desenvolvimento, tão logo se apresente o capital geral como uma soma dos vários capitais singulares, a contradição fundamental do capitalismo apresenta-se como impulso pertinente ao conteúdo das crises. As meras formas deixam de apresentar-se como conteúdo, e este é produzido pela contradição entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo.

Nestes estágios iniciais, o aumento da força produtiva aparece para o capitalista como uma maneira de apropriar-se de maior quantidade de lucro através da diferença que produz entre o preço de mercado e o preço de produção individual. Junto dela, no entanto, estão a expansão da produção via aumento da exploração da força de trabalho e da ampliação homogênea do capital (mantendo constante a composição orgânica). Contudo, conforme se repetem os ciclos dos capitais singulares com base nas duas últimas alternativas apresentadas, mais esta situação se modifica.

Na sessão anterior, por uma razão didática, decidimos apresentar os limites ao aumento da extração de mais trabalho através do aumento do grau de exploração e do aumento homogêneo de capital como limites absolutos. Entretanto, tais limites são, antes de mais nada, limites que se apresentam de forma relativa.

---

<sup>13</sup> A partir daqui, utilizaremos os conceitos que se desenvolvem da transformação de valores em preços de produção. Consideramos que o leitor está familiarizado com esse processo;

Se pensarmos que as mercadorias necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho como classe são vendidas pelos seus preços de produção, podemos considerar que a força de trabalho também não se vende pelo seu valor, mas pelo seu preço de produção. O fato de que o salário oscile em torno desse preço de produção nada mais é do que a expressão de limites impostos pelo nível de exploração da força de trabalho e pelo tamanho da população trabalhadora. O primeiro limite está relacionado às características biológicas do próprio ser humano, que, em última instância, determinam a capacidade de reprodução da força de trabalho como classe a um dado grau de exploração. Variações deste grau, portanto, tem consequências na referida reprodução, fazendo variar o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, a relação entre oferta e procura de força de trabalho. Já o segundo limite é o próprio exército industrial de reserva.

Diante disso, a tentativa de aumento do lucro apropriado através do aumento do nível de exploração de Ft ou pela acumulação mantendo constante a composição orgânica logo reduz o exército industrial de reserva e pressiona os salários para cima. O salário, portanto, juntamente com o gasto em matérias-primas e materiais auxiliares, compõe o limite inferior ao aumento da apropriação de excedente.

Ao mesmo tempo, conforme se repetem os ciclos de reprodução do capital, o capitalista individual percebe o preço de mercado, expressão do preço de produção de mercado, como limite superior à apropriação de excedente.

Desta forma, o que antes era uma opção, aparece cada vez mais como solução única para satisfazer as necessidades do capital. A solução mais viável para o capital é, portanto, aumentar a produtividade, reduzindo o preço de produção individual para que seja possível apropriar-se da diferença entre este e o preço de mercado. Portanto, como era de se esperar, por sua condição de forma de manifestação, as relações de produção antagônicas da sociedade de produtores capitalistas de mercadorias estimulam o desenvolvimento do seu conteúdo, as forças produtivas, através do impulso ao seu desenvolvimento ilimitado. O desenvolvimento da força produtiva, por sua vez, gera dois efeitos que acabam por autonomizar esse processo.

Como cada preço de produção individual contribui para a formação do preço de produção de mercado, a redução de cada um deles contribui para a redução da média. Conforme o preço de produção de mercado, como limite superior, se reduz, o excedente é progressivamente comprimido por esse movimento. Para manter,

portanto, o mesmo nível de lucratividade, é necessário reduzir o limite inferior de forma relativa com o aumento da força produtiva<sup>14</sup>.

Mas, não é só isso. Sabemos que é o fato de que se produz uma quantidade maior de valores de uso em dado tempo que permite que se produza a um preço de produção individual menor. Assim, quanto maior a quantidade de valores de uso que se produz em dado tempo, maior a distância entre o preço de produção de mercado e o preço de produção individual. Além disso, por outro lado, quanto maior o número de valores de uso lançados no mercado, mais a apropriação da diferença “preço de produção de mercado - preço de produção individual” se repete.

Desta forma, quando mais se desenvolve a força produtiva, maior é a velocidade com que os capitais individuais buscam novo aumento e maior é o tamanho do aumento almejado. Ou seja, o processo se automatiza de tal forma que os capitalistas buscam constantemente o desenvolvimento da força produtiva como meio de sobreviverem à luta concorrencial e ao mesmo tempo como meio de apropriação de maior quantidade de lucro: essa é a forma que a tendência à superprodução enraizada na essência do capital assume na esfera das aparências. Em função desta autonomização do processo, portanto, seus efeitos na superpopulação relativa e a consequente expressão destes numa oscilação do preço de mercado da força de trabalho em relação ao seu preço de produção tornam-se irrelevantes no momento da escolha da forma pela qual se aumentará a apropriação de lucro.

De um ponto de vista histórico, o que foi descrito por nós corresponde ao processo de transformação da subsunção formal em subsunção real do trabalho ao capital. Nas palavras de Marx:

A relação capitalista como relação *coerciva* que visa extrair mais *sobretabalho* mediante o prolongamento do tempo de trabalho [...] é comum à ambas as modalidades, porém o modo de produção especificamente capitalista conhece contudo outras maneiras de extorquir mais-valia [...]. Com base num modo de trabalho preexistente [...], pelo contrário, só se pode produzir mais-valia recorrendo *ao prolongamento do*

<sup>14</sup> A redução do preço de produção individual implica necessariamente a diminuição de custos pela redução da quantidade de matérias-primas e materiais auxiliares necessários para a fabricação do produto final e, principalmente, pela redução, do ponto de vista do capital individual, do tempo de trabalho necessário (como as mercadorias continuam se vendendo pelos preços de mercado ao mesmo tempo em que o tempo de produção destas foi reduzido para o capitalista individual, o trabalhador precisa de menos tempo para produzir a quantidade de valores de uso que habilitará este capitalista a apropriar-se de um valor correspondente ao preço de produção da força de trabalho, daí a redução do tempo de trabalho necessário do ponto de vista deste capitalista);



*tempo de trabalho*, sob a forma da *mais-valia absoluta*. À esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde pois a *subsunção formal* do trabalho no capital.

[...]

A *subsunção real* do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta.

Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total [...] no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário (MARX, 1985b, pp. 89-90 e 104-105).

Como dissemos, portanto, chegamos, por outras vias, ao mesmo resultado obtido anteriormente: no capitalismo, como maneira de superar os limites impostos à obtenção de lucro (extração de mais-trabalho), os capitais individuais desenvolvem ilimitadamente as forças produtivas sociais.

Neste ponto, portanto, cabe a pergunta: sendo a crise causada pela contradição fundamental, chegamos ao ponto de maturação das condições concretas e necessárias que transforma a possibilidade real em fenómeno realizado? Ao recorrermos ao nosso método de análise, podemos concluir que não. Obviamente sabemos que:

*La relación causal entre los fenómenos, como forma específica del condicionamiento de los fenómenos de la naturaleza y la sociedad, se expresa en el hecho de que todo fenómeno aislado o conjunto de fenómenos independientes en la naturaleza y en la sociedad provoca o produce otro fenómeno; y a la inversa, todo fenómeno aislado ha sido provocado o producido por otro o por un conjunto de fenómenos* (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 83).

Ou seja, obviamente que, uma vez constituída a causa da crise, ela começaria a produzir seu efeito. Contudo, chamamos atenção para o fato de que:

La acción conjunta de varias causas explica la posibilidad de que una causa, que evidentemente está actuando, no provoque un efecto visible. Ello significa que, además de la causa dada, actúa otra en sentido inverso, cuya acción contrarresta la de la primera (ROSENTAL E STRAKS, 1958, p. 105).

É aqui que se percebe o efeito da “influência civilizadora” do capital (MARX, 2011, p. 334) que se deriva das barreiras à obtenção de lucro que se situam fora do processo produtivo. A expansão dos “domínios” da sociedade de produtores capitalistas de mercadorias produz efeito inverso ao efeito produzido pela contradição fundamental do capitalismo. Além disso, a essa expansão extensiva dos mercados, soma-se à criação de novas necessidades, de novo consumo, já dentro

dos limites da sociedade de produtores capitalistas de mercadorias. A sobreposição do efeito gerado pela expansão dos mercados por parte do efeito produzido pela contradição fundamental do capitalismo constitui, portanto, uma das etapas do amadurecimento das condições concretas e necessárias de transformação da possibilidade real de crise em fenômeno realizado.

Aqui já fica fácil perceber o conteúdo das crises como um subproduto da exacerbação da contradição entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e as relações de produção antagônicas do capitalismo. No estágio inicial de desenvolvimento da sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, todas as condições para a produção do conteúdo das crises estão dadas: as barreiras ao crescimento da produção são retiradas em função da substituição da lógica da circulação e o aumento da força produtiva aparece lado a lado com outras alternativas para o aumento da obtenção de excedente. Cada vez que o aumento da produção se dá com base no aumento da força produtiva, o fato de o aumento da produtividade se processar dentro de relações de produção antagônicas capitalistas faz com que sua utilização estreite as condições de realização do mais-trabalho extraído no processo produtivo. Mas, nesse estágio inicial, tanto esse impacto é muito pequeno, quanto é relativamente maior o contrapeso feito pela expansão das relações de produção capitalistas. Contudo, conforme aumenta a produção com base na extração de mais-valor absoluto, mais seus limites se apresentam e deslocam o aumento da produtividade para uma posição hegemônica no que tange ao aumento da apropriação de excedente. Esse processo potencializa o aumento da produção, ao passo que aumenta a busca de novos mercados, restringindo, cada vez mais, as condições de tais novos consumidores conseguirem realizar toda a produção. Além disso, o aumento do número de consumidores também é parte do conteúdo das crises. Por mais que produzam um aumento de demanda, produzem também uma segmentação maior do mercado, aumentando a possibilidade de rompimento da produção proporcional quando do aumento da força produtiva. Eis o desenvolvimento de efeito e causa se processando conjuntamente!

A criação do conteúdo das crises com fundamento concretizado, por sua vez, também gera novas formas de manifestação destas, que acompanham o processo de amadurecimento deste conteúdo.

Em nossa opinião, no que tange à criação das formas de manifestação das crises como consequência do surgimento do seu conteúdo, nada pode ser

acrescentado às exposições produzidas em Mendonça (1990) e Ribeiro (2008). Contudo, como já apontamos antes, pretendemos acompanhar o processo de desenvolvimento conjunto de formas e conteúdo.

Pelo lado da anarquia da produção, ao passo que aumenta a produção na sociedade de produtores capitalistas de mercadorias e o número de consumidores, aumenta também a complexidade das relações existentes entre os diversos produtores da economia e com ela a possibilidade de quebra da proporcionalidade. O fato de que o aumento da produção se dê através de aumento da força produtiva amplifica essa possibilidade, pois:

[...] em um dado momento do desenvolvimento das forças produtivas [...] tem lugar uma relação fixa em que o produto divide-se em uma parte correspondente a matéria-prima, maquinaria, trabalho necessário, trabalho excedente, e, no fim, o próprio trabalho excedente divide-se em uma parte que cabe ao consumo e em outra que se converte em de novo em capital. [...] [Contudo], uma revolução nas forças produtiva muda essas relações, *modifica* essas próprias relações... (MARX, 2011, pp. 364-365).

No que tange à contradição produção x consumo, conforme aumenta a produção com base no aumento da força produtiva, mais se amplia a separação entre cada um dos pares, pois maior é a discrepância entre as condições de extração de mais-trabalho e as condições de sua realização, por se criar mais exigências sobre o consumo de uma pequena parcela de agentes econômicos da sociedade, exigências essas que paulatinamente deixam de ser atendidas visto que a demanda não se regula pelo valor a ser realizado, mas pela quantidade que o comprador precisa a dado preço (MARX, 1980, p. 1156).

Vemos, portanto, como o processo de amadurecimento da contradição fundamental do capitalismo está intimamente ligado ao desenvolvimento do conteúdo das crises, que, por sua vez, ocasiona um aumento da tensão das contradições do capitalismo, sendo isto nada mais que o desenvolvimento das formas desse conteúdo.

Contudo, neste ponto, as condições concretas e necessárias ainda não estão maduras o suficiente para que a crise de superprodução se manifeste com toda a sua violência. Obviamente que, uma vez que todo fenômeno constituído produz determinado efeito, ao assumir o papel de principal meio para aumento da extração de mais-trabalho e, por essa razão, tornar-se um processo autonomizado, o choque do impulso ao desenvolvimento ilimitado da força produtiva com a base

econômica pode, neste estágio de maturação, provocar crises parciais, mas não crises gerais de superprodução.

Conforme já vimos várias vezes no presente trabalho, o capital encara todas as barreiras que se impõem à sua lógica de circulação como limites a serem transpostos. É indiferente que tipo de limites são estes.

Na sociedade de produtores capitalistas de mercadorias que estamos analisando, ainda há um limite que se apresenta: a dependência entre o início de um ciclo e a realização da produção do ciclo anterior. Já vimos em Mendonça (1990) e Ribeiro (2008) que existe uma relação estreita entre os capitais comercial e bancário e o aumento da separação destas etapas do ciclo do capital industrial. Assim sendo, como feito pelos autores, iremos eliminar a hipótese simplificadora de que existe apenas capital industrial na nossa sociedade.

O primeiro passo para a superação desta barreira é a inserção do capital comercial. Não vamos repetir o que foi desenvolvido por Mendonça (1990, pp. 157-159) e Ribeiro (2008, pp. 66-73). Os autores já demonstraram com rigor os processos que se derivam dessa inserção. Queremos apenas lembrar que a autonomização do processo de circulação através da criação do capital comercial torna possível que o capital industrial possa começar o novo ciclo sem que as mercadorias produzidas tenham sido realizadas no mercado.

Ao nível da contradição fundamental do capitalismo, isso torna possível a aceleração do processo de aumento da força produtiva e, conseqüentemente, de ampliação da não-coincidência entre as condições de exploração de mais-trabalho e as condições de sua realização. Da mesma forma que antes, a aceleração deste processo tem as mesmas conseqüências apresentadas há pouco no que tange ao conteúdo das crises e às suas formas de manifestação.

Como vimos, no entanto, contradição entre a circulação e a realização do valor desaparece apenas na aparência. Assim, a independência entre a realização do valor produzido e os ciclos subsequentes é bastante limitada. É limitada não só pela percepção da demanda solvente da economia pelo capital comercial, como também pela quantidade de capital imobilizado na circulação para a autonomização deste processo.

Note, o leitor, portanto, que há, até o atual estágio de desenvolvimento, a todo momento, uma ligação necessária entre as condições de extração de mais-trabalho e as condições de sua realização de forma tal que o aumento da produção

está sempre sendo mitigado por estas últimas. É neste sentido que “O inteiro *sistema de crédito* e o ‘comércio especulativo, a superespeculação’ etc. a ele associados baseiam-se na necessidade de estender e transpor os obstáculos da circulação e da esfera de troca” (MARX, 2011, p. 340).

Entre Mendonça (1990, pp. 159-164) e Ribeiro (2008, pp. 74-83), o primeiro é o que mais se aproxima de perceber que o aparecimento<sup>15</sup> do sistema de crédito, como fenômeno que surge da necessidade das forças produtivas sociais de impor o seu processo de desenvolvimento, constitui o estágio final de amadurecimento das condições concretas e necessárias que tornam possível a transformação da possibilidade real de crise em fenômeno realizado, visto que é este que aponta o que achamos ser a razão pela qual isso ocorre, embora não identifique esta etapa como um salto qualitativo. Já Ribeiro (2008) afirma que, na presente etapa, **“Podemos então falar de crise geral de superprodução como fenômeno real”** (RIBEIRO, 2008, p. 80). O autor, no entanto, não apresenta argumentação para justificar a afirmação. O que é exposto por nós aqui é, portanto, nada mais que uma fusão entre o que é apresentado pelos dois autores.

Como assinala Mendonça (1990, pp. 159-164), o crédito amplia ao máximo a independência entre os atos  $D - M$  e  $M' - D'$ . Ocorre que, assim como o capital industrial, o capital bancário também se move pela lógica da acumulação, de forma que a oferta de crédito apresenta a mesma tendência ao crescimento. Com o desenvolvimento do sistema de crédito e o conseqüente aparecimento de novas formas da mercadoria capital, como o capital fictício, nenhum limite imediato se impõe à expansão do crédito. Eleva-se ao mais alto grau a não coincidência entre as condições de extração e de realização de mais-trabalho, pois o capital bancário, com base na lógica do capital, e o sistema de crédito como um todo podem e vão constantemente fazer desaparecer momentaneamente a ligação entre os atos  $D - M$  e  $M' - D'$ .

Neste ponto do desenvolvimento da sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, portanto, as condições concretas e necessárias estão maduras o suficiente para que o fenômeno da superprodução geral possa se manifestar com toda a sua violência. Aqui, a contradição fundamental do capitalismo chega a um

---

<sup>15</sup> Lembre-se que o que aqui produzimos é um desenvolvimento lógico e não histórico. O que aqui é tratado como surgimento do crédito corresponde, do ponto de vista histórico, ao aumento da importância deste na produção capitalista e/ou ao seu completo desenvolvimento;

elevado grau de amadurecimento. Em função da coerção exercida pela existência da possibilidade de que os outros capitais utilizem-se de crédito para aumentar a sua produtividade, cada capital singular busca de forma desmedida este aumento. Para o capital geral ficaria patente a desproporcionalidade entre a demanda e a sua produção. Contudo,

Como uma produção põe a outra em movimento e, com isso, cria para si consumidores nos trabalhadores do capital *alheio*, a demanda da classe trabalhadora, posta pela própria produção, *aparece* para cada capital singular como “demanda adequada”. De um lado, essa demanda posta pela própria produção impele a produção para além da *proporção* na qual teria de produzir com referência aos trabalhadores: ela tem de impelir a produção para além de tal limite; de outro, se desaparece ou encolhe a demanda *externa à demanda do próprio trabalhador*, tem lugar o colapso. [...] *É aqui outra vez que a concorrência dos capitais*, sua indiferença recíproca, sua recíproca independência que faz com que o capital singular se relacione com os trabalhadores do capital total remanescente *não como trabalhadores; hinc*, é impelido para além da proporção correta. O capital diferencia-se da relação de dominação precisamente porque o trabalhador se defronta com ele como consumidor e ponente de valor de troca... (MARX, 2011, p. 344).

Mas, não é só isso. Também a autonomização do capital comercial e a existência do crédito criam a ilusão de existência da demanda adequada. O capital comercial, por aparecer para o capital industrial como capaz de expandir continuamente o mercado, e o crédito, por antecipar equivalente geral na esfera do consumo. Pela combinação entre a coerção concorrencial e a aparência que se coloca diante dele, o capital singular é impelido para além da produção proporcional. Aumenta constantemente a produtividade de forma que, uma vez que esse aumento se dá dentro da base contraditória sob a qual repousam as relações de consumo, estreita cada vez mais as condições de realização do mais-trabalho que é extraído no processo produtivo, cria cada vez mais barreiras à realização de uma produção crescente por consumidores crescentes. Estas barreiras, neste estágio, são qualitativamente mais fortes que as anteriormente postas, em função do aumento do acúmulo de tensões que se torna possível com a aparição da mercadoria capital e com o seu desenvolvimento.

Ao nível das formas da crise, a complexidade das relações, uma vez que mais decisões individuais, como quantidade de oferta de crédito, se inserem na realidade, alcança também o seu mais alto grau, alcançando, a anarquia da produção, também o seu grau mais elevado. O mesmo se dá com a separação entre

o par de contrários produção x consumo em função de uma separação cada vez maior dos objetivos da produção e do consumo. Fica patente, portanto, que “a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito...” (MARX, 1980, p. 948).

Dessa forma, sendo

[...] real o fenómeno que, como posibilidad realizada, representa el resultado necesario – dentro de las condiciones de realización de esa posibilidad – de la acción de las leyes objetivas que condicionan a existencia real del fenómeno dado y determinan su esencia interna (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 241).

Como ação de uma lei objetiva do capitalismo, o constante choque entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e as relações antagônicas deste sistema, a crise se transforma de possibilidade real em fenômeno realizado.

A nosso ver, essa é, portanto, a explicação teórica dada por Marx para as crises de excesso que acometem as economias capitalistas de 1825 até hoje. Entretanto, sabemos que a razão de ser das ciências sociais é precisamente o fato de que aparência e essência dificilmente coincidem. E ao observarmos o fenômeno aqui estudado na esfera das aparências, suas causas parecem ser outras. No capitalismo contemporâneo, por sua vez, essa aparência tem assumido um padrão particular.

Assim, se queremos analisar as manifestações do fenômeno nos dias de hoje, é necessário conhecer também essa aparência particular e explicá-la. É precisamente o que nos propomos a fazer a seguir.

## 4 O CARÁTER FINANCEIRO DAS CRISES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:

Da sua primeira manifestação até os dias de hoje, a aparência geral assumida pelas crises de superprodução sofreu uma série de modificações. Nas últimas décadas, dada a postura do *mainstream* em relação ao fenômeno, a aparência que ele tem assumido tem levado a maior parte dos economistas a acreditar que suas causas residem sempre no sistema de crédito. Não percebendo os traços comuns que cada uma de suas manifestações apresenta e que, portanto, a Crise do Petróleo, a Crise do Subprime, etc. são aparências diferentes do mesmo fenômeno, acabam tomando seus agentes deflagradores como causas.

Já identificamos, no capítulo anterior, a causa da crise como sendo a exacerbação da contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e as relações antagônicas do capitalismo. Diante disto, como podemos explicar essa aparência assumida pelo fenômeno?

Como veremos nas próximas seções do presente capítulo, esta transformação da sua aparência é o resultado da combinação entre o desenvolvimento do sistema de crédito e algumas transformações sofridas pelo processo de reprodução do capital.

É mister frisar que o estudo dos agentes deflagradores deste fenômeno contribui para o aumento a capacidade de prevê-lo. Isso porque o entendimento do mecanismo de deflagração das crises sob o Modo de Produção Capitalista delimita o aspecto da conjuntura econômica que apontará com maior precisão quando a variação quantitativa converter-se-á em uma transformação qualitativa, ou seja, quando o ciclo econômico mudará de fase.

### 4.1 O CAPITAL PORTADOR DE JUROS E O FETICHE DA MERCADORIA CAPITAL:

Historicamente, a cobrança de juro pelo empréstimo de dinheiro encontrou resistência ideológica principalmente na figura da Igreja, a qual apresentava tal ato como uma transgressão das leis de deus. A transformação do Modo de Produção Capitalista em modo de produção dominante, no entanto, foi o suficiente para que se mudasse de ideia quanto à questão. Podemos encontrar em Marx a explicação para



isto. Ocorre que o “Dinheiro [...] na base da produção capitalista [...] adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital” (MARX, 1985a, V. IV, p. 255).

O surgimento da contradição entre o valor e o valor de uso da força de trabalho, consequência da acumulação primitiva de capitais, fez com que o trabalho alheio passasse a encontrar-se disponível constantemente no mercado. Assim, de posse de dinheiro, qualquer indivíduo pode comprar meios de produção e força de trabalho de modo a apropriar-se de trabalho não pago.

Assim, para um indivíduo que tem em suas mãos uma determinada quantia de dinheiro e não a aplica como capital, esta quantia constitui valor, mas um não-valor de uso. Ou seja, seu valor e seu valor de uso entram em contradição, transformando, em mercadoria, o que é potencialmente capital. “Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria (MARX, 1985a, V. IV, p. 255)”. Surge, portanto, a Mercadoria Capital, mas na sua forma mais simples: o Capital Portador de Juro.

Dado que, na compra de qualquer valor de uso, paga-se por ele um preço, o juro, portanto, pode ser entendido como o preço da mercadoria capital, do valor de uso de produzir lucro. Mas, ao denominarmos o juro de preço do capital, devemos ter a consciência de que esta é uma forma irracional de preço, visto que não se baseia na lei do valor, apenas na lei de oferta e procura.

Além disso, visto que “O empréstimo de dinheiro como capital – sua entrega sob a condição de ser restituído após certo tempo – tem, portanto, como pressuposto que o dinheiro seja realmente empregado como capital (MARX, 1985a, V. IV, p. 263)”, o juro corresponde a parte do lucro que pode ser produzido ao se empregar produtivamente determinada soma de capital. Isto, portanto, impõe um limite superior à variação deste preço: o montante de lucro produzido. Caso contrário, a operação perde sua razão de ser.

A negociação da mercadoria capital, no entanto, mostra-se de forma diferente na esfera das aparências.

[...] no caso do capital portador de juros, o retorno bem como a entrega são apenas resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. Vemos somente entrega e reembolso. Tudo que ocorre de permeio é apagado (MARX, 1985a, V. IV, p. 263).

Assim, o que antes era  $D - D - M \begin{matrix} \text{Mp} \\ \text{Ft} \end{matrix} \dots P \dots M' - D' - D'$ , agora torna-se apenas  $D - D'$ .

Constatamos aqui, pela primeira vez, a existência de um fenômeno bastante peculiar do Modo de Produção Capitalista e que será de suma importância para nossa análise: a **mistificação do processo de valorização**. Surge aqui, para o prestamista, a ilusão de que dinheiro gera dinheiro, e apaga-se a relação existente entre o juro, que é resultado do empréstimo do seu capital, e o processo produtivo. O desenvolvimento deste fenômeno, por sua vez, contribuirá decisivamente para a transformação da aparência das crises no Sistema Capitalista.

O referido desenvolvimento segue, do ponto de vista lógico, quando analisamos mais de perto a relação entre prestamista e mutuário com o que há para ser dividido entre eles: o lucro que produz o capital emprestado.

Via-se [...] que a taxa de lucro, dentro do próprio processo de produção, depende não apenas da mais-valia, mas de muitas outras circunstâncias: dos preços de compra dos meios de produção, de métodos produtivos acima da média, da economia de capital constante etc. E, abstraindo o preço de produção, ela depende de conjunturas particulares e, ao fechar cada transação individual, da maior ou menor astúcia e diligência do capitalista, se, e em que medida, este comprar ou vender acima ou abaixo do preço de produção, se se apropria portanto, dentro do processo de circulação, de uma parte maior ou menor da mais-valia global (MARX, 1985a, V. IV, p. 279).

Em virtude desta circunstância, portanto, a parte do lucro que cabe ao capitalista funcionante, o mutuário, aparece para ele como resultado das suas funções de capitalista ativo, que aplica produtivamente o capital em questão. O capitalista funcionante, no entanto, é pressuposto como não proprietário do capital. “A propriedade do capital é representada perante ele pelo prestamista, o capitalista monetário. O juro que paga a este aparece, portanto, como aquela parte do lucro bruto que cabe a propriedade do capital como tal” (MARX, 1985a, V. IV, p. 280).

Esta mesma lógica aplica-se ao capitalista proprietário do capital. Embora não aplique produtivamente o capital, apropria-se de parte do lucro produzido por ele. Em função disso, em oposição ao ganho empresarial do qual se apropria o capitalista funcionante e que aparece como resultado da função deste último como capitalista ativo, o juro lhe aparece como originado da simples propriedade do capital.

Esta divisão quantitativa do lucro proporcionado pelo capital torna-se qualitativa para toda a classe dos capitalistas, independentemente do fato de que se trabalhe ou não com capital emprestado. Isto ocorre, pois (MARX, 1985a, V. IV, p. 281):

1. Empiricamente constata-se que a maioria dos capitalistas industriais, em proporções diversas, trabalha com capital próprio e emprestado;
2. Todo capital emprestado, seja ele empregado produtivamente ou não, proporciona juro ao seu proprietário;
3. Independente do fato de o capitalista funcionante trabalhar ou não com capital emprestado, a classe dos capitalistas monetários confronta este último como uma espécie particular de capitalista, o capital monetário como uma espécie autônoma de capital e o juro como uma forma autônoma do mais-valor, a qual corresponde a este capital específico.

Em função disto, mesmo que trabalhe com capital próprio, o capitalista ativo dividirá seu lucro em duas partes: aquela que lhe cabe por ser proprietário do capital e aquela que lhe cabe por aplica-lo produtivamente. Torna-se, portanto, qualitativa definitivamente a divisão entre juro e ganho empresarial, e a mistificação do processo de valorização dá um novo salto.

Aqui, a antítese social existente entre capital e trabalho é apagada. Isto porque, o capitalista não se opõe mais ao trabalhador e sim a outro capitalista: o capitalista funcionante, como capitalista ativo e ao qual cabe o ganho empresarial, opõe-se ao capitalista monetário, como capitalista proprietário e ao qual cabe o juro.

O juro em si expressa justamente a existência das condições de trabalho como capital, em sua antítese social ao trabalho e em sua transformação em poderes pessoais, em face do trabalho e sobre o trabalho. Ele representa a mera propriedade de capital como meio de apropriar-se de produtos do trabalho alheio. Mas representa esse caráter do capital como algo que lhe cabe fora do processo de produção e que não é, de modo algum, resultado da determinação especificamente capitalista desse mesmo processo de produção. [...] No juro, portanto, na figura particular do lucro, o caráter antitético do capital encontra expressão autônoma, encontra-a de maneira tal que essa antítese é inteiramente extinta no juro, sendo inteiramente abstraída dele. O juro é uma relação entre dois capitalistas e não entre capitalista e trabalhador (MARX, 1985a, V. IV, p. 285).

Percebe-se, portanto, que a simples introdução lógica do capital portador de juros no Modo de Produção Capitalista tem como consequência uma série de

processos que, no nível das aparências, tornam cada vez mais distante a ligação existente entre a produção de valor excedente e o processo de produção real. Uma parte do lucro produzido parece emanar da pura propriedade do capital, enquanto a outra, da astúcia do capitalista funcionante no mundo dos negócios, apagando completamente o papel do trabalhador assalariado como produtor de mais-valor.

#### 4.2 O CAPITAL FICTÍCIO:

Como vimos, o surgimento do capital portador de juros contribui para o desenvolvimento da mistificação do processo de valorização no Modo de Produção Capitalista. Neste modo de produção, qualquer soma determinada de valor contem o poder de apropriar-se de trabalho alheio. Portanto, qualquer soma de valor determinada é potencialmente capital. Assim, ao ser emprestada, tal soma de valor é emprestada como capital, e sua propriedade dá ao proprietário o direito de apropriar-se do juro que, ao seu ver, origina-se diretamente do seu capital.

Ora, ocorre que esta lógica possibilita a realização do caminho inverso. Se, no capitalismo, o capital produz regularmente determinada soma de valor adicional, qualquer rendimento determinado e regular origina-se, portanto, de uma determinada soma de capital.

A forma de capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não. Primeiro, o rendimento monetário é convertido em juro e com o juro se acha então o capital de que se origina (MARX, 1985a, V. V, p. 10).

Assim, o direito a apropriar-se de determinada renda regular pode ser transformado em um título a ser vendido no mercado financeiro. O mecanismo é simples:

[...] se, por exemplo, a receita anual = 100 libras esterlinas e a taxa de juros = 5%, então as 100 libras esterlinas seriam o juro anual de 2.000 libras esterlinas [...]. Para quem compra esse título de propriedade, a receita anual de 100 libras esterlinas representa então, de fato, os juros de seu capital investido a 5%. Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida (MARX, 1985a, V. V, p. 11).

Surge aqui o que Marx chamou de Capital Fictício e a mistificação do processo de valorização atinge seu grau mais elevado. Esquece-se a origem real dos rendimentos e cria-se, como por milagre, determinada soma de capital, que além de responder pela geração dos rendimentos, possui movimento próprio no qual valoriza a si mesma.

Dois são os mecanismos de valorização do capital fictício. O primeiro deles é a variação da taxa de juros da economia. Visto que estes títulos “geram” um rendimento determinado, quanto menor for a taxa de juros da economia, maior será a quantidade de capital que se deverá empregar como capital portador de juros para conseguir o mesmo rendimento. Portanto, dada sua lógica de cálculo anteriormente explicada, os valores de mercado destes títulos estão em razão inversa da referida taxa de juros. Por essa razão, estes títulos tem a tendência a valorizar-se ao longo do tempo.

O montante de seu valor, isto é, sua cotação na bolsa, tem necessariamente a tendência a subir com a queda da taxa de juros, na medida em que esta, independentemente dos movimentos peculiares do capital monetário, é simples consequência da queda tendencial da taxa de lucro; de modo que, essa riqueza imaginária, de acordo com a expressão de valor de cada uma de suas partes alíquotas de determinado valor nominal original, só por esta razão se expande com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX, 1985a, V. V, p. 20).

O segundo mecanismo de valorização destes títulos é a pura e simples especulação. Segundo Marx, “O valor de mercado desses papeis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação” (MARX, 1985a, V. V, p. 12).

Fica claro, portanto, que a valorização do capital fictício não guarda ligação direta com o processo de geração de valor. Seu processo de valorização depende apenas da taxa de juros da economia, que, em sua simples variação, não gera valor, e das expectativas dos agentes econômicos, que também não podem gerar valor. Contudo, se o possuidor de um desses títulos quiser vendê-los no mercado financeiro, ele certamente encontrará alguém que pague o que é reconhecido pela sociedade como seu valor de mercado, realizando, assim, o que Carcanholo e Sabadini (2009) chamam de Lucros Fictícios.

É certo que esta operação nada mais é do que a troca de riqueza fictícia por riqueza real. Contudo, até onde sabe o novo possuidor do ativo, este último é

reconhecido pela sociedade como equivalente de determinada soma de valor e, contanto que continue a se valorizar através dos referidos mecanismos, ele conseguirá repetir exatamente o mesmo processo. Ou seja, a realização destes lucros só é possível, pois, para tanto, se drena cada vez mais riqueza real para o lado financeiro da economia.

No entanto, é necessário chamar atenção para o fato de que a classificação desses títulos como fictícios não implica necessariamente que os mesmos não possuam qualquer correspondência material. Por esta razão, Carcanholo e Sabadini (2009, pp. 44-45) classificam o capital fictício em dois grupos distintos.

O capital fictício do tipo 1 é aquele que possui uma correspondência material. Estão nesse grupo ações de empresas, títulos de dívida pública que financiam a construção de investimentos reais (como portos e ferrovias), hipotecas, etc. Vejamos o caso das ofertas de ações em bolsas de valores.

Existem várias maneiras de uma determinada empresa adquirir recursos no mercado financeiro. Uma delas é a emissão de ações em bolsas de valores. Nestas operações, compra-se o direito a apropriar-se de determinada parte do lucro da empresa. No entanto, a partir do momento que este direito assume a forma de um título, imediatamente ocorre uma duplicação do montante de capital envolvido na operação. Enquanto a quantia paga pela ação é imobilizada no capital social da empresa e funciona na esfera produtiva valorizando-se através da apropriação de parte do valor novo criado pela força de trabalho, o papel que a representa também passa a funcionar como capital em outra esfera: a esfera financeira. Nela, este título, assim como o montante imobilizado na empresa, é valor que valoriza a si mesmo. No entanto, sua lógica de valorização é completamente distinta: “seu montante de valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real” (MARX, 1985a, V. V, p. 20). Neste caso, portanto, a nomenclatura “fictício” remete ao fato de que esta operação, de certa forma, cria um reflexo do capital envolvido, e este reflexo passa a atuar na esfera financeira com uma lógica própria de valorização (CARCANHOLO e SABADINI, 2009, p. 44).

Já o Capital Fictício de Tipo 2 é aquele que não possui uma correspondência material. Estão nesse grupo títulos de dívida pública que financiam gastos correntes, a parte do valor de mercado das ações que é superior ao valor nominal das mesmas, etc.

Usando títulos de dívida pública como exemplo, quando o Estado faz esse tipo de dívida, o valor recebido por ele é gasto na compra de valores de uso que logo serão consumidos. Em outras palavras, o papel que representa esta dívida no mercado financeiro é o reflexo do nada, pois a soma de valor a qual correspondia já foi gasta e não existe mais nas mãos do Estado. Este mesmo papel, contudo, permanece no mercado financeiro e continua a se valorizar.

É importante destacar ainda que, a princípio, existe uma tendência ao crescimento do capital fictício do tipo 2, dada a tendência a queda da taxa de juros, a qual pressiona sempre para cima o valor de mercado do capital fictício, movimento este que, somado à especulação, faz uma pressão contínua para o aumento do desvio do valor de mercado do capital fictício do tipo 1 em relação a sua correspondência material.

A despeito do fato de o capital fictício do tipo 1 constituir importante suporte para a acumulação de capital real, visto que é utilizado para financiar investimentos produtivos, o caráter da sua lógica de valorização cria a possibilidade de que a velocidade dessa valorização seja maior do que a valorização do capital real, o que acumula capital especulativo acima dos limites suportáveis pela reprodução do capital industrial (que produz o valor drenado pelo capital fictício como remuneração). Surge assim um novo conceito: o capital especulativo parasitário.

Dessa maneira, o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício, quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial. Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do capital industrial. É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e nem favorece e nem contribui para a sua produção. No entanto ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. [...] **Ele conduz, ou pretende conduzir, a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso** (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 301).

Portanto, com o desenvolvimento do sistema de crédito e a criação desta nova forma de mercadoria capital, o capital fictício, a mistificação do processo de valorização atinge seu grau máximo, e a ligação com o processo real de valorização se perde “até o último vestígio”. Gera-se riqueza fictícia com uma lógica própria de valorização que não precisa ter relação direta com a acumulação de capital real.

Agora, para que possamos demonstrar como o desenvolvimento deste processo tem como consequência a geração da aparência financeira das crises do

capitalismo, precisamos inserir os fenômenos criados pelo desenvolvimento do sistema de crédito na estrutura que se delineou no capitalismo atual.

#### 4.3 A MERCADORIA CAPITAL E AS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO:

Vimos que, no Modo de Produção Capitalista, o dinheiro, como capital, torna-se mercadoria. O valor de uso dessa mercadoria especial é, por sua vez, o de produzir lucro. Um fato, no entanto, para o qual não chamamos a atenção do leitor é que:

No caso das demais mercadorias consome-se, em última instância, o valor de uso, e com isso desaparece a substância da mercadoria, e com ela seu valor. A mercadoria capital, ao contrário, tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso, seu valor e seu valor de uso não só são conservados, mas multiplicados (MARX, 1985a, V. IV, p. 264).

Como anteriormente apontado por Ribeiro (2008, pp. 77-79), a mercadoria capital é, portanto, a mercadoria superprodutiva por excelência. Ao ser consumida, ao invés de desaparecerem, seu valor é aumentado e seu valor de uso (a capacidade de valorizar-se) é potencializado.

No caso do capital portador de juros em sua forma simples, por mais que parte do seu crescimento seja limitada pela taxa de juros da economia, a qual, por sua vez, possui estreita relação com a taxa de lucro e, conseqüentemente, com o processo real de valorização, isto não muda o fato de que a redução da sua oferta só é possível caso, por vontade dos seus possuidores, ele não seja ofertado no mercado de capitais. Contudo:

Enquanto o seu capital está emprestado e atua, portanto, como capital monetário, proporciona-lhe juro, parte do lucro, mas ele não pode dispor da soma principal. [...] Se o capital lhe é restituído, tem de emprestá-lo sempre de novo, enquanto precisar ter o efeito de capital – no caso, de capital monetário – para ele. Enquanto se encontra em suas mãos, não proporciona juros e não atua como capital; enquanto proporciona juros e atua como capital, não se encontra em suas mãos. Daí a possibilidade de emprestar capital por tempo perpétuo (MARX, 1985a, V. IV, p. 278).

Portanto, caso não seja ofertado, o capital não proporciona juros para o seu possuidor. Assim, sua oferta é permanente e crescente, fazendo jus ao seu caráter de mercadoria superprodutiva por excelência.



A princípio, no entanto, os capitalistas monetários não têm nada com o que se preocupar, já que a demanda por capital portador de juros também tem a tendência a aumentar. Como já demonstramos no capítulo anterior, o sistema de crédito está intimamente ligado à necessidade do capital de superar as barreiras impostas pela circulação, ou seja, a necessidade de se transformar o capital mercadoria em capital dinheiro para que o processo de extração de mais-valor possa continuar. Mas, não é só isso. Também já apontamos que o acirramento da concorrência cria uma coerção que impele o capital a uma busca incessante por novas tecnologias que aumentem a produtividade do trabalho. O problema é que os capitalistas dependem da repetição do ciclo do capital para acumular o investimento necessário para levar a cabo tal ato. Assim, o capital portador de juro é a maneira de antecipar os lucros que o capitalista precisaria acumular para tanto. O fato de que todos os capitalista têm acesso ao crédito, por sua vez, impele todos eles a utiliza-lo. Desta maneira, pretendem transformar o ato  $D - M$  independente do ato  $M' - D'$ .

Este processo, no entanto, do ponto de vista do valor de uso, nada mais é do que a ampliação cada vez mais rápida da produção que, em algum momento, deve ser convertida em dinheiro, para que se realize o mais-valor extraído. Contudo, por desenrolar-se no seio das relações antagônicas do Modo de Produção Capitalista, isto tem por “efeito colateral” o estreitamento das condições de realização deste mais-valor. Essa discrepância entre oferta e demanda gera, mais cedo ou mais tarde, dependendo das características do processo de expansão dessa oferta, uma superprodução latente na economia. Uma vez estabelecida essa superprodução latente, a destruição do excesso de capital apenas precisa de um agente deflagrador para ser iniciada. Quando isso ocorre, o que se vê não é uma massa de mercadorias que não podem ser consumidas pela grande massa de consumidores existente porque barreiras econômicas impedem esse consumo, mas que uma empresa ou um grupo de empresas não honrou seus compromissos e isso causou um colapso no sistema de crédito. Vê-se também que, assim que os capitalistas reduzem o ritmo da produção, a superprodução de capital portador de juro e de outras formas da mercadoria capital está automaticamente deflagrada.

Em certas ocasiões, no entanto, pode ocorrer que, em função de uma política econômica, por exemplo, o crédito seja facilitado para financiar a compra de mercadorias pelos consumidores como tentativa de igualar demanda e oferta. Passa, no entanto, a ser uma questão de tempo para a deflagração da crise, pois

utilizar crédito na compra de mercadorias significa fazer com que circulem mercadorias sem que circule dinheiro no presente e, em consequência disso, circule dinheiro sem que circulem mercadorias no futuro. A crise é adiada, mas sua força de destruição se amplia em função do acúmulo de tensões, e ela manifesta-se com maior violência (MARX, 1980, V. II, p. 945).

Entretanto, como nós mesmos dissemos, a necessidade de que as crises tenham esse caráter financeiro é um fenômeno novo, ao passo que o crédito é parte integrante do capitalismo desde o princípio deste modo de produção. Assim, superprodução de mercadoria capital nas suas formas mais simples obviamente não é suficiente para a consolidação dessa aparência financeira. A explicação teórica pra isso é simples: mesmo que esta seja nebulosa, a mercadoria capital nas suas formas mais simples ainda guarda uma relação direta com a produção. O que implica dizer que a aparência financeira das crises apenas irá se consolidar quando estas crises se tornarem intimamente ligadas a um tipo de mercadoria capital que tenha perdido esta conexão: o capital fictício. O estabelecimento desta relação foi precisamente o que ocorreu no capitalismo atual.

Além de assumir o papel de mutuário, o capitalista funcionante também precisa atuar como capitalismo monetário, como prestamista. Como se sabe, em qualquer empreendimento, há sempre determinado montante de capital sob a forma de capital dinheiro latente (Cipolla e Pinto, 2010, pp. 16-18) e, sob tal forma, não produz lucro. Assim, por determinado período, esta soma se transforma em mercadoria capital. Mas, não é só isso. No capitalismo atual,

Com o desenvolvimento das forças produtivas a função de *capitalista monetário* realizada pelo capitalista produtivo cresce à medida que o capital se concentra, concentrando-se também a massa de capital monetário necessária para a ampliação da escala produtiva (CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 17).

Em outras palavras, a quantia de capital que permanece sob a forma de capital dinheiro latente tende a crescer ao longo do tempo. Em primeiro lugar, porque “O desenvolvimento das forças produtivas, ligado que está ao crescimento da importância do capital fixo no processo de produção, conduz a um aumento da magnitude do fundo de depreciação” (CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 17), e também em função do fato de que “O aumento da produtividade do trabalho com a mecanização da produção aumenta a massa de matérias primas, materiais e

componentes transformados em determinado espaço de tempo” (CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 17). Contudo,

Ao mesmo tempo a mecanização reduz o período de trabalho. A massa de dinheiro constantemente inativa aumenta, mas diminui o tempo da sua inatividade devido a redução do tempo de rotação do capital circulante. Assim, das transformações do capital produtivo surgem necessidades de diversificação das formas de capital a juros disponíveis para acomodar a necessidade de valorização dessas massas de capital monetário durante períodos mais curtos (CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 17).

Em outras palavras, no capitalismo atual, em função do aumento da velocidade de rotação do capital, o capitalista funcionante, ao atuar como capitalista monetário, não pode transformar esse capital dinheiro latente em capital portador de juro. Ele precisa encontrar uma maneira de valorizar esse capital que se adeque às novas características do processo de acumulação. É preciso transforma-lo em capital fictício.

Em função disso, nas últimas décadas, tem sido observada uma contaminação crescente da circulação do capital industrial pela lógica especulativa. Para conseguir valorizar esse capital dinheiro latente em um período curto, as empresas o transformam em capital fictício na esperança de realizarem lucros fictícios. E, enquanto a economia permanece na fase ascendente do ciclo econômico, tais empresas serão capazes de realizar tais lucros. Isto porque, como vimos, a demanda é o elemento chave para manter o processo de valorização destes ativos. Entretanto, quando a superprodução latente atinge determinado grau, as receitas esperadas das empresas, calculadas por antecipação, que são o principal fator determinando do valor de mercado do capital fictício no curto prazo, param de crescer e/ou começam a diminuir. É neste momento que o caráter fictício destes ativos se manifesta, e o seus possuidores veem sua riqueza se desmanchar no ar, sem que haja nada que possa ser feito. Em relação a isso, Marx aponta que:

A queda do capital meramente fictício, dos títulos do governo, das ações etc. – desde que não leve o Estado e as sociedades anônimas à bancarrota, e não gere, com o abalo do crédito dos capitalistas industriais que detêm aqueles papéis, o estorvo geral da reprodução – resulta em simples transferência de riqueza de uma mão para outra e terá em geral influência favorável na reprodução, se considerarmos que os novos-ricos que colhem na baixa tais ações ou papéis, em regra empreendem mais que os antigos detentores (MARX, 1980, p. 933).

O problema é, portanto, evidente. Quando do início do processo de destruição de capital fictício, boa parte do capital dinheiro latente do capital industrial foi utilizada para a compra desses títulos, pois os capitalistas esperavam que este capital dinheiro refluísse para suas mãos no momento que desejassem realizar os lucros fictícios. Isto, no entanto, não ocorre, e a possibilidade de destruição de capital real, que pairava no horizonte quando da compra destes títulos, se concretiza. Dessa maneira, a destruição de capital fictício atuará como o agente deflagrador da crise.

Contudo, no nível das aparências, o que se vê é que a reversão das expectativas dos agentes econômicos causou uma queda acentuada no preço desses ativos e, ao colocar um número considerável de empresas em uma situação de dificuldades financeiras, fez com que elas não fossem capazes de honrar seus compromissos. A distância em relação ao que realmente ocorreu, portanto, aumenta significativamente, já que a primeira destruição de capital real é causada pela queda nos preços do capital fictício.

Mas, essa não é a única contribuição dada por ele para consolidar o caráter financeiro das crises no capitalismo atual.

Como vimos, a lógica de valorização do capital fictício não tem uma ligação direta com o processo de valorização do capital real e, por essa razão, sua valorização não tem limites. Baseado na queda da taxa geral de juro e na pura especulação, ele pode valorizar-se a uma velocidade surpreendentemente superior à velocidade de valorização do capital real. Já sabemos que demanda é o elemento chave para a manutenção dos níveis de preço desses ativos. Essa demanda é, por sua vez, em essência, do ponto de vista do comprador, transformação de riqueza real em riqueza fictícia. Em outras palavras, a drenagem de riqueza real do lado real da economia para o lado financeiro deve crescer cada vez mais rápido para manter esse processo em andamento. E esta necessidade não é apenas um argumento teórico, mas é também uma evidência empírica, como pode ser visto na tabela 1:

**Tabela 1 Riqueza Fictícia e Renda Real:**

<b>Ano</b>	<b>Inventário Mundial de Ativos Financeiros (US\$ x trilhões)<sup>a</sup></b>	<b>PIB Mundial (US\$ x trilhões)</b>	<b>Razão Ativos Financeiros/PIB</b>
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	195	54,8	3,56
2010 <sup>b</sup>	209	55,9	3,74

<sup>a</sup> inclui ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados, e investimentos bancários. Não inclui derivativos;

<sup>b</sup> Projeções.

Fonte: McKinsey Global Institute (Ativos) e IMF (PIB) apud Paulani (2010, p. 366).

Como vemos, a referida tabela é nada mais do que evidência do que acabamos de apontar. Dado este cenário,

Se o ritmo de criação de crédito concorda com o ritmo de trabalho socialmente necessário realizado na sociedade, então os efeitos do crédito são benéficos em vez de prejudiciais em relação à circulação do capital. No entanto, não se pode fazer muita coisa para impedir que a criação de crédito saia totalmente de controle, e, por outro lado, o problema de excesso de acumulação espreita perpetuamente no horizonte. Se acontece de os valores fictícios não estarem respaldados pelos produtos do trabalho social, ou se, por qualquer razão, a fé no sistema de crédito se debilita, então o capital precisa encontrar uma nova forma de voltar a estabelecer sua base de operações no mundo do trabalho socialmente necessário (HARVEY, 1990, p. 297 apud CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, pp. 300 e 301).

Assim, já que, no capitalismo atual, o capital fictício cresce mais rapidamente que o valor produzido na esfera real da economia, em algum momento ele se transforma em capital especulativo parasitário e começa a dificultar o processo de reprodução do capital por potencializar o estreitamento das condições de realização, dado que drena riqueza real para o lado financeiro. Ou seja, a esfera financeira da economia funciona não apenas como agente deflagrador da crise, mas também age no sentido de intensificar sua violência.

Há ainda a possibilidade de que, por alguma razão, as expectativas dos agentes econômicos sejam abaladas. As razões para tanto podem ser várias. Elas vão de uma política econômica mal elaborada a um desastre natural. Desta forma, se um desses eventos randômicos ocorrer, a destruição de capitais provocada pela queda nos preços do capital fictício também atuará como agente deflagrador da crise.

Por fim, é necessário sublinhar que a reversão das expectativas dos agentes econômicos pode, além disso, antecipar o salto qualitativo, ou seja, pode iniciar a fase de crise prematuramente, antes que a superprodução latente atinja um nível significativo.

Seja qual for o cenário, no capitalismo moderno, a destruição de capital fictício constitui sempre a primeira forma de destruição de capital real durante a crise. Do sistema de crédito, portanto, sempre se originarão os agentes deflagradores das crises.

Contudo, é necessário apontar que isso não faz destes eventos a causa de cada uma dessas crises. Do ponto de vista do materialismo dialético, eles são apenas as causas não essenciais do fenômeno.

[...] el materialismo dialectico distingue entre causas *esenciales* – determinantes, decisivas – y no esenciales – accesorias, secundarias – de un fenómeno.

Causas esenciales de fenómenos cualitativamente determinados son, en primer lugar, aquellas sin las que estos fenómenos no podrían producirse y, en segundo lugar, las causas que determinan los rasgos necesarios, generales, de dichos fenómenos. Causas no esenciales son las que engendran los rasgos peculiares transitorios, inestables, individuales, de cada fenómeno en particular. La acción de las causas no esenciales es limitada y se halla subordinada a la acción de las causas esenciales (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 107).

Assim, do que desenvolvemos até aqui, enquanto a contradição entre o impulso ilimitado ao desenvolvimento das forças produtivas e a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo assume o papel de causa essencial da crise, no atual estágio de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, as bolhas do mercado financeiro, etc. são suas causas não essenciais, que determinam os aspectos singulares de cada uma das manifestações das crises cíclicas de superprodução, ou seja, sua aparência.

La esencia expresa algo universal, en tanto que el fenómeno<sup>16</sup> hace patente algo singular; en la esencia se presenta el aspecto interno, profundo, de la realidad, mientras que en el fenómeno se muestra el aspecto externo, superficial; la esencia tiene mayor estabilidad, se halla en reposo y es constante; en cambio, el fenómeno se distingue por su movilidad y mutabilidad; la esencia se manifiesta por medio del fenómeno, en tanto que éste se presenta en forma directa y inmediata (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 62).

<sup>16</sup> Para o português, as categorias “*esencia e fenómeno*” são traduzidas como aparência e essência;

Portanto, mesmo que tenha uma nova aparência necessária no capitalismo contemporâneo, as Crises Cíclicas de Superprodução ainda são, em essência, o mesmo fenômeno que se manifesta há quase 200 anos.

## 5 METODOLOGIA EMPÍRICA:

Já apresentamos aqui como, para nós, o fenômeno que é objeto de estudo do presente trabalho é explicado teoricamente pela Economia Política Marxista. Entretanto, antes de passarmos à análise empírica, devemos tecer alguns comentários sobre os métodos que utilizamos para tentar isolar os aspectos da realidade que nos auxiliam no acompanhamento do movimento do referido fenômeno.

Em termos mais gerais, a análise empírica realizada nos capítulos seguintes foi desenvolvida através da leitura crítica de bibliografia selecionada e da coleta de dados secundários. A discussão mais específica acerca dos procedimentos realizados para tratamento dos dados é feita em detalhes nas subseções do presente capítulo.

### 5.1 AS CONTAS NACIONAIS E OS CONCEITOS DA ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA: ANALISANDO TRABALHOS EMPÍRICOS PARA ECONOMIA BRASILEIRA:

Talvez o principal problema enfrentado por pesquisadores na realização de trabalhos empíricos com orientação marxista seja a obtenção de dados apropriados. O problema é que “os dados econômicos não ‘falam por si’, mas dependem do quadro teórico em que se inserem” (PINTO, 2010, p. 110).

Acontece que um dado, um indicador econômico, é uma maneira de captar determinado aspecto da realidade econômica. Neste sentido, o que será captado irá depender do que a teoria por trás dos dados tem interesse em captar.

Uma vez que, como visto, o fenômeno estudado por nós só pode ser concebido dentro do Modo de Produção Capitalista e é produzido pela própria dinâmica do capital, nosso estudo deve estar centrado na produção especificamente capitalista. Todo e qualquer tipo de produção diferente desta poderá sofrer impactos provocados pelo referido fenômeno, mas não exercerá influência decisiva sobre ele.

No Brasil, como não poderia deixar de ser, além do modo de produção hegemônico, o Modo de Produção Capitalista, subsistem resquícios de modos de produção anteriores, que coexistem com ele. Portanto, é uma necessidade do nosso estudo que possamos nos abstrair daquela produção baseada em modos de



produção pré-capitalista. Em outras palavras, a produção a ser considerada deve ser fruto do Trabalho Produtivo do Ponto de Vista do Capital.

Possivelmente por ter sido definido em obras não editadas para publicação pelo próprio Marx (1985b), o referido conceito gerou e gera, até os dias atuais, uma extensa discussão no campo marxista. No que tange a essa discussão, o primeiro ponto a destacar e que, em nossa opinião, pode ter confundido uma série de cientistas sociais, é que classificar um trabalho como improdutivo do ponto de vista do capital não implica necessariamente que tal trabalho não gere valor. Assumir isso implicaria dizer que o duplo caráter do trabalho é um fenômeno exclusivo da economia capitalista, ou seja, que só em uma sociedade onde impera a lógica de circulação do capital, o caráter abstrato do trabalho tem a capacidade de gerar valor enquanto o seu caráter concreto gera valor de uso.

Inicialmente, em Marx (1985b), o texto mais usado pelos marxistas nessa discussão, há, portanto, em nossa opinião, dois conceitos distintos: o Trabalho Produtivo do Ponto de Vista do Processo de Trabalho e o Trabalho Produtivo do Ponto de Vista do Capital.

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresenta-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia (MARX, 1985b, p. 109).

Para aumentar o nível de rigor de definição do conceito trabalho produtivo do ponto de vista do capital vale utilizar a análise feita por Sigrist (2009, pp. 23-47). Com base em Marx e outros autores marxistas, o referido autor conclui que é produtivo do ponto de vista do capital aquele trabalho que gera mais-valor ao capitalista (e conseqüentemente reproduz diretamente o capital), que está inserido na relação dos opostos capitalista x trabalhador assalariado, que é trocado por capital e não por renda e, por fim, que esteja inserido na esfera da produção capitalista (SIGRIST, 2009, pp. 46-47). Obviamente que, ao trocar o “gera” por “cria” quando coloca que “trabalho produtivo do ponto de vista do capital [é] apenas o trabalho que cria mais-valia e que reproduz diretamente o capital” (PINTO, 2010, p. 115), a definição dada por Pinto (2010) é igualmente precisa, visto que as demais

determinações expostas por Sigrist (2009) estão pressupostas na criação de mais-valor e na reprodução direta do capital.

Entretanto, queremos ir além dos autores ao afirmarmos que há, para Marx (1985b, p. 109), um conceito primário de trabalho produtivo, o trabalho produtivo em geral, que é pura e simplesmente aquele trabalho que gera um valor de uso. A este conceito, são acrescentadas determinações históricas para diferenciar um tipo de trabalho produtivo do ponto de vista de determinada relação econômica. Tais determinações históricas, por sua vez, relacionam-se com o modo de produção que se pretende analisar, particularmente com a função que deve ser cumprida pelas forças produtivas no referido modo de produção. Assim, se a função das forças produtivas no capitalismo é produzir lucro, só é produtivo aquele trabalho que produz mais-valor e reproduz diretamente o capital. Da mesma maneira, na comunidade primitiva, era produtivo aquele trabalho que atendesse às necessidades da tribo e assim por diante<sup>17</sup>.

Diante disto, não partilhamos, por exemplo, do entendimento de Sigrist (2009), que afirma que “a definição de trabalho produtivo marxista – e em oposição trabalho improdutivo – é exclusiva do modo de produção capitalista” (SIGRIST, 2009, p. 45).

Esclarecida a questão sobre este conceito, podemos voltar ao cerne da discussão. Dado que o nosso objetivo é a análise do ciclo econômico, devemos concentrar nossa análise na produção capitalista, a produção que é fruto do trabalho produtivo do ponto de vista do capital, pois “A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por

---

<sup>17</sup> Aqui nos baseamos na nossa interpretação da Teoria Marxista dos Modos de Produção, de forma que o provável desconhecimento desta nossa interpretação por parte do leitor demanda uma explicação um pouco mais detalhada. Em nossa opinião, na relação forças produtivas-relações de produção, as primeiras são o conteúdo que se manifesta nas últimas, as quais são, portanto, sua forma. Já sabemos que, por constituir o fundamento da existência e desenvolvimento dos fenômenos, o conteúdo determina as modificações que se processam nas suas formas de manifestação (ROSENTAL e STRAKS, 1958, pp. 197 e 200). As forças produtivas são, portanto, o elemento determinante da relação, enquanto as relações de produção, o elemento determinado. Cada configuração particular das forças produtivas impõe que diferentes necessidades sejam atendidas pelas relações de produção que as põem em movimento. Assim, tais forças produtivas só podem assumir uma forma de manifestação (forma de organização) se esta puder atender a essas necessidades particulares. Isso obviamente não implica que exista apenas um tipo de relações de produção que possam fazê-lo, mas que apenas aquelas que cumpram esse papel poderão manifestar tal conteúdo. Em tal relação, entretanto, a forma não é totalmente passiva. Como parte dos estímulos que gera para o desenvolvimento do conteúdo, das forças produtivas, determinará a função assumida por elas, ou seja, se devem atender às necessidades sociais, produzir excedente, etc. Para mais detalhes sobre tal interpretação, ver Almeida Júnior (2012);

trabalho produtivo constitui condição de reconversão da mais-valia em capital” (MARX, 1985b, p. 120).

No Brasil, entretanto, as teorias base por trás da elaboração das contas nacionais são, como na imensa maioria dos demais países, as teorias neoclássica e keynesiana. Tais teorias, por sua vez, não chegariam ao posto de correntes principais sem estarem imbuídas da ideologia da classe dominante. Por esta razão, não poderia se esperar por outro resultado que não uma metodologia de cálculo que considera produtivo todo trabalho que desemboca num resultado, confundindo o conceito mais geral de trabalho produtivo com o trabalho produtivo do ponto de vista do capital.

Somente a tacahez mental da burguesia, que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural da produção, pode confundir a questão do *trabalho produtivo* e do *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital, com a questão do *trabalho produtivo* em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo: num resultado (MARX, 1985b, p. 109).

Assim, pelo menos do ponto de vista da Economia Política Marxista,

[...] os sistemas de contas nacionais, da forma como são elaborados atualmente, apresentam uma realidade viesada no que tange aos níveis e tendências do produto nacional, do produto excedente, da produtividade, entre outras variáveis, que geralmente são utilizadas com base nesses sistemas (PINTO, 2010, p.110).

Mas, tal viés não se limita aos indicadores relacionados à produção. Há também outras variáveis que, do ponto de vista da Economia Política Marxista, captam a realidade de forma viesada pelas mesmas razões.

Um exemplo disso é a taxa de desemprego calculada através da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Tal camada da população trabalhadora é apresentada pelo órgão e utilizada pelos economistas do *mainstream* como fonte principal (às vezes única) de despejo e absorção de força de trabalho pelos diversos setores da economia. Para a Economia Política Marxista, contudo, isso não se aplica aos setores de produção especificamente capitalista. A fonte de despejo e absorção de força de trabalho do capital industrial vai além dos indivíduos desocupados que procuram emprego num período de 30 dias (IBGE, 2002, p. 36). O conceito que

expressa tal fonte, de acordo com a nossa base teórica, é o conceito de Exército Industrial de Reserva.

Esse conceito pode ser resumidamente definido como a população excedente, do ponto de vista econômico, que se forma como consequência das características do movimento de expansão do capital. Ao passo que, por um lado, o novo capital constituído, decorrente de acumulação, atrai cada vez menos trabalhadores, por outro, o capital já constituído repele cada vez mais trabalhadores com a elevação contínua da sua composição orgânica, formando assim, essa população supérflua, que se encontra sempre disponível para alimentar a acumulação de acordo com as necessidades impostas por tal processo (MARX, 1985a, V. II, pp. 178-192).

Obter um indicador que seja capaz de representar essa superpopulação relativa melhor do que o faz a taxa de desemprego é importante para o nosso trabalho, pois:

O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo valor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção, e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1985a, V. II, p. 192).

Ou seja, as oscilações do exército industrial de reserva constituem, dessa forma, um excelente indicador das fases do ciclo econômico. Obviamente que, por constituir uma parte deste exército, a camada representada pela taxa de desemprego também varia conforme se alteram as fases do ciclo. Entretanto, dependendo das características do processo de variação da superpopulação relativa, esta última pode variar ao passo que a taxa de desemprego permanece constante. Para tanto, basta que o capital absorva, por exemplo, força de trabalho de outra camada da superpopulação.

Marx (1985a, V. II, pp. 197-200) divide primeiramente a superpopulação relativa em duas grandes camadas: os que habitam e os que não habitam a esfera do pauperismo. Dado que a primeira delas oferece poucas possibilidades de absorção para o capital, iremos nos abster de tratar desta. A segunda, por sua vez, é subdividida em três outras camadas: flutuante, latente e estagnada.

A camada flutuante corresponde àqueles trabalhadores que foram repelidos pelo capital, mas que estão na iminência de serem novamente atraídos por ele (MARX, 1985a, V. II, 198).

A latente, por sua vez, é representada por trabalhadores ocupados em atividades características de modos de produção pré-capitalistas, em uma palavra, que realizam trabalho improdutivo do ponto de vista do capital, mas que, mais cedo ou mais tarde, tornar-se-ão desocupados como consequência da dominação da sua esfera de produção por parte do capital e, ao mesmo tempo e em função disso, estão sempre à espreita de circunstâncias favoráveis a sua absorção por este capital, constituindo assim sempre oferta potencial de força de trabalho para ele (MARX, 1985a, V. II, pp. 198-199).

Por fim, a camada estagnada é composta por trabalhadores que fazem parte do exército ativo, mas que possuem ocupação completamente irregular, constituindo fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Com uma condição de vida abaixo da média da classe trabalhadora, é a camada do exército industrial de reserva mais explorada dentre as três mencionadas (MARX, 1985a, V. II, 198).

Esclarecido o conceito, podemos novamente retomar o nosso raciocínio central e concluí-lo ao apontar que há ainda variáveis que são de suma importância para a realização do presente estudo que não fazem parte do conjunto de variáveis calculadas nas contas nacionais, em função de representarem um conceito exclusivo da Economia Política Marxista. Um bom exemplo é a composição orgânica do capital, talvez o melhor indicador da exacerbação da contradição fundamental do capitalismo, que é de suma importância para a nossa análise, como já se sabe.

Diante disso, realizamos uma busca de trabalhos que recalculassem, com base na Economia Política Marxista, variáveis das contas nacionais e/ou que calculassem variáveis da referida teoria que não possuem correspondentes dentro dos indicadores econômicos tradicionais. Conseguimos encontrar quatro trabalhos<sup>18</sup> com tais objetivos.

O primeiro deles (ALMEIDA, 2005; ALMEIDA et al., 2007; RIBEIRO et al. 2008), trabalho ainda muito incipiente, tinha por objetivo prático apenas rever, com base na teoria marxista, a classificação das atividades econômicas utilizada na elaboração das Contas Nacionais, para, a partir disso, realocar as atividades entre

---

<sup>18</sup> Cada trabalho acadêmico é contado apenas como um em conjunto com as demais publicações que sejam um fruto seu;

os setores Agrícola, Industrial e de Serviços. Desta maneira, o resultado desta pesquisa não poderia ser aproveitado por nós.

É no trabalho de Pinto (2007; 2010) que observamos uma evolução muito significativa do ponto de vista dos nossos objetivos. O referido trabalho tem por intuito demonstrar uma forma alternativa de estruturar a contabilidade nacional de um país, apresentando “o SCN brasileiro de acordo com o modelo desenvolvido por Anwar M. Shaikh e E. Ahmet Tonak em seu livro *Measuring the Wealth of Nations (the political economy of national accounts)* de 1994” (PINTO, 2007, p. 3).

Obviamente que o autor não revê o Sistema de Contas Nacionais por completo, entretanto, calcula, a partir dele, o “(i) capital constante, (ii) capital variável, (iii) taxa de mais valia, (iv) razão lucro/salário, (v) composição valor do capital e (vi) composição material do capital” (PINTO (2010, p. 118), além de recalcular alguns indicadores como Produto e Valor Adicionado, por exemplo.

Como já mencionado, destas variáveis, talvez a mais importante para nós seja a composição valor do capital, por ser um indicador da exacerbação da contradição fundamental do capitalismo. Diante do fato de que não há, dentro da contabilidade nacional ortodoxa, qualquer dado que constituía uma boa aproximação desta variável, o trabalho de Pinto (2007; 2010) seria de suma importância para nós. Contudo, analisando o que foi produzido pelo pesquisador, chegamos à conclusão de que o indicador obtido por ele não poderia ser utilizado por nós.

Ocorre que o autor obtém “uma estimativa do capital constante em termos monetários igualando o consumo intermediário dos setores produtivos  $C^* = M_p$ ” (PINTO, 2010, p. 122). Contudo, é necessário recordar que:

O consumo intermediário representa o valor dos bens e serviços mercantis consumidos ao longo do período no processo corrente de produção. Exclui os bens de capital e os serviços ligados à transferência ou instalação de ativos. No caso dos bens, corresponde ao consumo efetivo do período e, no caso dos serviços, à sua compra no período (IBGE, 2008, p. 34).

Se o consumo intermediário exclui bens de capital, exclui, portanto, máquinas, equipamentos e edificações (IBGE, 2008, p. 90), ou seja, basicamente o capital constante fixo das empresas. Ora, não é preciso apontar aqui a participação que este componente tem no total do capital constante da economia. Mas, não é só isso. Sabe-se que o período base para o cálculo do consumo intermediário é um ano. Assim, o que se obtém com este indicador é basicamente o gasto anual em

capital constante circulante, ao passo que o que se considera na composição do capital constante de um empreendimento é, na verdade, o investimento em capital constante circulante, que é igual ao seu gasto anual dividido pelo número de rotações que realiza durante o ano (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 9). Diante disso, pelo menos do nosso ponto de vista, o que Pinto (2010) apresenta como cálculo do capital constante da economia brasileira nem ao menos se aproxima do valor real.

Quanto às demais variáveis, para obtê-las, o autor (Pinto 2007; 2010) primeiramente recalcula os valores totais da produção apresentados pelo IBGE. Após estabelecer que “Segundo a linha teórica considerada neste trabalho, considerar-se-á trabalho produtivo do ponto de vista do capital apenas o trabalho que cria mais-valia e que reproduz diretamente o capital” (PINTO, 2010, p. 115), o autor aponta que:

O primeiro passo para iniciar a construção do mapa das categorias marxianas e para estimá-las é diferenciar quais setores das atividades econômicas descritos nas Tabelas de Recursos e Usos são setores produtivos do ponto de vista do capital e quais não são (PINTO, 2010, p. 120).

Ao classificar os setores como produtivos ou improdutivos do ponto de vista do capital, Pinto (2010, p. 121) elenca na primeira categoria os seguintes setores: Agropecuária, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços de Utilidade Pública (água, gás e eletricidade), Construção Civil, Transportes, Comunicação e Serviços Produtivos (transporte, armazenagem e correio, serviços de informação, serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, educação mercantil, saúde mercantil, entre outros serviços).

Sobre tal classificação, pensamos que uma consideração deve ser feita. Dado o caráter misto (publico-privado) dos serviços de utilidade pública, talvez não fosse sensato classificá-los como produtivos do ponto de vista do capital. Uma rápida comparação entre funcionamento destas empresas mistas e a lógica de operação do capital discutida nos capítulos 2, 3 e 4 tornaria evidente a diferença existente. Ao passo que o capital é “impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites”, criando um mais-valor determinado por não poder por de uma vez um mais-valor ilimitado (MARX, 2011, p. 264), as empresas mistas deste setor parecem ter por objetivo atender às necessidades da população restritas a uma rentabilidade mínima. Para determinar se as diferenças existentes são suficientes

para se chegar à conclusão que tais investimentos não devem ser considerados capital, que o excedente produzido não pode ser considerado mais-valor e que, portanto, tal setor não é produtivo do ponto de vista do capital seria necessário uma análise mais profunda. Contudo, do ponto de vista do fundamento teórico que apresentaremos, nos parece que a referida lógica de funcionamento das empresas mistas não contribui substancialmente para a produção do fenômeno por nós estudado.

Há, todavia, uma questão mais séria a ser tratada no que tange ao trabalho. Ocorre que, na nossa leitura, Pinto (2007; 2010) incorre num terrível erro de dupla contagem. Considera que a produção bruta dos setores classificados por ele como produtivos do ponto de vista do capital mais a “produção” bruta do setor comercial corresponde ao Valor Total do que foi produzido no ano no país. Assim, dado que  $VT = c + v + m$  (PINTO, 2010, p. 122) e que considera  $c$  = consumo intermediário, o autor interpreta que diminuir o consumo intermediário do valor total da produção nos fornece o valor novo criado no ano, ou seja,  $v + m$ . Entretanto, desta forma, o que é produzido pelos setores produtivos e que é utilizado em outros setores produtivos será duplamente contado, pois o produto final é vendido pelo seu preço de produção, no qual está incluído o valor transferido pelo capital constante circulante. Assim, o que chama de Valor Adicionado Bruto Marxiano é, na verdade, o valor total do produto anual. O interessante é que o autor (PINTO, 2007, pp. 62-64) dedica um apêndice de seu trabalho para tratar justamente da questão da dupla contagem. No exercício teórico que faz, não comete esse deslize. Mas, em primeiro lugar, chega ao resultado do valor final da produção através de um raciocínio que nos pareceu confuso e, além disso, não fez qualquer menção ao fato de que se chegaria ao mesmo resultado encontrado no exercício ao se deduzir o consumo intermediário da soma da produção dos dois setores apresentados (PINTO, 2007, p. 63).

Se o que dissemos aqui é tido como correto, esta interpretação do autor compromete a maior parte dos resultados obtidos por ele, ao passo que ultrapassa os objetivos deste trabalho recalculando tais variáveis. Ainda assim, dada a facilidade da tarefa, utilizamos os dados do autor para calcular (sem excluir o setor de serviços de utilidade pública) o que seria o Produto Interno Bruto Produtivo do Ponto de Vista do Capital,  $PIB_{ppvc}$ . Obtivemos tal variável deduzindo o consumo intermediário dos setores produtivos do que é apresentado como valor total da produção. Após isso,



deflacionamos o indicador, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e obtivemos o PIB<sub>ppvc</sub> real e, por fim, a taxa real de crescimento do indicador.

Infelizmente, contudo, a série conseguida cobria apenas parte do período estudado (1997-2004). Desta forma, este indicador não foi utilizado para a apreciação do movimento cíclico. Tendo sido utilizado em uma única ocasião, para efeito de comparação.

Além do trabalho de Pinto (2007; 2010), encontramos o trabalho produzido por Sigrist (2009) com objetivos semelhantes. Entretanto, o autor deixa claro que o objetivo do seu trabalho é “demonstrar os impactos da aplicação da teoria marxista do trabalho produtivo no cálculo das contas nacionais brasileiras” (SIGRIST, 2009, p. 11). Assim, se deriva disto que ele não se propõe a interpretar os conceitos já existentes de forma diferente, ou seja, para ele o valor total da produção continua sendo apenas a soma do valor final do que é produzido em cada setor sem considerar o problema de dupla contagem. Embora realize, por exemplo, a mesma operação que Pinto (2007; 2010) para obter, a partir dos indicadores recalculados, o mais-valor e, assim, a taxa de mais-valor, o autor faz a seguinte ressalva:

Por conta das variáveis estudadas aqui neste trabalho corresponderem, no caso do valor adicionado, àquele obtido da produção sem distinguir a parcela correspondente ao capital constante ou variável, até porque o IBGE não dispõe destas informações, esta seção tratará de ‘mais-valia’ a relação entre o valor adicionado das atividades produtivas – incluindo aí o valor adicionado não só pela exploração do trabalho, como também o valor transferido pela transformação dos insumos e pela depreciação do capital constante (SIGRIST, 2009, p. 80).

Analisando o recalcule do valor total da produção e do valor adicionado pelo autor, percebe-se prontamente a diferença entre o seu procedimento e o de Pinto (2007; 2010). A primeira diferença está na divisão dos setores da economia como produtivos e improdutivos. Seguindo os quatro fatores determinantes para a classificação de um trabalho como produtivo do ponto de vista do capital, Sigrist (2009) argumenta que, por não estarem inseridos na esfera da produção capitalista, todos os serviços são improdutivos do ponto de vista do capital (exceto certos serviços que, segundo ele, são erroneamente classificados como serviços, visto que constituem uma extensão da produção, como é o caso do serviço de transporte).

Assim, por exemplo, o autor discorda de Rubin (1980, p. 279 apud SIGRIST, 2009, p. 36) no que tange ao exemplo do “palhaço produtivo”. Segundo Sigrist

(2009), o ator ou palhaço a serviço de um capitalista, mesmo que gere mais-valor para este último, esteja inserido em uma relação contraditória capitalista x trabalhador e que troque seu trabalho por capital, não realiza um trabalho produtivo do ponto de vista do capital, já que não produz, mas presta serviço.

Diante desta posição, fica patente a importância dada pelo autor à materialidade do resultado do trabalho para classificá-lo como produção ou serviço. Veja que, sob tal ponto de vista, boa parte do que é produzido pela indústria da música, cuja lógica de funcionamento é exatamente a lógica de funcionamento do capital, é considerada, pelo autor, fruto de trabalho improdutivo do ponto de vista do capital.

Sobre essa questão, Marx (1985b) aponta que:

Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente *capitalista*, constituem grandezas insignificantes se os comparamos com a massa da produção capitalista. Por isso, deve-se por de lado esses trabalhos e trazê-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo” (MARX, 1985b, p. 116);

Entretanto, sabemos que, nos dias atuais, tais trabalhos não só são explorados de maneira diretamente capitalista, mas também assumiram importância significativa em comparação à massa da produção capitalista, o que faz com que a simplificação sugerida por Marx perca o sentido.

Além disso, ao contrário de Pinto (2010, p. 122), o autor não considera o setor comercial no recálculo dos valores. De maneira alguma queremos defender aqui que o capital comercial seja produtivo do ponto de vista do capital, pois tal setor não produz diretamente mais-valor, constituindo, assim, “apenas o movimento do capital industrial na esfera da circulação” (MARX, 1985a, V. IV, p. 228). Contudo, pensamos que o seu tratamento deve ser diferenciado dos serviços improdutivos.

Do ponto de vista da sua relação com a produção de valor, podemos dividir os serviços improdutivos do ponto de vista do capital em dois grupos: aqueles que geram valor, por gerarem uma mercadoria imaterial, e aqueles que constituem apenas consumo social do valor de uso força de trabalho. Ou seja, um deles gera um valor através de um processo de produção pré-capitalista que, por essa razão, é improdutivo do ponto de vista do capital e deve ser desconsiderado no cálculo, e

outro apenas constitui uma circulação de valor gerado por outras esferas da economia que, em alguns casos, já foi contabilizado, mas é contado novamente pelos economistas do *mainstream*.

No caso específico do capital comercial, o valor que é, digamos, “adicionado” por ele é, na verdade, produto de um processo de produção capitalista e é cedido pelo capital industrial para remunerar este outro tipo de capital. Embora, portanto, seja improdutivo do ponto de vista do capital, o capital comercial movimenta valor produzido por trabalho produtivo do ponto de vista do capital. Como o capital industrial vende seu produto ao capital comercial por um preço abaixo do preço de produção, parte do preço de produção real das mercadorias geradas em processos de produção especificamente capitalistas estaria sendo ignorada ao se desconsiderar o valor da produção do capital comercial. Disto se deriva que, caso fosse considerado apenas o valor da produção de setores produtivos, alterações no nível de concentração dos setores produtivo e comercial acarretariam variações na quantidade de mais-valor apropriada pelo capital comercial e, conseqüentemente, variações nas taxas reais de crescimento do indicador calculado que não teriam relação com qualquer alteração no nível de atividade econômica.

De qualquer forma, da mesma maneira que fizemos com o trabalho de Pinto (2007; 2010), também calculamos, a partir dos dados fornecidos por Sigrist (2009, pp. 124-134), o PIB<sub>ppvc</sub> nominal, real e sua taxa real de crescimento. O período coberto pelo trabalho tem apenas um ano a mais, o ano de 2005, em relação ao calculado a partir dos dados de Pinto (2007; 2010). Utilizamos também, portanto, este indicador apenas para termo de comparação. Contudo, afirmamos que consideramos o PIB<sub>ppvc</sub> calculado com base nos dados de Pinto (2007; 2010) um indicador mais próximo do que seria o seu valor real.

Por fim, num campo distinto dos demais, encontramos o trabalho de Granato Neto (2013; GRANATO NETO e GERMER 2013). Nele, o autor se propõe a “desenvolver teoricamente o conceito de EIR a partir da formulação inicial de Marx, em O Capital e, com base nisso, fazer uma tentativa de mensuração do EIR a partir das estatísticas oficiais brasileiras de trabalho e emprego” (GRANATO NETO e GERMER, 2013, p. 163). Note que se pretende, além de mensurar o exército industrial de reserva, desenvolver tal conceito. De acordo com Granato Neto e Germer (2013, p. 163), isso se deriva da necessidade de adaptação do conceito ao capitalismo contemporâneo.

Diante disso, a conceituação das camadas do exército industrial de reserva pelo autor difere em certo grau da feita por Marx (1985a, V. II) e apresentada por nós anteriormente nesta seção. No que se refere à camada flutuante do exército industrial de reserva, Granato Neto e Germer (2013b) segue rigorosamente a definição do conceito feita por Marx (1985b, V. II). A diferença, portanto, se encontra no que diz respeito às camadas latente e estagnada.

Segundo Granato e Germer (2013, p. 167), “A diferença entre as camadas latente e estagnada está na inserção ou não da sua produção no mercado capitalista”. Enquanto os “trabalhadores da camada latente não estão inseridos no mercado capitalista” (GRANATO NETO e GERMER, 2013, p. 167), estando, portanto, suas ocupações “ligadas a atividades de autossubsistência, produção doméstica ou restos de outros modos de produção” (idem), na camada estagnada,

[...] estão incluídos todos aqueles trabalhadores que trabalham por conta própria sem relações contratuais (formais ou informais) com empresas capitalistas em atividades voltadas para o mercado, ou seja, todo o tipo de venda de prestação de serviços (jardineiros, engraxates), pequenos comércios (feirantes, vendedores ambulantes) e pequenos agricultores mercantis (GRANATO NETO e GERMER, 2013, p. 168).

Veja que a diferença entre a definição dada por Granato Neto e Germer (2013) e a dada por Marx (1985a, V. II) salta aos olhos na medida em que, enquanto o primeiro classifica uma parte dos trabalhadores agrícolas (aqueles que direcionam pelo menos uma porção da produção para o mercado) como parte da camada estagnada, o segundo os coloca, em sua totalidade, como integrantes da camada latente (MARX, V. II, pp. 198-199).

De qualquer forma, aplicando, portanto, o que seria um desenvolvimento teórico do conceito de exército industrial de reserva, com base na classificação dos agentes econômicos em relação a sua ocupação dada pelo IBGE (2002, pp. 32-37), a qual é resumida pelos autores (GRANATO NETO e GERMER, 2013, p. 170-171), Granato Neto e Germer (2013, p. 172-173) dividem a população em idade ativa brasileira da seguinte maneira:

- Capitalistas: são os empregadores;
- Exército Ativo: empregados;
- Camada flutuante do EIR: composta pelos desocupados;

- Camada latente do EIR: composta pelos trabalhadores domésticos, trabalhadores na produção para próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso, população não economicamente ativa;
- Camada estagnada do EIR: composta pelos que trabalham por conta própria e pelos trabalhadores não remunerados.

Para nós, deste desenvolvimento do conceito feito pelo autor, se desprende que a diferença entre as definições de Marx (1985a, V. II) e de Granato Neto e Germer (2013) deriva-se do fato de o último optar por desvincular o conceito de pauperismo da definição das camadas do exército industrial de reserva.

Entretanto, no nosso entendimento, uma das maiores qualidades do conceito criado por Marx (1985a, V. II) é precisamente o fato de transmitir, em um único conjunto de dados, informações sobre o crescimento ou diminuição da superpopulação relativa provocado(a) pela acumulação capitalista, assim como sobre os impactos que esta acumulação gera nos padrões de vida dessa superpopulação.

Assim, embora a própria pesquisa do IBGE e o tratamento desta por parte de Granato Neto (2013; GRANETO NETO e GERMER, 2013) dificultem a manutenção de uma fidelidade ao conceito original de Marx (1985b, V. II), nos propusemos aqui a elaborar, a partir de Granato Neto (2013a, pp. 68; 84-85), um indicador mais próximo do conceito original de Marx (1985b, V. II).

Para tanto, primeiramente calculamos, a partir da participação das camadas do EIR brasileiro na população em idade ativa apresentada por Granato Neto (2013a, p. 68) o número absoluto de cada uma das camadas. Em seguida, a partir da divisão percentual de cada camada por faixas de renda e do resultado do cálculo anterior, obtivemos a quantidade absoluta de cada faixa de renda de cada camada do exército industrial de reserva. A partir da análise deste resultado, chegamos à seguinte divisão da PIA brasileira:

- Grandes Capitalistas: são os capitalistas que personificam o grande capital da economia brasileira. Resolvemos fazer essa divisão na classe capitalista após a realização de um cálculo simples. Com base nas faixas de renda dessa classe no ano de 2001 apresentadas por Granato Neto (2013a, pp.84-85), que, em salários mínimos, são  $[0,1]$ ,  $]1,2]$ ,  $]2,5]$  e  $]5, \infty]$ , calculamos quanto do mais-valor total produzido pela classe capitalista era apropriada por cada

faixa de rendimento. Obtendo o total de integrantes de cada uma das faixas, supusemos que a média dos extremos de cada um dos 3 primeiros intervalos correspondia a média dos rendimentos de cada faixa e, com isso, obtivemos o mais-valor total apropriado pela faixa. Para a última faixa, supusemos um valor médio apropriado de 10 salários mínimos. Caso estes dados realmente representassem os valores reais, poderíamos concluir que 83,60% do mais-valor produzido pela classe capitalista era apropriado pela última faixa de renda. Não precisamos chamar a atenção para a arbitrariedade do nosso cálculo, pois esta é bem óbvia. Entretanto, acreditamos que tal resultado é minimamente plausível. Desta forma, a camada de grandes capitalistas é constituída apenas pelos empregadores com renda superior a cinco salários mínimos;

- Pequenos Capitalistas ou Produtores *Outsiders*: com base no cálculo anteriormente referido, são o restante dos empregadores. São aqueles capitalistas que personificam o pequeno capital e só conseguem se manter produzindo em função do alto nível de preços resultante da oligopolização da economia brasileira, já apontada em Ribeiro (1988), fenômeno característico do capitalismo contemporâneo conforme se verá adiante. Em períodos de crise, os capitais representados por tais capitalistas tem maior tendência ao desaparecimento em função da sua baixa competitividade;
- Exército Ativo: permaneceu inalterada;
- Camada Flutuante do EIR: permaneceu inalterada;
- Camada Latente: constitui a soma das camadas latente e estagnada calculadas por Granato Neto (2013; GRANATO NETO e GERMER 2013), visto que estas camadas são compostas por indivíduos ligados à atividades de caráter pré-capitalista;
- Camada Estagnada do IER: visto que, para Marx (1985b, V. II, p. 199), esta camada constitui a porção mais degradada do exército ativo, ela é formada pelos empregados situados na primeira faixa de rendimentos da camada exército ativo. Note essa camada está contida no exército ativo. Desta forma, o resultado da soma da participação de cada camada na PIA em porcentagem será um número superior a 100%. Mais precisamente será

100% + x, onde x é a participação da camada estagnada na PIA em porcentagem.

É necessário, entretanto, fazer uma ressalva quanto ao nosso resultado. Diante do fato de termos trabalhado com o subproduto de um primeiro tratamento de dados secundários e pela dificuldade de se impor um limite rigoroso para definir que porção do exército ativo deve ser considerada camada estagnada, é possível que os dados apresentados não consigam refletir sem viés os aspectos da realidade que o conceito exército industrial de reserva se propõe a captar.

Como vemos, portanto, ainda há poucos trabalhos de orientação marxista que forneçam dados mais apropriados a análises empíricas da economia brasileira. Fizemos, contudo, o possível para aproveitar aquilo que foi produzido até então. Na ausência de mais trabalhos dessa natureza, utilizamos dados oficiais calculados com base na teoria econômica do *mainstream*. Os tratamentos realizados em tais dados são detalhados nas seções seguintes deste capítulo.

## 5.2 O TESTE PRELIMINAR DE ADERÊNCIA DA TEORIA: FILTRO HODRICK-PRESCOTT VS. FILTRO BAXTER-KING:

Antes de iniciarmos a análise acerca do movimento cíclico da economia brasileira, realizamos um teste preliminar para averiguar se a teoria apresentada por nós nos capítulos 2, 3 e 4 de fato poderia explicar a realidade desta economia. Basicamente, o nosso intuito era realizar uma análise do comportamento do nível de atividade econômica do Brasil na intenção de identificar ou não presença de ciclos de expansão e crise a partir do ano de 1963, data da primeira crise (RIBEIRO, 1988, V. III, p. 456), até 2013. Para tanto, extraímos, através de um método de filtragem, o componente cíclico do PIB brasileiro e observamos seu comportamento.

Conforme discutido na subseção anterior, o ideal seria que fosse observado o nível de atividade apenas dos setores produtivos do ponto de vista do capital, visto que estes é que determinam a dinâmica cíclica, enquanto que os demais apenas são afetados pelos efeitos deste processo. No entanto, como também vimos, foi possível obter apenas uma pequena série do PIB<sub>ppvc</sub>. Diante disto, não nos restou outra alternativa senão utilizar o PIB do país como indicador.

A observação dessa dinâmica cíclica através da utilização de filtros era ainda muito incipiente em Ribeiro (1988, V. III, p. 468). Conforme mais trabalhos

empíricos tendo a interpretação Mendonça-Ribeiro por base foram sendo realizados, a utilização do recurso foi adquirindo maior importância. Iniciou-se utilizando Médias Trienais Móveis (RIBEIRO, 1988, V. III, p. 468) e, seguindo a tendência da literatura de Ciclo Reais de Negócios, foi acrescentada a utilização do Filtro Hodrick-Prescott (Filtro HP) (RIBEIRO e LYRA, 2009, p. 12, ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 7 e ALMEIDA JÚNIOR, 2011, p. 7).

Nesses trabalhos, no entanto, os pesquisadores não seguiam o procedimento padrão de Hodrick e Prescott (1997), utilizando taxas reais de crescimento do PIB ao invés do seu valor. Provavelmente em função disso, dependendo do trabalho, utilizavam um  $\lambda$  que variava entre 0,3 e 1, para obter um resultado próximo do esperado. Para nos certificarmos da utilização correta desta ferramenta, procuramos literatura que nos ajudasse a entendê-la melhor. Nessa busca, nos deparamos com o excelente trabalho de Angelis (2004), que revisa as definições conceituais e formais (matemáticas/estatísticas) do Filtro HP e o que seria a utilização apropriada do mesmo de acordo com a literatura.

Toda e qualquer série de tempo tem diversos componentes de frequências distintas que contribuem para a explicação da variabilidade total da série. Ao filtrar uma série, o objetivo do pesquisador é isolar a frequência que tem interesse em estudar (ANGELIS, 2004, pp. 12-13). O Filtro HP tem por função remover os componentes de baixa frequência (com periodicidade superior a 32 trimestres, ou seja, oito anos), mantendo, portanto, os componentes de curto prazo, de média e alta frequência. Visto que não faz referência a nenhum modelo teórico de geração de dados, na divisão dos vários processos de filtragem, esse filtro está dentro do grupo dos processos empiricistas (ANGELIS, 2004, pp. 20-21).

Neste procedimento, a tendência (componente de baixa frequência a ser eliminado) é considerada estocástica, ou seja, pelo menos parte dela é aleatória. Para extraí-la, minimiza-se, em relação à  $\tau_t$ , a seguinte expressão<sup>19</sup>:

$$\left\{ \sum_{t=1}^T (y_t - \tau_t)^2 + \lambda \sum_{t=1}^T [(\tau_{t+1} - \tau_t) - (\tau_t - \tau_{t-1})]^2 \right\} \quad (7)$$

<sup>19</sup> Estamos seguindo aqui Angelis (2004). Contudo, o autor comete um erro na primeira equação que foi corrigido por nós com base na equação 8, que constitui a equação 7 reescrita, e com base em Hodrick e Prescott (1997, p. 3);



A equação 7 pode ser reescrita da seguinte maneira:

$$\left\{ \sum_{t=1}^T c_t^2 + \lambda \sum_{t=3}^T [\Delta^2 \tau_t]^2 \right\} \quad (8)$$

Aqui,  $c_t \equiv y_t - \tau_t$  é o componente cíclico,  $\Delta^2 = (1 - L)^2$ , sendo  $L$  o operador de defasagens,  $L_x = x_{t-1}$ ,  $T$  é o tamanho da amostra e  $\lambda$  é um parâmetro que penaliza a variabilidade da tendência (ANGELIS, 2004, p. 22).

Obtendo a condição de primeira ordem através da derivada de (7) em relação à  $\tau$ , tem-se (ANGELIS, 2004, p. 24):

$$2(y_t - \tau_t) - 2\lambda[(\tau_t - \tau_{t-1}) - (\tau_{t-1} - \tau_{t-2})] + 4\lambda[(\tau_{t+1} - \tau_t) - (\tau_t - \tau_{t-1})] - 2\lambda[(\tau_{t+2} - \tau_{t+1}) - (\tau_{t+1} - \tau_t)] = 0 \quad (9)$$

Ao utilizarmos o operador de defasagens e dividirmos a expressão por 2, obtemos:

$$y_t - \tau_t = \lambda[\tau_t(1 - L) - \tau_{t-1}(1 - L)] - 2\lambda[\tau_{t+1}(1 - L) - \tau_t(1 - L)] + \lambda[\tau_{t+2}(1 - L) - \tau_{t+1}(1 - L)] \quad (10)$$

A aplicação repetida do operador de defasagens nos dá:

$$\begin{aligned} y_t - \tau_t &= \lambda[\tau_t(1 - L)^2] - 2\lambda[\tau_{t+1}(1 - L)^2] + \lambda[\tau_{t+2}(1 - L)^2] \\ y_t - \tau_t &= \lambda\tau_t(1 - L)^2(1 - 2L^{-1} + L^{-2}) \\ y_t &= \lambda\tau_t(1 - L)^2(1 - 2L^{-1} + L^{-2}) + \tau_t \\ y_t &= \tau_t[\lambda\tau_t(1 - L)^2(1 - L^{-1})^2 + 1] \end{aligned} \quad (11)$$

Se definirmos  $F(L) = \lambda\tau_t(1 - L)^2(1 - L^{-1})^2 + 1$ , teremos:

$$\begin{aligned} y_t &= \tau_t F(L) \\ \tau_t &= y_t F(L)^{-1} \end{aligned} \quad (12)$$

Disto, obtemos:

$$c_t = y_t(1 - F(L)^{-1}) \quad (13)$$

Tendo  $C(L)$  definidor por  $C(L) = \frac{[F(L)-1]}{F(L)}$ , obtém-se:

$$C(L) = \frac{\lambda(1-L)^2(1-L^{-1})^2}{\lambda(1-L)^2(1-L^{-1})^2 + 1} \quad (14)$$

Nosso componente cíclico é, portanto:

$$c_t = y_t \left[ \frac{\lambda(1-L)^2(1-L^{-1})^2}{\lambda(1-L)^2(1-L^{-1})^2 + 1} \right] \quad (15)$$

Se substituirmos  $L$ , o nosso operador de defasagens, por  $e^{-iw}$ , obtemos a função de resposta de frequência (ANGELIS, 2004, p. 24):

$$C(w) = \frac{F(e^{-iw}) - 1}{F(e^{-iw})} = \frac{\lambda(1 - e^{-iw})^2(1 - e^{iw})^2}{\lambda(1 - e^{-iw})^2(1 - e^{iw})^2 + 1}$$

$$C(w) = \frac{4\lambda[1 - \cos(w)]^2}{4\lambda[1 - \cos(w)]^2 + 1} \quad (16)$$

Sendo a função de transferência do filtro:

$$H(w) = \left| \frac{4\lambda[1 - \cos(w)]^2}{4\lambda[1 - \cos(w)]^2 + 1} \right|^2 \quad (17)$$

Com base no que apresentamos, já podemos concluir que, para a análise a ser realizada, o filtro apresenta dois problemas. O primeiro deles diz respeito ao fato de este método de filtragem ser empiricista. Os resultados do processo de filtragem variam de acordo com o valor atribuído para o parâmetro que penaliza a variabilidade da tendência, o  $\lambda$ . Se  $\lambda = 0$ , o primeiro termo da equação 1 deve ser zero para minimizá-la, resultando que  $\tau_t$  é igual à série original. Já quando  $\lambda \rightarrow \infty$ , o segundo termo de (1) deve ser zero para a minimização da função objetivo, resultando que  $\tau_t$  será uma tendência linear, obtendo-se a maior ciclicidade possível para  $c_t$  (ANGELIS, 2004, pp. 22-23). Hodrick e Prescott (1997) apontam que “with a

larger  $\lambda$ , the amplitudes of fluctuations are larger, but the relative magnitudes of fluctuations of the series change little” (HODRICK e PRESCOTT, 1997, p. 7).

Tais autores obtêm um valor ideal para o referido parâmetro:  $\lambda = 1600$  para dados trimestrais (HODRICK e PRESCOTT, 1997, p. 5-7; ANGELIS, 2004, p. 23) e a “current empirical practice is to use  $\lambda = 400$  or  $\lambda = 100$ ” (BAXTER e KING, 1999, p. 590) para dados anuais. Entretanto, como não poderia deixar de ser, esses resultados são obtidos através de uma série de testes empíricos.

O segundo problema está relacionado com a periodicidade do componente cíclico tomada como base para o procedimento, que é a de ciclos de oito anos, seguindo a classificação de Burns e Mitchell (1946 apud ANGELIS, 2004, p. 21). Ocorre que, como se verá adiante, de acordo com as pesquisas empíricas de Mendonça (1990, pp. 73-81), o ciclo econômico mundial tem duração que varia de 5 a 11 anos. Ou seja, tomando como válidas as pesquisas desse autor, uma parte do que seria componente cíclico está sendo eliminada pelo processo de filtragem como componente de tendência.

Note, no entanto, que o que iria de fato garantir a eliminação das frequências superiores a 32 trimestres (oito anos) seria o valor atribuído ao  $\lambda$ . Quanto maior for o referido valor, mais se “penaliza” a variabilidade, e mais suaves serão as variações do componente cíclico gerado pelo processo de filtragem. Assim, seria possível investigar através de testes empíricos que valor de  $\lambda$  produziria um componente cíclico que também preservasse as variações com frequências até 44 trimestres. Isso, no entanto, nos leva de volta ao primeiro problema.

É neste sentido que parece mais acertado a utilização de outro processo de filtragem, o filtro Baxter-King. Este filtro é um tipo de média móvel que se propõe a isolar o componente da série que pertença a uma banda de frequência de periodicidade mínima  $q$  e máxima  $p$  (ANGELIS, 2004, p. 26).

O filtro BK é construído através de um *low-pass filter*, que retém apenas componentes de baixa frequência, abstraindo-se de componentes de frequência maior ou igual à frequência  $a$   $p$ . Esse é um filtro de médias móveis finitas, truncadas na defasagem  $k$  que tem a função resposta de frequência dada por (ANGELIS, 2004, p. 28):

$$\beta(w) = 1, \text{ para } |w| \leq \underline{w} \quad \text{e} \quad \beta(w) = 0, \text{ para } |w| > \underline{w} \quad (18)$$

Os ponderadores do *low-pass filter* são  $b_h$  para  $h = 0$  e  $h = \pm 1, 2, \dots$ , tais que:

$$b_h^{LP} = \frac{1}{2\pi} \int_{-\underline{w}}^{\underline{w}} \beta(w) e^{iwh} dw, \quad \text{onde } \beta(w) = \begin{cases} 1, & |w| \leq \underline{w} \\ 0, & |w| > \underline{w} \end{cases} \quad (19)$$

Aqui,  $\beta(w)$  é a ponderação ideal do filtro infinito. Para construir, a partir disso, um filtro *band-pass*, caso do filtro BK, basta obter a diferença entre dois filtros *low-pass* de frequências diferentes, uma que define o limite superior e outra, o inferior.

Para a obtenção da resposta de frequência desejada, forma-se a resposta de frequência  $\bar{\beta}(w) - \underline{\beta}(w)$ , dando resposta unitária sobre as bandas de frequência  $\underline{w} \leq |w| \leq \bar{w}$  e zero nas demais (ANGELIS, 2004, p. 29).

Baxter e King (1999), assim como Hodrick e Prescott (1997), propõem um filtro que capte frequências compatíveis com a classificação de Burns e Mitchell (1946 apud ANGELIS, 2004, p. 26). Assim, propõe uma diferença entre um filtro *low-pass* que preserva frequências menores do que  $\pi/3$  e outro que preserve as frequências menores do que  $\pi/16$ . Entretanto, esse intervalo pode ser modificado para preservar frequências distintas.

A representação geral do filtro BK no domínio do tempo é dada por:

$$b(B) = \sum_{h=-\infty}^{\infty} b_h B^h \quad (20)$$

Aqui,  $B$  é o operador de defasagens e  $b_h$  são os ponderadores de médias móveis infinitos. Tais ponderadores (equação 18, lembre que o filtro BK é uma diferença entre dois filtros *low-pass*) são obtidos através da transformação inversa de Fourier da função resposta de frequência (ANGELIS, 2004, p. 33).

Resolvendo a integral da equação 18, conforme Baxter e King (1999, p. 577), sendo  $w_1$  a menor frequência de corte do *low-pass filter*, temos:

$$b_0 = \frac{w_1}{\pi} \quad \text{e} \quad b_h = \frac{\text{sen}(hw_1)}{h\pi}, \quad \text{para } h = 1, 2, \dots \quad (21)$$

Como tal filtro é impossível de ser construído, a aproximação ótima do mesmo é obtida através de uma média móvel finita, com o componente de tendência surgindo de:

$$\tau_t^{BP} = \sum_{h=-k}^k a_h y_{t-h} = a(B)Y_t \quad (22)$$

Aqui, B permanece sendo o operador de defasagens. Os operadores do filtro ( $a_h$ ), por sua vez, são obtidos através da seguinte minimização:

$$\min\{a_j\} \int_{-\pi}^{\pi} |\beta(w) - \alpha(w)|^2 dw \quad (23)$$

Dado que  $\beta(w)$  é a função resposta de frequência do filtro e  $\alpha(w)$  é a função resposta de frequência do filtro aproximado,  $|\beta(w) - \alpha(w)|^2$  é a discrepância que surge diante da impossibilidade de se aplicar o filtro ideal (ANGELIS, 2004, p. 33). Assim, o filtro *low-pass* aproximado ótimo nos dá (BAXTER e KING, 1999, p. 577):

$$a_h = \begin{cases} b_h, & \text{para } h = 0, 1, 2, \dots, k \\ 0, & \text{para } h \geq k + 1 \end{cases} \quad (24)$$

Ou seja, para um dado número de defasagens  $k$ , se obtém a aproximação ótima do filtro truncando os ponderadores do filtro ideal na defasagem  $k$ , estimando, assim, ponderações finitas iguais às infinitas até a defasagem  $k$  e igualando a zero todas as ponderações finitas quando o número de defasagens for maior ou igual a  $k + 1$  (ANGELIS, 2004, p. 34).

O filtro Baxter-King, portanto, apresenta as seguintes vantagens em relação ao filtro HP:

- É possível desprezar componentes de alta frequência, ligados a movimentos estacionários e irregulares de curto prazo (ANGELIS, 2004, p. 26);
- É possível especificar a frequência que se pretende isolar, ou seja, qual a periodicidade do ciclo com a qual se trabalha;

- Dado que a função resposta de frequência dá resposta unitária para a banda de frequência desejada e zera as demais, é possível atestar que a frequência está realmente presente na série, não sendo ela apenas um ciclo espúrio gerado pelo processo de filtragem, como pode ocorrer ao se utilizar o processo empiricista do filtro HP (ANGELIS, 2004, p. 44).

Diante do exposto, portanto, escolhemos o filtro Baxter-King para a realização do teste preliminar de aderência da teoria.

### 5.3 AS TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL ACUMULADO:

Já mencionamos anteriormente que tivemos por intenção aprimorar a aplicação empírica da teoria marxista das crises. Uma das formas pelas quais buscamos fazê-lo foi através do aumento do nível de precisão da periodização do movimento cíclico. Para tanto, como se verá, passamos a trabalhar com dados mensais e trimestrais. Contudo, a utilização desse tipo de dados gera problemas adicionais.

Quando se trabalha com ciclos econômicos, os pontos de inflexão das taxas de crescimento de uma série são muito importantes para a identificação das fases do ciclo. O auge do ciclo, por exemplo, é o ponto onde a acumulação se dá de forma mais acelerada. Assim, parte do processo de identificação dessa fase consiste em determinar o período no qual a economia atinge as maiores taxas de crescimento.

Com isto em mente, é de se pensar ser suficiente calcular as taxas de crescimento do mês ou trimestre em relação ao imediatamente anterior utilizando séries dessazonalizadas. Entretanto, eliminar a sazonalidade implica suprimir apenas distorções esperadas e periódicas. Ocorre, todavia, que qualquer série pode ser afetada também por eventos randômicos, cujos impactos, por definição, não são eliminados após ter sido realizada a dessazonalização. Ao mesmo tempo, quanto menor a distância entre o tempo inicial e final no cálculo das taxas de crescimento, menor será a alteração da taxa provocada pelo movimento cíclico. Assim, os impactos causados por eventos randômicos podem facilmente esconder o movimento cíclico, dificultando enormemente a identificação dos pontos de inflexão.

Se, ao invés disso, calculássemos as taxas de crescimento do resultado de um mês ou trimestre em relação ao resultado do mesmo mês ou trimestre do ano

anterior, o mesmo problema afetaria nossa análise, mas de uma maneira diferente. Certamente que esse tratamento tornaria bem mais visível a contribuição do movimento cíclico na construção da taxa de crescimento do indicador. Entretanto, persistiriam os impactos provocados por eventos aleatórios. A importância do problema criado por eles, por sua vez, está intimamente relacionada com o período de acúmulo do resultado (ex. produção do trimestre ou do mês). Quando menor esse período, menor o impacto necessário para deformar a trajetória das taxas de crescimento.

É possível, entretanto, resolver tais problemas através do cálculo de taxas anuais de crescimento acumulado para dados mensais e trimestrais. Nessa metodologia, a transformação sofrida pelos dados mensais, onde  $T$  = taxa de crescimento anual acumulado no mês de referência  $n$ , é descrita através da seguinte equação:

$$T_n = \frac{\frac{\sum_{i=n-11}^{i=n} x_i}{12}}{\frac{\sum_{i=n-23}^{i=n-12} x_i}{12}} - 1 \quad (25)$$

Para dados trimestrais, onde  $n$  passa a ser o trimestre de referência, temos:

$$T_n = \frac{\frac{\sum_{i=n-3}^{i=n} x_i}{4}}{\frac{\sum_{i=n-7}^{i=n-4} x_i}{4}} - 1 \quad (26)$$

Através desse tratamento, continuamos a trabalhar com dados trimestrais e mensais, entretanto aumentamos a distância entre tempo inicial e final no cálculo das taxas de crescimento, assim como o período de acúmulo do resultado, minimizando ao máximo a influência de eventos aleatórios. Por esta razão, aplicamos esse procedimento para alguns dos indicadores.

## **6 AS CRISES CÍCLICAS DE SUPERPRODUÇÃO E A ECONOMIA BRASILEIRA: UM TESTE PRELIMINAR DA ADERÊNCIA DA TEORIA:**

Já vimos que o desenvolvimento do capitalismo guarda uma estreita relação com o aparecimento das crises de superprodução. Conforme esse processo de desenvolvimento se desenrola, passando para um ponto de vista histórico, o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas coloca-se como característica central da concorrência capitalista e a busca pela transposição das barreiras edificadas na esfera da realização (resultado do choque desse impulso com as relações antagônicas do referido modo de produção) faz aumentar a importância e a ligação com o capital industrial dos já existentes capitais comercial e bancário. Com isso, o suporte oferecido por esses dois tipos de capital, o qual pretende tornar independentes dos atos  $D - M$  e  $M' - D'$ , são nada mais do que meios para a potencialização dos choques entre as duas forças opostas da contradição fundamental, dando condições para que esta finalmente produza o conteúdo desenvolvido do fenômeno crise.

Disto se deriva que toda economia capitalista madura passará a se desenvolver através de ciclos de expansão e crise. Para Ribeiro (1988, V. III), esse ponto de maturação é determinado pelo nível de internalização da produção capitalista no agregado analisado. Já mencionamos anteriormente que, para este autor (RIBEIRO, 1988, V. III, p. 456), o nível de internalização da produção capitalista no Brasil atingiu o estágio no qual começou a gerar crises periódicas em 1963. Mas, não é apenas Ribeiro que compartilha desta ideia. Tavares (1998), referindo-se precisamente ao início da década de 1960, afirma:

A economia brasileira, depois que o seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer, alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo duráveis, está sujeita a ciclos de expansão e problemas de realização que podem ou não se desenvolver numa crise, como qualquer economia capitalista (TAVARES, 1998, pp. 148-149).

Por mais que não entenda as crises como inevitáveis, como Ribeiro (1988, 2008) as entende, Tavares (1998) conclui que a partir do início da década de 1960, o Brasil estava sujeito a problemas de realização que poderiam desembocar em crise, ou seja, sujeito a uma dinâmica de ciclos de expansão e crise, com a primeira



crise endogenamente determinada havendo ocorrido em 1962, um ano antes do que aponta Ribeiro (1988, V. III).

Assim, se a análise destes autores está correta, o processo de desenvolvimento ao qual nos referimos no primeiro parágrafo deste capítulo se completou no início da década de 1960, no Brasil. Esta não é apenas uma hipótese levantada por esses autores, mas sim uma conclusão a qual chegaram após uma cuidadosa análise empírica. Esta análise, por sua vez, poderia servir de base para atestar a capacidade de explicação da realidade da teoria apresentada por nós em capítulos anteriores. Entretanto, com o intuito de aumentar o número de evidências empíricas, iremos realizar um teste preliminar de aderência da teoria à realidade, analisando o comportamento do nível de atividade econômica da economia brasileira desde o início da década de 1960 até 2013.

Já sabemos que, aqui, analisamos um fenômeno específico: as crises cíclicas de superprodução. Como já foi dito, elas estão submetidas a uma lei de operação regular do modo de produção capitalista, tendo, portanto, um caráter necessário, mas, além disso, se repetindo com uma periodicidade regular. Assim, temos que primeiramente fazer considerações acerca desta periodicidade.

Como já apontamos anteriormente, Ribeiro (2008, p. 133-145) demonstra que a base material da regularidade na ocorrência de crises no modo de produção capitalista reside nas características particulares do processo de reposição do capital constante fixo. Sabe-se que, no curto prazo, a depreciação moral e física deste capital fixo está mais ou menos dada, e, conseqüentemente, também o está o tempo que decorre até que se efetue sua reposição. Por sua vez, o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas faz com que a característica essencial desse processo de substituição seja o aumento da produtividade, que, como vimos, ao se desenrolar em meio a relações de produção capitalistas, estreita as condições de realização, freando temporariamente o processo de acumulação. Ou seja, se está mais ou menos dado o período de reposição do capital constante fixo, está mais ou menos dado o tempo que leva para que a contradição fundamental do capitalismo alcance novamente um ponto elevado de agudização. Em outras palavras, a existência de um tempo de depreciação moral e física mais ou menos dado no curto prazo implica uma duração mais ou menos dada para cada ciclo econômico.

Como vimos em Marx (1985a, V. III, p. 136), na época que este autor escreveu “O Capital”, o tempo de reposição do capital fixo era, em média, de 10 anos. Ora, se é durante a substituição desse capital que, em geral, se revolucionam as técnicas, e, portanto, ocorre o choque entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a base estreita sob as quais repousam as relações de consumo, que produz a separação exacerbada das condições de extração e realização do mais-valor, supõe-se que, nesta época, cada ciclo durasse mais ou menos 10 anos da mesma forma.

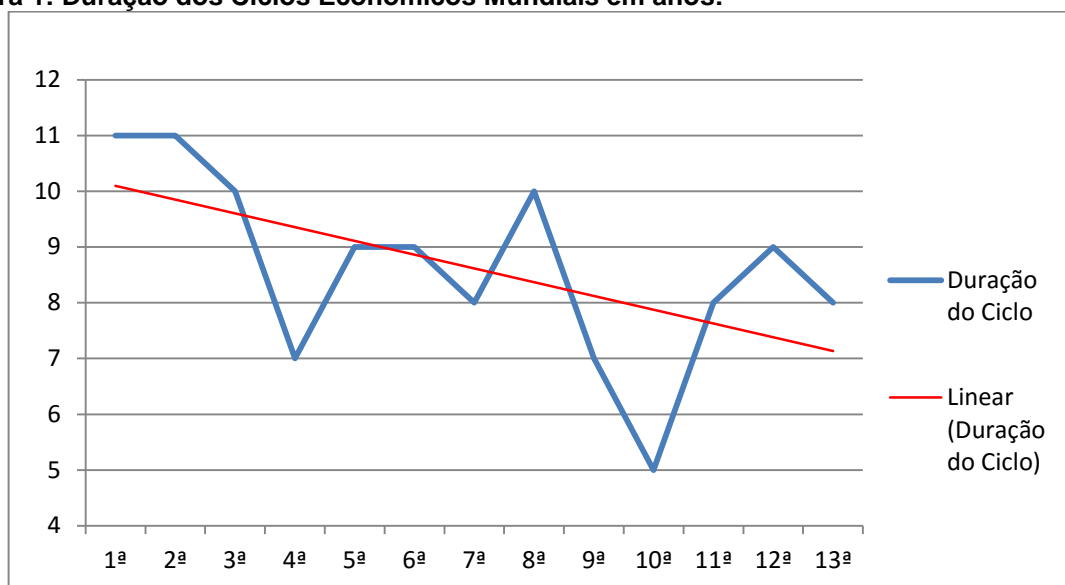
Entretanto, como também foi apontado por Marx (1985, V. III, p. 136), o processo contínuo de revolução dos meios de produção tende a aumentar conforme se desenvolve o modo de produção capitalista. Isso, por sua vez, encurta o tempo de depreciação moral dos meios de produção e, desta forma, o tempo que decorre até a substituição do capital constate fixo. Disto, portanto, se pode concluir que os ciclos tem uma tendência a encurtar ao longo do tempo.

No apanhado histórico que faz das manifestações das crises de superprodução no mundo até a Segunda Guerra Mundial (antes do período conhecido como os “30 gloriosos”<sup>20</sup>), Mendonça (1990, pp. 73-81) aponta que tais manifestações ocorreram nos seguintes anos: 1825, 1836-1839, 1847, 1857, 1864, 1873, 1882, 1890, 1900, 1907, 1912-1913, 1920, 1929 e 1937. Na figura 1, apresentamos a duração de cada um dos ciclos. Como podemos ver pela reta de tendência linear presente no gráfico, existem de fato evidências empíricas da tendência ao encurtamento do ciclo econômico a qual nos referimos há pouco.

Assim, se a economia brasileira passou a desenvolver-se, a partir de 1962/3 através de ciclos de expansão e crise, é esse comportamento do ciclo econômico mundial que deve ser esperado para a atividade econômica neste país a partir da referida data. Uma maneira de verificarmos se tal comportamento de fato se evidencia é extraíndo o componente cíclico do PIB brasileiro e analisando o produto deste exercício. Para a realização desta atividade, utilizaremos o filtro Baxter-King,

---

<sup>20</sup> Período que sucede a segunda guerra mundial, no qual a combinação de políticas econômicas de inspiração keynesianas combinadas com os efeitos da destruição de capital causada pela guerra produziu um achatamento do ciclo econômico mundial;

**Figura 1: Duração dos Ciclos Econômicos Mundiais em anos:**

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Mendonça (1990, pp. 73-81).

Como bem aponta Burnside (1998), o fato de que os economistas usam diferentes técnicas de filtragem nada mais é do que evidência de que o significado dos componentes cíclico e de tendência é diferente para cada um desses economistas. Nós, por suposto, não fugimos a essa regra. Assim, a escolha do filtro BK levou em consideração o fato deste nos fornecer mais recursos para isolarmos exatamente o fenômeno que pretendemos analisar.

Tomando como base a periodização do ciclo mundial realizada por Mendonça (1990, pp. 73-81), o intervalo de frequência que nos interessa vai de 5 a 11 anos. Assim, daremos resposta um para as variações que estiverem dentro desse intervalo e as demais receberão resposta zero.

É necessário, entretanto, fazer algumas considerações sobre o número  $k$  de defasagens. Baxter e King (1999, p. 579) apontam em seu artigo que “There is no ‘best value’ of  $K$ ; increasing  $K$  leads to a better approximation to the ideal filter, but results in more lost observations”. Assim, o pesquisador deve encontrar o meio termo entre aproximar-se do filtro ideal e a perda de informações que este movimento de aproximação provoca.

Com base numa análise de dados trimestrais, os autores observam que valores baixos de  $k$  (como  $k = 4$ ) não produzem uma boa aproximação do filtro ideal, pois o processo de filtragem é acompanhado por três problemas. Em primeiro lugar, o filtro não consegue suprimir os componentes que estão logo abaixo da frequência de corte, admitindo-os dentro dos componentes que são retidos, fenômeno

conhecido como *leakage* (vazamento). Além disso, o filtro dá uma resposta entre zero e um para os componentes que estão logo acima da frequência de corte, fenômeno conhecido como *compression* (compressão). E, por fim, o filtro acaba dando uma resposta maior do que um para alguns componentes que estão dentro da frequência de corte, o que provoca uma elevação dos valores destes componentes, fenômeno conhecido como *exacerbation* (exacerbação). A existência destes problemas, portanto, implica que o processo de filtragem não só está admitindo componentes que deveriam ser suprimidos, como deformando a frequência que se quer analisar. Todavia, conforme  $k$  aumenta, o viés é progressivamente reduzido.

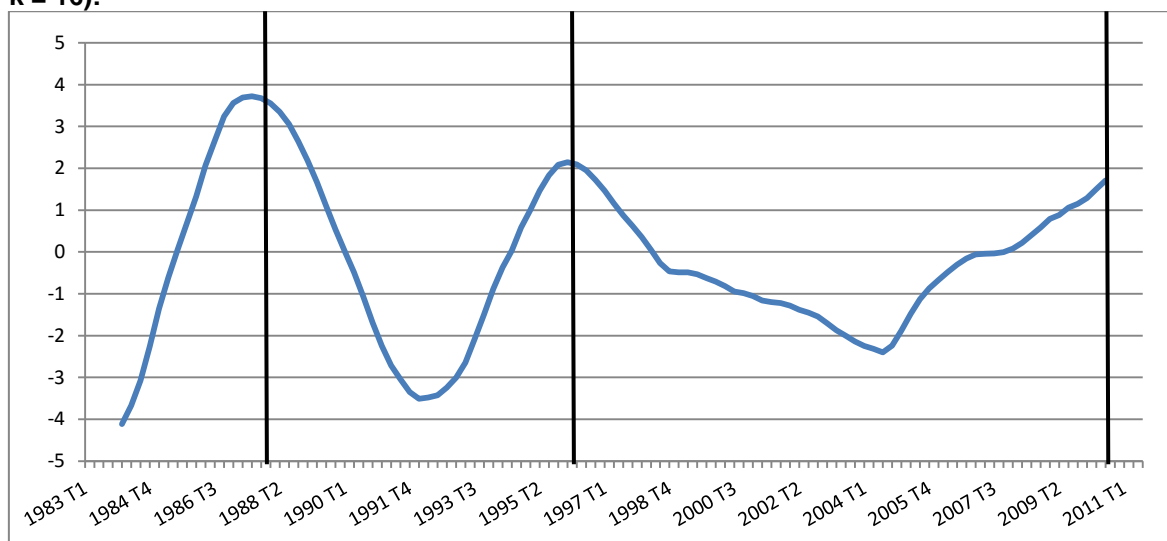
Segundo os autores (BAXTER e KING, 1999, pp. 580 e 590-591), com  $k = 12$  para dados trimestrais e  $k = 3$  para dados anuais, os referidos problemas são substancialmente reduzidos, tornando-se desprezíveis.

Entretanto, como o nosso intervalo de frequência aumenta os dois limites da banda que é usada pelos autores, espera-se um aumento de vazamento, compressão e exacerbação do componente cíclico obtido. Isso nos levou a aumentar o nosso  $k$  em relação ao valor que o teste empírico dos autores desse filtro apontou como ótimo, o que gerou uma maior perda de observações.

Para dados trimestrais, utilizamos um  $k = 16$ , com intervalo entre 20 e 44 trimestres, e o PIB encadeado dessazonalizado à preços de mercado como indicador do nível de atividade econômica. Com o tratamento previamente feito pelo IBGE/SCN no PIB, já nos abstrairmos dos efeitos causados pela sazonalidade e pela inflação. Já para dados anuais, utilizamos um  $k = 4$ , com intervalo entre 4 e 11 anos, e o PIB à preços de mercado de 2013 para nos abstrairmos dos efeitos produzidos pela inflação. Os resultados obtidos são apresentados nas figuras 2 e 3.

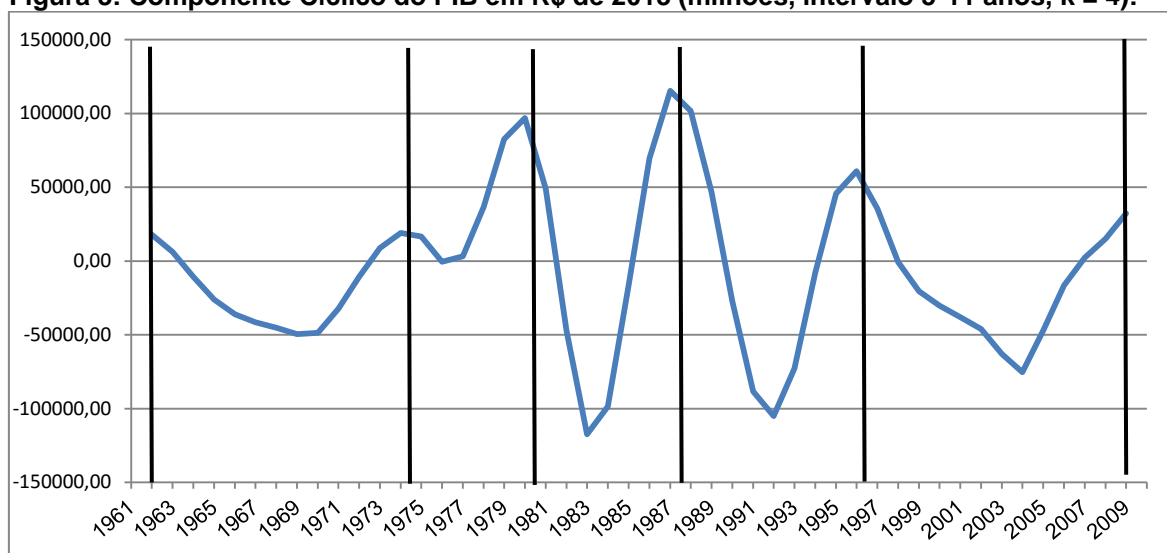
O comportamento cíclico da economia brasileira aqui se torna bastante evidente. E, como dito no nosso capítulo metodológico, o processo de filtragem que utilizamos garante que a variação compreendida dentro do intervalo de frequência estabelecido de fato assume o comportamento observado.

**Figura 2: Componente Cíclico do PIB Encadeado Dessazonalizado (intervalo 20-44 trimestres,  $k = 16$ ):**



Fonte: elaborado com os dados da tabela 5 do anexo A.

**Figura 3: Componente Cíclico do PIB em R\$ de 2013 (milhões, intervalo 5-11 anos,  $k = 4$ ):**



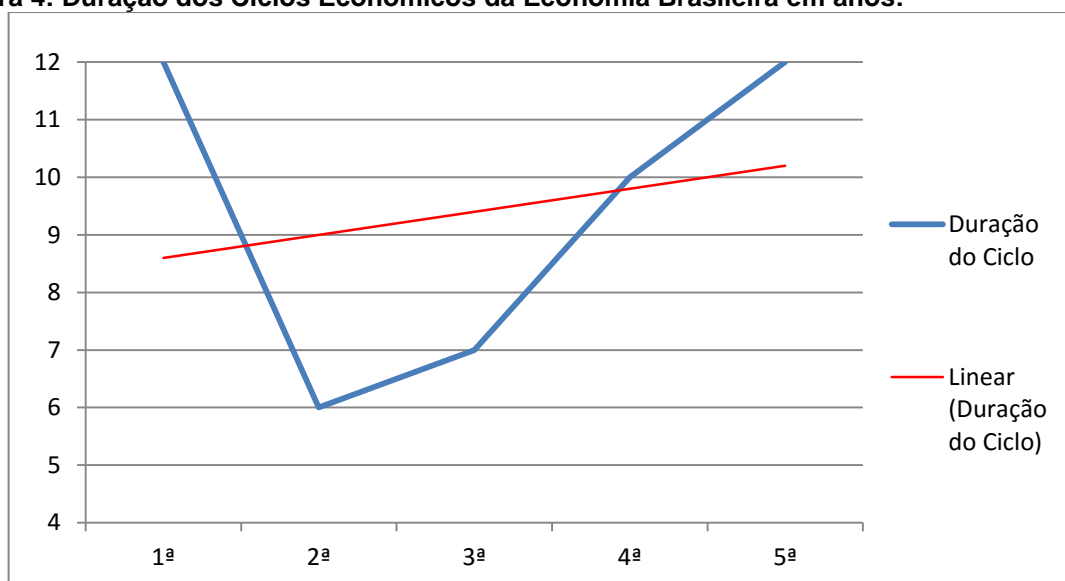
Fonte: elaborado a partir dos dados da tabela 6 do anexo A.

Conforme apontado por Ribeiro (1988, V. III), a fase de crise marca o início do processo de destruição do capital em excesso e é tomada como primeira fase de cada ciclo econômico. Pensando apenas do ponto de vista do nível de atividade econômica, ela marca o início da queda deste nível. A depressão, por sua vez, é o desfecho do processo, sendo o ponto onde a atividade está no seu nível mais baixo. A reanimação é o período de retomada do crescimento e o auge, por fim, o ponto máximo de atividade, que levará a economia de volta pra crise. Com base nisso, utilizamos retas verticais para a demarcação de cada ciclo econômico. Em termos práticos, as retas se localizam entre o último ano ou trimestre classificado como

auge de um ciclo e o primeiro ano ou trimestre classificado como crise do próximo ciclo.

Com isso em mente e tomando por base os dados anuais apresentados na figura 3, por cobrirem um período maior, vemos que a economia brasileira passou por cinco ciclos econômicos no período que vai de 1962 a 2009. A duração de cada um desses ciclos é apresentada no gráfico mostrado na figura 4.

**Figura 4: Duração dos Ciclos Econômicos da Economia Brasileira em anos:**



Fonte: elaboração própria.

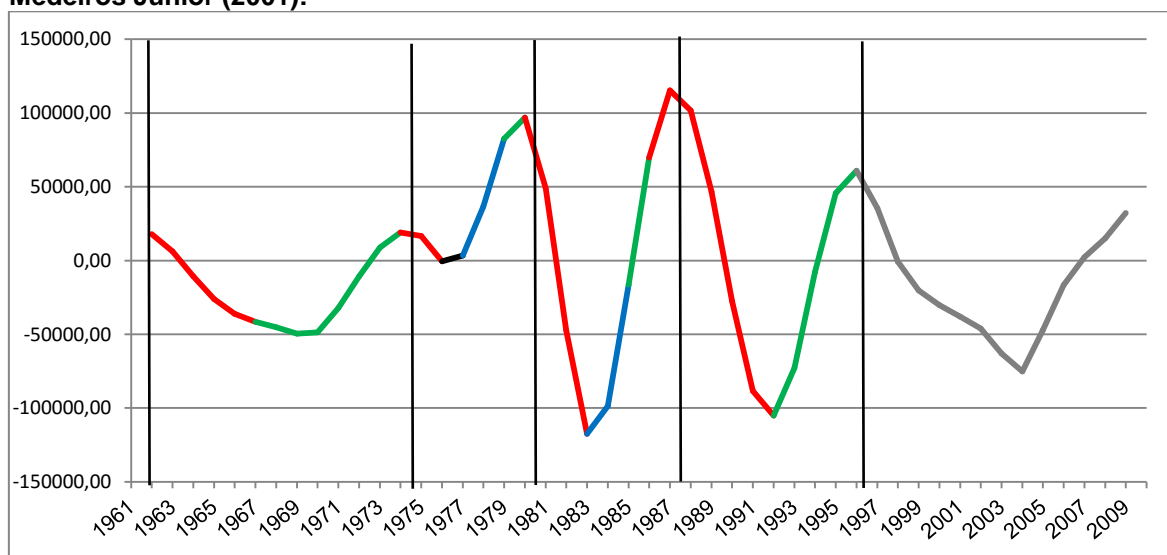
Como podemos ver pela linha de tendência, a princípio, o ciclo econômico na economia brasileira, ao invés de seguir o padrão do ciclo econômico mundial, apresentou uma tendência ao prolongamento. Uma possível explicação para este fenômeno é o elevado grau de concentração e centralização dos capitais (oligopolização) nesta economia, já apontado por Ribeiro (1988, V. III). Ora, se os capitais em uma economia qualquer estão excessivamente concentrados, é possível que se reduza o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas imposto pela concorrência capitalista e, conseqüentemente, aumente o tempo de depreciação moral do capital constante fixo, que, por fim, aumenta a duração do ciclo econômico.

Outro exercício que o produto gerado pelo processo de filtragem nos permite realizar é a comparação entre a periodização feita por Ribeiro (1988), Silva (1999, 2002) e Medeiros Júnior (2001) e o comportamento do componente cíclico por nós obtido. A periodização feita por estes pesquisadores é a seguinte:

- 1963-1967: crise e depressão;
- 1968-1974: reanimação e auge;
- 1974-1976: crise;
- 1977: depressão;
- 1978-1979: reanimação;
- 1980: auge;
- 1981-1983: crise e depressão;
- 1984-1985: reanimação;
- 1986: auge;
- 1987-1992: crise e depressão;
- 1993-1997: reanimação e auge;

A comparação entre esta periodização e o nosso componente cíclico é apresentada na figura 5. As retas verticais permanecem representando a demarcação dos ciclos que se infere do comportamento do componente cíclico, enquanto que a mudança de cor da linha da série representa a periodização feita pelos autores anteriormente referidos.

**Figura 5: Periodização do Ciclo Econômico Brasileiro por Ribeiro (1988), Silva (1999, 2002) e Medeiros Júnior (2001):**



Legenda: Crise ou Crise e Depressão;  
 Depressão;  
 Reanimação;  
 Auge ou reanimação e auge;  
 Não realizado.

Fonte: elaboração própria a partir de Ribeiro (1988), Silva (1999, 2002) e Medeiros Júnior (2001).

Vemos que, a despeito de algumas divergências, dadas as características de cada uma das fases do ciclo econômico, a periodização feita por Ribeiro (1988), Silva (1999, 2002) e Medeiros júnior (2001) se reflete na trajetória do componente cíclico obtido por nós.

A respeito das referidas divergências, contudo, certas considerações devem ser feitas. É necessário chamar atenção, primeiramente, para o fato de que, em parte, tais discrepâncias se devem ao fato de a análise utilizar dados anuais. Veja, por exemplo, que o componente cíclico dos dados anuais indica o período de auge do terceiro ciclo durando até o ano de 1987. Entretanto, ao analisarmos o componente cíclico dos dados trimestrais, vemos que a crise inicia-se no terceiro trimestre de 1987, o que justificaria apontá-lo como ano de crise. Além disso, outro ponto que deve ser considerado e que foi discutido na seção 2.1 do presente trabalho é o fato de que o PIB, indicador do qual obtivemos o componente cíclico, também inclui o valor produzido por atividades que não são especificamente capitalistas. Por mais que as atividades fundadas no capital sejam a força determinante na variação do nível de atividade econômica, sabemos que as demais podem exercer alguma influência neste movimento. Assim, pensamos que uma análise mais detalhada, observando o comportamento de outros indicadores econômicos, seja mais precisa para se realizar a periodização do ciclo econômico.

O fato é que, do exercício por nós realizado neste capítulo, se desprendem as seguintes conclusões.

Em primeiro lugar fica claro que, a partir de 1963, a economia brasileira passa a desenvolver-se através de ciclos de expansão e crise que duram em média 9,4 anos, com amplitude que varia entre 6 e 12 anos. A nosso ver, isso deve ser tomado como uma evidência empírica de que 1) a partir desta data, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se suficientemente ao ponto de sua dinâmica passar a determinar a dinâmica de toda a economia e 2) as crises de superprodução são, de fato, um subproduto necessário do processo de acumulação capitalista.

Por fim, a interpretação Mendonça-Ribeiro, baseada que está em um método científico de análise do desenvolvimento lógico do fenômeno crise, constitui uma poderosa ferramenta de análise da dinâmica cíclica de uma economia capitalista, uma vez que demonstra ser capaz de abstrair-se daquilo que não é essencial ao estudo do fenômeno, fornecendo assim uma visão clara da dinâmica do mesmo.



Diante do exposto, dado que já sabemos que a economia brasileira de fato parece estar sujeita a ciclos de expansão e crise, devemos passar à realização de uma análise mais detalhada do período por nós escolhido para 1) verificar se a dinâmica cíclica que foi por nós constatada no presente capítulo é de fato uma consequência da ocorrência de crises periódicas de superprodução, que são, por sua vez, provocadas pela agudização da contradição entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a base estrita sob as quais repousam as relações de consumo e 2) validar ou não a periodização sugerida pelo comportamento do componente cíclico do PIB brasileiro, através de uma análise nos moldes da que foi realizada por Ribeiro (1988).

## **7 O MOVIMENTO CÍCLICO DA ECONOMIA BRASILEIRA: 1997-2010:**

Vale resumir novamente o nosso argumento teórico para orientar nossa análise empírica. A crise é um resultado da exacerbação da contradição fundamental do capitalismo. Por se manifestar nas relações de produção antagônicas desse sistema, o desenvolvimento das forças produtivas, ao passo que alarga as condições de extração de mais-valor, restringe as condições de realização deste. Em um dado momento, a unidade desse par de contrários é quebrada, seja na esfera de consumo final ou na esfera de consumo produtivo, se manifestando, portanto, através da separação da unidade contraditória produção x consumo, e/ou da anarquia da produção.

Contudo, em função da existência do capital bancário e, portanto, de crédito na economia, o limite da distância entre as condições de extração e realização do mais-valor, que, em função da ação da contradição fundamental, aumenta com o processo de acumulação, é ampliado. Com o crédito, como vimos em Mendonça (1990, pp. 412-414), é possível antecipar o poder de compra gerado por uma venda ainda não realizada. Esta circunstância, por sua vez, faz com que, em alguma medida, o ponto de quebra dependa da confiança dos agentes econômicos de que a unidade entre dinheiro ideal e dinheiro real não será quebrada. Independente de ser o desaparecimento desta confiança no sistema de crédito que marque o ponto de rompimento da unidade de contrários condições de extração de mais-valor x condições de realização de mais-valor, em essência, esse movimento é apenas a constatação, por parte dos agentes econômicos, de que a separação desse par de contrários ultrapassou os limites aceitáveis do ponto de vista do processo de acumulação de capital.

Veja que, se a crise surge para reestabelecer a unidade entre as condições de extração e realização de mais-valor, de um ponto de vista mais concreto, como já foi apontado por Mendonça (1990) e Ribeiro (2008), seu papel é de destruir o capital em excesso, em excesso do ponto de vista das relações de produção capitalistas. Em resumo, implica não só destruir capital mercadoria em excesso, mas capital em excesso sob toda e qualquer forma.

Dado que estamos analisando a economia brasileira em um período recente, é de se esperar que as condições para que as crises cíclicas de superprodução desta economia assumam um caráter financeiro já estejam plenamente

desenvolvidas e que, portanto, este processo de destruição de capitais se inicie primeiramente na esfera financeira, criando a ilusão de que suas causas nela residem.

De qualquer maneira, quando a crise cumpre seu papel e destrói o capital em excesso, estão dadas as condições para a retomada da acumulação e, conseqüentemente, para a gestação de uma nova crise.

É basicamente este comportamento que esperamos da análise que faremos neste capítulo. Antes de passarmos a esta análise, queremos apenas apontar que, para facilitar a visualização dos dados que utilizaremos, estes foram agrupados nos anexos B, C, D, E e F deste trabalho. Aconselhamos os leitores a marcarem as páginas de forma que consigam acessá-las com facilidade. Com o objetivo de facilitar a análise, também elaboramos alguns gráficos a partir dos referidos dados. Estes gráficos, no entanto, serão apresentados ao longo do texto.

Aqui, tentaremos aumentar a precisão da periodização tanto no que tange ao tempo, quanto no que tange à própria classificação das fases. Para aumentar a precisão temporal, além de utilizarmos os dados anuais, optamos por trabalhar também com dados trimestrais e mensais. Quanto às fases, optamos por não agrupar as quatro fases do ciclo em fase de expansão (reanimação e auge) e retração (crise e depressão), como fizeram, em alguns momentos, os pesquisadores mencionados no capítulo anterior. Imaginamos, no entanto, que as conseqüências desse aumento de precisão são análogas às de se fazer o mesmo em modelos econométricos, onde, para a redução da variância, é necessário reduzir o intervalo de confiança. Em outras palavras, pensamos que, ao tentar aumentar a precisão da análise, estaremos mais sujeitos ao erro do que os demais pesquisadores. Mas, esse é um risco que queremos correr, pois pensamos que desta maneira contribuiremos em maior grau para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas às crises cíclicas de superprodução.

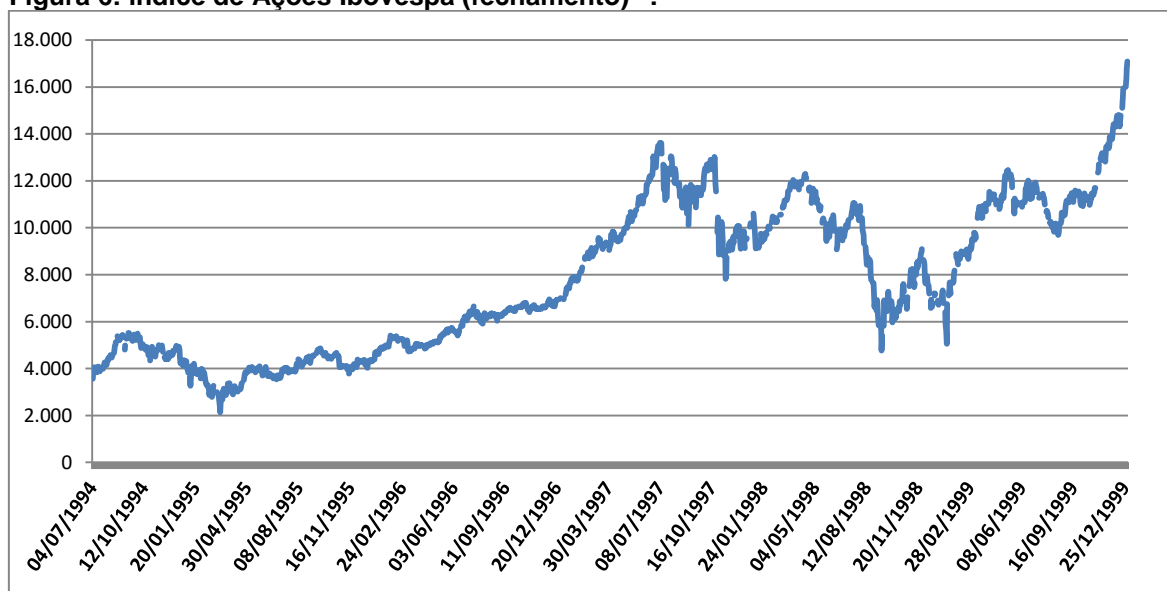
### 7.1 A CAUSA NÃO-ESSENCIAL OU AGENTE DEFLAGRADOR DA CRISE DE 1997.T3:

De acordo com a periodização realizada por Silva (1999, 2002) e Medeiros Júnior (2001), em 1997, o quarto ciclo da economia brasileira estava prestes a

acabar. Nossa análise deve iniciar, portanto, por volta deste período buscando a eclosão de mais um crise de superprodução.

Nossa teoria indica que, para encontramos o ponto exato de eclosão da crise, devemos buscar o momento exato em que o agente deflagrador começa a atuar, provocando assim a queda da atividade econômica. Indica ainda que devemos buscar esse agente deflagrador no lado financeiro da economia. Para tanto, analisemos, na figura 6, a evolução do índice da bolsa de valores de São Paulo, a Bovespa, para identificar em que momento os agentes econômicos perdem a confiança na capacidade de valorização do capital fictício.

**Figura 6: Índice de Ações Ibovespa (fechamento)<sup>21</sup>:**



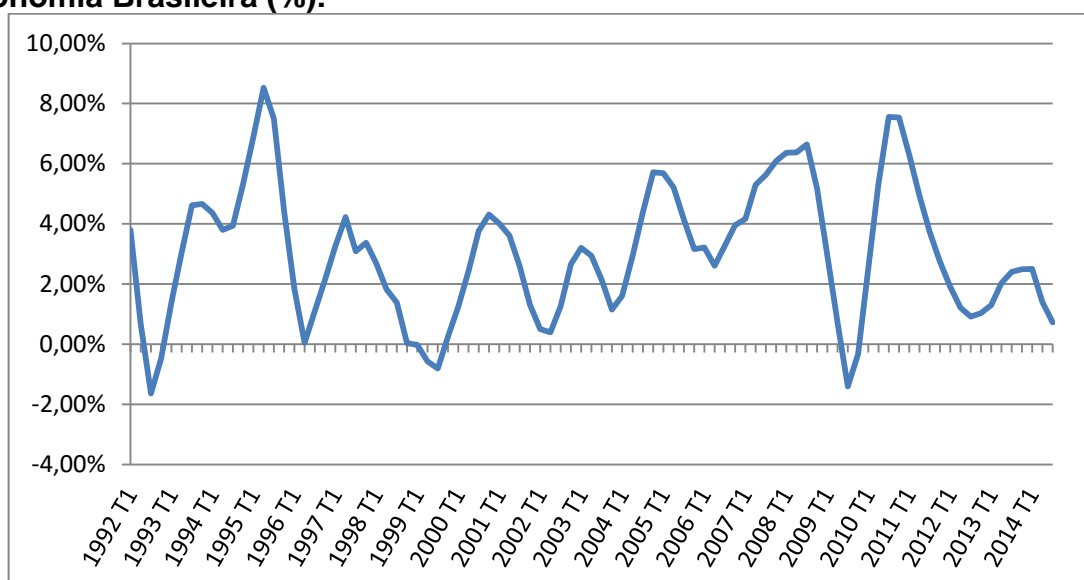
Fonte: BM&FBovespa.

Percebemos que é em julho de 1997 que a bolsa atinge seu maior nível de atividade. Após uma pequena queda e uma nova recuperação, em outubro de 1997, quando da ocorrência da crise financeira das bolsas da Ásia (SCHWARTSMAN, 1999, p. 20), o indicador sofre nova queda, dessa vez acentuada, que, para nós, marca o início ao processo de destruição de capital fictício. A apreciação do que acontecia no lado real da economia através da evolução do PIB Trimestral da Economia Brasileira disposta na figura 7, entretanto, contrasta com o disposto na figura 6, dificultando, assim, a identificação do fim do auge do ciclo econômico.

<sup>21</sup> Os dados desta figura e da figura 19 foram os únicos não disponibilizados nos anexos do trabalho. Isso porque são de periodicidade diária, e a sua disponibilização implicava um aumento de 100 páginas nos anexos. Acreditamos que o prejuízo causado por essa opção nossa é negligenciável;

Perceba que o crescimento anual acumulado alcança seu nível mais alto no segundo trimestre de 1995, sofrendo uma queda acentuada seguida por nova recuperação, a qual, por fim, perdura até a nova queda em 1997.T3. Entretanto, entre 1995.T2 e 1997.T3, o capital fictício permanece num processo de valorização crescente. Para nós, essa combinação de eventos é um indício de que a retração do nível de atividade econômica observada em 1995.T3 foi, na verdade, provocada por um motivo pontual, de forma que o quadro de superprodução na economia brasileira só pode ser constatado a partir de 1997.T3. Esta é a primeira hipótese com a qual trabalharemos nesta seção.

**Figura 7: Taxas Reais de Crescimento Anual Acumulado do PIB Trimestral da Economia Brasileira (%):**



Fonte: IBGE/SCN 2000 Trimestral (tabela 7 disponível no anexo B).

Qual seja o ponto de deflagração do quadro de superprodução no lado real da economia, sabemos que a redução do nível de atividade nesta esfera antecedeu o processo de destruição de capital fictício. Portanto, a segunda hipótese com a qual trabalharemos nesta seção é a de que a desaceleração econômica desencadeada na esfera produtiva combinada com a existência de uma superprodução latente reverteu a receita esperada dos ativos, calculada pelos agentes econômicos por antecipação, levando a uma desvalorização do capital fictício. Este é um quadro muito semelhante a um dos cenários de deflagração de crise previstos no capítulo 4. Aqui, a despeito da diferença, o caráter financeiro da crise continua sendo assegurado, já que o aprofundamento da desaceleração do processo de

acumulação aparece como um resultado direto da reversão das expectativas, por mais que, em essência, a reversão das expectativas seja um mero sintoma de que essa desaceleração era inevitável.

Contudo, por mais que esteja assegurado o caráter financeiro da crise, a diferença entre teoria e realidade tem sua importância. Lembremos que, no quadro previsto por nossa teoria, era a constatação de uma superprodução latente que revertia as expectativas dos especuladores, o que, por sua vez, fazia desaparecer a confiança dos capitalistas na preservação da unidade entre dinheiro real e ideal e/ou destruía capital dinheiro latente que estava sob forma de capital fictício, dificultando e, assim, desacelerando o processo de acumulação de capital. Diante disso, dado que o fenômeno não se processa dessa maneira, surge aqui a necessidade de explicar que fator torna evidente, em 1997.T3, que a separação entre condições de extração e realização de mais-valor atingiu um limite tal que demanda a desaceleração do processo de acumulação. Em nossa opinião, a identificação do referido fator é o ponto de partida não só para o entendimento das características particulares da crise que acomete a economia brasileira no final dos anos 1990, como também para a verificação das duas hipóteses mencionadas nos parágrafos anteriores, e é precisamente daí que partirá nossa análise.

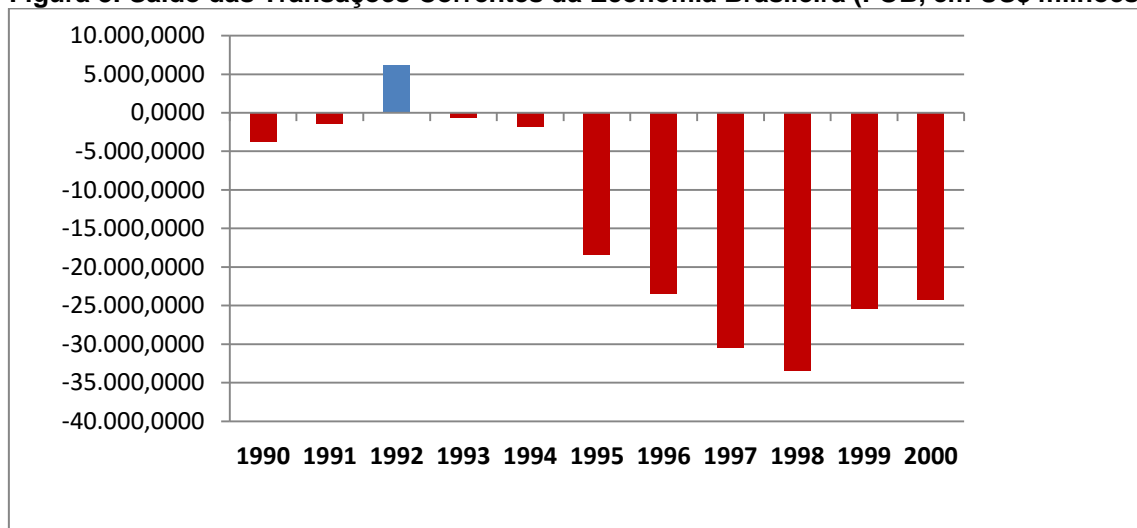
É bem sabido no campo de pesquisa de economia brasileira que a maior parte da literatura sobre a década de 1990 trata de um assunto em especial: o Plano Real. Esse foi o plano de estabilização levado a cabo pelos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso para combater a hiperinflação que afligia a economia. Sem nos debruçarmos por muito tempo sobre as famosas três etapas do plano, exaustivamente lembradas na maioria das caracterizações do mesmo, vamos nos concentrar no que é importante para a nossa análise.

Um dos pontos-chave para esse plano de estabilização foi a âncora cambial. A ideia básica era a de que, com um maior nível de abertura comercial e um câmbio valorizado, o aumento da participação de produtos importados com preços baixos em termos de moeda local na composição da oferta da economia asseguraria a estabilidade do nível geral de preços. Para a manutenção do câmbio no nível desejado, por sua vez, o banco central praticou elevados níveis de taxa de juros para criar um bom diferencial em relação à taxa de juros internacional e, assim, atrair capital externo para o país. A procura por real e o consequente aumento da oferta de dólares no país manteriam, portanto, a taxa de câmbio valorizada.

De acordo com Kregel (1999), contudo, “successful stabilization policy carries the seeds of its own destruction in the form of excessive capital inflows to take advantage of the return differentials” (KREGEL, 1999, p. 26).

Ocorre que, a não ser que a taxa de inflação seja reduzida muito rapidamente, o resultado da utilização de altas taxas de juros para atrair capital externo e manter o câmbio valorizado, controlando assim a inflação, é, além obviamente do referido controle inflacionário, 1) uma deterioração da conta de transações correntes em função do aparecimento de sucessivos déficits na balança comercial, que de fato pode ser atestado pela evolução do saldo desta conta apresentado na figura 8, e 2) uma modificação da estrutura dos gastos do governo em direção a uma participação cada vez maior do serviço da dívida nos referidos gastos (KREGEL, 1999, pp. 25 e 28).

**Figura 8: Saldo das Transações Correntes da Economia Brasileira (FOB, em US\$ milhões):**



Fonte: BCB Not. Imp./Set. Ext (dados disponíveis na tabela 10 do Anexo C).

Diante disso, “there is little reason to believe that capital flows based on the arbitrage of policy created interest rate differentials will be self-eliminating; indeed they may be self-reinforcing” (KREGEL, 1999, p. 27). Isso porque esse cenário cria uma necessidade crescente de entrada de capitais no país. Em primeiro lugar para equilibrar o balanço de pagamentos, contrabalanceando o déficit na conta de transações correntes. Esse movimento, por sua vez, aumenta o gasto com o serviço da dívida e a dúvida dos agentes econômicos sobre a capacidade de pagamento do governo, o que leva este último a aumentar o retorno para compensar o aumento do risco, aumentando novamente o gasto com o serviço da dívida e criando assim um

círculo vicioso. Nesse cenário, o acúmulo de reservas internacionais consegue apenas reduzir o impacto negativo do referido círculo vicioso, já que o retorno que se recebe pela aplicação financeira dessas reservas no exterior é necessariamente menor do que o oferecido pelo governo.

É relevante pontuar, entretanto, que, para Schuwartsman (1999, p. 18), o argumento acerca da taxa de juros utilizado por Kregel (1999) não passa de um mito. O autor busca sustentação desta posição numa análise dos dados de necessidade de financiamento do setor público. Demonstra a partir destes que, comparando o período 90-94 com o período 95-97, enquanto o gasto com pagamento de juros passa de 3,2% para 4,1% do PIB, em média, o resultado primário passa de um superávit de 3,6% para um pequeno déficit primário de 0,2% do PIB, também em média (SCHWARTSMAN, 1999, p. 18). Ou seja, a deterioração da capacidade de financiamento do setor público foi provocada em maior grau pela condução da política fiscal (sendo o aumento dos gastos do governo a principal causa segundo o autor (SCHWARTSMAN, 1999, p. 19)) e apenas em menor grau pelo aumento do serviço da dívida. Para ele, a política de estabilização, portanto, teria um resultado distinto se a reestruturação fiscal necessária fosse realizada, a conhecida “aritmética desagradável” (SCHWARTSMAN, 1999, p. 6).

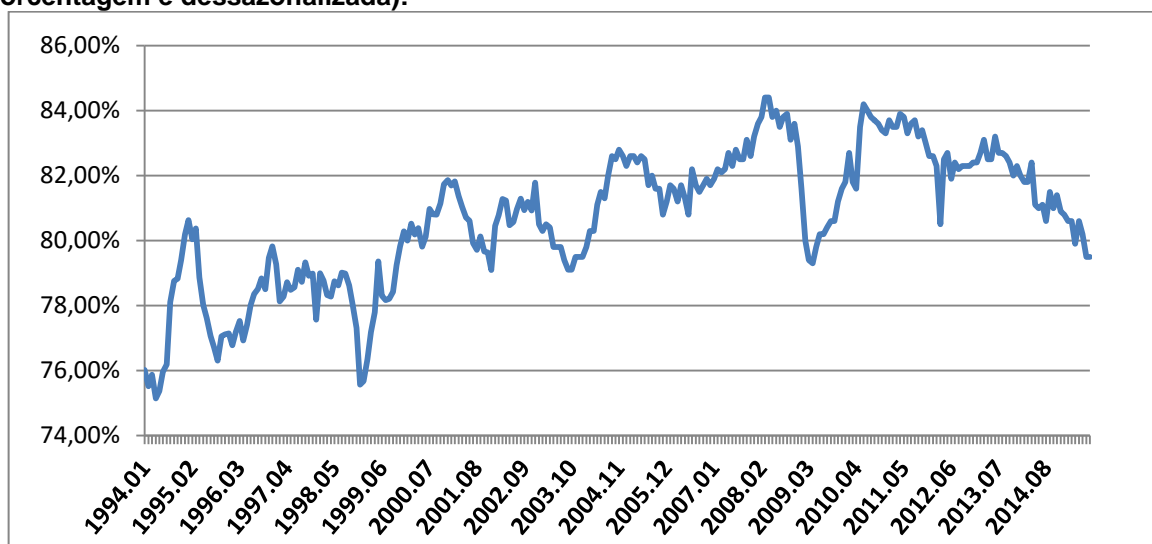
Ao agregar, entretanto, os dados de NFSP da economia brasileira de uma forma distinta da de Schwartsman (1999, p. 18), a percepção que temos difere também da deste autor. Se observarmos a tabela 11 do anexo D, percebemos que, a partir de 1994, forma-se uma pressão constante para uma reestruturação dos gastos do governo na direção de aumento das despesas com a conta de capital. Isso porque, a partir dessa data, a despesa com o pagamento de juros em porcentagem do PIB cresce constantemente. Nos anos que esta não cresce, como no ano de 1996, por exemplo, observa-se um aumento considerável da dívida líquida real, o que implica que os juros não pagos foram, na verdade, incorporados em nova dívida. Não se trata aqui de tentar minimizar o papel da política fiscal na situação que se desenhou nos anos seguintes, mas apenas de dar a devida importância que o fato de a política de estabilização do governo estar apoiada na entrada de capital externo teve na geração da referida situação.

Mas, de que forma o cenário que se desenhou na economia brasileira na década de 1990 se relaciona com o nosso objeto de estudo?



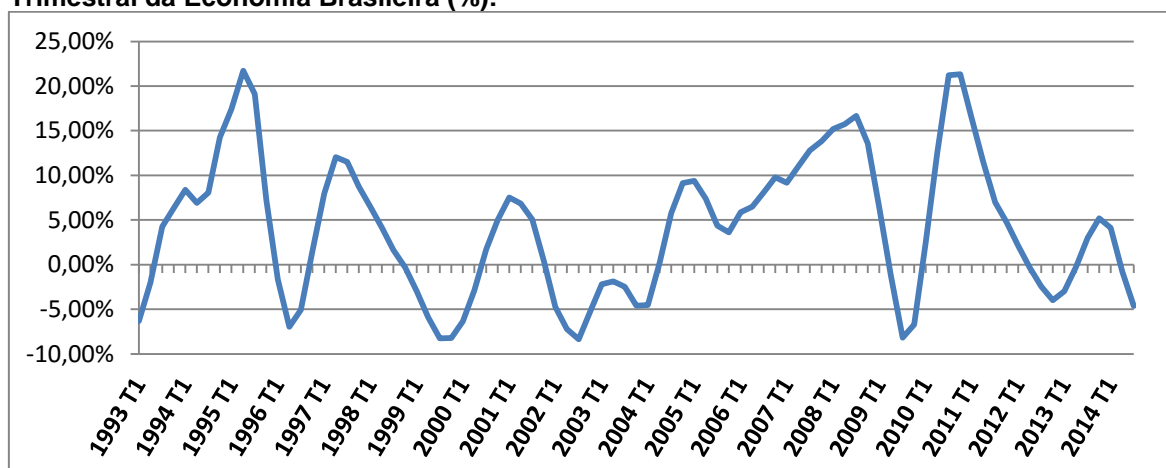
Nas figuras 9 e 10, apresentamos a evolução mensal da utilização da capacidade instalada da indústria e a trimestral da Formação Bruta de Capital Fixo da Economia Brasileira. Como podemos perceber pela análise da primeira, inicia-se um processo de aquecimento da economia em 1994, elevando o referido indicador. Como vimos em Marx (2011, p. 344), dado que uma produção põe a outra em movimento, cada capitalista individual enxerga no restante da classe trabalhadora que não emprega e, obviamente, nos demais capitalistas, uma demanda proporcional. O aumento de produção gera mais aumento de produção. Pela magnitude da elevação da Formação Bruta de Capital Fixo (figura 10), fica patente a aceleração da acumulação de capital.

**Figura 9: Utilização da Capacidade Instalada na Indústria da Economia Brasileira (em porcentagem e dessazonalizada):**



Fonte: CNI (dados disponíveis na tabela 9 do Anexo B).

**Figura 10: Taxas Reais de Crescimento Anual Acumulado da Formação Bruta de Capital Fixo Trimestral da Economia Brasileira (%):**

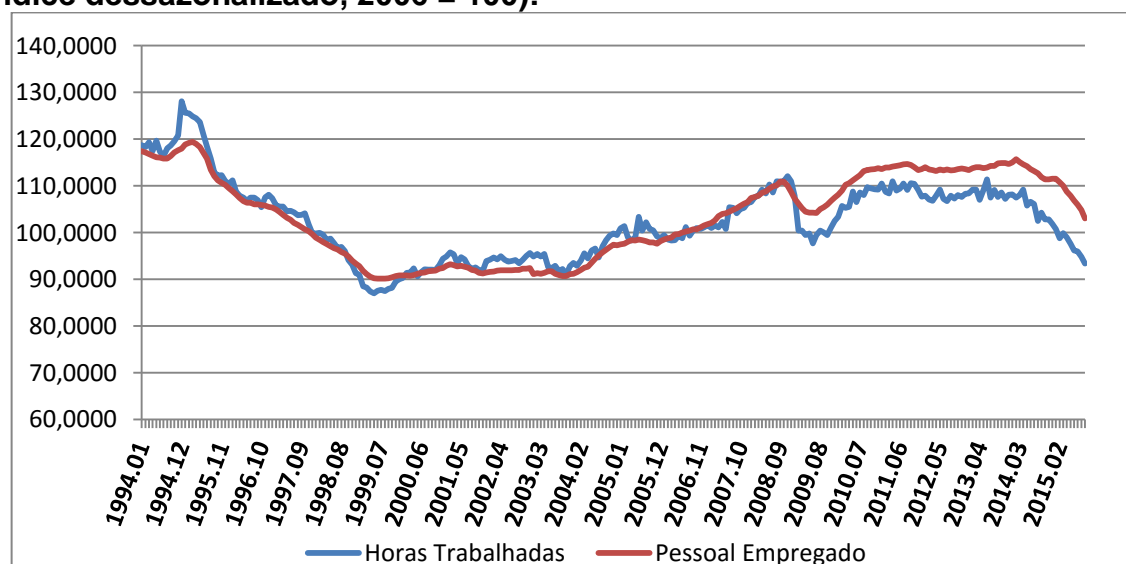


Fonte: IBGE/SCN 2000 Trimestral (dados disponíveis na tabela 7 do Anexo B).

Para atender a essa nova demanda, os capitalistas se deparam com o seguinte cenário: 1) podem continuar elevando a utilização da capacidade instalada, entretanto o aumento da produção não será substancial, não alterará em quase nada o seu preço de produção de mercado e impedirá o capitalista de dar respostas rápidas a elevações substanciais de demanda no futuro; 2) podem acumular mantendo constante a composição orgânica, o que não provocará nenhuma mudança no preço de produção de mercado, e/ou 3) podem acumular elevando a composição orgânica do capital, o que leva a um aumento de produção juntamente com aumento de produtividade, levando à obtenção de superlucro.

Em resposta a este cenário e dado o risco que a ação dos demais capitalista representa para cada capitalista individual, esta classe amplia a produção com elevação da composição orgânica do seu capital, um resultado direto da ação do impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Note que, de 1994.T1 a 1995.T2, o crescimento anual acumulado da Formação Bruta de Capital Fixo eleva-se até atingir uma taxa de crescimento de 21,73%, enquanto que, na figura 11, apresentada a seguir, observa-se que o pessoal empregado na indústria chega a sofrer uma pequena queda no período.

**Figura 11: Índices de Horas Trabalhadas e Pessoal Empregado na Indústria (índice dessazonalizado, 2006 = 100):**



Fonte: CNI (dados disponíveis na tabela 12 do Anexo E).

Não é por menos que, conforme a tabela 2, observa-se uma alta taxa de crescimento da produtividade no ano de 1994.

**Tabela 2: Taxas de Crescimento da Produtividade da Indústria de Transformação da Economia Brasileira:**

Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Variação Anual</b>	7,46%	0,86%	5,33%	7,95%	1,54%	1,09%	3,03%	0,27%	0,35%

Fonte: IBGE/PME Antiga.

A teoria que temos por base aponta, entretanto, que o processo de desenvolvimento das forças produtivas, por se dar dentro das relações de produção antagônicas do capitalismo, tem como consequência o estreitamento das condições de realização do mais valor produzido. Ou seja, nesses períodos de elevação da produtividade, espera-se que a produção se eleve consideravelmente ao passo que as condições de realização desta produção, por mais que também se ampliem, não consigam acompanhar o seu crescimento. Como podemos ver pela tabela 16 do Anexo F, o consumo de fato aumenta juntamente com a produção, entretanto, em função do estreitamento das condições de realização, boa parte da produção no ano de 1994 não foi realizada, gerando uma variação de estoques positiva considerável neste ano (o que se atesta na tabela 8 do Anexo B). Como na produção capitalista só se produz quando se produz com lucro, percebendo que não conseguiram realizar totalmente o mais-valor extraído, os capitalistas, na segunda metade de 1995, reduzem o ritmo da produção para reduzirem assim seus estoques.

Para nós, entretanto, essa queda no nível de atividade não deve ser entendida como indício de que o salto qualitativo necessário para que se passe da fase de auge para a fase de crise foi dado. Em primeiro lugar porque uma característica da crise é a superprodução de mercadorias, precisamente porque barreiras econômicas impedem o consumo destas. E, no entanto, por mais que o nível de atividade tenha caído expressivamente durante o ano de 1995, observamos uma variação negativa de estoques considerável durante o referido ano, implicando que o nível de tensão entre as duas forças contrárias que compõem a contradição fundamental ainda não atingiu seu nível máximo e, consequentemente, não chegou a estreitar suficientemente as condições de realização. Muito provavelmente por esta razão foi possível a manutenção de taxas positivas de crescimento anual acumulado e uma recuperação do nível de utilização da capacidade instalada já a partir de agosto de 1995.

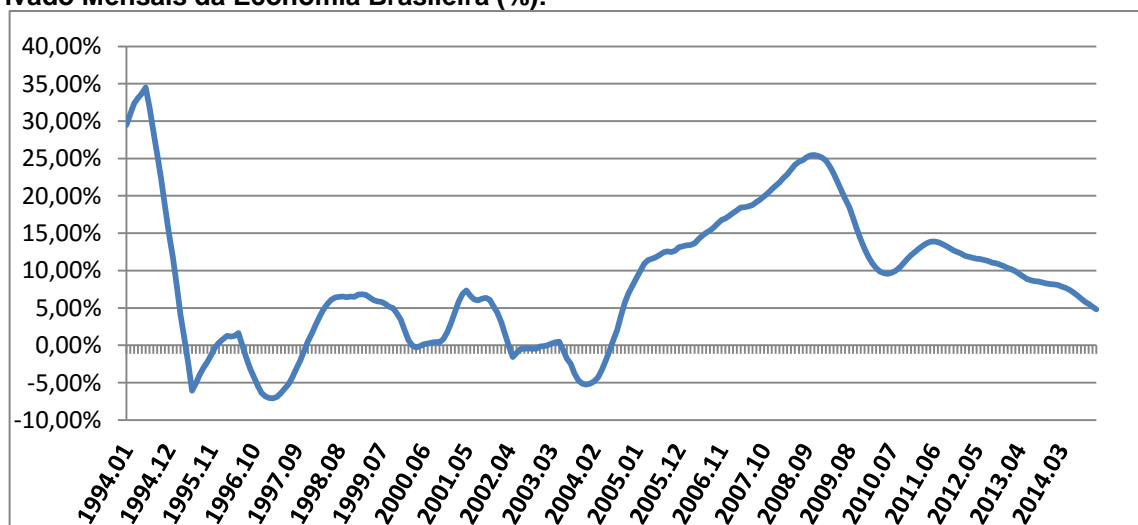
Em segundo lugar, após uma crise, espera-se um período significativamente longo (do ponto de vista da duração de um ciclo econômico) de estagnação da produtividade. Isso porque, com o estreitamento das condições de realização, não

há nenhum incentivo para elevação da força produtiva, dado que, com o nível atual de realização, nem mesmo é possível se produzir com lucro. Na fase que sucede a fase de crise, a depressão, por sua vez, boa parte do capital em excesso já foi destruída e se chega ao nível mínimo de atividade econômica. Entretanto, persiste a falta de incentivo ao aumento de produtividade, dado que, nos capitais remanescentes, existe muita capacidade ociosa e o aumento do nível de utilização desta é suficiente para atender a demanda que era antes atendida pelos capitais destruídos. Como vemos, todavia, a produtividade se mantém mais ou menos constante apenas no ano de 1995 e já retoma o seu crescimento nos anos seguintes.

Por fim, a própria continuação do processo de valorização do capital fictício (figura 6) implica que até mesmo os agentes econômicos encararam esta queda no nível de atividade como um mero ajuste.

Contudo, se de fato a contradição fundamental não havia ainda alcançado o nível máximo de tensão, o que explica essa queda no nível de atividade? A nosso ver, essa queda nada mais foi do que uma compensação de outro movimento atípico: uma elevação exacerbada do nível de atividade numa fase de animação média do ciclo econômico. Como podemos ver pelo gráfico apresentado na figura 12, tal expansão parece ter sido baseada numa expansão exacerbada do crédito da economia no ano de 1994 (note que, em dezembro deste ano, o indicador ainda crescia a taxas anuais acumuladas de 15,18%).

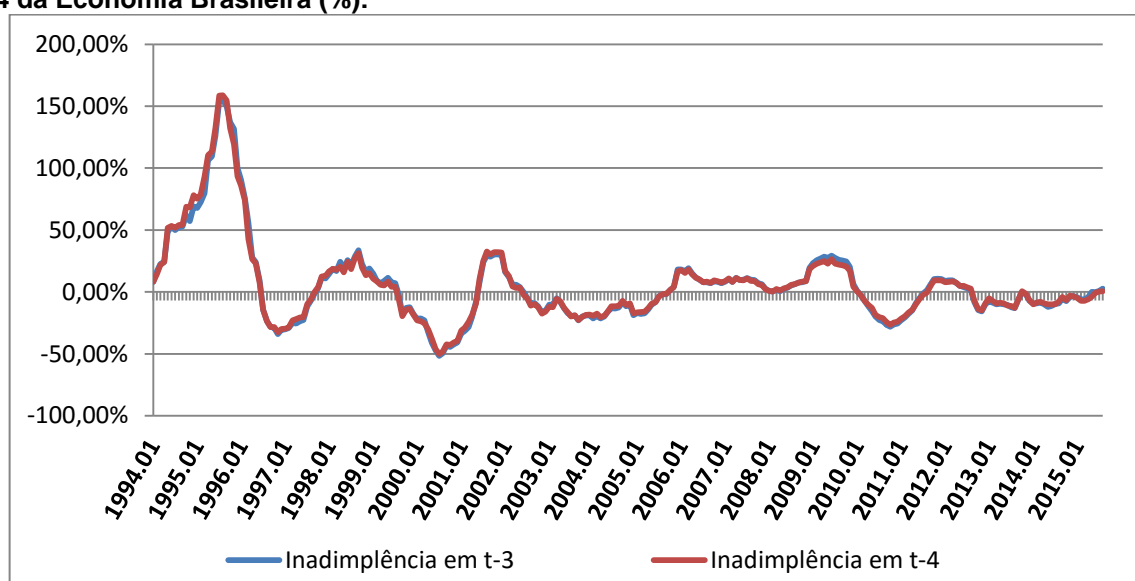
**Figura 12: Taxas Reais de Crescimento Anual Acumulado das Operações de Crédito ao Setor Privado Mensais da Economia Brasileira (%):**



Fonte: BCB Boletim/Moeda e IBGE/SNIPC (dados disponíveis na tabela 12 do Anexo D).

Todavia, o crescimento dos estoques logo explicita a quebra da unidade dinheiro real x dinheiro ideal, que se traduz em um crescimento igualmente exacerbado dos índices de inadimplência da economia (figura 13): a suposta independência entre os atos  $M' - D'$  e  $D - M$  logo se evidencia falsa. Em 1995, a situação se agrava fortemente com a criação do diferencial de taxa de juros para a manutenção da âncora cambial, tornando insustentável a mesma aceleração do nível de atividade.

**Figura 13: Taxas de Variação Anual Acumulada dos Índices Mensais de Inadimplência em t-3 e t-4 da Economia Brasileira (%):**



Fonte: ACSP/IEGV (dados disponíveis na tabela 12 do anexo D).

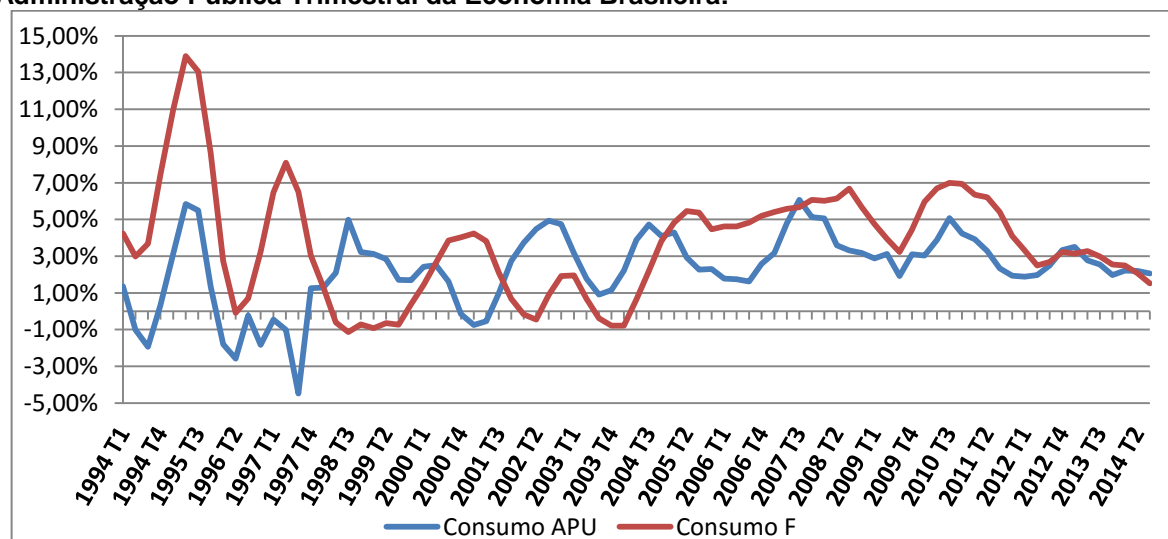
Mas, como dissemos, o estreitamento das condições de realização ainda não equivalia ao nível máximo de tensão da contradição fundamental e a economia logo retoma o seu processo de expansão. Como podemos ver pela tabela 2, é em 1997 que a economia alcança a maior taxa de crescimento da produtividade. Entretanto, vemos pelas figuras 7 e 10 que não se chega ao mesmo nível de aquecimento alcançado em 1995.T2, o que nos leva a indagar: como uma elevação da produtividade um pouco superior à observada em 1994, implicando presença de estímulos ao departamento produtor de meios de produção, não faz a economia crescer a taxas tão elevadas quanto as anteriores? A resposta a essa pergunta nada mais é do que a descrição do processo de marcha para a crise.

A partir do terceiro trimestre de 1996, a economia brasileira começa a se recuperar do ajuste de 1995. Isso faz os investimentos retomarem o crescimento no quarto trimestre de 1996. A essa altura, os índices de inadimplência estão

decrecendo a taxas significativas (acima de 20%), do que se pode inferir uma melhora nas condições de realização do mais-valor extraído. Contudo, em função da criação do diferencial de taxa de juros e, possivelmente, do fato de ainda estarem elevados os níveis de inadimplência, a oferta de crédito só decresce no período. Ou seja, a expansão que se observa até o segundo trimestre de 1997 não se deu com base no crédito e sim apenas com base na dinâmica do lado real da economia. Esse é, portanto, o primeiro motivo pelo qual o auge do quarto ciclo econômico brasileiro foi atingido com taxas de crescimento relativamente baixas: a contração de créditos de produção e de realização reduziu o limite da separação entre as condições de extração e realização de mais-valor.

Entretanto, há um segundo fator que provocou o referido cenário. Como podemos ver pelo gráfico apresentado na figura 14, ao passo que o governo controlou o seu consumo de forma pró-cíclica durante a rápida expansão de 1994/1995.T2, na retomada do crescimento, o comportamento do indicador não foi o mesmo.

**Figura 14: Taxas Reais de Crescimento Anual Acumulado do Consumo das Famílias e da Administração Pública Trimestral da Economia Brasileira:**



Fonte: IBGE/SCN 2000 Trimestral (dados disponíveis na tabela 16 do Anexo F).

Perceba que durante quase todo o período da nova expansão, o consumo da administração pública apresenta taxas reais de crescimento anual acumulado negativas, retomando o crescimento apenas quando o consumo das famílias apresenta uma queda persistente. Ao que parece, de 1996 em diante, o governo FHC passou a controlar o consumo da administração pública de forma anticíclica.

Havia, além disso, incentivos à redução dos gastos públicos no período, dada a situação fiscal do país já discutida anteriormente. É necessário ainda mencionar que, conforme dados do IBGE/SCN 2000 Trimestral, a participação do consumo da administração pública no consumo total encontra-se sempre dentro do intervalo [20%, 30%], o que implica uma participação significativa na demanda total.

A expansão do auge do quarto ciclo econômico brasileiro poderia, portanto, ter sido consideravelmente mais forte. Entretanto, a ausência de crédito e a política de contenção de gastos do governo, que, por sua vez, reduziu o consumo da administração pública, respectivamente restringiram a independência dos atos  $M' - D'$  e  $D - M$  e aceleraram o processo de estreitamento das condições de realização, que, como sabemos, é um desdobramento do choque dos efeitos do desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção antagônicas do capitalismo. Note que, conforme a tabela 8 do Anexo B aponta, não se observa uma variação de estoques excessiva no início da crise. Contudo, isso significa apenas que, diante do estreitamento das condições de realização e na ausência da possibilidade de ampliação dos limites de separação das unidades contraditórias através do crédito, os capitalistas, ao contrário do que fizeram em 1994/1995.T2, decidem controlar melhor a oferta. Isso, contudo, não anula a existência de superprodução de capital. Implica apenas que o capital em excesso encontrava-se na forma de capital produtivo.

Como vemos, portanto, antes que a reversão do processo de valorização do capital fictício fosse iniciada, a produção capitalista já se encontrava em uma trajetória de desaceleração do seu ritmo de crescimento. Enquanto, para nós, as baixas taxas de crescimento do auge do ciclo são explicadas pela contração do crédito, a reversão do crescimento deve ser explicada pela contração do consumo da administração pública.

Dado o panorama da economia brasileira, quando, em outubro de 1997, a “Crise Asiática” propaga o terror nas bolsas de valores dos países emergentes (SCHWARTSMAN, 1999, p. 20), os agentes econômicos do mercado financeiro, ao voltarem seus olhos para o lado real da economia, se deparam com a produção em declínio e um governo em situação fiscal perigosa, o que fez com que as receitas esperadas, calculadas por antecipação por estes agentes, fossem reduzidas, revertendo o processo de valorização do capital fictício.

Assim, a nosso ver, a perturbação do mercado financeiro provocada pela “Crise Asiática”, por mais que tenha dado o golpe final na expansão do quarto ciclo econômico brasileiro, deve dividir seu posto de causa não-essencial com a política fiscal do governo FHC. Sua participação decisiva na mudança de fase, contudo, deu à crise, como esperado, o caráter financeiro, levando uma série de pesquisadores a se referirem à tal crise como provocada por ataques especulativos à economia brasileira.

## 7.2 O PERÍODO DE CRISE DO QUINTO CICLO: 1997.T3-1999.T4:

Constatamos que, no terceiro trimestre de 1997, o estreitamento das condições de realização do mais-valor produzido na economia brasileira alcança um grau tal que não mais permite que o capital se valorize à mesma taxa que antes. Ao compararmos as figuras 7 e 10, vemos que a taxa real de crescimento anual acumulado tanto do PIB quanto da FBCF iniciam um processo de queda no referido trimestre. Ao se depararem com o a impossibilidade de dar prosseguimento ao processo de ampliação das condições de extração do mais-valor, os capitalistas reduzem instantaneamente seus investimentos. Mas, não é apenas porque a produção do departamento I está contida no PIB que a taxa de crescimento deste passa a cair. Os demais capitalistas, que vendem para a esfera de consumo final, não só reduzem seus investimentos, mas também reduzem o ritmo da produção, o que explica a ausência de variações consideráveis de estoques já mencionada anteriormente.

A questão é que, se, por um lado, a redução do ritmo de produção de ambos os departamentos da economia brasileira reduz a extração de mais-valor, por outro, implica um aprofundamento do estreitamento das condições de realização. Isso porque os capitais mais fracos, que já não obtinham altas taxas de lucro durante a fase de expansão do ciclo, agora se encontram em prejuízo e, mais cedo ou mais tarde, vão à falência. Mesmo os capitais mais fortes podem ter o mesmo destino caso tenham aumentado seu capital produtivo em tal magnitude que a produção a um nível muito baixo, consequência da crise, provoque prejuízos muito grandes. Essas falências, por sua vez, além de reduzirem o poder aquisitivo da classe capitalista, põem um enorme contingente de trabalhadores na condição de desemprego. Este último, além disso, aumenta também pela simples redução do



nível de produção, dado que se necessita de uma quantidade menor de força de trabalho para se atingir a nova quantidade de produção alvo. Como podemos ver pela tabela 14 do Anexo E, a taxa de desemprego, que antes aumentava em função do desenvolvimento das forças produtivas, nos anos de 1997, 1998 e 1999, aumenta pelos fatores agora colocados. Reduz-se assim a demanda solvente de capitalistas e proletários, implicando, portanto, uma redução da taxa de crescimento do consumo, como podemos ver na figura 14.

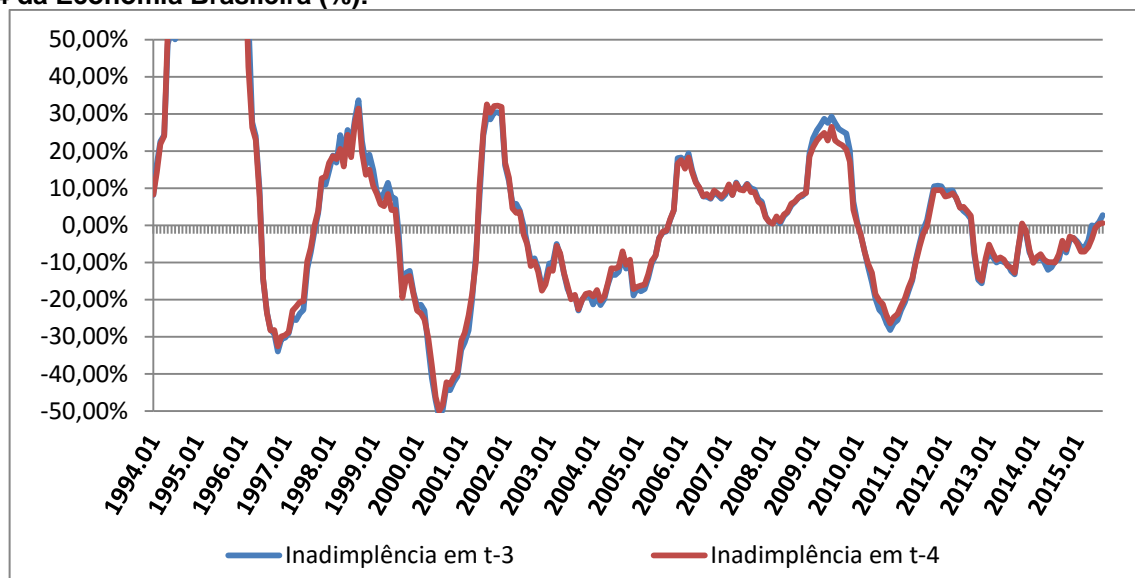
Veja que, ao passo que aumenta o desemprego na economia e se reduz o pessoal ocupado na indústria (figura 11), a utilização da capacidade instalada permanece mais ou menos estável. Em 1999, por sua vez, enquanto os indicadores de emprego ficam estáveis, a utilização da capacidade instalada começa a aumentar. A nosso ver, isso pode ser um indício de destruição real de capital produtivo, com falência de diversas empresas, que, por sinal, acelera conforme a crise se aprofunda.

Instaurada a crise, verifica-se a presença de pelo menos dois mecanismos anticíclicos. O primeiro deles é o consumo da administração pública, que tenta contrabalancear a redução das taxas de crescimento do consumo das famílias. O segundo é a oferta de crédito ao setor privado que, por volta do fim de 1997, começa a aumentar. Como consequência do último, a crise se manifesta também através de sua segunda forma mais simples, contida nas formas de manifestação mais complexas: a separação exacerbada da unidade de contrários dinheiro como medida de valor e forma preço ideal x dinheiro como valor de troca real. Para visualizar melhor esse movimento, vamos repetir o gráfico apresentado na figura 13 com um máximo inferior no eixo y, que constitui a figura 15.

Mesmo com o aumento da oferta de créditos de produção e realização, uma provável política econômica do governo com o objetivo de evitar falências, as condições de realização continuam a se estreitar e a partir do segundo trimestre de 1998 o consumo das famílias passa a apresentar taxas negativas de crescimento anual acumulado, ou seja, a se reduzir em termos absolutos. Veja que o processo de redução da demanda é mais rápido do que o do ritmo da produção. Desta maneira, não poderia se esperar outra coisa: a superprodução apenas muda de forma e assume a forma de capital mercadoria, como pode ser visto pela escalada da variação de estoques no ano de 1999 (tabela 14 do Anexo B). Neste movimento,

portanto, fica patente a ação da crise no sentido de extinguir a exacerbação da separação da unidade contraditória produção x consumo.

**Figura 15: Taxas de Variação Anual Acumulada dos Índices Mensais de Inadimplência em t-3 e t-4 da Economia Brasileira (%):**



Fonte: ACSP/IEGV (dados disponíveis na tabela 12 do anexo D).

Queda da bolsa de valores, do nível de atividade econômica, do consumo, aumento da inadimplência, falências, estagnação da produtividade, desemprego e superprodução de mercadorias: eis o quadro de crise identificado nas características conjunturais da economia do Brasil durante o período analisado.

### 7.3 A DEPRESSÃO DO QUINTO CICLO: 2000.T1-2002.T2:

Analisando a evolução do nível de atividade econômica da economia brasileira, apresentada na figura 7, pode parecer que estamos incorrendo em um erro ao classificarmos o período acima referido como depressão do ciclo econômico<sup>22</sup>. Entretanto, se relembarmos o papel da crise e o que representa a fase de depressão do ciclo, o nosso argumento passa a fazer um pouco mais de sentido.

Já dissemos mais de uma vez que o papel da crise é o de destruir o capital em excesso para reestabelecer a unidade, momentaneamente rompida, de diversos

<sup>22</sup> É pouco provável que isso seja um problema do indicador utilizado, pois um comportamento idêntico é observado na trajetória do PIB<sub>ppvc</sub> na tabela 17 do anexo G;

pares de contrários da economia capitalista. Isso, por sua vez, nada mais é do que uma forma de manifestação do rompimento da unidade da contradição fundamental. O desenvolvimento das forças produtivas deve novamente se adequar às relações de produção antagônicas do capitalismo, que determinam que a função dessas forças produtivas é produzir lucro.

Na depressão do ciclo, esse processo de destruição de capitais está chegando ao fim e começam a serem produzidas as condições para a retomada do processo de acumulação de capital. Nesta fase, o processo de extinção, através de falências ou anexação, dos capitais mais fracos por parte dos mais fortes está sendo, portanto, finalizado. Aos poucos, portanto, novos espaços econômicos estão sendo abertos.

Com a eliminação destes capitais mais fracos, a baixa da taxa de lucro resultante do fato de que a equalização da taxa média se dá agora com capitais de composição orgânica mais elevada faz com que a inserção do capital em outros tipos de atividades se torne economicamente viável, ampliando, portanto, os “caminhos de expansão” pelos quais o processo de acumulação pode seguir.

Isso, do ponto de vista do capital que sobrevive à crise é nada mais que um processo de ampliação das condições de realização do mais-valor produzido, implicando que a ampliação das condições de extração deste mais-valor pode ser retomada.

Em resumo, novamente, na fase de depressão estão se completando os fenômenos que culminam no reestabelecimento temporário das unidades rompidas. E, por mais que, em função da elevação do nível de atividade nestes anos, pareça que isso ocorreu nos anos anteriores, uma olhada mais atenta aos demais indicadores nos leva a uma conclusão distinta.

A primeira coisa a chamar a nossa atenção foi a magnitude da variação de estoques nos dois anos. A economia começa a crescer novamente, chegando a uma taxa real de crescimento anual acumulado de 4,31% em 2000.T4, entretanto, a variação de estoques na economia mais do que dobra de 1999 para 2000, implicando que a unidade entre condições de extração e realização do mais-valor produzido continua temporariamente rompida, por mais que o consumo das famílias tenha aumentado juntamente com a produção.

Dada a estagnação dos índices de pessoal ocupado e horas trabalhadas durante o período (figura 11) e da produtividade (tabela 2), podemos inferir que os

capitalistas tentaram ampliar as condições de extração de mais-valor pela obtenção de mais-valor absoluto através do aumento da intensidade do trabalho. Por mais que não tenha a mesma força da obtenção de mais-valor relativo, esse processo, como apontado por Mendonça (1990) e também no nosso desenvolvimento teórico, limita as condições de valorização do capital, dado que aumenta a exigência sobre o consumo da classe capitalista.

No período analisado, todavia, caso não tivesse sido observado esse “erro” de interpretação do cenário econômico por parte da classe capitalista, certamente observaríamos todas as esferas da base econômica se ajustando no sentido de reestabelecer as condições de realização. Dizemos isso porque é possível identificar outros aspectos que caminham nessa direção.

O primeiro deles é a estagnação do desemprego que se observa na figura 11 e na tabela 14 do Anexo E. Outro indício do que dizemos é que, durante praticamente todo o período, a inadimplência da economia decresce, chegando a uma taxa de decrescimento anual acumulado de 49,96% em julho de 2000, o que é um fator de extrema importância para qualquer recuperação da oferta de crédito. Além disso, por mais que as taxas de crescimento do produto tenham voltado a cair, não se observa decrescimento deste indicador durante o período.

Em resumo, portanto, entendemos que a estabilidade de boa parte dos indicadores econômicos por nós analisados indica que durante o período que vai de 2000.T1 a 2002.T2, a economia encontra-se no “fundo do poço” do seu quinto ciclo econômico e está pronta para retomar o processo de acumulação de capital.

#### 7.4 A ANIMAÇÃO MÉDIA DO QUINTO CICLO: 2002.T3-2005.T4:

Como podemos ver pela figura 7, a partir de 2002.T3, o crescimento do nível de atividade econômica assume, a despeito de algumas quedas temporárias, uma trajetória claramente ascendente. Isso indica, por sua vez, que a crise de fato cumpriu o seu papel e as condições para a retomada do processo de acumulação foram satisfeitas. Contudo, é interessante notar que, inicialmente, a retomada da acumulação parece não causar nenhum impacto no consumo, visto que a taxa de crescimento anual acumulado do consumo das famílias começa a seguir uma trajetória ascendente mais robusta apenas no segundo trimestre de 2004 (figura 14).

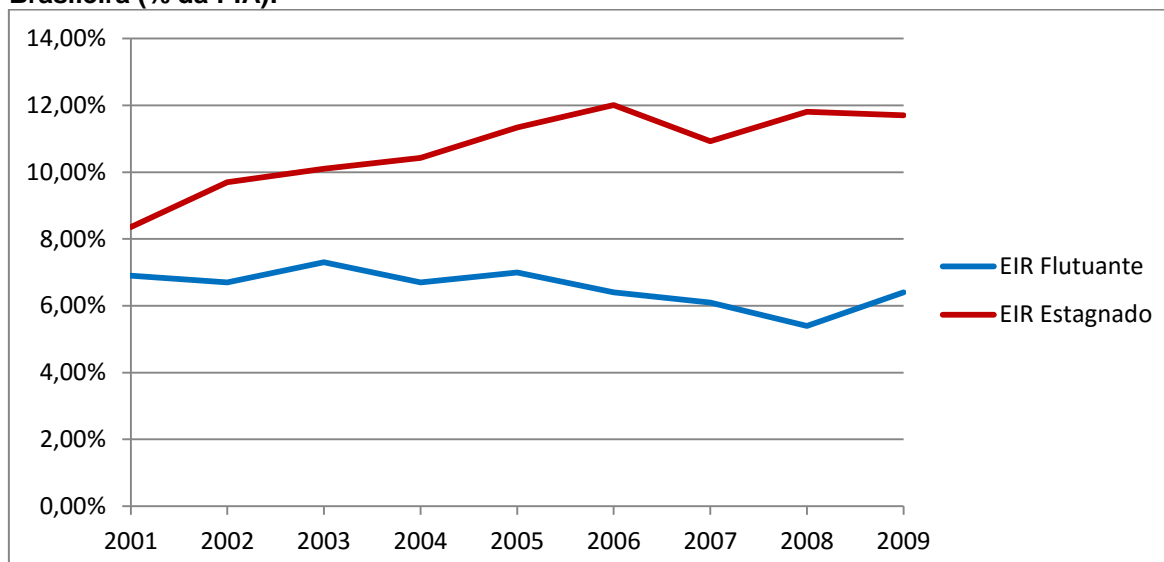
Para explicar esse processo é necessário lembrar o que é apontado por Carcanholo (1996):

Ao contrário do que assume a teoria do subconsumo, embora exista reciprocidade causal (acumulação e consumo formam uma unidade), a predominância se dá na acumulação determinando o consumo, ainda que o último condicione o primeiro. O que ocorre é que para que as pessoas consumam, elas devem obter rendimentos, que são, por sua vez, frutos de decisões anteriores de acumulação (CARCANHOLO, 1996, p. 107).

Essa característica da reanimação do quinto ciclo da economia brasileira, por sua vez, não foge a essa regra. Ela é um produto direto das características específicas da acumulação durante esse ciclo.

Apresentamos, nas figuras 16 e 17<sup>23</sup>, a evolução do exército industrial de reserva da economia brasileira em porcentagem da População em Idade Ativa. Como vemos, o EIR mantém-se mais ou menos estável durante o período, caindo levemente a partir de 2005, o que é um indício de que 1) a criação de uma população supérflua é de fato um subproduto do processo de acumulação capitalista e 2) essa população oscila de acordo com as necessidades impostas pela acumulação. Entretanto, isso já era teoricamente esperado.

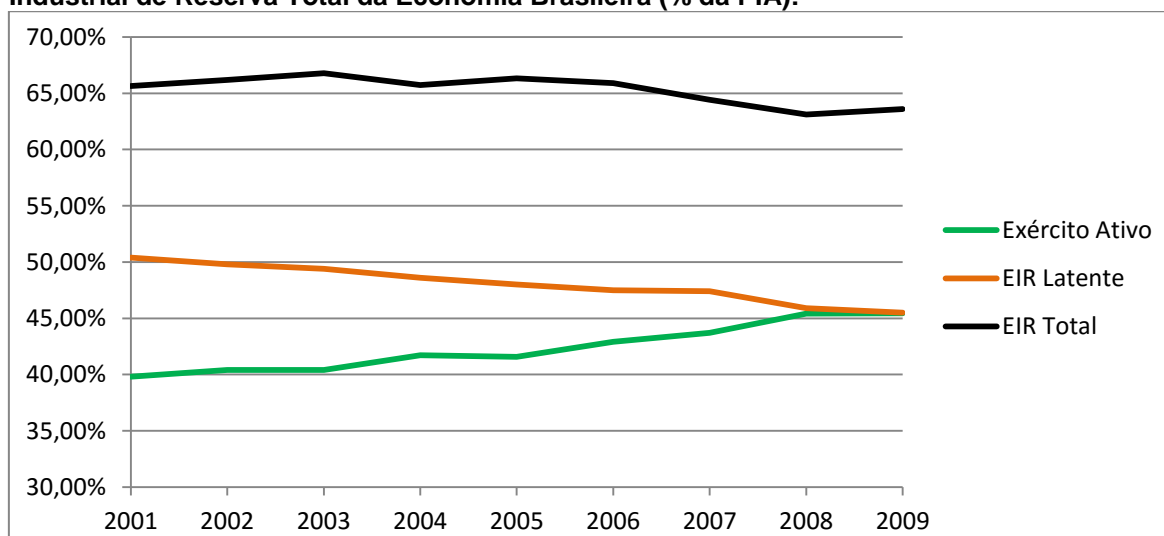
**Figura 16: Camadas Flutuante e Estagnada do Exército Industrial de Reserva da Economia Brasileira (% da PIA):**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Granato Neto (2013a, pp.84-85). Dados disponíveis na tabela 15 do Anexo E.

<sup>23</sup> Apresentamos os indicadores em gráficos distintos para que as diferentes escalas de cada um deles nos permitisse visualizar melhor sua evolução;

**Figura 17: Camada Latente do Exército Industrial de Reserva, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva Total da Economia Brasileira (% da PIA):**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Granato Neto (2013a, pp.84-85). Dados disponíveis na tabela 15 do Anexo E.

A primeira informação que é realmente importante para este ponto da análise é o fato de que a participação do exército ativo na PIA tenha ficando mais ou menos estável até 2003 (ver também figura 11). Dado que a retomada do crescimento já se inicia em 2002, somar a referida estabilidade ao pequeno aumento relativo das horas trabalhadas em relação ao pessoal ocupado na indústria que ocorre neste ano de 2002 (figura 11) só pode implicar uma coisa: obtenção de maior valor absoluto com base no aumento da jornada de trabalho.

Em segundo lugar, observando a figura 16, percebe-se que, do início da fase de animação média até 2006, há um crescimento da participação da camada estagnada do EIR na PIA, que, dada a estabilidade do exército ativo em 2002 e 2003, implica necessariamente aumento da participação da camada estagnada neste exército ativo. Isso pode ter se dado através redução do salário de indivíduos já empregados, ou através da substituição destes por outros que faziam parte de outras camadas do EIR. Por mais que a evolução das camadas latente e estagnada nas figuras 16 e 17 deem margem à aceitação da segunda possibilidade, uma análise mais profunda desvenda o que há por trás dessa aparência.

Ocorre que, dada a degradação das condições de vida da camada estagnada, uma migração advinda da camada latente só seria possível se fosse constatada uma redução dos indivíduos que pertencessem à porção mais degradada desta última. Entretanto, ao analisarmos a tabela 3, vemos que isto não ocorre.

**Tabela 3: Divisão da Camada Latente do Exército Industrial de Reserva por Faixas de Rendimento (em % do total da camada):**

Anos	[0,1]	]1, 2]	]2, 5]	]5, ∞]
<b>2001</b>	47,28%	26,48%	18,06%	8,18%
<b>2002</b>	52,78%	25,14%	15,90%	6,18%
<b>2003</b>	53,28%	24,38%	16,77%	5,57%
<b>2004</b>	54,11%	26,61%	13,78%	5,50%
<b>2005</b>	59,35%	24,22%	12,16%	4,27%
<b>2006</b>	58,85%	24,48%	11,69%	4,97%
<b>2007</b>	53,76%	26,62%	13,62%	5,62%
<b>2008</b>	56,15%	25,63%	13,78%	3,80%
<b>2009</b>	55,81%	26,00%	13,76%	3,80%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Granato Neto (2013a, pp.84-85).

Assim, ou observamos nos anos de 2002 e 2003 um processo de degradação dos padrões de vida do exército ativo, aumentando a camada estagnada, ou a parte desta camada que não pode ser captada pelos dados em função de sua desocupação tornou-se menor em função de uma maior utilização sua por parte do capital.

Seja como for, como já vimos no capítulo metodológico, por sua condição de degradação, a camada estagnada constitui fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Ou seja, tal camada está muito mais propensa a se sujeitar a intensa exploração de sua força de trabalho do que as demais. Assim, além de implicar a redução do preço de mercado da força de trabalho e, em consequência disso, aumento da porção do valor novo criado apropriada pela classe capitalista, ou seja, aumento do mais-valor apropriado, o aumento da participação da camada estagnada no exército ativo é um forte indício de aumento da produção com base no aumento da intensidade do trabalho.

Todos esses fatores apontam para as seguintes conclusões: 1) o aumento da produção no início da reanimação do quinto ciclo econômico brasileiro se deu com base no aumento da jornada de trabalho<sup>24</sup> e com base no aumento da intensidade do trabalho e 2) toda a fase de reanimação do quinto ciclo foi caracterizada pelo aumento da exploração da força de trabalho na forma de obtenção de mais-valor absoluto. Essas características particulares desta fase do ciclo, portanto, explicam o comportamento do consumo das famílias, dado que, do

<sup>24</sup> O que, dada a sua ilegalidade, dificilmente poderia ser revelado pelos dados;

ponto de vista do processo de realização, o aumento da exploração da força de trabalho se traduz no aumento de exigência sobre o consumo da classe capitalista.

Entretanto, para que o nível de atividade econômica aumente progressivamente, a unidade entre condições de extração e realização de mais-valor já deve estar reestabelecida, pois, se o valor produzido não estivesse sendo realizado, não haveria incentivo para que se produzisse mais do que no período anterior. Isso nos leva à questão: como a produção do início desta fase do ciclo está sendo realizada?

É preciso frisar primeiramente que não é necessário que o consumo retome a sua trajetória de crescimento para que seja inferido o reestabelecimento da unidade condições de extração x condições de realização de mais-valor. Basta que a demanda solvente existente seja suficiente para que o capital que sobreviveu à crise produza com lucro. Com as informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais de estatística, entretanto, essa condição pode ser apenas pressuposta ou, no máximo, inferida. É neste sentido que variação negativa de estoques (tabela 8 do Anexo B) que observamos em 2002 pode ser tomada como um indício de que, já neste ano, a unidade entre o referido par de contrários foi minimamente reestabelecida.

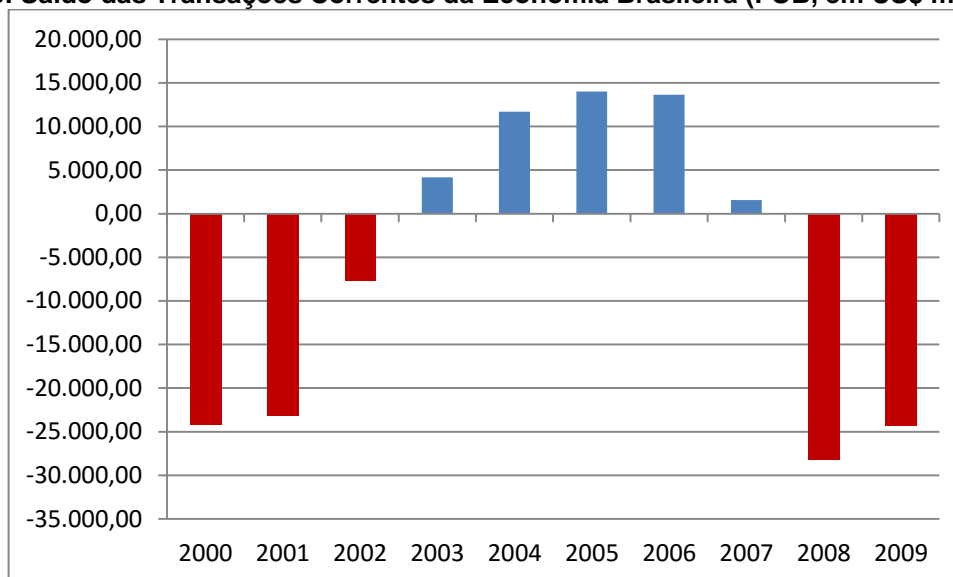
Além disso, há mais dois indícios de ampliação das condições de realização do mais-valor produzido. Primeiramente, analisando os dados da figura 14, observamos a elevação das taxas de crescimento do consumo da administração pública já a partir de 2001.T4. Em segundo lugar, como podemos ver na figura 18, apresentada adiante, a partir de 2003, a economia brasileira começa a ter saldos positivos na conta de transações correntes, fazendo da renda internacional um dos componentes que trabalharam na ampliação supracitada.

Desta forma, o capital deu continuidade ao seu processo de acumulação até o segundo trimestre de 2004 com base no aumento da exploração da força de trabalho, mais especificamente pela obtenção de mais-valor absoluto, e contando com a elevação do consumo da administração pública e com a entrada de renda no país para ampliarem as condições de realização do mais-valor extraído. O aumento de lucratividade que, por suposto, foi provocado por esse cenário cria, portanto, o incentivo necessário para o aumento do vigor dessa acumulação. Diante do fato de que, como pode ser visto na figura 15, durante todo o período que vai de 2002.T3 até 2004.T2 observa-se um decréscimo dos índices de inadimplência da



economia brasileira, vislumbra-se também a possibilidade crescimento de atividade dentro do setor financeiro da economia, cujo comportamento é suposto como regrado pela mesma lógica de acumulação do capital industrial.

**Figura 18: Saldo das Transações Correntes da Economia Brasileira (FOB, em US\$ milhões):**



Fonte: BCB Not. Imp./Set. Ext. (dados disponíveis na tabela 10 do anexo C).

Nessa conjuntura, a partir de 2004, como pode ser visto nas figuras 9 e 11, os capitalistas passam a expandir a produção com base também na ampliação da utilização da capacidade instalada. Entretanto, tendo a trajetória da camada estagnada do EIR como *proxy*, observa-se que persiste a elevação do aumento da taxa de exploração. O fato é que, independente disto, a própria acumulação começa a gerar condições para que ela mesma se dê de forma mais acelerada, com o aumento dos postos de trabalho. Os estímulos gerados pela acumulação e pela melhora da confiança dos agentes convergem, portanto, numa ação conjunta sobre a esfera de realização que, como aponta Carcanholo (1996, p. 107), condiciona novamente a acumulação. É notável, por sua vez, a capacidade que o capital nacional teve de perceber esse rumo da conjuntura econômica. Veja, pela comparação das figuras 10 e 14, que a taxa de crescimento anual acumulado do consumo das famílias e da FBCF começam a aumentar conjuntamente. Logo em seguida, em resposta ao aquecimento da economia, inicia-se o processo de crescimento das operações de crédito (figura 12), possibilitando, por sua vez, uma acumulação mais acelerada.

A partir daí, a economia caminha para o auge do ciclo econômico. Cabe, entretanto, estabelecer os limites de demarcação dessa transição. Ou seja, o ponto onde o salto qualitativo de transformação de uma fase em outra ocorre.

## 7.5 O PERÍODO DE AUGUE DO QUINTO CICLO: 2006.T1-2008.T3:

Sabemos que é no auge que se produz a superprodução latente que culmina na crise, sendo ela uma consequência de uma exacerbação cada vez maior da oposição da unidade de contrários fundamental da economia capitalista. Portanto, o período de auge é marcado pelo início desse processo de exacerbação. Na seção 7.1 do presente capítulo, para tratarmos da crise de 1997.T3, tratamos também do auge do ciclo anterior e, em consequência disso, observamos o desenrolar desse processo. Aqui, no entanto, a lógica da argumentação seguirá um rumo distinto apenas pelo fato de que, ao passo que a série de produtividade utilizada por nós foi descontinuada, estamos agora de posse de outros indicadores que nos possibilitam acompanhar o processo de uma maneira distinta.

Se observarmos a evolução das taxas reais de crescimento anual acumulado do PIB e do consumo das famílias da economia brasileira (figuras 7 e 14, respectivamente), podemos perceber que, de 2004.T2 até 2005.T4 (por mais que em 2004 tenha ocorrido algo muito similar ao que ocorreu no período 1994T.1-1995.T2, como podemos ver pela expressiva variação de estoques da economia no ano apresentada na tabela 8 do Anexo B), as condições de extração e realização do mais-valor ampliam-se mais ou menos na mesma medida. A partir de 2006.T1, entretanto, embora assumam ambas trajetórias ascendentes, a inclinação dessas trajetórias começa a divergir: A taxa de crescimento da produção claramente aumenta de forma mais acelerada, se comparada ao consumo das famílias. Mas, não é só isso.

Já tratamos anteriormente da relação existente entre exército industrial de reserva e acumulação (MARX, 1985b, V. II, pp. 179-197). Conforme a última acelera, a pressão que exerce no primeiro tem claras consequências no rendimento dos trabalhadores. A partir de 2004, podemos observar na figura 16 que a participação do exército ativo na PIA começa a elevar-se. O interessante é que, em 2006, o aumento da participação da camada estagnada do EIR na PIA e, conseqüentemente, no exército ativo, que se observava em andamento desde 2001,

cessa, passando esse indicador a ficar mais ou menos estável, chegando até a cair de 2006 a 2007. Para nós, isso deve ser interpretado como o sinal do aumento da pressão da acumulação sobre o exército industrial de reserva, que tem como consequência uma elevação do preço da força de trabalho, precisamente uma característica do auge do ciclo.

Voltando agora a nossa atenção para a figura 10, vemos que, novamente, a partir de 2006.T1, a taxa real de crescimento anual acumulado da Formação Bruta de Capital Fixo assume uma trajetória ascendente de elevada inclinação e praticamente linear.

É, além disso, por volta do início do quarto trimestre de 2005, em outubro deste ano, para ser mais exato, que os índices de inadimplência da economia, que caíram durante praticamente todo o período de reanimação, voltam a crescer.

A nossa interpretação da dinâmica desses indicadores que é observada é, portanto, a seguinte:

A partir de 2006.T1, o caráter da acumulação que se processa na economia brasileira é distinta da que ocorria de 2002.T1 a 2005.T4. Está claro que os investimentos feitos durante todo o período 2004.T2-2008.T3 tiveram como característica a elevação do número absoluto de força de trabalho empregada pelo capital. Contudo, ao que nos parece, a partir de 2005.T4, mesmo com essa elevação, aumenta também a composição orgânica do capital da sociedade. O que nos leva a essa conclusão são os indícios de estreitamento das condições de realização do mais-valor extraído que surgem a partir da referida data. Primeiramente, a redução da aceleração das taxas de crescimento do consumo das famílias em comparação a aceleração do crescimento do nível de atividade econômica. Soma-se a isso o fato de que, constatado o surgimento dessa discrepância, em um cenário de oferta crescente de créditos de produção e realização (ver figura 12), os índices de inadimplência em t-3 e t-4 voltam a crescer, indicando que o valor adiantado pelas operações de crédito para que circule mercadoria sem que circule dinheiro não consegue ser obtido em um futuro próximo e, assim, pessoas físicas e jurídicas não conseguem honrar seus compromissos. Outro sintoma de que se inicia na referida data a exacerbação da contradição fundamental do capitalismo é o crescimento da magnitude da variação de estoques na economia brasileira a partir de 2006, praticamente dobrando de 2007 para 2008.

Para nós, portanto, a partir de 2006.T1, a economia brasileira entra no auge do seu quinto ciclo econômico e marcha para a crise que marcará a sua entrada em um novo ciclo.

#### 7.6 A CAUSA NÃO-ESSENCIAL DA CRISE DE 2008.T4:

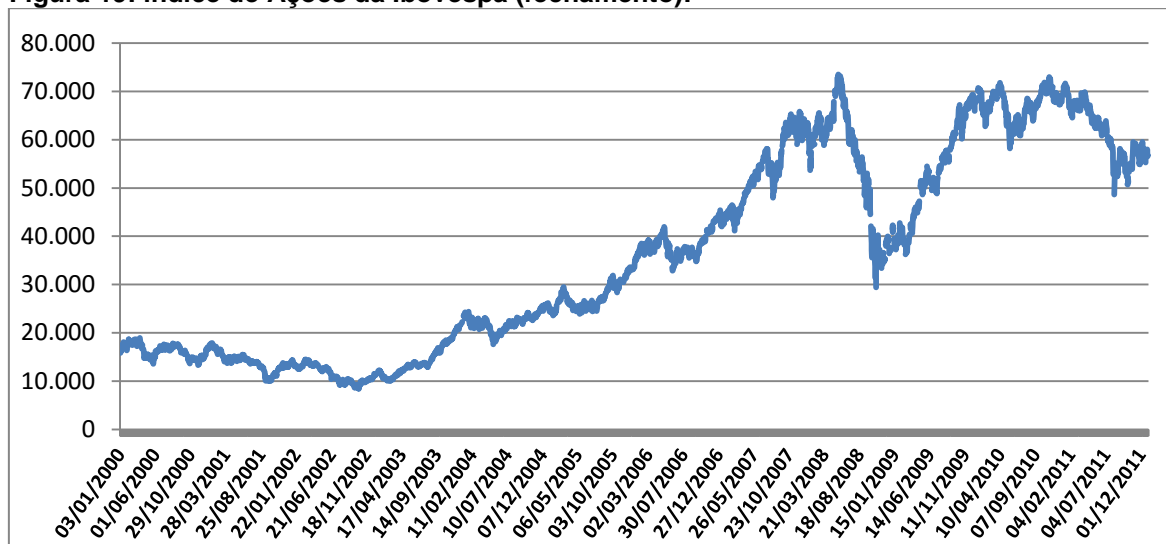
Como vimos, a partir de 2006.T1, inicia-se, mais uma vez, o processo de aumento de tensão entre os contrários que formam a contradição fundamental do capitalismo. A realização total do valor anualmente produzido, que está em constante aumento e se materializando em uma quantidade cada vez maior de valores de uso, torna-se, assim, cada vez mais difícil. Em 2008.T3, por fim, como pode ser visto na figura 7, o nível de atividade econômica alcança seu grau máximo, e, no quarto trimestre de 2008, evidencia-se a queda nos investimentos (ver figura 10) e no nível de atividade econômica de um modo geral.

A reversão acentuada das trajetórias das taxas reais de crescimento anual acumulado do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo não deixam dúvidas: no quarto trimestre de 2008 inicia-se um processo de destruição de capital real na economia brasileira. Como vimos, em 2007, a variação de estoques da economia já alcançava um valor considerável (10,76 bilhões) e quase dobra no ano seguinte. Isso indica que, de fato, em 2008.T4, a quantidade de valores de uso cujo mais-valor não se conseguia realizar era enorme. Analisando a figura 18, percebemos que já em maio de 2008 se processa uma reversão do processo de valorização do capital fictício.

Contudo, a redução das receitas esperadas, calculadas por antecipação, responsável pela queda do preço de mercado do capital fictício, não foi provocada apenas pela constatação da superprodução latente por parte dos agentes econômicos. O aparecimento de rumores sobre as perdas de dois *hedge funds* geridos pelo Bear Sterns, quinto maior banco de investimentos estadunidense, em junho de 2007, marcou o início de uma das maiores perturbações financeiras da história do capitalismo, a qual ficou conhecida como Crise do Subprime (Farhi e Cintra, 2009, pp. 275 e 276). Ocorre que tais fundos tinham ativos garantidos por hipotecas subprime, que eram hipotecas classificadas como de alto risco em função da capacidade de pagamento dos devedores. A elevação dos preços dos imóveis neste país, consequência da bolha imobiliária que se formava desde 2000, no

entanto, minimizava este risco, visto que a garantia destes empréstimos eram precisamente os imóveis.

**Figura 19: Índice de Ações da Ibovespa (fechamento):**



Fonte: BM&FBovespa.

Contudo, o inevitável ocorreu. Os agentes que realizaram tais hipotecas não conseguiram honrar com seus compromissos e quebrou-se a unidade entre dinheiro como medida de valor e forma-preço ideal e dinheiro como valor de troca real, o que deu início a uma série de rompimentos na cadeia de pagamentos. Nessa conjuntura, a demanda por imóveis arrefeceu, e os preços destes começaram a cair, agravando a situação. Esse efeito dominó culminou na falência de uma série de instituições financeiras nos Estados Unidos ao longo de 2008.

A interligação entre instituições financeiras, entretanto, não se dá apenas em nível nacional, mas em nível global. Um exemplo claro é o das companhias Federal National Mortgage Association e Federal Home Loan Mortgage Association, apelidadas respectivamente de Fannie Mae e Freddie Mac. Quando, em julho de 2008, a combinação entre o pequeno patrimônio dessas empresas (apenas US\$71 bilhões) e a queda dos preços dos imóveis colocou-as diante da possibilidade de insolvência (Farhi e Cintra, 2009, pp. 277 e 278), o pânico alastrou-se não só pelos Estados Unidos, mas pelo mundo. Ocorre que:

A Fannie Mae tinha dívida total em torno de US\$ 800 bilhões, enquanto a da Freddie Mac alcançava US\$740 bilhões. Ademais, as duas companhias carregavam ou tinham dado garantias a títulos hipotecários no valor de US\$ 4,6 trilhões [...]. Complicando ainda mais a situação, parte significativa desses títulos tinha sido adquirida por bancos centrais estrangeiros. Em

junho de 2008, a dívida total das agências federais americanas detida por estrangeiros somava US\$ 1,66 trilhão, sendo US\$ 1,1 trilhão em portfólios de credores oficiais e US\$ 557 bilhões em credores privados. Em outras palavras, os títulos emitidos pela Fannie Mae e pelo Freddie Mac foram considerados para a aplicação das reservas internacionais como tão “sem riscos” quanto os títulos do Tesouro americano, com a vantagem de oferecer rendimentos um pouco mais elevados (FARHI e CINTRA, 2009, p. 278).

Ou seja, dado o tamanho da economia americana e, em consequência disso, dado o volume das transações financeiras realizadas pelas instituições deste país, fica claro que, mais cedo ou mais tarde, esta situação provocaria impactos financeiros nos demais países do globo, incluso nestes, o Brasil.

Com o estouro da bolha imobiliária estadunidense, portanto, o pânico era geral no mercado financeiro internacional. Em momentos como esses, por sua vez, a atratividade não está nos altos rendimentos, mas sim na segurança da aplicação. Os mercados emergentes, de partida, já não são tidos por esses agentes econômicos como aplicações seguras. Somando-se a isso o fato de que, como já demonstramos, a economia brasileira já apresentava dificuldades de realização do mais-valor produzido, ao final de maio/começo de junho de 2008, tem início um devastador processo de destruição de capital fictício no mercado de capitais desta economia. Em setembro, quando da falência do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers, a queda torna-se vertical (ver figura 19).

De uma maneira mais geral, a pura e simples destruição do capital fictício, sob a forma de queda do preço dos ativos negociados na bolsa, implica considerável destruição de capital real, dado que boa parte do capital dinheiro latente das grandes empresas estava imobilizada sob a forma de capital fictício. Entretanto, essa situação afetou o lado real da economia de outras formas. Um exemplo marcante foi o prejuízo bilionário amargado pela Sadia e pela Aracruz. Com a baixa cotação do dólar no país, enquanto o mercado financeiro brasileiro estava em efervescência, tais empresas optaram pela obtenção de recursos através de operações com derivativos cambiais, dado que geravam menores despesas. A brusca elevação do preço da moeda americana provocada pela massiva fuga de capital especulativo a partir de junho, entretanto, fez com que a dívida dessas empresas aumentasse significativamente, dificultando o processo de circulação de seu capital.

Assim, como previsto teoricamente, mais uma vez a esfera financeira funciona como agente deflagrador, ou causa secundária, das crises cíclicas de superprodução.

#### 7.7 O PERÍODO DE CRISE DO SEXTO CICLO E A ESTRANHA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: 2008.T4-2010.T4:

Sabemos que o que agora analisamos é simplesmente outra manifestação do mesmo fenômeno que atingiu a economia brasileira no terceiro trimestre de 1997: a crise de superprodução. Diante disso, é de se esperar que as características essenciais desse fenômeno possam novamente ser observadas na sua nova manifestação. E é de fato o que ocorre.

Como vimos, o processo de destruição de capital fictício iniciou-se já em maio de 2008. Com alguma demora, apenas no último trimestre de 2008, a combinação deste processo com o estreitamento das condições de realização de mais-valor forçaram os capitalistas a frearem o processo de acumulação. Na figura 7, observamos, a partir de 2008.T4, uma rápida redução das taxas reais de crescimento anual acumulado do PIB da economia brasileira, que chegam a decrescer a uma taxa de 1,41% em 2009.T3. Isso ocorre devido ao fato de o capital nacional não conseguir realizar todo o mais-valor contido no capital mercadoria, situação que, como visto, pode ser inferida pela elevada variação de estoques (acima de R\$20 bilhões) no ano de 2008.

Vemos, além disso, na figura 10, que a redução das taxas de crescimentos do investimento é mais brusca do que a das taxas do nível de atividade econômica em geral. Ora, com os estoques elevados, não há qualquer razão para que se invista na economia e, em 2009.T3, a Formação Bruta de Capital Fixo chega a decrescer a uma taxa de 8,17%. Ousamos dizer que essa redução só não é maior em função da presença de bens de consumo duráveis no cálculo do indicador, consequência de se ter a teoria neoclássica/keynesiana por base para a elaboração deste.

Aqui, portanto, há uma dupla repulsão de força de trabalho por parte do capital: tanto a composição orgânica está mais elevada do que antes, como também é necessária uma menor quantidade de força de trabalho para se produzir a quantidade demandada. Assim, como podemos ver na tabela 14 do anexo E, há um aumento significativo da taxa de desemprego em 2009, se comparado a 2008.

Entretanto, é importante salientar que, pela observação do gráfico apresentado na figura 11, a redução da força de trabalho utilizada não se dá apenas através de demissões. Podemos observar no referido gráfico que a redução nas horas trabalhadas supera a redução do pessoal ocupado. Isso porque, conforme apontado pelas análises de conjuntura do Projeto de Globalização e Crise na Economia Brasileira para o período (PROGEB, 2008, 2009), uma série de empresas optou pela utilização de férias coletivas para reduzir o volume produzido. Conforme veremos logo mais, essa opção está relacionada à expectativa de rápida recuperação provocada pela ação do governo durante a crise. De qualquer forma, com a redução do emprego, não poderia se esperar outra coisa que não uma redução das taxas reais de crescimento anual acumulado do consumo das famílias que se observa na figura 14.

O aprofundamento do estreitamento das condições de realização do mais-valor extraído, entretanto, não é tão significativo. Note que a taxa mínima de crescimento alcançada pelo consumo das famílias é de 3,23%. Isso é em parte explicado pela manutenção do crescimento de operações de crédito a taxas significativas (acima de 10%, conforme apresentado na figura 12). Como era de se esperar, entretanto, expansão do crédito em um panorama de estreitamento das condições de realização deveria culminar em um aumento da inadimplência, como pode ser observado na figura 15.

O quadro de superprodução na economia brasileira, portanto, se repete 11 anos após 1997.T3. Entretanto, até aqui, já está claro que, em comparação ao que ocorre em 1997.T3, os efeitos nocivos da crise na dinâmica da acumulação estão bem mais brandos. Além disso, se observarmos a tabela 8 do anexo B, no ano de 2009 há uma queda superior a R\$3 bilhões nos estoques da economia. Como vimos anteriormente, todavia, durante todo o período de crise e depressão do ciclo anterior, os estoques cresceram. Soma-se à amenidade dos efeitos da crise o fato de que, como podemos observar nas figuras 7 e 10, já no ano seguinte, em 2010, a economia brasileira retoma seu processo de acumulação e apresenta altas taxas de crescimento, superiores inclusive às apresentadas no período que denominamos de auge.

O quadro apresentado, portanto, em 2008.T4-2010.T4, é extremamente semelhante ao que se processa em 1995.T3-1997.T3, com o agravante de que, após o ajuste, a economia alcança taxas de crescimento superiores. Por que motivo,

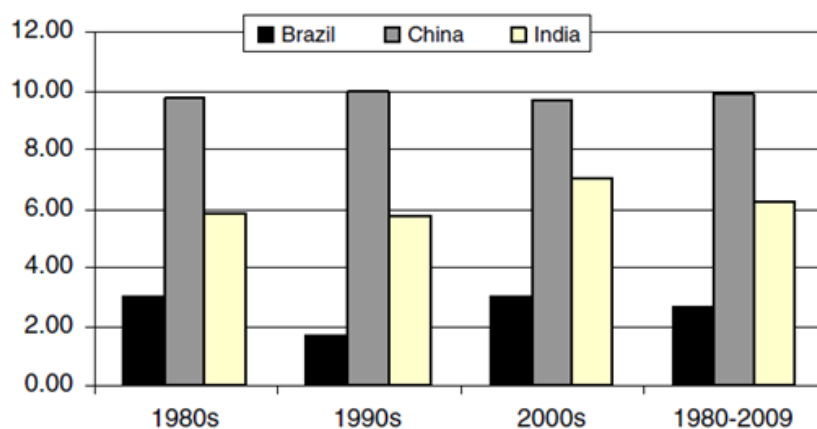


então, estamos supondo que o último foi um mero ajuste, enquanto que o primeiro é de fato uma nova manifestação das crises cíclicas de superprodução?

Existem, na verdade, duas razões para que o façamos. A primeira delas, a baixa taxa de acumulação experimentada pela economia brasileira durante as fases de expansão do ciclo, não deve ser tomada como principal, já que, apesar de ter participação no processo de abrandamento da crise de 2008.T4, os fatores que a produziram, em alguma medida, também podem ser observados no ciclo anterior. Entretanto, enquanto em 1995.T3 a recuperação processou-se sem qualquer ação do governo, em 2008.T4, como iremos demonstrar, o governo fez tudo o que estava ao seu alcance para deliberadamente tentar reverter o quadro de crise que se apresentou para a economia brasileira. Passemos, então, a apresentar os fatores que produziram essa deformação na fase de crise do sexto ciclo da economia brasileira.

Em seu artigo “Brazil’s Growth Performance: a comparative perspective to Asian giants”, Nazmi e Revilla (2010) fazem uma análise da magnitude do crescimento econômico brasileiro. Comparando o crescimento econômico brasileiro nas décadas de 1980, 1990 e 2000 com o de países emergentes com características econômicas semelhantes, conforme gráfico reproduzido na figura 20, concluem que o crescimento deste país “has been disappointing when compared to those achieved by other geographically large emerging market economies of China and India” (NAZMI e REVILLA, 2010, p. 8).

**Figura 20: Comparação entre o Crescimento Econômico Brasileiro, Chinês e Indiano:**



Fonte: Nazmi e Revilla (2010, p. 8).

A apreciação feita por nós, por sua vez, não poderia ser diferente. Contudo, o que poderíamos dizer acerca das razões pelas quais isto ocorre?

Segundo os referidos autores, o crescimento da economia brasileira durante o período que estamos estudando está aquém do normal devido a uma baixa taxa de formação bruta de capital (NAZMI e REVILLA, 2011, pp. 14 e 15), e, por sua vez,:

[...] a low rate of gross capital formation is a reflection of the overall investment climate (the 'enabling environment' for growth), which is similarly affected by macroeconomic instability, closeness of foreign trade, lagging international competitiveness, high interest rates, a weak regulatory regime (leading, for example, to labour-market problems), and poor rule of law (NAZMI e REVILLA, 2011, p. 15).

Este argumento, contudo, tem três de problemas graves: a presença de conceitos vagos como “instabilidade macroeconômica”, a tautologia que é explicar o baixo crescimento pelo atraso tecnológico e a falsa ideia de que o aumento abrupto do grau de abertura comercial poderia acelerar o crescimento econômico do país. Apesar disso, levanta dois pontos interessantes.

O primeiro deles diz respeito ao aumento da flexibilidade do mercado de trabalho. De fato, do ponto de vista do capital, em um período de expansão econômica, a flexibilização do mercado de força de trabalho constituiria um estímulo ao aumento da produção, visto que aumenta os lucros auferidos pelos capitalistas. Contudo, sabemos que o conteúdo das crises consiste na produção de uma enorme quantidade de mercadorias, de uma enorme quantidade de consumidores e, ao mesmo tempo, na criação de barreiras que impedem o consumo. Assim, a flexibilizar o mercado de trabalho representaria também um agravamento da contradição fundamental do Modo de Produção Capitalista, que, por sua vez, se traduziria num aumento das referidas barreiras que impedem o consumo e, por fim, num agravamento das crises sofridas pela economia brasileira. Teoricamente, portanto, pelo menos para nós, não há como saber qual dos impactos seria mais significativo. Além disso, caso deixemos de considerar exclusivamente a acumulação e passarmos a considerar também o impacto nas condições de vida da classe trabalhadora, a defesa do argumento torna-se ainda mais difícil.

O segundo ponto, no entanto, as altas taxas de juros praticadas pelo governo, constitui para nós uma das principais causas dessa atrofia do crescimento econômico.

No dia 1º de Julho de 1999, o governo brasileiro adotou oficialmente o Regime de Metas para Inflação. A partir desta data, o Banco Central do Brasil

passou a tomar as devidas medidas para “perseguir” as metas definidas pelo Comitê de Política Monetária, Copom, com base em propostas do Ministro da Fazenda. Após estudos acerca da estrutura da economia brasileira, os departamentos de pesquisa do BCB concluíram que a principal ferramenta utilizada para o controle inflacionário seria a variação da taxa básica de juros, a Selic. É interessante notar como o vice-chefe do Departamento de Pesquisa, Joel Bogdanski, o chefe do Departamento de Pesquisa, Alexandre Antonio Tombini (atual presidente do BC) e o vice presidente do Banco Central desta época, Sérgio Werlang, explicam os mecanismos de transmissão dos impactos da variação da Selic na inflação:

In order to build small structural macroeconomic models, the Central Bank studied the various channels of transmission of monetary policy. [...] the main conclusions are the following: (i) interest rate affects consumer durables and investment in a period between 3 to 6 months. Moreover, the output gap takes additional 3 months to have a significant impact on inflation... (BOGDANSKI, TOMBINI, e WERLANG, 2000, p. 7).

Desta forma, para o BCB, o combate da inflação consiste em utilizar a variação da Selic para diminuir o consumo de bens duráveis e o investimento e, consequentemente, o PIB da economia, para que isto tenha impacto nos preços. O argumento teórico que justifica esta ação é o de que, no longo prazo, a política monetária não exerce influência sobre o produto. Ou seja, apoiado pela “certeza teórica” de que, no longo prazo, o nível do produto não guardará relação alguma com qualquer política monetária que tenha sido feita até então, desde 1999, o BCB tem mantido a taxa básica de juros em um nível bastante elevado, e, consequentemente, freado o crescimento econômico ao longo deste período. Tal situação leva, inclusive, alguns pesquisadores a afirmarem que “Há, portanto, outra causa para a insistência dogmática em manter os juros elevados: a submissão dos dirigentes do Banco Central – senão comprometimento direto – à ação monopólica dos cartéis financeiros, sobretudo os estrangeiros” (DE SOUZA, 2006, p. 92). A despeito disto ser ou não verdade, não interessa em nada à nossa análise a discussão das causas da política monetária levada a cabo pelo governo.

Aos fatores que explicam a baixa formação bruta de capital fixo na economia brasileira, Nazmi e Revilla (2010) acrescentam ainda a estrutura dos gastos do governo, que são constituídos apenas em uma pequena medida por investimento público (Nazmi e Revilla, 2010, pp. 17 e 18). Contudo, para nós, o problema com a

política fiscal do governo não para por aí. Cabe acrescentar que, no período que vai de 2000 a 2009, enquanto as despesas correntes cresceram 152,83%, as receitas tributárias cresceram 204,86% (elaboração própria a partir de Min. Da Fazenda/STN). Assim, durante toda a fase de expansão do quinto ciclo, a política fiscal do governo foi contracionista, causando impactos negativos na acumulação de capital.

Diante disso, pelos fatores aqui apontados, o Brasil experimentou taxas anormais de crescimento durante o ciclo econômico 1997.T3-2008.T3. Este crescimento insatisfatório experimentado por nossa economia constitui um dos fatores que contribuíram para a diminuição da força da crise de superprodução de 2008.T4.

Ora, sabemos que as crises são de superprodução, uma superprodução de capitais sob todas as formas. A função destas crises é a destruição do capital em excesso. Os vários ciclos das economias de todo o mundo, por sua vez, devido à globalização, estão sincronizados. Assim, se o país estava a crescer a um ritmo abaixo do que o que sua economia era capaz, ao se chegar à fase de superprodução do ciclo mundial, a destruição de capitais será igualmente reduzida, pois não há um excesso de capitais considerável a ser destruído. Em função disto, portanto, há uma mitigação dos efeitos da crise no país.

O segundo fator responsável pela deformação da fase de crise do sexto ciclo foi a justeza das medidas anticíclicas adotadas pelo governo. Dentro destas podemos encontrar tanto medidas de política monetária expansionista, como de política fiscal expansionista.

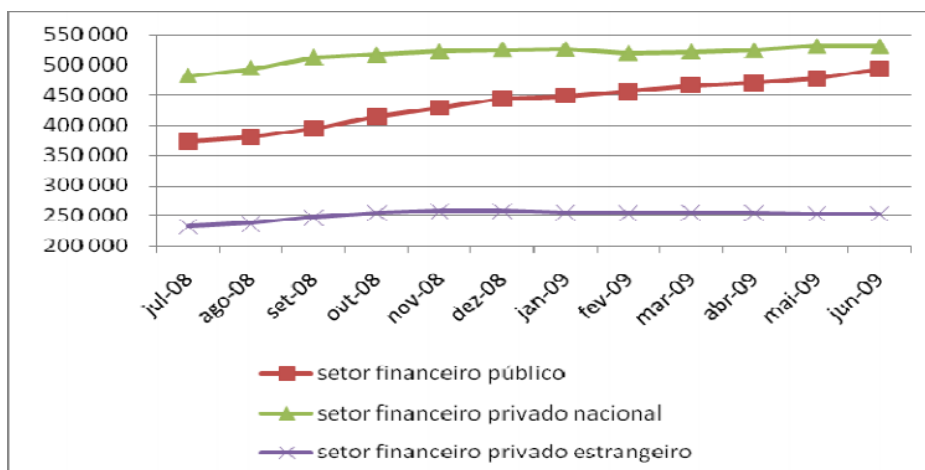
No seu artigo “Avanços, Recuos, Acertos e Erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional”, Araújo e Gentil (2010) fazem um apanhado das medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro após ser deflagrada a crise no país. Algumas destas medidas foram ineficazes; outras, no entanto, a nosso ver, cumpriram totalmente o objetivo a que se propunham. Nossa atenção estará voltada para estas últimas.

No grupo das políticas monetárias expansionistas eficazes adotadas pelo governo podemos citar a redução da Taxa Básica de Juros, a Selic, de 13,75% a.a. (janeiro de 2009), para 8,75% a.a. (junho de 2009) e a expansão do crédito através da utilização dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, BNDES). Foram

precisamente essas medidas as responsáveis pela manutenção da taxa de crescimento anual acumulado das operações de crédito ao setor privado em níveis sempre superiores a 10% durante toda a crise (ver figura 12). Isto, por sua vez, como já apontamos, estimulou tanto o aumento do consumo, como dos investimentos, pois baratearam e facilitaram os empréstimos a pessoa física e jurídica, ou seja, geraram créditos de produção e realização.

Para comprovarmos, no entanto, que foram as medidas referidas anteriormente que mantiveram o alto ritmo de expansão das operações de crédito, precisamos desagregar os dados da figura 12. Isto, todavia, já foi feito por Araújo e Gentil (2010) e a figura 21 constitui o resultado deste exercício.

**Figura 21: Operações de Crédito do Sistema Financeiro por Propriedade de Capital (R\$ milhões):**



Fonte: Araújo e Gentil (2010, p. 7).

Como podemos observar, no período mais crítico da fase de crise, tanto o crédito oferecido pelo setor privado nacional, quanto o oferecido pelo setor privado estrangeiro, estão estagnados. Já o oferecido pelo setor público continua em expansão e seu montante total fica cada vez mais próximo do correspondente ao setor privado nacional.

Mas, as medidas anticíclicas do governo não se restringiram à política monetária. Adotou também uma política fiscal expansionista através de desoneração fiscal dos setores automobilístico, de eletrodomésticos da “linha branca”, de materiais de construção e moveleiro. O montante de recursos envolvido nesta política foi o equivalente a 0,3% do PIB (ARAÚJO e GENTIL, 2010, p. 10), o que, se considerarmos a meta de 2,5% do PIB para o superávit primário em 2009, é significativo. Mas, o que mais chama atenção nesta medida de desoneração fiscal é

a sua eficiência. Ao contrário de outros países que tentaram fornecer recursos a consumidores e bancos, esperando que, de alguma forma, estes recursos fossem drenados pelo mercado, a expansão fiscal brasileira estava estritamente vinculada ao consumo. Caso não fosse para consumir, e consequentemente, estimular a economia, o governo não abriria mão de recurso algum!

Ainda tratando da política fiscal, outras duas medidas tomadas pelo governo foram de grande importância para aquecer a economia: o aumento do investimento público e a utilização das empresas estatais como instrumento de política econômica. Esta segunda, inclusive, a nosso ver, merece uma atenção especial. Isto porque julgamos que a maioria dos economistas parece não entender que um forte instrumento de política econômica do governo são as empresas que estão sob seu controle. O que acontece é que, devido ao caráter da propriedade, neste tipo de empresa, o investimento pode manter seu ritmo de crescimento (inclusive até acelerar tal ritmo) durante períodos de crise, quando ninguém está investindo. É em função disto que Gobetti (2010 apud Araújo e Gentil, 2010, p. 11) faz uma correção da metodologia de cálculo da Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, passando a acrescentar, a este indicador, o investimento das estatais. O resultado obtido está apresentado na tabela 4.

**Tabela 4: Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público (R\$ milhões):**

<b>Anos</b>	<b>Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público (União, Estados Municípios e Estatais) em R\$ milhões</b>	<b>% PIB</b>
1995	25.932,00	3,67
1996	30.695,00	3,64
1997	32.165,00	3,42
1998	36.695,00	3,75
1999	24.918,00	2,34
2000	29.547,00	2,51
2001	35.737,00	2,74
2002	49.509,00	3,55
2003	44.928,00	2,64
2004	51.468,00	2,65
2005	57.487,00	2,68
2006	70.205,00	2,96
2007	77.817,00	2,93
2008	111.579,00	3,71
2009	137.433,00	4,38

Fonte: Gobetti (2010 apud Araújo e Gentil, 2010, p. 11).

Como podemos ver, durante quase todo o período de expansão do ciclo 1997.T3-2008.T3, a participação do investimento público no PIB se mantém por

volta dos 2,7%. Chegada a crise, este indicador salta até atingir 4,38%. Além de constituir, por si só, aumento de produto, estes investimentos estimulam ainda o Departamento I, o que, por sua vez, estimula também o consumo, que estimula novamente a produção.

Assim, pelo lado monetário, o governo não só facilitou a obtenção de crédito, mas tornou a sua utilização mais atrativa para os agentes econômicos. Já pelo lado fiscal, além de desonerar uma série de categorias de bens de consumo duráveis, o governo aumentou o investimento público, utilizando, inclusive, as empresas estatais para fazê-lo. O resultado da combinação dessas medidas, portanto, foi o seguinte: a desoneração fiscal viabilizou uma redução do preço de mercado dos bens de consumo duráveis sem qualquer redução do excedente a ser apropriado pela classe capitalista. A pura e simples queda do preço estimula a compra por parte de consumidores que já faziam parte da demanda solvente, além de aumentar essa última. A existência de crédito de realização mais barato e de fácil obtenção no mercado trabalhou, por sua vez, no mesmo sentido de aumento da demanda solvente, dado que reduzia, por exemplo, o tamanho das parcelas de financiamentos ou o volume de recursos a ser angariado pelos indivíduos para saldar a dívida em tempo determinado. Por outro lado, o aumento dos investimentos públicos gerou mais demanda na economia, tanto pela renda gerada no Departamento I, quando pela propagação do efeito positivo que uma produção exerce na outra (capitalista A aumenta a produção, demandando mais matérias-primas produzidas por B, que, para atender tal demanda, aumenta também a sua produção, aumento este que, além de gerar renda, gerando estímulos aos produtores de bens de consumo, gera mais demanda por meios de produção, etc.). Existiu, portanto, um duplo estímulo da demanda: aumento do poder de compra (desoneração e expansão do crédito) e geração de poder de compra (impacto do aumento de produção). Por fim, o aumento da produção estava ainda mais vantajoso em função do fato de que os créditos de produção estavam também mais fáceis e baratos, o que tornava o custo de aumento da produção menor.

As informações aqui apontadas, portanto, nos levam à seguinte conclusão. Durante a fase de expansão do ciclo 1997.T3-2008.T3, as políticas fiscal e monetária contracionistas do governo reduziram a velocidade da acumulação de capital da economia brasileira. Em virtude disso, reduziu-se o grau de tensão da contradição fundamental do capitalismo e, conseqüentemente, a superprodução

gerada por esse processo. Ao se somar a isso as medidas anticíclicas tomadas pelo governo durante o período de crise do seu sexto ciclo econômico, observou-se um desaparecimento temporário dos efeitos negativos da superprodução na economia na forma de uma retomada do processo de acumulação. Em outras palavras, a reversão do processo de destruição de capitais que se inicia na economia brasileira no quarto trimestre de 2008, além de estar relacionada com a baixa velocidade de acumulação de capital experimentada pela economia brasileira durante o seu quinto ciclo, foi deliberadamente provocada por intervenção governamental direta com políticas monetária e fiscal expansionistas, que reestabeleceram temporariamente as unidades que garantem a continuidade do processo de acumulação capitalista.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Uma vez findado o nosso trabalho, nos resta apontar o que pensamos terem sido as contribuições teóricas e empíricas deste, assim como as suas principais conclusões. Sobre essas contribuições, primeiramente é necessário dizer que, por mais que não seja possível prever com certeza o que ocorreria caso a pesquisa fosse realizada em condições objetivas distintas, acreditamos que não seríamos capazes de obter os mesmos resultados sem o apoio dos trabalhos de Mendonça (1990) e Ribeiro (1988, 2008).

Mesmo com o método da Economia Política pré-estabelecido, a criação de uma aplicação original e rigorosa deste método no estudo de um fenômeno é, sem sombra de dúvidas, a tarefa mais difícil a ser realizada durante o processo de conhecimento e entendimento deste. Nesse caso, o pesquisador está lidando com o desconhecido, não tem um caminho pré-definido a seguir, de forma que precisa montar toda a estrutura da análise. Só o fato de construírem uma estrutura rigorosa de estudo do fenômeno crise já é uma grande contribuição dada por Mendonça (1990) e Ribeiro (1988, 2008). Isso porque essa tarefa envolveu primeiramente agrupar as contribuições de Marx e de outros pesquisadores sobre o tema. Após isso, foi necessário utilizar o conhecimento do método da Economia Política e acerca das demais categorias e conceitos desta para estabelecer a ligação entre cada uma dessas contribuições, observando o seus respectivos níveis de abstração para agrega-las em diferentes etapas da análise. Com base nisso, foi possível inferir o rumo da análise e montar uma estrutura para a mesma, avaliando ainda se esta tinha a capacidade de gerar de fato uma análise científica do fenômeno.

Ocorre que os pesquisadores não se limitaram apenas a essa tarefa, foram além. Preencheram todas as lacunas deixadas por Marx e produziram uma análise teórica completa do fenômeno. Não contentes com isso, ainda puseram esta análise à prova, aplicando a interpretação da teoria marxista das crises produzidas por eles às realidades europeia e brasileira.

A tarefa realizada pela nossa pesquisa, por sua vez, foi completamente distinta. Nossa pesquisa tratou de refazer passo a passo boa parte da análise de Mendonça (1990) e Ribeiro (1988, 2008) para tentar aumentar o nível de rigor desta. Em tais condições, o nível de detalhes com que se consegue analisar cada etapa é significativamente maior, pois o pesquisador, em certa medida, conhece de antemão

ponto de partida, ponto de chegada e o entremeio da pesquisa, podendo alocar de forma muito mais eficiente o tempo que tem para alcançar seus objetivos. Obviamente que, quando se trata da análise empírica, os pesquisadores sempre se deparam com diferentes aparências do mesmo fenômeno, contudo, basta lembrar que a essência deste não muda para perceber que, nesses casos, apenas se trata de explicar por que razão a essência passa a expressar-se com uma aparência diferente em um local ou período distinto.

O que dissemos aqui fica bem mais fácil de ser percebido quando se realiza a fusão das nossas contribuições teóricas com as dadas por Mendonça (1990) e Ribeiro (1988, 2008). Façamos isso de forma resumida aqui.

O surgimento da mercadoria marca o aparecimento de um fenômeno de grande importância para o desenvolvimento do fenômeno crise: a contradição entre valor e valor de uso. Essa contradição, ao desenvolver-se, faz surgir o dinheiro na sociedade de produtores de mercadorias, que, por sua vez, além de separar compra e venda no tempo e no espaço, cria a contradição entre dinheiro como medida de valores e forma-preço ideal e dinheiro como valor de troca real, criando, portanto, as duas primeiras formas de manifestação das crises. A unidade de contrários valor x valor de uso é, portanto, o fenômeno anterior que contém a possibilidade de crise em forma da condição de que 1) em determinado momento no tempo e no espaço, aqueles que vendam e obtenham dinheiro o entesourem e 2) aqueles que comprem com dinheiro ideal não consigam convertê-lo em dinheiro real. Essa possibilidade, entretanto, não pode se realizar, pois 1) a existem vários mecanismos nessa sociedade, como a unidade entre produção e consumo, que impedem que uma casualidade faça com que tais condições se verifiquem de forma generalizada e 2) não existe um fundamento concretizado que produza tais condições. Desta forma, constitui mera possibilidade formal ou abstrata de crise.

Essa situação, entretanto, se modifica com o surgimento do modo de produção capitalista. Tal acontecimento faz primeiramente desaparecerem as barreiras que impedem que as condições acima apontadas sejam atendidas. Por essa razão, e por outras, desenvolvem-se as formas de manifestação pré-existentes e aparecem novas (separação das contradições produção x circulação, produção x consumo, circulação x realização do valor, etc.). Mas, desenvolvimento das formas anteriores e o aparecimento de novas são, na verdade, consequência do surgimento e desenvolvimento do conteúdo das crises: a produção de uma quantidade

crescente de mercadorias e consumidores e, ao mesmo tempo, a criação de barreiras que impedem esse consumo.

Todo fenômeno, contudo, surge como efeito de outro. É nesse sentido que o surgimento do conteúdo das crises é uma consequência do surgimento anterior da sua causa: a contradição entre o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a base estreita sob a qual repousam as relações de consumo, que é a contradição fundamental do Modo de Produção Capitalista. É a exacerbação dessa contradição fundamental que produz o referido conteúdo, que, por sua vez, se manifesta através da quebra temporária da unidade dos pares de contrários anteriormente mencionada.

Para que isso se processe, entretanto, é primeiramente necessário 1) o aparecimento do modo especificamente capitalista de produção, onde o impulso ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas constitui o principal meio de ampliação da apropriação de excedente; 2) a sobreposição dos efeitos gerados pela ampliação dos mercados por parte dos efeitos gerados pela contradição fundamental e 3) o aparecimento da possibilidade de tornar totalmente independentes (mesmo que temporariamente) os atos  $M' - D'$  e  $D - M$ , que é uma consequência do surgimento e desenvolvimento do sistema de crédito. Ao se combinar, entretanto, esse desenvolvimento do sistema de crédito com características assumidas pela circulação do capital no capitalismo moderno, surge a necessidade de que a crise assuma uma aparência financeira. De qualquer maneira, a verificação dessas condições constitui o processo de amadurecimento das condições concretas e necessárias que transformam a crise de possibilidade real em fenômeno realizado.

Por fim, o desenvolvimento das forças produtivas, fator que compõe a contradição fundamental, ligado que está ao processo de substituição do capital constante fixo e, conseqüentemente, ao seu tempo de depreciação moral e física, atua de forma regular e se choca, portanto, regularmente com as relações de produção antagônicas do capitalismo. Visto que essa contradição apresenta uma ligação essencial e necessária com a crise, esta última está submetida a uma lei que opera regularmente no referido modo de produção.

É, portanto, visível a presença da estrutura e de contribuições dos trabalhos de Mendonça (1990) e Ribeiro (1988, 2008), principalmente deste último, na nossa

interpretação da teoria marxista das crises<sup>25</sup>. Seguindo também esses autores, nos propusemos a analisar a realidade da economia brasileira, como um meio de por a teoria à prova.

Aqui, a originalidade da nossa contribuição está relacionada à inovação no método de análise e à melhoria da precisão da periodização do movimento cíclico da economia.

Primeiramente, considerando o período 1962-2013, isolamos a variação do PIB da economia brasileira que estava dentro da banda de frequência que vai de cinco a 11 anos para observar seu comportamento. O que extraímos estava de completo acordo com a nossa teoria, pois obtivemos uma variabilidade cíclica que indicava a ocorrência de crises com um intervalo que varia de seis a 12 anos. Inferido, por meio desse processo, a capacidade da nossa teoria de explicar a realidade de uma economia capitalista madura, passamos à análise do movimento cíclico da economia brasileira no período que vai de 1997 a 2010.

Contatamos que, no terceiro trimestre de 1997, o Brasil é acometido por mais uma crise cíclica de superprodução. Tendo como causas não-essenciais a contração do consumo da administração pública e a perturbação do mercado financeiro brasileiro provocada pela “Crise Asiática”, essa crise manifestou-se através de todas as suas formas, das mais simples às mais complexas: dissociação entre compra e venda e quebra das unidades dos pares de contrários circulação x realização do valor e produção x circulação (formação de estoques na economia); quebra da unidade dos contrários dinheiro como medida de valores e forma-preço ideal x dinheiro como valor de troca real (aumento da inadimplência); quebra da unidade dos contrários produção x consumo (redução do nível de atividade, falências, desemprego); etc.

No primeiro trimestre de 2000, o ritmo da destruição de capitais começa a desacelerar e, já em 2002.T3, as unidades das diversas contradições do capitalismo brasileiro são temporariamente reestabelecidas, podendo essa economia retomar o seu processo de acumulação. A respeito do período de expansão, é importante destacar algumas de suas características.

A característica mais marcante da fase de animação média foi o fato de esta ter se dado com base na obtenção de mais-valor absoluto. Por esta razão, o

---

<sup>25</sup> O mesmo se processa na parte empírica do trabalho. Isso, entretanto, não seria percebido pelo leitor, visto que não apresentamos uma revisão do trabalho empírico desses pesquisadores;

reestabelecimento da compatibilidade entre as condições de extração e realização do mais-valor se deu via aumento do consumo da administração pública e aumento do ingresso de recursos no país. Outra característica particular de todo o período de expansão (reanimação e auge) foi a baixa taxa de acumulação provocada pelas políticas monetária e fiscal contracionistas do governo.

Tais políticas anticíclicas, por reduzirem a velocidade da acumulação, mitigaram o processo de exacerbação da contradição fundamental do capitalismo brasileiro e, por esta razão, reduziram a violência da nova crise que acometeu o país no quarto trimestre de 2008. Tendo como causa não-essencial a perturbação do mercado financeiro brasileiro provocada pelo estouro da bolha imobiliária estadunidense, essa crise constitui outra deformação do movimento cíclico dessa economia no período analisado. Dando continuidade à política anticíclica, no momento da crise, o governo utilizou todos os recursos disponíveis para reestabelecer temporariamente, através de políticas fiscal e monetária expansionistas, as condições para a retomada da acumulação. Isso se processa, por sua vez, já em 2010.

A periodização do movimento cíclico da economia brasileira durante o período analisado é, portanto, a seguinte:

- 1997.T3-1999.T4: crise;
- 2000.T1-2002.T2: depressão;
- 2002.T3-2005.T4: reanimação;
- 2006.T1-2008.T3: auge;
- 2008.T4: crise.

Por mais que não tenhamos analisado o movimento cíclico até os dias atuais, cabe aqui alguns comentários sobre a atual situação do país com base no comportamento previsto pela nossa teoria. Nas figuras 7 e 10, podemos ver, após nova arrancada do crescimento, uma acentuada desaceleração do nível de atividade econômica. Por mais que fosse necessária uma análise mais aprofundada, ousamos dizer que temos certeza de que esta desaceleração está intimamente ligada à resposta do governo brasileiro perante a crise.

Uma série de economistas brasileiros keynesianos, pós-keynesianos e inclusive marxistas que simpatizam com as conclusões teóricas das duas outras

correntes mencionadas defendem que a postura a qual nos referimos no parágrafo anterior é precisamente a que será capaz de retirar a economia da crise: intervir fortemente na economia no sentido de gerar demanda para a superprodução existente. Para nós, entretanto, isso não é verdade para todo e qualquer caso.

Em primeiro lugar, porque, em geral, a demanda que está sendo criada pelo governo é, de certa maneira, artificial, precisamente porque ela é gerada através da criação de capital fictício do tipo 2. Isso é, portanto, apenas um mecanismo de aumento do limite de exacerbação da contradição fundamental. Por fim, a intervenção tem o intuito de retomar e acelerar a mesma acumulação capitalista que resulta em crise. Em outras palavras, implica apenas postergar o rompimento e aumentar o limite de tensão da contradição fundamental, o que aumentará a violência da destruição de capital que se processará em seguida.

Uma resposta como essa por parte do governo em época de crise só poderá, em alguma medida, evitar que a economia sofra com os efeitos nocivos desta fase caso consiga manter artificialmente esse processo de acumulação até que o resto do mundo inicie o seu processo de recuperação e retome a acumulação. Isso porque, desta forma, a economia conseguiria utilizar as exportações como um canal de drenagem da superprodução, com a renda internacional funcionando como uma força contrária ao estreitamento das condições de realização do mais-valor extraído. É por essa razão que, quando da deflagração de uma crise complementar na União Europeia, dizíamos em 18 de março de 2010, com base na interpretação Mendonça-Ribeiro da teoria marxista das crises:

Portanto, em virtude das contradições geradas pelo fenômeno globalização, somos obrigados a anunciar que a recuperação da economia brasileira, se não for revertida, será, pelo menos, deformada pela presença de taxas de crescimento menores que o esperado. E isto ocorrerá com qualquer economia que esteja integrada ao movimento cíclico mundial do capitalismo, pois é assim que são as tão faladas Crises Cíclicas de Superprodução (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p. A-7).

Apresentadas as nossas conclusões, para finalizar, apenas afirmamos que esperamos que o que desenvolvemos aqui, além de ampliar a disseminação da interpretação Mendonça-Ribeiro da teoria das crises de Marx, tenha contribuído para o desenvolvimento desta e dê origem a um debate que gere mais contribuições para esse campo de pesquisa. Esperamos, além disso, que o produto de nossa análise

teórica possa, em algum momento, contribuir para o enriquecimento de futuras análises empíricas sobre a dinâmica cíclica das economias capitalistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, A. C. S. **O Peso Relativo dos Setores Econômicos na Formação do Valor Adicionado**: uma análise à luz da teoria marxista. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005;

ALMEIDA, A. C. S.; RIBEIRO, N. R. A relevância do setor serviços: uma crítica marxiana às contas nacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XII, 2007, Campinas. **Anais do XII encontro da sociedade brasileira de economia política**. Campinas: SEP, 2007;

ALMEIDA JÚNIOR, A. C. A Globalização e a Recuperação da Economia Brasileira. Contraponto, João Pessoa, 2010;

ALMEIDA JÚNIOR, A. C. O Aumento da Velocidade de Rotação do Capital: a sétima contra-tendência à queda da taxa de lucro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XX, 2015, Foz do Iguaçu. **Desenvolvimento Latino-Americano**: integração e inserção internacional. Foz do Iguaçu: SEP, 2015;

ALMEIDA JÚNIOR, A. C. O Materialismo Dialético Aplicado à Transição Entre Capitalismo e Comunismo: um resgate da teoria dos modos de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XVII, 2012, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: a crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: SEP, 2012;

ALTHUSSER, L. **Dialética e ciencias sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ALTHUSSER, L. **Filosofia e filosofia espontanea dos cientistas**. Lisboa: Presença, 1976;

ANGELIS, C. T. **Um Estudos sobre os Filtros HP e BK**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004;

ARAÚJO, V. L. e GENTIL, D. L. Avanços, Recuos, Acertos e Erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XV, 2010, São Luís. **América Latina e Brasil na Nova Configuração do Capitalismo**. São Luís: SEP, 2010;

ARTHUR, C. J. The Myth of 'Simple Commodity Production'. In: <http://marxmyths.org/chris-arthur/article2.htm>, 2005;

BAXTER, M.; KING, R. G. Measuring Business Cycles: approximate band-pass filters for economic time series. Review of Economics and Statistics, Massachusetts, v. 81, nº 4, pp. 575-593, nov. 1999;



BOGDANSKI, J.; TOMBINI, A. A.; WERLANG, S. R. Implementing inflation targeting in Brazil. Brasília, **Working Papers Series do Banco Central do Brasil**. p. 1-29, jul. 2000;

BURNSIDE, C. Detrending and Business cycle facts: a comment. **Journal of Monetary Economics**, Washington, v. 41, nº 3, pp. 513-532, mai. 1998;

CARCANHOLO, M. D. **Causas e Formas de Manifestação da Crise**: uma interpretação do debate marxista. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996;

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999;

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. S. Capital Fictício e Lucros Fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 24, p. 41-65, junho. 2009;

CIPOLLA, F. P.; PINTO, G. C. R. Crítica das Teorias da Financeirização. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 27, p. 6-28, out. 2010;

DRAGUÍLEV, M. S. **A Crise Geral do Capitalismo**. Varginha: Editora Alba, 1961;

FARHI, M., CINTRA, M. A. M. A Arquitetura do Sistema Financeiro Internacional Contemporâneo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 274-294, jul./set. 2009;

FERRARI FILHO, F.; DA SILVA, G. T. F. e SCHATZMANN, S. Política Comercial e Cambial, Vulnerabilidade Externa e Crescimento Econômico: a experiência da economia brasileira a partir dos anos 1980. **Nova Economia**, Belo Horizonte, n 21, pp. 11-43, 2011;

GRANATO NETO, N. N. **Exército Industrial de Reserva**: conceito e mensuração. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013a;

GRANATO NETO, N. N. GERMER, C. M. A Evolução Recente do Mercado de Força de Trabalho Brasileiro sob a Perspectiva do Conceito de Exército Industrial de Reserva. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 162-181, 2013b;

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985;

HODRICK, R. J.; PRESCOTT, E. C. Post-war US business cycles: an empirical Investigation. **Journal of Money, Credit, and Banking**, v.29, nº 1, p.1-16, fev. 1997;

<https://www.marxists.org/subject/philosophy/index.htm>;

IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. **Sistema de Contas Nacionais**: Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Relatórios Metodológicos, v. 24);

IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro : IBGE, 2002 (Série Relatórios Metodológicos, v. 23);

ILYENKOV, E. **Dialectical Logic**. Moscow: Progress Publishers, 1977.

KREGEL, J. A. Was There an Alternative to Brazilian Crisis? **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 19, n. 3, pp. 23-38, jul-set de 1999;

LENIN, V. I. **Collected Works**. 1.ed. V. 2. Moscow: Progress Publishers, 1972;

LENIN, V. I. **Collected Works**. 1.ed. V. 14. Moscow: Progress Publishers, 1977;

LUKÁCS, G. **The Young Hegel**. 1.ed. London: Merlin Press, 1975;

MARCUSE, H. **Reason and Revolution: Hegel and the rise of social theory**. 2.ed. London: Routledge and Kegan Paul Ltd, 1954;

MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boi e Tempo Editorial, 2011;

MARX, K. **O Capital**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a;

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985b;

MARX, K. **Teorias da Mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. 1.ed. São Paulo: Difel, 1980;

MARX, K.; FRIEDRICH, E. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004;

NAZMI, N.; REVILLA, J. E. Brazil's Growth Performance: a comparative perspective to the Asian giants. **Springer Science+Business Media**, LLC: 2010;

MEDEIROS JÚNIOR, A. V. **Uma Interpretação Marxiana do Ciclo Economia No Brasil nos Anos 90**. João Pessoa: UFPB, 2001. 110 p. Relatório Técnico-Científico Anual.

MENDONÇA, A. **A Crise Econômica e sua Forma Contemporânea**. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1990;

MENDONÇA, A.; RIBEIRO, N. R. O Marxismo e a Crise Econômica Actual. In: BRANCO, J. F. **O Marxismo no Limiar dos Anos 2.000**. Lisboa: Editora Caminho S.A.R.L., 1985. p. 33-100;

PAULANI, L. M. Brazil in the Crisis of the Finance-Led Regime of Accumulation. **Review of Radical Political Economics**, n. 42, v. 3, pp. 363-372, jul. 2010;

PLEKHANOV, G. **The Materialist Conception of History**. 1.ed. New York: International Publishers, 1940.

PINTO, J. P. G. **A Contabilidade Social na Perspectiva Clássica (capital produtivo e improdutivo)**: traçando um mapa do Sistema de Contas Nacionais brasileiro. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007;

PINTO, J. P. G. A Contabilidade Social na Perspectiva Clássica/Marxiana. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 27, p. 109-137, out 2010;

PROJETO DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA (PROGEB), **Análises Semanais de Conjuntura**, João Pessoa: 2008, <http://progeb.blogspot.com.br>;

PROJETO DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA (PROGEB), **Análises Semanais de Conjuntura**, João Pessoa: 2009, <http://progeb.blogspot.com.br>;

RIBEIRO, N. R. **A Acumulação do Capital no Brasil**: expansão e crise. 668 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988;

RIBEIRO, N.R.; ALMEIDA, A. C. S. O Setor de Serviços na Nova Metodologia das Contas Nacionais: uma análise à luz da teoria marxiana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, XIII, 2008, João Pessoa. **Celso Furtado**: diálogos desenvolvimentistas. João Pessoa: SEP, 2008;

RIBEIRO, N. R. **A Crise Econômica**: uma visão marxista. 1.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008;

RIBEIRO, N. R. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. In: RIBEIRO, E. G. (Org.). **Globalização, competitividade e crise**. 2 Ed. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2002;

RIBEIRO, N. R.; LYRA, D. M. A Crise Mundial e os Países da América Latina. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS y COLOQUIO DE LA SEPLA, IX, V, 2009, São Paulo. **V Coloquio de la Sepla**. São Paulo: SEPLA, 2009;

RIBEIRO, N. R. **Da Crise às Flutuações**: ciência ou ideologia?. Texto para Discussão. João Pessoa: Mestrado de Economia, 2.000;

ROMER, D. **Advanced Macroeconomics**. 4.ed. New York: McGraw-Hill Irwin, 2012;

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. **Categorias del Materialismo Dialectico**. 1.ed. México, D. F: Editorial Grijalbo, S.A., 1958;

SARTRE, J-P; ELKAIM-SARTRE, A. **Crítica da razão dialética**: precedido por questões de método. São Paulo: DP & A, 2002.

SCHWARTSMAN, A. A Crise Cambial e o Ajuste Fiscal. **Revsta de Economia Política**. São Paulo, v. 19, n. 1, pp. 5-29, jan-mar de 1999;

SHAIKH, A.; TONAK, E. A. **Measuring the Wealt of Nations**: Political Economy of National Accounts. New York: Cambridge University Press, 1994;

SIGRIST, M. R. **O Impacto da Aplicação da Teoria Marxista do Trabalho Produtivo no Cálculo das Contas Nacionais Brasileiras**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009;

SILVA, R. P. **O Movimento Cíclico da Economia Brasileira e a Indústria de Bens de Capital**: 1980-2000. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002;

SILVA, R. P. **A Crise Econômica dos Anos 70**. João Pessoa: UFPB, 1999. 37 p. Relatório Técnico-Científico Anual;

SOUZA, N. A. Gestão Estratégica o Desenvolvimento Endógeno: crescimento auto-sustentado exige novos investimentos. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n 13, pp. 89-98, 2006;

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3 ed. Campinas: Instituto de Economia – IE, 1998.

## **ANEXOS**

ANEXO A: RESULTADOS DA EXTRAÇÃO DO COMPONENTE CÍCLICO DO PIB DA ECONOMIA BRASILEIRA UTILIZANDO O FILTRO BAXTER-KING:

**Tabela 5: PIB Encadeado Dessazonalizado à Preços de Mercado e seu Componente Cíclico (índice, 1995 = 100, intervalo 20-44 trimestres, k = 16):**

Trimestres	PIB Encad. Dessaz.	Componente Cíclico
1980 T1	73,71	-
1980 T2	73,31	-
1980 T3	73,93	-
1980 T4	74,61	-
1981 T1	73,67	-
1981 T2	71,44	-
1981 T3	69,46	-
1981 T4	68,46	-
1982 T1	70,40	-
1982 T2	72,04	-
1982 T3	72,08	-
1982 T4	70,63	-
1983 T1	68,26	-
1983 T2	69,31	-
1983 T3	69,50	-
1983 T4	69,73	-
1984 T1	71,27	-4,12
1984 T2	72,75	-3,67
1984 T3	73,10	-3,07
1984 T4	74,62	-2,26
1985 T1	76,25	-1,35
1985 T2	76,96	-0,61
1985 T3	79,67	0,06
1985 T4	81,78	0,69
1986 T1	81,94	1,32
1986 T2	82,92	2,07
1986 T3	85,89	2,66
1986 T4	87,45	3,24
1987 T1	88,29	3,56
1987 T2	88,74	3,69
1987 T3	86,06	3,72
1987 T4	87,21	3,68
1988 T1	88,43	3,55
1988 T2	88,73	3,35
1988 T3	87,79	3,06
1988 T4	85,06	2,64
1989 T1	85,93	2,18
1989 T2	92,26	1,67
1989 T3	92,12	1,09
1989 T4	90,37	0,54
1990 T1	88,16	0,02
1990 T2	84,28	-0,49
1990 T3	88,47	-1,07
1990 T4	84,41	-1,69
1991 T1	87,93	-2,25
1991 T2	87,46	-2,72

Trimestres	PIB Encad. Dessaz.	Componente Cíclico
1991 T3	87,71	-3,04
1991 T4	85,77	-3,35
1992 T1	85,12	-3,51
1992 T2	86,09	-3,48
1992 T3	87,08	-3,43
1992 T4	88,85	-3,24
1993 T1	89,11	-3,01
1993 T2	90,24	-2,65
1993 T3	91,63	-2,08
1993 T4	92,45	-1,50
1994 T1	92,24	-0,89
1994 T2	92,26	-0,38
1994 T3	96,82	0,03
1994 T4	101,44	0,58
1995 T1	101,50	1,00
1995 T2	100,31	1,46
1995 T3	98,64	1,83
1995 T4	99,86	2,08
1996 T1	100,60	2,14
1996 T2	100,05	2,09
1996 T3	104,57	1,96
1996 T4	103,44	1,73
1997 T1	104,07	1,46
1997 T2	104,98	1,16
1997 T3	106,37	0,88
1997 T4	107,10	0,62
1998 T1	104,65	0,35
1998 T2	106,45	0,05
1998 T3	106,54	-0,27
1998 T4	105,13	-0,46
1999 T1	104,86	-0,49
1999 T2	105,52	-0,49
1999 T3	105,89	-0,53
1999 T4	107,56	-0,62
2000 T1	109,24	-0,71
2000 T2	109,66	-0,81
2000 T3	110,81	-0,95
2000 T4	112,26	-0,99
2001 T1	112,74	-1,05
2001 T2	112,20	-1,16
2001 T3	111,34	-1,20
2001 T4	111,41	-1,22
2002 T1	112,80	-1,28
2002 T2	114,32	-1,38
2002 T3	115,62	-1,46
2002 T4	116,77	-1,54
2003 T1	115,44	-1,70
2003 T2	115,26	-1,87
2003 T3	116,33	-2,00
2003 T4	117,83	-2,14
2004 T1	120,15	-2,24

<b>Trimestres</b>	<b>PIB Encad. Dessaz.</b>	<b>Componente Cíclico</b>
<b>2004 T2</b>	122,43	-2,32
<b>2004 T3</b>	123,74	-2,40
<b>2004 T4</b>	125,09	-2,24
<b>2005 T1</b>	124,97	-1,88
<b>2005 T2</b>	127,77	-1,48
<b>2005 T3</b>	126,32	-1,13
<b>2005 T4</b>	127,90	-0,87
<b>2006 T1</b>	130,19	-0,67
<b>2006 T2</b>	130,32	-0,48
<b>2006 T3</b>	132,23	-0,30
<b>2006 T4</b>	134,14	-0,16
<b>2007 T1</b>	136,92	-0,06
<b>2007 T2</b>	138,76	-0,04
<b>2007 T3</b>	140,17	-0,04
<b>2007 T4</b>	143,04	0,00
<b>2008 T1</b>	145,59	0,08
<b>2008 T2</b>	147,80	0,22
<b>2008 T3</b>	150,12	0,40
<b>2008 T4</b>	144,30	0,59
<b>2009 T1</b>	142,02	0,79
<b>2009 T2</b>	144,17	0,88
<b>2009 T3</b>	147,89	1,06
<b>2009 T4</b>	151,89	1,15
<b>2010 T1</b>	154,93	1,29
<b>2010 T2</b>	156,87	1,50
<b>2010 T3</b>	158,43	1,71
<b>2010 T4</b>	159,97	-
<b>2011 T1</b>	161,25	-
<b>2011 T2</b>	162,05	-
<b>2011 T3</b>	162,05	-
<b>2011 T4</b>	162,11	-
<b>2012 T1</b>	162,39	-
<b>2012 T2</b>	162,96	--
<b>2012 T3</b>	163,73	-
<b>2012 T4</b>	165,03	-
<b>2013 T1</b>	165,30	-
<b>2013 T2</b>	168,68	-
<b>2013 T3</b>	167,81	-
<b>2013 T4</b>	168,62	-
<b>2014 T1</b>	168,31	-
<b>2014 T2</b>	167,28	-
<b>2014 T3</b>	167,41	-

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE/SCN (ref. 2000).



Tabela 6: PIB em R\$ de 2013 e seu Componente Cíclico (milhões, intervalo 5-11, k = 4):

Anos	PIB Real	Componente Cíclico
1958	427.149,95	-
1959	469.010,65	-
1960	513.097,65	-
1961	557.224,04	-
1962	594.000,83	17985,80
1963	597.564,84	6232,90
1964	617.882,04	-10737,30
1965	632.711,21	-26120,10
1966	675.102,86	-36025,60
1967	703.457,18	-41447,80
1968	772.395,98	-45191,60
1969	845.773,60	-49473,00
1970	933.734,06	-48716,50
1971	1.039.646,78	-32300,00
1972	1.163.784,23	-10788,70
1973	1.326.350,01	8867,50
1974	1.434.499,77	19045,80
1975	1.508.615,34	16580,90
1976	1.663.355,97	-535,50
1977	1.745.431,42	3270,80
1978	1.832.177,57	36505,30
1979	1.956.024,72	82670,00
1980	2.135.978,99	96941,50
1981	2.045.199,88	48958,40
1982	2.062.175,04	-47375,50
1983	2.001.753,31	-117407,70
1984	2.109.847,99	-98523,10
1985	2.275.471,06	-16346,70
1986	2.445.903,84	69662,50
1987	2.532.244,25	115354,60
1988	2.530.724,90	101703,60
1989	2.610.695,81	46625,90
1990	2.497.130,54	-27345,00
1991	2.522.888,05	-88407,50
1992	2.511.108,31	-105041,90
1993	2.628.255,30	-72782,20
1994	2.768.455,90	-7921,50
1995	2.890.733,94	45710,60
1996	2.952.899,14	60906,00
1997	3.052.568,29	35568,10
1998	3.053.647,24	-646,30
1999	3.061.405,90	-20365,20
2000	3.193.235,75	-30301,90
2001	3.235.166,73	-38014,10
2002	3.321.160,51	-46033,40
2003	3.359.241,59	-63061,90
2004	3.551.131,29	-75249,50
2005	3.663.335,45	-47198,20
2006	3.808.294,92	-16560,50
2007	4.040.273,80	2256,60

<b>Anos</b>	<b>PIB Real</b>	<b>Componente Cíclico</b>
<b>2008</b>	4.249.220,50	15184,80
<b>2009</b>	4.235.209,66	32240,90
<b>2010</b>	4.554.277,15	-
<b>2011</b>	4.678.736,67	-
<b>2012</b>	4.726.976,10	-
<b>2013</b>	4.844.815,08	-

Fonte: elaborado a partir de IPEA/GAC-PIB.

## ANEXO B: DADOS DA PRODUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA:

Tabela 7: Taxas Reais Crescimento Anual Acumulado do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo da Economia Brasileira (% Ref. 2000 e Ref. 2010):

Anos/Trim.	PIB		FBCF	
	Ref. 2000	Ref. 2010	Ref. 2000	Ref. 2010
1992 T1	3,80%	-	-	-
1992 T2	0,67%	-	-	-
1992 T3	-1,64%	-	-	-
1992 T4	-0,47%	-	-	-
1993 T1	1,40%	-	-6,32%	-
1993 T2	3,05%	-	-2,00%	-
1993 T3	4,62%	-	4,27%	-
1993 T4	4,67%	-	6,32%	-
1994 T1	4,37%	-	8,37%	-
1994 T2	3,80%	-	6,92%	-
1994 T3	3,94%	-	8,06%	-
1994 T4	5,33%	-	14,26%	-
1995 T1	6,89%	-	17,43%	-
1995 T2	8,53%	-	21,73%	-
1995 T3	7,50%	-	19,09%	-
1995 T4	4,42%	-	7,29%	-
1996 T1	1,84%	-	-1,67%	-
1996 T2	0,04%	-	-6,96%	-
1996 T3	1,11%	-	-5,06%	-
1996 T4	2,15%	-	1,50%	-
1997 T1	3,25%	2,77%	7,95%	6,36%
1997 T2	4,23%	1,98%	12,05%	4,21%
1997 T3	3,08%	1,63%	11,49%	1,84%
1997 T4	3,38%	0,36%	8,73%	-0,16%
1998 T1	2,68%	0,32%	6,49%	-2,97%
1998 T2	1,82%	-0,15%	4,15%	-6,17%
1998 T3	1,39%	-0,41%	1,65%	-8,78%
1998 T4	0,04%	0,49%	-0,34%	-8,87%
1999 T1	-0,02%	1,36%	-2,97%	-7,03%
1999 T2	-0,58%	2,46%	-5,90%	-3,41%
1999 T3	-0,80%	3,79%	-8,27%	1,33%
1999 T4	0,25%	4,38%	-8,20%	4,81%
2000 T1	1,24%	4,11%	-6,36%	7,34%
2000 T2	2,43%	3,64%	-2,86%	6,74%
2000 T3	3,77%	2,56%	1,71%	5,20%
2000 T4	4,31%	1,28%	5,03%	1,06%
2001 T1	4,01%	0,58%	7,51%	-3,30%
2001 T2	3,60%	0,62%	6,82%	-4,83%
2001 T3	2,59%	1,60%	5,05%	-5,17%
2001 T4	1,31%	3,08%	0,44%	-1,54%
2002 T1	0,49%	3,63%	-4,72%	1,31%
2002 T2	0,39%	3,26%	-7,21%	0,79%
2002 T3	1,26%	2,37%	-8,36%	-0,85%
2002 T4	2,66%	1,22%	-5,23%	-3,89%
2003 T1	3,20%	1,49%	-2,18%	-4,43%
2003 T2	2,94%	2,82%	-1,88%	-0,07%
2003 T3	2,13%	4,28%	-2,48%	5,19%
2003 T4	1,15%	5,66%	-4,59%	8,40%
2004 T1	1,61%	5,71%	-4,54%	8,63%

Anos/Trim.	PIB		FBCF	
	Ref. 2000	Ref. 2010		Ref. 2000
2004 T2	2,94%	5,26%	0,23%	6,57%
2004 T3	4,39%	4,14%	5,77%	3,41%
2004 T4	5,71%	3,15%	9,12%	2,34%
2005 T1	5,68%	3,21%	9,40%	3,95%
2005 T2	5,21%	2,70%	7,39%	3,80%
2005 T3	4,14%	3,33%	4,36%	4,76%
2005 T4	3,16%	4,00%	3,63%	6,08%
2006 T1	3,21%	4,22%	5,89%	5,74%
2006 T2	2,61%	5,26%	6,47%	8,11%
2006 T3	3,28%	5,58%	8,11%	10,54%
2006 T4	3,96%	6,01%	9,77%	12,02%
2007 T1	4,17%	6,22%	9,17%	13,32%
2007 T2	5,30%	6,17%	11,00%	13,72%
2007 T3	5,63%	6,46%	12,80%	14,82%
2007 T4	6,09%	5,02%	13,85%	12,69%
2008 T1	6,36%	2,87%	15,20%	7,26%
2008 T2	6,37%	0,72%	15,74%	1,68%
2008 T3	6,64%	-1,31%	16,65%	-3,77%
2008 T4	5,17%	-0,23%	13,57%	-1,87%
2009 T1	2,94%	2,55%	6,38%	6,41%
2009 T2	0,71%	5,30%	-1,20%	14,06%
2009 T3	-1,41%	7,47%	-8,17%	19,52%
2009 T4	-0,33%	7,57%	-6,72%	17,79%
2010 T1	2,52%	6,60%	2,46%	13,09%
2010 T2	5,35%	5,63%	12,51%	9,78%
2010 T3	7,56%	4,74%	21,20%	7,36%
2010 T4	7,53%	3,92%	21,33%	6,59%
2011 T1	6,29%	3,04%	16,35%	5,02%
2011 T2	4,93%	2,09%	11,46%	2,90%
2011 T3	3,73%	1,81%	6,98%	0,69%
2011 T4	2,73%	1,76%	4,72%	-0,58%
2012 T1	1,90%	2,00%	2,11%	-0,35%
2012 T2	1,21%	2,78%	-0,32%	1,92%
2012 T3	0,91%	2,80%	-2,44%	4,74%
2012 T4	1,03%	2,74%	-3,99%	6,12%
2013 T1	1,30%	2,78%	-2,98%	6,18%
2013 T2	2,03%	1,48%	-0,21%	1,87%
2013 T3	2,41%	0,73%	3,01%	-1,78%
2013 T4	2,49%	0,15%	5,18%	-4,40%
2014 T1	2,50%	-0,89%	4,12%	-6,94%
2014 T2	1,40%	-1,23%	-0,74%	-7,88%
2014 T3	0,72%	2,77%	-4,63%	6,36%
2014 T4	-	1,98%		4,21%
2015 T1	-	1,63%		1,84%
2015 T2	-	0,36%		-0,16%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE/SCN 2010 Trimestral e IBGE/SCN 2000 Trimestral.

**Tabela 8: Variação de Estoques na Economia Brasileira (R\$ milhões):**

<b>Anos</b>	<b>Var. Estoques</b>
1994	5.973,68
1995	-2.088,13
1996	1.305,38
1997	454,53
1998	495,39
1999	6.004,85
2000	12.645,05
2001	8.912,90
2002	-1.715,02
2003	4.678,26
2004	10.280,50
2005	2.816,95
2006	3.663,95
2007	10.762,64
2008	20.634,93
2009	-3.081,22
2010	11.409,68
2011	6.779,16
2012	-9.858,48
2013	-4.574,53

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE/SCN 2000 Anual, IBGE/SCN 1985 e IBGE/SNIPC.

**Tabela 9: Utilização da Capacidade Instalada na Indústria da Economia Brasileira (em porcentagem e dessazonalizada):**

<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
1994.01	76,02%
1994.02	75,52%
1994.03	75,87%
1994.04	75,15%
1994.05	75,37%
1994.06	75,97%
1994.07	76,19%
1994.08	78,11%
1994.09	78,76%
1994.10	78,83%
1994.11	79,40%
1994.12	80,19%
1995.01	80,63%
1995.02	80,04%
1995.03	80,38%
1995.04	78,87%
1995.05	78,02%
1995.06	77,62%
1995.07	77,06%
1995.08	76,71%
1995.09	76,31%
1995.10	77,05%
1995.11	77,12%
1995.12	77,15%
1996.01	76,78%
1996.02	77,19%

<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
1996.03	77,53%
1996.04	76,93%
1996.05	77,41%
1996.06	78,01%
1996.07	78,36%
1996.08	78,51%
1996.09	78,84%
1996.10	78,50%
1996.11	79,47%
1996.12	79,82%
1997.01	79,27%
1997.02	78,13%
1997.03	78,28%
1997.04	78,72%
1997.05	78,48%
1997.06	78,57%
1997.07	79,10%
1997.08	78,73%
1997.09	79,33%
1997.10	78,91%
1997.11	78,98%
1997.12	77,56%
1998.01	79,00%
1998.02	78,77%
1998.03	78,33%
1998.04	78,27%
1998.05	78,74%
1998.06	78,62%
1998.07	79,01%
1998.08	78,98%
1998.09	78,62%
1998.10	78,02%
1998.11	77,31%
1998.12	75,57%
1999.01	75,67%
1999.02	76,35%
1999.03	77,19%
1999.04	77,79%
1999.05	79,36%
1999.06	78,31%
1999.07	78,17%
1999.08	78,20%
1999.09	78,43%
1999.10	79,24%
1999.11	79,82%
1999.12	80,29%
2000.01	80,00%
2000.02	80,52%
2000.03	80,18%
2000.04	80,38%
2000.05	79,81%
2000.06	80,12%
2000.07	80,98%
2000.08	80,81%
2000.09	80,80%

<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
2000.10	81,14%
2000.11	81,73%
2000.12	81,86%
2001.01	81,69%
2001.02	81,82%
2001.03	81,37%
2001.04	81,04%
2001.05	80,71%
2001.06	80,61%
2001.07	79,92%
2001.08	79,71%
2001.09	80,13%
2001.10	79,67%
2001.11	79,64%
2001.12	79,10%
2002.01	80,46%
2002.02	80,78%
2002.03	81,28%
2002.04	81,23%
2002.05	80,47%
2002.06	80,57%
2002.07	80,97%
2002.08	81,29%
2002.09	80,94%
2002.10	81,19%
2002.11	80,93%
2002.12	81,78%
2003.01	80,50%
2003.02	80,30%
2003.03	80,50%
2003.04	80,40%
2003.05	79,80%
2003.06	79,80%
2003.07	79,80%
2003.08	79,40%
2003.09	79,10%
2003.10	79,10%
2003.11	79,50%
2003.12	79,50%
2004.01	79,50%
2004.02	79,80%
2004.03	80,30%
2004.04	80,30%
2004.05	81,10%
2004.06	81,50%
2004.07	81,30%
2004.08	82,00%
2004.09	82,60%
2004.10	82,50%
2004.11	82,80%
2004.12	82,60%
2005.01	82,30%
2005.02	82,60%
2005.03	82,60%
2005.04	82,40%

<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
2005.05	82,60%
2005.06	82,50%
2005.07	81,70%
2005.08	82,00%
2005.09	81,60%
2005.10	81,60%
2005.11	80,80%
2005.12	81,20%
2006.01	81,70%
2006.02	81,60%
2006.03	81,20%
2006.04	81,70%
2006.05	81,30%
2006.06	80,80%
2006.07	82,20%
2006.08	81,70%
2006.09	81,50%
2006.10	81,70%
2006.11	81,90%
2006.12	81,70%
2007.01	81,90%
2007.02	82,20%
2007.03	82,10%
2007.04	82,20%
2007.05	82,70%
2007.06	82,30%
2007.07	82,80%
2007.08	82,50%
2007.09	82,50%
2007.10	83,10%
2007.11	82,60%
2007.12	83,20%
2008.01	83,60%
2008.02	83,80%
2008.03	84,40%
2008.04	84,40%
2008.05	83,80%
2008.06	84,00%
2008.07	83,50%
2008.08	83,80%
2008.09	83,90%
2008.10	83,10%
2008.11	83,60%
2008.12	82,90%
2009.01	81,60%
2009.02	80,00%
2009.03	79,40%
2009.04	79,30%
2009.05	79,80%
2009.06	80,20%
2009.07	80,20%
2009.08	80,40%
2009.09	80,60%
2009.10	80,60%
2009.11	81,20%



<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
2009.12	81,60%
2010.01	81,80%
2010.02	82,70%
2010.03	81,80%
2010.04	81,60%
2010.05	83,50%
2010.06	84,20%
2010.07	84,00%
2010.08	83,80%
2010.09	83,70%
2010.10	83,60%
2010.11	83,40%
2010.12	83,30%
2011.01	83,70%
2011.02	83,50%
2011.03	83,50%
2011.04	83,90%
2011.05	83,80%
2011.06	83,30%
2011.07	83,60%
2011.08	83,70%
2011.09	83,20%
2011.10	83,40%
2011.11	83,00%
2011.12	82,60%
2012.01	82,60%
2012.02	82,30%
2012.03	80,50%
2012.04	82,50%
2012.05	82,70%
2012.06	81,90%
2012.07	82,40%
2012.08	82,20%
2012.09	82,30%
2012.10	82,30%
2012.11	82,30%
2012.12	82,40%
2013.01	82,40%
2013.02	82,70%
2013.03	83,10%
2013.04	82,50%
2013.05	82,50%
2013.06	83,20%
2013.07	82,70%
2013.08	82,70%
2013.09	82,60%
2013.10	82,40%
2013.11	82,00%
2013.12	82,30%
2014.01	82,00%
2014.02	81,80%
2014.03	81,80%
2014.04	82,40%
2014.05	81,10%
2014.06	81,00%

<b>Anos/Meses</b>	<b>Capacidade Instalada</b>
<b>2014.07</b>	81,10%
<b>2014.08</b>	80,60%
<b>2014.09</b>	81,50%
<b>2014.10</b>	81,00%
<b>2014.11</b>	81,40%
<b>2014.12</b>	80,90%
<b>2015.01</b>	80,80%
<b>2015.02</b>	80,60%
<b>2015.03</b>	80,60%
<b>2015.04</b>	79,90%
<b>2015.05</b>	80,60%
<b>2015.06</b>	80,20%
<b>2015.07</b>	79,50%
<b>2015.08</b>	79,50%

**Fonte:** CNI.

## ANEXO C: DADOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA:

**Tabela 10: Saldo da Balança Comercial Brasileira (FOB, em US\$ milhões):**

<b>Anos</b>	<b>Saldo da Balança Comercial</b>
<b>1990</b>	-3.783,7201
<b>1991</b>	-1.407,4578
<b>1992</b>	6.108,8339
<b>1993</b>	-675,8839
<b>1994</b>	-1.811,2269
<b>1995</b>	-18.383,7140
<b>1996</b>	-23.502,0830
<b>1997</b>	-30.452,2556
<b>1998</b>	-33.415,8989
<b>1999</b>	-25.334,6284
<b>2000</b>	-24.224,5297
<b>2001</b>	-23.214,5290
<b>2002</b>	-7.636,6294
<b>2003</b>	4.177,2855
<b>2004</b>	11.679,2380
<b>2005</b>	13.984,6555
<b>2006</b>	13.642,6025
<b>2007</b>	1.550,7351
<b>2008</b>	-28.192,0244
<b>2009</b>	-24.302,2621
<b>2010</b>	-47.273,1016
<b>2011</b>	-52.473,4987
<b>2012</b>	-54.248,6638
<b>2013</b>	-81.108,3052
<b>2014</b>	-90.948,3980

Fonte: BCB Not. Imp./Set. Ext.

## ANEXO D: DADOS FINANCEIROS DA ECONOMIA BRASILEIRA:

Tabela 11: Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) da Economia Brasileira (em porcentagem do PIB e variação real em porcentagem):

Data	Primário	Operacional	Despesa c/ Juros	PIB (var. real)	Despesa c/ Juros (var. real)	Dívida Líquida (var. real)
1990	-4,69%	-1,32%	3,36%	-4,35%	-46,99%	-39,48%
1991	-2,71%	0,19%	2,90%	1,03%	-12,85%	30,31%
1992	-1,58%	1,74%	3,32%	-0,47%	13,95%	-0,76%
1993	-2,18%	0,80%	2,98%	4,67%	-6,05%	1,33%
1994	-5,64%	-1,57%	4,07%	5,33%	43,86%	-14,94%
1995	-0,26%	5,00%	5,26%	4,42%	34,95%	11,19%
1996	0,10%	3,40%	3,30%	2,15%	-35,91%	17,87%
1997	0,96%	4,31%	3,35%	3,38%	4,94%	8,89%
1998	-0,02%	7,40%	7,42%	0,04%	121,57%	23,08%
1999	-3,23%	3,41%	6,64%	0,25%	-10,28%	22,89%
2000	-3,47%	1,17%	4,64%	4,31%	-27,11%	2,88%
2001	-3,38%	1,28%	4,66%	1,31%	1,75%	11,72%
2002	-3,21%	0,14%	3,35%	2,66%	-26,20%	17,05%
2003	-3,34%	1,27%	4,61%	1,15%	39,19%	-4,42%
2004	-3,81%	-1,53%	2,28%	5,71%	-47,72%	-2,04%
2005	-3,93%	2,64%	6,57%	3,16%	197,26%	0,16%
2006	-3,24%	1,93%	5,17%	3,96%	-18,20%	4,41%
2007	-3,37%	-0,85%	2,52%	6,09%	-48,29%	3,57%
2008	-3,54%	-1,60%	1,94%	5,17%	-19,03%	-8,96%
2009	-2,05%	3,69%	5,74%	-0,33%	194,90%	11,83%

Fonte: BCB Boletim/F. Públi., IBGE/SCN, IBGE/SNIPC e elaboração própria.

Tabela 12: Taxas de Variação Anual Acumulada das Operações de Crédito ao Setor Privado e dos Índices de Inadimplência em t-3 e t-4 mensais da Economia Brasileira (%):

Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
1994.01	29,50%	8,17%	8,30%
1994.02	30,92%	16,52%	14,30%
1994.03	32,37%	22,55%	21,85%
1994.04	33,10%	24,30%	24,03%
1994.05	33,67%	48,78%	51,79%
1994.06	34,52%	52,66%	53,23%
1994.07	31,90%	50,03%	51,76%
1994.08	28,67%	52,26%	54,14%
1994.09	25,57%	52,82%	54,16%
1994.10	22,36%	61,84%	68,95%
1994.11	18,72%	57,32%	68,34%
1994.12	15,18%	69,19%	78,11%
1995.01	11,81%	67,72%	75,38%
1995.02	8,06%	72,37%	78,54%
1995.03	4,02%	79,77%	93,06%
1995.04	0,93%	106,23%	110,35%
1995.05	-2,40%	109,34%	113,22%
1995.06	-6,04%	125,87%	132,40%
1995.07	-5,08%	154,36%	158,49%

Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
1995.08	-3,92%	154,80%	158,78%
1995.09	-2,99%	150,08%	154,57%
1995.10	-2,21%	136,97%	132,09%
1995.11	-1,26%	131,75%	119,37%
1995.12	-0,29%	100,19%	93,30%
1996.01	0,34%	90,58%	85,98%
1996.02	0,83%	75,86%	74,02%
1996.03	1,27%	55,91%	42,65%
1996.04	1,17%	27,74%	26,33%
1996.05	1,24%	24,04%	22,99%
1996.06	1,65%	9,53%	7,56%
1996.07	0,00%	-14,48%	-14,27%
1996.08	-1,59%	-23,40%	-23,61%
1996.09	-3,05%	-28,10%	-28,27%
1996.10	-4,21%	-29,22%	-28,22%
1996.11	-5,40%	-33,92%	-32,60%
1996.12	-6,37%	-30,61%	-29,94%
1997.01	-6,82%	-30,23%	-29,53%
1997.02	-7,05%	-29,08%	-28,66%
1997.03	-7,08%	-24,86%	-22,89%
1997.04	-6,87%	-25,51%	-21,87%
1997.05	-6,37%	-23,72%	-20,58%
1997.06	-5,76%	-22,76%	-20,40%
1997.07	-5,15%	-11,65%	-9,66%
1997.08	-4,22%	-7,25%	-6,03%
1997.09	-3,11%	-1,28%	0,07%
1997.10	-2,05%	3,30%	3,87%
1997.11	-0,77%	11,66%	12,62%
1997.12	0,52%	10,96%	13,13%
1998.01	1,55%	14,61%	16,76%
1998.02	2,72%	18,75%	18,58%
1998.03	3,78%	16,88%	17,84%
1998.04	4,76%	24,30%	20,59%
1998.05	5,53%	19,11%	15,84%
1998.06	6,08%	25,67%	24,36%
1998.07	6,40%	21,35%	18,32%
1998.08	6,50%	28,71%	27,59%
1998.09	6,52%	33,68%	31,47%
1998.10	6,44%	22,61%	19,64%
1998.11	6,52%	16,27%	13,61%
1998.12	6,47%	19,04%	14,97%
1999.01	6,77%	14,92%	10,59%
1999.02	6,85%	9,13%	8,55%
1999.03	6,72%	7,12%	5,69%
1999.04	6,40%	8,76%	5,14%
1999.05	6,07%	11,47%	8,47%
1999.06	5,89%	7,79%	4,14%
1999.07	5,80%	7,18%	4,23%
1999.08	5,55%	-2,56%	-6,09%
1999.09	5,18%	-17,86%	-19,46%

Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
1999.10	5,00%	-12,79%	-14,03%
1999.11	4,24%	-12,23%	-13,59%
1999.12	3,43%	-18,07%	-18,60%
2000.01	2,02%	-21,71%	-22,93%
2000.02	0,70%	-21,37%	-23,72%
2000.03	-0,04%	-22,90%	-25,31%
2000.04	-0,26%	-32,76%	-30,31%
2000.05	-0,10%	-41,02%	-37,60%
2000.06	0,14%	-47,14%	-46,22%
2000.07	0,24%	-51,57%	-49,96%
2000.08	0,35%	-49,66%	-48,35%
2000.09	0,44%	-43,36%	-42,22%
2000.10	0,41%	-44,33%	-42,84%
2000.11	0,85%	-42,16%	-40,72%
2000.12	1,74%	-40,69%	-39,53%
2001.01	2,96%	-33,54%	-31,11%
2001.02	4,41%	-31,44%	-28,87%
2001.03	5,82%	-28,27%	-24,24%
2001.04	6,86%	-19,95%	-18,41%
2001.05	7,34%	-7,82%	-9,56%
2001.06	6,65%	7,52%	10,53%
2001.07	6,16%	24,21%	25,13%
2001.08	6,00%	29,39%	32,55%
2001.09	6,22%	28,54%	30,31%
2001.10	6,35%	30,37%	32,14%
2001.11	6,10%	30,44%	32,22%
2001.12	5,19%	29,88%	31,91%
2002.01	4,33%	16,12%	16,85%
2002.02	3,11%	11,90%	12,81%
2002.03	1,48%	5,96%	4,54%
2002.04	-0,15%	5,74%	3,32%
2002.05	-1,59%	3,95%	3,61%
2002.06	-1,02%	-0,20%	-2,54%
2002.07	-0,49%	-4,92%	-5,10%
2002.08	-0,46%	-9,29%	-10,98%
2002.09	-0,43%	-8,88%	-9,77%
2002.10	-0,45%	-11,61%	-12,37%
2002.11	-0,46%	-16,53%	-17,59%
2002.12	-0,17%	-15,18%	-15,96%
2003.01	-0,12%	-10,24%	-11,79%
2003.02	0,01%	-10,17%	-12,21%
2003.03	0,24%	-5,03%	-5,50%
2003.04	0,39%	-7,91%	-7,51%
2003.05	0,47%	-12,99%	-12,83%
2003.06	-0,60%	-17,03%	-16,27%
2003.07	-1,77%	-19,32%	-19,91%
2003.08	-2,46%	-18,93%	-18,71%
2003.09	-3,79%	-22,91%	-22,54%
2003.10	-4,72%	-19,90%	-19,96%
2003.11	-5,11%	-19,05%	-18,40%

Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
2003.12	-5,26%	-18,68%	-18,23%
2004.01	-5,11%	-21,29%	-19,17%
2004.02	-4,83%	-19,35%	-17,43%
2004.03	-4,32%	-21,48%	-20,25%
2004.04	-3,33%	-19,78%	-19,17%
2004.05	-2,09%	-15,91%	-15,63%
2004.06	-0,75%	-13,06%	-11,57%
2004.07	0,71%	-13,39%	-11,64%
2004.08	2,05%	-12,52%	-11,22%
2004.09	3,94%	-8,19%	-7,02%
2004.10	5,73%	-11,63%	-10,62%
2004.11	7,00%	-10,30%	-9,21%
2004.12	7,97%	-18,85%	-17,13%
2005.01	8,99%	-16,85%	-16,55%
2005.02	9,99%	-17,77%	-16,20%
2005.03	10,92%	-17,16%	-15,96%
2005.04	11,40%	-14,22%	-13,21%
2005.05	11,57%	-10,32%	-9,55%
2005.06	11,80%	-8,09%	-8,23%
2005.07	12,10%	-3,38%	-3,56%
2005.08	12,42%	-1,93%	-1,63%
2005.09	12,56%	-1,63%	-1,44%
2005.10	12,47%	1,56%	1,71%
2005.11	12,66%	4,06%	4,02%
2005.12	13,10%	18,12%	16,63%
2006.01	13,25%	18,26%	17,56%
2006.02	13,37%	17,02%	15,24%
2006.03	13,41%	19,34%	18,27%
2006.04	13,62%	15,01%	14,35%
2006.05	14,19%	11,68%	11,46%
2006.06	14,66%	9,98%	10,14%
2006.07	15,06%	7,75%	7,80%
2006.08	15,36%	7,78%	8,45%
2006.09	15,77%	7,10%	7,44%
2006.10	16,31%	8,69%	9,38%
2006.11	16,78%	8,06%	8,54%
2006.12	16,97%	7,18%	7,68%
2007.01	17,33%	8,29%	8,84%
2007.02	17,71%	10,39%	11,01%
2007.03	18,07%	8,21%	8,14%
2007.04	18,45%	11,56%	11,24%
2007.05	18,50%	9,70%	9,67%
2007.06	18,62%	9,85%	9,37%
2007.07	18,78%	11,22%	11,04%
2007.08	19,15%	10,02%	8,99%
2007.09	19,51%	9,68%	8,99%
2007.10	19,94%	7,06%	6,36%
2007.11	20,36%	6,41%	5,62%
2007.12	20,88%	2,43%	2,19%
2008.01	21,34%	0,84%	0,91%

Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
2008.02	21,77%	0,47%	0,43%
2008.03	22,38%	1,69%	2,39%
2008.04	22,85%	0,55%	1,06%
2008.05	23,51%	2,51%	2,92%
2008.06	24,14%	3,48%	3,58%
2008.07	24,57%	5,32%	5,82%
2008.08	24,78%	6,32%	6,33%
2008.09	25,14%	7,48%	7,61%
2008.10	25,41%	7,84%	8,30%
2008.11	25,45%	8,81%	8,69%
2008.12	25,34%	19,49%	18,53%
2009.01	25,12%	23,45%	20,99%
2009.02	24,73%	25,58%	22,84%
2009.03	23,95%	26,94%	23,96%
2009.04	23,02%	28,65%	24,87%
2009.05	21,92%	27,52%	22,86%
2009.06	20,77%	29,31%	26,50%
2009.07	19,65%	27,60%	22,78%
2009.08	18,53%	25,96%	22,09%
2009.09	17,08%	25,32%	21,56%
2009.10	15,54%	24,70%	20,45%
2009.11	14,15%	20,14%	17,17%
2009.12	12,92%	6,39%	4,20%
2010.01	11,84%	0,95%	0,36%
2010.02	10,99%	-2,60%	-2,48%
2010.03	10,32%	-7,03%	-7,05%
2010.04	9,88%	-11,18%	-10,37%
2010.05	9,66%	-15,34%	-12,75%
2010.06	9,59%	-19,74%	-18,54%
2010.07	9,70%	-22,72%	-20,26%
2010.08	9,95%	-23,75%	-21,22%
2010.09	10,39%	-26,40%	-24,40%
2010.10	10,95%	-28,16%	-26,41%
2010.11	11,54%	-26,39%	-24,73%
2010.12	12,04%	-25,50%	-23,85%
2011.01	12,48%	-22,81%	-21,73%
2011.02	12,90%	-20,67%	-19,63%
2011.03	13,29%	-17,79%	-16,79%
2011.04	13,63%	-14,79%	-14,35%
2011.05	13,83%	-9,22%	-9,90%
2011.06	13,89%	-4,85%	-5,71%
2011.07	13,82%	-1,15%	-2,34%
2011.08	13,60%	1,39%	-0,30%
2011.09	13,35%	6,02%	4,66%
2011.10	13,03%	10,54%	9,43%
2011.11	12,69%	10,69%	9,49%
2011.12	12,47%	10,51%	9,46%
2012.01	12,27%	8,81%	7,76%
2012.02	11,98%	9,28%	8,01%
2012.03	11,84%	9,41%	8,61%



Anos	Operações de Crédito ao Setor Privado	Inadimplência	
		t-3	t-4
2012.04	11,70%	7,35%	7,50%
2012.05	11,60%	5,02%	4,73%
2012.06	11,56%	3,85%	5,02%
2012.07	11,42%	3,00%	3,75%
2012.08	11,29%	1,71%	2,60%
2012.09	11,08%	-8,14%	-7,16%
2012.10	10,97%	-14,66%	-13,93%
2012.11	10,83%	-15,63%	-14,93%
2012.12	10,61%	-9,80%	-8,96%
2013.01	10,36%	-7,56%	-5,19%
2013.02	10,19%	-8,65%	-7,52%
2013.03	9,90%	-10,01%	-9,29%
2013.04	9,57%	-9,37%	-8,63%
2013.05	9,24%	-9,90%	-9,27%
2013.06	8,89%	-10,45%	-10,96%
2013.07	8,71%	-12,37%	-11,36%
2013.08	8,59%	-13,16%	-12,80%
2013.09	8,56%	-5,80%	-5,60%
2013.10	8,40%	-0,18%	0,49%
2013.11	8,29%	-1,98%	-1,36%
2013.12	8,19%	-7,21%	-6,58%
2014.01	8,16%	-9,46%	-10,09%
2014.02	8,07%	-9,13%	-8,52%
2014.03	7,86%	-8,33%	-7,80%
2014.04	7,67%	-9,88%	-9,25%
2014.05	7,42%	-11,96%	-9,88%
2014.06	7,10%	-11,31%	-9,91%
2014.07	6,70%	-9,63%	-10,03%
2014.08	6,26%	-9,16%	-7,72%
2014.09	5,83%	-5,31%	-4,16%
2014.10	5,53%	-7,37%	-6,53%
2014.11	5,17%	-3,93%	-3,05%
2014.12	4,83%	-3,36%	-3,49%
2015.01	-	-4,35%	-4,87%
2015.02	-	-5,81%	-7,10%
2015.03	-	-6,02%	-7,07%
2015.04	-	-4,04%	-5,89%
2015.05	-	0,00%	-3,66%
2015.06	-	-0,23%	-0,72%
2015.07	-	0,94%	0,39%

Fonte: BCB Boletim/Moeda, IBGE/SNIPC e ACSP/IEGV.

# ANEXO E: DADOS DO MERCADO DE FORÇA DE TRABALHO DA ECONOMIA BRASILEIRA:

**Tabela 13: Horas Trabalhadas e Pessoal Empregado na Indústria (índice dessazonalizado, 2006 = 100):**

<b>Anos/Meses</b>	<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Pessoal Empregado</b>
<b>1994.01</b>	117,4323	117,4323
<b>1994.02</b>	117,1659	117,1659
<b>1994.03</b>	116,7769	116,7769
<b>1994.04</b>	116,4405	116,4405
<b>1994.05</b>	116,1289	116,1289
<b>1994.06</b>	116,0549	116,0549
<b>1994.07</b>	115,8282	115,8282
<b>1994.08</b>	115,8523	115,8523
<b>1994.09</b>	116,402	116,402
<b>1994.10</b>	117,1412	117,1412
<b>1994.11</b>	117,5995	117,5995
<b>1994.12</b>	117,9846	117,9846
<b>1995.01</b>	118,8835	118,8835
<b>1995.02</b>	119,2086	119,2086
<b>1995.03</b>	119,4198	119,4198
<b>1995.04</b>	119,0207	119,0207
<b>1995.05</b>	118,3389	118,3389
<b>1995.06</b>	117,0474	117,0474
<b>1995.07</b>	115,8287	115,8287
<b>1995.08</b>	113,4416	113,4416
<b>1995.09</b>	112,1034	112,1034
<b>1995.10</b>	111,1664	111,1664
<b>1995.11</b>	110,6276	110,6276
<b>1995.12</b>	110,2036	110,2036
<b>1996.01</b>	109,5633	109,5633
<b>1996.02</b>	108,8572	108,8572
<b>1996.03</b>	108,1828	108,1828
<b>1996.04</b>	107,4144	107,4144
<b>1996.05</b>	106,7156	106,7156
<b>1996.06</b>	106,4042	106,4042
<b>1996.07</b>	106,3665	106,3665
<b>1996.08</b>	106,0357	106,0357
<b>1996.09</b>	106,0798	106,0798
<b>1996.10</b>	105,916	105,916
<b>1996.11</b>	105,7668	105,7668
<b>1996.12</b>	105,5049	105,5049
<b>1997.01</b>	105,3484	105,3484
<b>1997.02</b>	104,9478	104,9478
<b>1997.03</b>	104,3969	104,3969
<b>1997.04</b>	103,7575	103,7575
<b>1997.05</b>	103,142	103,142
<b>1997.06</b>	102,7677	102,7677
<b>1997.07</b>	102,1069	102,1069
<b>1997.08</b>	101,6416	101,6416
<b>1997.09</b>	101,1624	101,1624
<b>1997.10</b>	100,7306	100,7306
<b>1997.11</b>	100,2796	100,2796
<b>1997.12</b>	99,7033	99,7033
<b>1998.01</b>	98,9533	98,9533

<b>Anos/Meses</b>	<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Pessoal Empregado</b>
1998.02	98,4677	98,4677
1998.03	97,9748	97,9748
1998.04	97,5536	97,5536
1998.05	97,0591	97,0591
1998.06	96,6336	96,6336
1998.07	96,3845	96,3845
1998.08	95,8592	95,8592
1998.09	95,4972	95,4972
1998.10	94,8613	94,8613
1998.11	93,9734	93,9734
1998.12	93,4063	93,4063
1999.01	92,8032	92,8032
1999.02	91,8002	91,8002
1999.03	91,0988	91,0988
1999.04	90,552	90,552
1999.05	90,1906	90,1906
1999.06	90,1618	90,1618
1999.07	90,1459	90,1459
1999.08	90,1811	90,1811
1999.09	90,2221	90,2221
1999.10	90,4117	90,4117
1999.11	90,6719	90,6719
1999.12	90,866	90,866
2000.01	90,8685	90,8685
2000.02	90,8709	90,8709
2000.03	90,7939	90,7939
2000.04	90,8817	90,8817
2000.05	91,1493	91,1493
2000.06	91,3907	91,3907
2000.07	91,4875	91,4875
2000.08	91,7164	91,7164
2000.09	91,791	91,791
2000.10	91,8764	91,8764
2000.11	92,2914	92,2914
2000.12	92,435	92,435
2001.01	92,8869	92,8869
2001.02	93,2411	93,2411
2001.03	93,0268	93,0268
2001.04	92,7654	92,7654
2001.05	92,8774	92,8774
2001.06	92,6729	92,6729
2001.07	92,4946	92,4946
2001.08	91,9959	91,9959
2001.09	91,86	91,86
2001.10	91,4121	91,4121
2001.11	91,2548	91,2548
2001.12	91,4815	91,4815
2002.01	91,5968	91,5968
2002.02	91,6835	91,6835
2002.03	91,8765	91,8765
2002.04	91,942	91,942
2002.05	91,9414	91,9414
2002.06	91,94	91,94
2002.07	91,9207	91,9207
2002.08	91,9761	91,9761

<b>Anos/Meses</b>	<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Pessoal Empregado</b>
2002.09	92,0255	92,0255
2002.10	92,2935	92,2935
2002.11	92,2997	92,2997
2002.12	92,4478	92,4478
2003.01	91,1	91,1
2003.02	91,3	91,3
2003.03	91,2	91,2
2003.04	91,4	91,4
2003.05	91,7	91,7
2003.06	91,7	91,7
2003.07	91,2	91,2
2003.08	90,9	90,9
2003.09	90,7	90,7
2003.10	90,7	90,7
2003.11	91,1	91,1
2003.12	91,2	91,2
2004.01	91,5	91,5
2004.02	92	92
2004.03	92,5	92,5
2004.04	92,7	92,7
2004.05	93,6	93,6
2004.06	94,4	94,4
2004.07	95,1	95,1
2004.08	95,8	95,8
2004.09	96,3	96,3
2004.10	96,9	96,9
2004.11	97,4	97,4
2004.12	97,3	97,3
2005.01	97,5	97,5
2005.02	97,6	97,6
2005.03	98	98
2005.04	98,4	98,4
2005.05	98,3	98,3
2005.06	98,5	98,5
2005.07	98,4	98,4
2005.08	98,2	98,2
2005.09	97,9	97,9
2005.10	97,9	97,9
2005.11	97,6	97,6
2005.12	98,2	98,2
2006.01	98,5	98,5
2006.02	98,8	98,8
2006.03	98,9	98,9
2006.04	99,6	99,6
2006.05	99,7	99,7
2006.06	100	100
2006.07	100,2	100,2
2006.08	100,4	100,4
2006.09	100,7	100,7
2006.10	100,7	100,7
2006.11	101,1	101,1
2006.12	101,5	101,5
2007.01	101,8	101,8
2007.02	102,1	102,1
2007.03	102,6	102,6

<b>Anos/Meses</b>	<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Pessoal Empregado</b>
2007.04	103,5	103,5
2007.05	104	104
2007.06	104,1	104,1
2007.07	104,5	104,5
2007.08	104,9	104,9
2007.09	105,2	105,2
2007.10	105,7	105,7
2007.11	106,2	106,2
2007.12	106,5	106,5
2008.01	107,4	107,4
2008.02	107,6	107,6
2008.03	107,9	107,9
2008.04	108,5	108,5
2008.05	108,8	108,8
2008.06	109,4	109,4
2008.07	109,9	109,9
2008.08	110,1	110,1
2008.09	110,9	110,9
2008.10	110,9	110,9
2008.11	110	110
2008.12	108,7	108,7
2009.01	107,3	107,3
2009.02	106,2	106,2
2009.03	105,2	105,2
2009.04	104,5	104,5
2009.05	104,3	104,3
2009.06	104,3	104,3
2009.07	104,2	104,2
2009.08	105	105
2009.09	105,4	105,4
2009.10	106	106
2009.11	106,8	106,8
2009.12	107,5	107,5
2010.01	108,1	108,1
2010.02	109	109
2010.03	110,2	110,2
2010.04	110,6	110,6
2010.05	111,2	111,2
2010.06	111,7	111,7
2010.07	112,3	112,3
2010.08	113,2	113,2
2010.09	113,4	113,4
2010.10	113,5	113,5
2010.11	113,6	113,6
2010.12	113,8	113,8
2011.01	113,6	113,6
2011.02	113,9	113,9
2011.03	113,9	113,9
2011.04	114,1	114,1
2011.05	114,3	114,3
2011.06	114,4	114,4
2011.07	114,6	114,6
2011.08	114,7	114,7
2011.09	114,5	114,5
2011.10	114	114

<b>Anos/Meses</b>	<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Pessoal Empregado</b>
2011.11	113,4	113,4
2011.12	113,6	113,6
2012.01	114	114
2012.02	113,5	113,5
2012.03	113,4	113,4
2012.04	113,2	113,2
2012.05	113,5	113,5
2012.06	113,3	113,3
2012.07	113,5	113,5
2012.08	113,3	113,3
2012.09	113,4	113,4
2012.10	113,6	113,6
2012.11	113,7	113,7
2012.12	113,6	113,6
2013.01	113,4	113,4
2013.02	113,8	113,8
2013.03	114	114
2013.04	114	114
2013.05	113,8	113,8
2013.06	113,9	113,9
2013.07	114,3	114,3
2013.08	114,3	114,3
2013.09	114,8	114,8
2013.10	114,9	114,9
2013.11	114,9	114,9
2013.12	114,7	114,7
2014.01	115	115
2014.02	115,7	115,7
2014.03	115,1	115,1
2014.04	114,6	114,6
2014.05	114,2	114,2
2014.06	113,6	113,6
2014.07	113,2	113,2
2014.08	112,7	112,7
2014.09	111,9	111,9
2014.10	111,4	111,4
2014.11	111,4	111,4
2014.12	111,5	111,5
2015.01	111,5	111,5
2015.02	110,8	110,8
2015.03	110	110
2015.04	108,8	108,8
2015.05	107,9	107,9
2015.06	106,9	106,9
2015.07	106	106
2015.08	104,8	104,8
2015.09	103	103

Fonte: CNI.

**Tabela 14: Taxa de Desemprego da Economia Brasileira (%):**

<b>Anos</b>	<b>Taxa de Desemprego</b>
<b>1994</b>	-
<b>1995</b>	6,70%
<b>1996</b>	7,59%
<b>1997</b>	8,46%
<b>1998</b>	9,75%
<b>1999</b>	10,44%
<b>2000</b>	-
<b>2001</b>	10,06%
<b>2002</b>	9,88%
<b>2003</b>	10,48%
<b>2004</b>	9,73%
<b>2005</b>	10,21%
<b>2006</b>	9,23%
<b>2007</b>	8,93%
<b>2008</b>	7,79%
<b>2009</b>	9,05%
<b>2010</b>	-
<b>2011</b>	7,29%
<b>2012</b>	6,73%
<b>2013</b>	7,15%

Fonte: IPEA.

**Tabela 15: Exército Industrial de Reserva da Economia Brasileira em Porcentagem da População em Idade Ativa:**

<b>Anos</b>	<b>Grandes Capitalistas</b>	<b>Outsiders</b>	<b>Exército Ativo</b>	<b>EIR Flutuante</b>	<b>EIR Latente</b>	<b>EIR Estagnado</b>	<b>EIR Total</b>	<b>PIA Total</b>
<b>2001</b>	1,68%	1,22%	39,80%	6,90%	50,40%	8,36%	65,66%	138.962
<b>2002</b>	1,61%	1,49%	40,40%	6,70%	49,80%	9,70%	66,20%	141.831
<b>2003</b>	1,45%	1,45%	40,40%	7,30%	49,40%	10,10%	66,80%	144.586
<b>2004</b>	1,56%	1,44%	41,70%	6,70%	48,60%	10,43%	65,73%	149.432
<b>2005</b>	1,32%	1,71%	41,58%	7,00%	48,00%	11,34%	66,34%	152.286
<b>2006</b>	1,50%	1,66%	42,90%	6,40%	47,50%	12,01%	65,91%	155.247
<b>2007</b>	1,38%	1,32%	43,70%	6,10%	47,40%	10,93%	64,43%	157.822
<b>2008</b>	1,32%	1,98%	45,40%	5,40%	45,90%	11,80%	63,10%	160.561
<b>2009</b>	1,27%	1,83%	45,45%	6,40%	45,50%	11,70%	63,60%	162.807

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Granato Neto (2013a, pp.84-85).

## ANEXO F: DADOS DO CONSUMO DA ECONOMIA BRASILEIRA:

Tabela 16: Taxas Reais de Crescimento Anual Acumulado do Consumo das Famílias e da Administração Pública Trimestral da Economia Brasileira:

Anos/Trim.	Consumo Final - Famílias	Consumo Final Adm. P.
1994 T1	0,78%	0,54%
1994 T2	1,41%	2,73%
1994 T3	3,22%	5,11%
1994 T4	2,31%	4,54%
1995 T1	1,36%	4,23%
1995 T2	-1,01%	2,98%
1995 T3	-1,94%	3,67%
1995 T4	0,33%	7,44%
1996 T1	3,13%	10,98%
1996 T2	5,84%	13,89%
1996 T3	5,50%	13,07%
1996 T4	1,35%	8,62%
1997 T1	-1,80%	2,73%
1997 T2	-2,58%	-0,09%
1997 T3	-0,23%	0,70%
1997 T4	-1,83%	3,24%
1998 T1	-0,45%	6,47%
1998 T2	-1,01%	8,09%
1998 T3	-4,48%	6,50%
1998 T4	1,25%	3,03%
1999 T1	1,29%	1,31%
1999 T2	2,09%	-0,61%
1999 T3	4,98%	-1,14%
1999 T4	3,22%	-0,72%
2000 T1	3,12%	-0,93%
2000 T2	2,85%	-0,64%
2000 T3	1,71%	-0,74%
2000 T4	1,69%	0,38%
2001 T1	2,42%	1,42%
2001 T2	2,51%	2,66%
2001 T3	1,62%	3,85%
2001 T4	-0,15%	4,03%
2002 T1	-0,75%	4,24%
2002 T2	-0,54%	3,82%
2002 T3	0,97%	2,10%
2002 T4	2,74%	0,68%
2003 T1	3,74%	-0,17%
2003 T2	4,48%	-0,45%
2003 T3	4,93%	0,89%
2003 T4	4,75%	1,93%
2004 T1	3,15%	1,95%
2004 T2	1,78%	0,68%
2004 T3	0,91%	-0,38%
2004 T4	1,15%	-0,78%
2005 T1	2,21%	-0,79%
2005 T2	3,89%	0,65%
2005 T3	4,72%	2,20%
2005 T4	4,09%	3,82%
2006 T1	4,30%	4,83%
2006 T2	2,92%	5,45%



<b>Anos/Trim.</b>	<b>Consumo Final - Famílias</b>	<b>Consumo Final Adm. P.</b>
<b>2006 T3</b>	2,27%	5,37%
<b>2006 T4</b>	2,30%	4,47%
<b>2007 T1</b>	1,77%	4,62%
<b>2007 T2</b>	1,74%	4,61%
<b>2007 T3</b>	1,61%	4,83%
<b>2007 T4</b>	2,58%	5,20%
<b>2008 T1</b>	3,18%	5,40%
<b>2008 T2</b>	4,80%	5,58%
<b>2008 T3</b>	6,07%	5,67%
<b>2008 T4</b>	5,13%	6,07%
<b>2009 T1</b>	5,06%	6,01%
<b>2009 T2</b>	3,59%	6,13%
<b>2009 T3</b>	3,31%	6,67%
<b>2009 T4</b>	3,17%	5,67%
<b>2010 T1</b>	2,87%	4,74%
<b>2010 T2</b>	3,12%	3,94%
<b>2010 T3</b>	1,92%	3,23%
<b>2010 T4</b>	3,11%	4,44%
<b>2011 T1</b>	3,04%	5,96%
<b>2011 T2</b>	3,88%	6,69%
<b>2011 T3</b>	5,07%	6,99%
<b>2011 T4</b>	4,23%	6,94%
<b>2012 T1</b>	3,93%	6,35%
<b>2012 T2</b>	3,29%	6,21%
<b>2012 T3</b>	2,34%	5,40%
<b>2012 T4</b>	1,93%	4,09%
<b>2013 T1</b>	1,88%	3,31%
<b>2013 T2</b>	1,96%	2,49%
<b>2013 T3</b>	2,50%	2,69%
<b>2013 T4</b>	3,33%	3,22%
<b>2014 T1</b>	3,50%	3,14%
<b>2014 T2</b>	2,78%	3,28%
<b>2014 T3</b>	2,55%	2,98%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGDE/SCN 2000 Trimestral.

# ANEXO G: DADOS ALTERNATIVOS DA PRODUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA:

**Tabela 17: Produto Interno Bruto Produtivo do Ponto de Vista do Capital a preços de 2005 (valor real em milhões e variação real em porcentagem):**

Anos	Sigrist (2009)		Pinto (2010)	
	PIB <sub>ppvc</sub> real	PIB <sub>ppvc</sub> var. real (%)	PIB <sub>ppvc</sub> real	PIB <sub>ppvc</sub> var. real (%)
<b>1995</b>	492.839,84	-	781.630,74	-
<b>1996</b>	530.271,79	7,60%	826.055,68	5,68%
<b>1997</b>	573.855,72	8,22%	874.156,64	5,82%
<b>1998</b>	586.019,46	2,12%	879.302,15	0,59%
<b>1999</b>	571.913,85	-2,41%	893.068,09	1,57%
<b>2000</b>	631.298,99	10,38%	977.438,52	9,45%
<b>2001</b>	635.425,97	0,65%	984.482,45	0,72%
<b>2002</b>	644.150,29	1,37%	994.171,49	0,98%
<b>2003</b>	743.640,13	15,45%	1.079.394,26	8,57%
<b>2004</b>	767.454,20	3,20%	1.173.818,51	8,75%
<b>2005</b>	783.926,00	2,15%	-	-

Fonte: Elaborado a partir de Sigrist (2009), Pinto (2007) e IBGE/SNIPC.